

# DA GÊNESE AOS COMPROMISSOS

Uma história  
da UERJ

(1950-1978)



Deise Mancebo



Da gênese aos compromissos:  
uma história da UERJ  
(1950-1978)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Reitor*

Ruy Garcia Marques

*Vice-reitora*

Maria Georgina Muniz Washington



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Conselho Editorial**

Bernardo Esteves

Erick Felinto

Glaucio Marafon

Italo Moriconi (presidente)

Jane Russo

Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro

Ivo Barbieri (membro honorário)

Lucia Bastos (membro honorário)

Deise Mancebo

Da gênese aos compromissos:  
uma história da UERJ  
(1950-1978)

2ª edição



Rio de Janeiro  
2016

Copyright © 2016, Deise Mancebo.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.



EdUERJ

Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721

www.eduerj.uerj.br

eduerj@uerj.br

*Editor Executivo*

*Coordenadora Administrativa*

*Apoio Administrativo*

*Coordenadora Editorial*

*Assistente Editorial*

*Coordenadora de Produção*

*Assistente de Produção*

*Supervisor de Revisão*

*Revisão*

*Capa*

*Projeto e Diagramação*

Glaucio Marafon

Elisete Cantuária

Roberto Levi

Silvia Nóbrega

Thiago Braz

Rosania Rolins

Mauro Siqueira

Elmar Aquino

Shirley Lima

Fernanda Veneu

Júlio Nogueira

Emilio Biscardi

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

---

M268 Mancebo, Deise.  
Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ (1950-1978) / Deise Mancebo. – 2. ed. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2016.  
342 p.

ISBN 978-85-7511-420-9

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - História.  
I. Título.

---

CDU 378.4(815.3)

Dedico este livro a Nina (*in memoriam*),  
Tarsila, Vitor e Vlad, pelo prazer e o apoio  
proporcionados nestes conturbados anos.



# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo I – Uma universidade para o Distrito Federal: a gênese da segunda UDF.....</b>	<b>27</b>
1 – As escolas-fundadoras .....	28
1.1 – Faculdade de Ciências Jurídicas.....	29
1.2 – Faculdade de Ciências Médicas .....	36
1.3 – Faculdade de Ciências Econômicas.....	41
1.4 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.....	45
2 – As escolas-fundadoras na conjuntura de 1930: principais práticas e representações.....	49
3 – A fundação da universidade .....	65
4 – “Restabelecimento” da UDF .....	75
5 – A fundação em suas justificativas.....	79
<b>Capítulo II – Da fragmentação à organização institucional.....</b>	<b>95</b>
1 – O primeiro retrato da UDF .....	95
1.1 – Faculdades autônomas .....	96
1.2 – Faculdades para o ensino.....	110
2 – A Universidade no Distrito Federal: os anos 1950.....	123



3 – A Universidade no Estado da Guanabara.....	144
3.1 – O legado constitucional.....	153
3.2 – A UEG e os governos estaduais.....	158
<b>Capítulo III – Uma universidade “integrada”: da base material ao projeto acadêmico .....</b>	<b>169</b>
1 – A construção do <i>campus</i> .....	169
2 – O projeto educacional da universidade.....	185
2.1 – A pesquisa e a pós-graduação.....	197
2.2 – O ensino “utilitário” e o Centro de Produção da Universidade .....	209
<b>Capítulo IV – A resistência estudantil e a colaboração com o Estado autoritário .....</b>	<b>229</b>
1 – O movimento estudantil na universidade.....	230
2 – A política para os estudantes.....	260
2.1 – O discurso produzido sobre os estudantes.....	264
2.2 – As práticas propriamente repressivas.....	267
2.3 – A prevenção como estratégia de controle.....	276
3 – A universidade e a ditadura.....	283
3.1 – A educação cívica.....	291
3.2 – O Projeto Rondon .....	294
<b>Conclusões.....</b>	<b>301</b>
<b>Posfácio 1.....</b>	<b>309</b>
<b>Posfácio 2.....</b>	<b>313</b>
<b>Referências.....</b>	<b>321</b>
<b>Sobre a autora.....</b>	<b>341</b>

# Introdução

[...] as sepulturas têm que ser profanadas porque delas podem saltar mortos-vivos, mais vivos que fantasmas paralisantes de certa renovação que já nasce empalhada.<sup>1</sup>

Este livro tem por objetivo compreender uma construção histórica específica, estabelecendo a trajetória de uma instituição universitária desde a sua criação, em 1950, até finais dos anos 70 do século XX. Trata-se da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), inserida em um espaço urbano complexo – a cidade do Rio de Janeiro, com a qual manteve, ao longo do tempo, estreita relação. Essa universidade atravessou e foi marcada, ela própria, pelas transformações geopolíticas, econômicas, administrativas e de desenvolvimento urbano pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou, tendo, inclusive, alterado sua denominação e amplitude – de universidade municipal para universidade estadual.

Foi fundada em 4 de dezembro de 1950, pela Lei nº 547, com o nome de Universidade do Distrito Federal (UDF),<sup>2</sup> a partir da junção de quatro escolas particulares que atravessa-

---

<sup>1</sup> Dirce Côrtes Riedel, em discurso proferido em 1988, ao receber o título de professora emérita da universidade (Riedel, 1990, p. 55).

<sup>2</sup> No corpo deste livro, analisarei mais de perto a “coincidência” do nome dessa nova universidade com o da Universidade do Distrito Federal, criada

vam dificuldades financeiras. Nasceu da confluência de um conjunto de interesses, de ordem pragmática, o que também se refletiu em seu funcionamento acadêmico: desde a sua fundação, e por conta mesmo das práticas trazidas das quatro escolas que lhe deram origem, a nova universidade manteve a tradição de priorizar o ensino em muitos de seus cursos com funcionamento noturno, desqualificando as iniciativas isoladas que se voltassem à pesquisa e à inovação do conhecimento.

Feita universidade, a nova instituição tomou corpo e se desenvolveu no sentido de uma centralização, por meio de exacerbada confluência, para o topo da hierarquia, das decisões e do poder. Esse foi o caminho traçado para a plena incorporação das quatro escolas-fundadoras. A Lei nº 909/1958 é uma das legislações que consolidam essa dinâmica, alterando a regulamentação interna da universidade e passando a denominá-la Universidade do Rio de Janeiro (URJ), nome mantido por pouco tempo, somente até a criação do estado da Guanabara, em 1961.

A criação do novo estado, em 21 de abril de 1961, representou um marco importante para a então URJ, pois, nesse momento de sua trajetória, foi outra vez rebatizada, então como Universidade do Estado da Guanabara (UEG), por meio do Decreto Federal nº 51.210, de 18/08/1961, consolidando-se a estreita relação de colaboração entre os dirigentes universitários e os governos estaduais. O denominado “esvaziamento” da cidade do Rio de Janeiro e a transferência do centro político para Brasília tiveram peso na consolidação desses laços. O próprio governador Carlos Lacerda entendia que a então UEG poderia transformar-se em um “viveiro dos líderes, centro de formação dos dirigentes, não apenas na vida

---

em 1935, por idealização de Anísio Teixeira, e extinta em 1939, pela política centralizadora e excludente do Estado Novo.

intelectual, mas no progresso técnico e profissional da comunidade” (Lacerda, 1963, p. 9).<sup>3</sup> Assim, a colaboração e o apoio entre a então UEG e o governo estadual implicaram, para a instituição em estudo, a possibilidade de receber incentivo político e financeiro, o que culminou em sua consolidação patrimonial, com o início da construção de seu *campus*, o fortalecimento organizacional, principalmente da Reitoria, e sua máquina administrativa, além do estabelecimento de um exercício minucioso e molecular de poder para fazer frente ao setor estudantil, no qual se situou a resistência à política imprimida na universidade por seus dirigentes.

A partir de 1968, esse colaboracionismo assumiu contornos mais nítidos e explícitos, então com o Regime Militar, endurecido após a promulgação do Ato Institucional nº 5. Projetos e concepções em comum foram organizados e defendidos, como a ideia da “universidade-empresa” e o desenvolvimento do Projeto Rondon, o qual, tendo como nascedouro a própria UERJ, tornou-se bastante significativo, pelo destaque alcançado à época.

Por fim, com a fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, a então UEG recebeu sua atual denominação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Decreto-Lei nº 67, de 11 de abril de 1975.<sup>4</sup>

Este livro aborda exatamente a trajetória específica dessa universidade, que, inserida em um espaço urbano complexo, nasceu num contexto pragmático, composto de interesses financeiros, imposições de ordem corporativa e com baixa

<sup>3</sup> Trecho extraído do discurso “A formação das elites na democracia”, proferido pelo então governador Carlos Lacerda ao receber as insígnias de chanceler da Universidade do Estado da Guanabara, em 23/03/1961.

<sup>4</sup> Neste trabalho, optei por utilizar, na redação, a denominação que a universidade teve em cada um de seus períodos passados. Ao leitor, fica a advertência de que as siglas UDE, URJ, UEG e UERJ, quando usadas, referem-se a uma única e mesma instituição de ensino superior.

densidade acadêmica, organizando-se na direção de uma centralização administrativa e afirmando-se no colaboracionismo com os governos estadual e federal, após os anos 1960.

É importante lembrar que, em nosso país, o ensino superior tem sido abordado por vários autores em perspectiva histórica. A própria “crise educacional” e também a universitária, em seus vários aspectos, têm levado muitos estudiosos a direcionar suas pesquisas nesse sentido. Também já existe uma bibliografia razoavelmente extensa a respeito das condições econômicas, sociais, políticas e histórico-culturais, em que os autores analisam o contorno de universidades específicas. O mesmo não é verdadeiro a respeito da universidade aqui tomada como objeto de estudo, pois, a seu respeito, a produção é bastante limitada, apesar de seus mais de quarenta anos de vida e de sua importância para o ensino público superior. Além disso, tal limitação não é só quantitativa. Salvo algumas exceções,<sup>5</sup> as obras e os artigos que localizei – em sua maior parte, materiais mimeografados e editados pela própria

---

<sup>5</sup> Localizamos 24 trabalhos sobre a universidade em foco, entre livros e artigos de revistas, devidamente citados nas “Referências Bibliográficas”. À exceção de um discurso do ex-governador Carlos Lacerda (Lacerda, 1963), do livro de Fábio Daflon, ex-aluno da Faculdade de Medicina (Daflon, 1980), e de um artigo da ex-aluna Fátima Malheiro (Malheiro, 1991), todas as demais obras foram escritas por professores da própria universidade, sendo que seis delas foram organizadas por ex-reitores, a saber, Álvaro Cumplido de Sant’Anna (1967), Haroldo Lisboa da Cunha (1974, 1988, s. d.), João Lyra Filho (1970) e Oscar Accioly Tenório (1963). Dez desses títulos têm a preocupação, a maioria parcialmente (em um capítulo introdutório), de recuperar aspectos sobre a memória da universidade. Dos dez, somente três escapam às críticas acima formuladas, embora tenham como temática central aspectos parciais da instituição. São eles: o livro do ex-aluno Fábio Daflon (1980) sobre o movimento estudantil na Faculdade de Ciências Médicas; um documento mimeografado, escrito pelo professor José Ribamar Bessa Freire (1988) sobre o Departamento de Alunos; e a pesquisa realizada por Evair A. Marques e outros autores (1985), também um documento mimeografado, cuja principal preocupação é a análise da relação entre ensino e pesquisa na universidade, contendo ainda algumas passagens sobre sua história.

universidade – limitam-se a construções de narrativas e encaideamentos de fatos e nomes, a partir da junção de documentos, legislação e da própria memória dos respectivos autores. São histórias dos “heróis” da universidade (seus dirigentes), de seus feitos, que levaram a instituição, invariavelmente, ao crescimento e ao desenvolvimento. Enfim, histórias sem conflitos, embates ou opositores. Outra característica da maioria desses trabalhos é a ausência de análise do material, a partir de um corpo teórico, o que lhes confere uma natureza factual exacerbada. Foram todos originários de iniciativas isoladas, motivadas pela preocupação de alguns não historiadores em preservar a memória da instituição, somente em seu aspecto instituído.

Ao contrário deles, eu tive a intenção de romper com esse tipo de literatura. Pretendi afastar-me do território estrito da memória pessoal, marcante nessa bibliografia, e, ao mesmo tempo, escapar de algumas “ciladas” comuns na história, já criticadas por outros autores.

Primeiro, na direção de captar o processo de constituição da universidade, no qual as experiências, os projetos e as lutas dos que se opuseram, perderam ou foram abafados também tivessem presença, o que implicou realizar uma pesquisa que não se fixasse somente nos “resultados”, ou seja, no projeto hegemônico, nas leis aprovadas.

Em seguida, tive a intenção de marcar os vínculos e as relações da instituição com a complexa conjuntura estadual e nacional na qual a universidade em questão se viu envolvida e se envolveu, mas sem transformar o Estado e seus interlocutores mais diretos nos principais atores das mudanças ali sentidas.

Por fim, procurei estabelecer o sempre fértil “diálogo entre a conceptualização e a confrontação empírica” (Thompson, 1981, p. 185). Nesse sentido, algumas categorias de análise foram utilizadas, mas sem operar uma aderência da universidade a modelos, ou estabelecer causalidades estanques,

que pudessem transformar a história dessa instituição específica num epifenômeno de determinações preestabelecidas.

Além disso, eu pretendia preencher, ainda que parcialmente, uma lacuna: a ausência de análises históricas sobre instituições de ensino superior específicas que não recaíssem sobre os grandes modelos nacionais, sob diversos matizes (a Universidade de São Paulo, a Universidade do Distrito Federal, de 1935, a Universidade de Brasília, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). A atual UERJ não teve, e não tem, um formato educacional e uma produção científica de destaque, de projeção modelar, o que também é verdadeiro no caso de outras dezenas de universidades existentes neste país.

Nesse contexto, eu sabia que estava trilhando a trajetória de uma universidade que não tinha, em seu passado, destaque no cenário nacional. Estava trabalhando com uma história que não correspondia à dos modelos que estão presentes na historiografia, mas que, exatamente por isso, eu poderia falar de perto, e a cada instante, do cotidiano do ensino superior neste país, mesmo que, nesta obra, não houvesse referência direta a essa esfera, mas a uma única instituição. Além disso, o fato de ser uma universidade estatal, e não federal, apresentava interessantes possibilidades de análise, no sentido de captar as articulações da instituição com as conjunturas vividas na unidade da federação em que se localiza.

Meu objetivo central, enfim, foi identificar e analisar o modo como a instituição, hoje designada UERJ, foi construída por seus agentes mais diretos, em sua necessária inter-relação com as conjunturas estadual e federal. Do ponto de vista teórico, portanto, a principal preocupação foi a de construir uma história geograficamente circunscrita a uma única instituição, mas não de forma autônoma. Assim, observar como a atual UERJ interagiu e interferiu em um projeto mais geral de ensino superior e também a própria conjuntura em que esse

projeto foi gerado permeou tanto o raciocínio teórico como a pesquisa das fontes.

Foi uma opção começar pelo particular e, com seu aprofundamento, penetrar na cadeia de relações que o constituem. Seguindo Chartier (1989), tentei captar o que marcou a universidade em questão em sua trajetória, a partir de uma apreensão que, ao mesmo tempo, era “pontual e global”. Eu buscava, no interior da UERJ, em seus sujeitos sociais, nas práticas acadêmicas e administrativas e nos discursos que elaboraram, a trajetória construída para a instituição. Essa construção implicou concessões, alianças e embates internos e externos, ganhos e perdas financeiras para a universidade, criação de hierarquias e regras de funcionamento, elaboração de pautas culturais de comportamento, enfim, uma “absorção-construção” muito singular do econômico, político e social.

Escolhido e definido o tema, procurei estabelecer diálogo com Roger Chartier, para a eleição de algumas categorias teóricas, mesmo ciente das distâncias existentes entre sua história cultural, desenvolvida no campo das práticas de leitura, e a pesquisa a que me propunha, a ser implementada no espaço das práticas institucionais.

O ponto de partida, portanto, foi o reconhecimento, a localização e a análise das práticas que marcaram a universidade, o que foi feito tomando-as em sua multiplicidade e evitando simplificações. Desse ângulo – das práticas educacionais ou institucionais que eram partilhadas – é que se buscou estabelecer as relações e as confluências em níveis mais gerais. O mapeamento dos grupos constituintes da vida universitária também seguiu esse critério. Não foram fixados de antemão. Procurei, seguindo os passos de Roger Chartier, afastar-me de “uma concepção estritamente sociográfica que postula que as clivagens culturais são organizadas necessariamente de acordo com um corte construído previamente” (Chartier, 1989, p. 1.511). Por



fim, a partir da análise das práticas institucionais, foi possível detectar as formas de exercício do poder na universidade, já que não são neutras e visam marcar e delimitar posições.

O conceito de representação, ou seja, os múltiplos sentidos pelos quais uma realidade é apreendida, foi outra categoria teórica utilizada. Conforme Chartier, trabalhar com esse conceito implica captar as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real” (Chartier, 1988, p. 17), que, certamente, variam conforme as classes sociais em questão, mas também conforme os meios intelectuais próprios de cada grupo. É graças a esses esquemas intelectuais incorporados que o presente torna-se decifrável, ganha sentido em cada agrupamento. Essas percepções do social não são, segundo tal acepção, discursos neutros e, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (Chartier, 1988, p. 17). Daí a necessidade que senti, para a compreensão das concepções que nortearam as ações institucionais, de procurar a relação entre os discursos enunciados e a posição institucional, grupal, entre outras, de quem os estava proferindo, inclusive a busca das alianças e partilhas que foram estabelecidas com grupos externos à universidade.

As percepções do social produzem estratégias “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas” (Chartier, 1988, p. 17). Nessa perspectiva de análise, foi possível superar o dualismo em torno da objetividade das estruturas *versus* a subjetividade das representações, na medida em que as representações foram tratadas na qualidade de “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social” (Chartier, 1989, p. 1.513). As concepções e os sistemas de pensamento

não foram trabalhados em separado das condições que permitiram sua produção; foram manejados como formas concretas de vida social experimentadas pelos respectivos grupos.

Em especial no último capítulo, a análise das relações de poder foram aprofundadas a partir da concepção desenvolvida por Michel Foucault, particularmente o conceito de disciplina. Foucault, a partir das obras *Vigiar e punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976), introduziu a questão do poder como objeto central de análise para a história, por ter chamado a atenção para “a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis, inclusive, à sua sustentação e à sua atuação eficaz” (Machado, 1986, p. XI), mas que não se confundem com ele.

Para Foucault, as disciplinas, ou o poder disciplinar, são portadores de um discurso que não se confunde com o da lei, embora sejam seu complemento necessário. Elas veiculam um discurso que não é o da regra jurídica, mas o da regra da normalidade, e seu código é o da normalização. Conforme o autor:

[...] temos, portanto, nas sociedades modernas, a partir do século XIX, até hoje, por um lado uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulados em torno do princípio do corpo social e da delegação de poder; e, por outro, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garante, efetivamente, a coesão desse mesmo corpo social (Foucault, 1986, p. 189).

É duplo o objetivo da disciplina: fabricar corpos úteis e, ao mesmo tempo, submissos. A disciplina desenvolve os corpos em termos econômicos, de utilidade, e pretende diminuir esses mesmos corpos em termos políticos, no sentido da obediência, da dominação acentuada. “Em uma palavra: ela [a disciplina] dissocia o poder do corpo; faz dele, por um

lado, uma *aptidão*, uma *capacidade* que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (Foucault, 1983, p. 127).

Por meio do exercício do poder disciplinar, ocorre a prescrição de táticas de intervenção sobre todos, criminosos ou não, desviantes ou normais. Assim, articula-se todo um campo de práticas preventivas, organizando-se “a entrada em circulação de representações e sinais, a constituição de um horizonte de certeza e verdade, o ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis” (Foucault, 1986, p. 92), que visam a diminuir o desejo de desviar, o qual se estende aos culpados em potencial, ou seja, a todos. Em nosso caso, alunos e professores foram submetidos a uma pressão constante para que se sujeitassem a um mesmo modelo, de subordinação, de docilidade, à exata prática dos deveres e da disciplina. Um conjunto de penalidades ínfimas – objeto de nossa análise no Capítulo IV – foi, gradualmente, montado, comparando, diferenciando, hierarquizando, homogeneizando e também excluindo os que a ele se opunham.

Foram várias as fontes empregadas neste livro. Primeiro, diversos documentos oficiais da própria universidade, como as atas do conselho universitário, os boletins da universidade,<sup>6</sup> as

<sup>6</sup> Esse periódico, de publicação mensal e com poucas interrupções, constituiu-se, nesse campo documental, em um instrumento precioso. Recebeu, ao longo de sua história, quatro denominações, em função de mudanças do nome da universidade. Assim, já se chamou *Boletim da UDF* (de 1956 a junho de 1958), *Boletim da URJ* (de julho de 1958 a agosto de 1961), *Boletim da UEG* (de setembro de 1961 a abril de 1975) e, finalmente, *Boletim da UERJ* (de maio de 1975 em diante). Os primeiros números resumiam-se à transcrição das atas do conselho universitário e do conselho de curadores, além de cópias das resoluções, portarias e atos do reitor. Após as reformulações pelas quais passou, em 1966 o boletim recomeçou sua numeração e passou a incidir sobre os atos que a administração considerava de maior interesse para a comunidade universitária, tanto dos órgãos colegiados,

atas das reuniões das congregações de algumas unidades (pelo menos aquelas que foram preservadas, das quatro escolas originais), os periódicos regulares, os relatórios da Reitoria e os processos do arquivo geral da universidade. Essa foi a primeira aproximação sistemática com o objeto de pesquisa e permitiu o mapeamento dos grupos hegemônicos da instituição estudada, a identificação dos discursos, práticas e embates internos. Foi também a partir dessas leituras que se pôde organizar o levantamento das pessoas a serem entrevistadas, bem como visualizar a legislação a ser localizada e analisada.

Do Centro de Tecnologia Educacional da universidade, foram selecionados alguns vídeos, montados a partir da década de 1980, que continham entrevistas com ex-reitores e alguns poucos antigos funcionários. Esses vídeos, de iniciativa da própria administração, tinham duplo objetivo: registrar a memória da universidade e divulgá-la, conforme sua versão, para um público maior. Daí seus títulos: “Série Memória da UERJ” e “Série Telejornais”. Neles, os entrevistados expunham sua opinião sobre a história da universidade nos períodos em que haviam tido maior participação, o que pretendiam e o que consideravam seus grandes feitos para a instituição.

Os dois tipos de fontes anteriormente citados foram ricos por descreverem e expressarem, principalmente, as práticas, os projetos e as ideias dos grupos hegemônicos que tiveram o controle da universidade, em seus diversos períodos. Permitiram uma análise que traduzia a versão desses grupos sobre a instituição, suas funções, a relação que entendiam existir entre a universidade e a sociedade, além dos demais setores internos. Retratavam também o movimento imprimido à universidade pelos que ocuparam essas posições-chave de poder,

---

Reitoria e unidades, quanto os do Diretório Central dos Estudantes, diretórios acadêmicos e outros.

suas regras, as normas instituídas, ou seja, um conjunto de práticas e discursos que atuaram no sentido de abafar, camuflar, disciplinar ou até mesmo reprimir o que pudesse vir a abalar suas próprias posições e a “estabilidade” da organização. As vozes abafadas e os planos afastados não foram, portanto, contemplados por essas fontes, embora elas tenham fornecido pistas para etapas posteriores da pesquisa.

As obras e os artigos sobre a universidade citados ao final deste livro constituíram outro grupo de fontes percorridas, a partir de um levantamento feito nas bibliotecas da própria instituição, arquivos de unidades e do acervo pessoal do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha. Apesar do pequeno porte, a maioria pequenos artigos e materiais mimeografados, essa bibliografia ofereceu contribuições diferenciadas, conforme o autor, a época da redação e o destino a que visavam, principalmente quanto ao grau de criticidade e de articulação com as conjunturas nacional e estadual. As obras mais recentes e de iniciativa pessoal tendiam, mais que as antigas e “oficiais”, a expor posições menos aderentes e conformadas acerca do destino das escolas e da universidade, bem como a realizar, com mais clareza, articulações com o contexto mais geral da época analisada. De modo geral, mais do que as fontes propriamente documentais, continham análises e avaliações, permitindo uma apreensão qualitativamente superior quanto a esse aspecto.

As entrevistas foram realizadas com lideranças e figuras pregnantes dos principais grupos formais e informais, detectados após a análise documental. Foram realizadas não só com aqueles cujos projetos permaneceram, mas também com aqueles cuja inserção institucional levou à exclusão e ao silêncio. Abrangeram professores, ex-alunos e um funcionário, em suas histórias não escritas e abafadas, procurando-se, nessa seleção, contemplar os critérios de representatividade e fidedignidade, quanto aos depoimentos que os sujeitos poderiam oferecer.

Não foram tratadas com o objetivo de responder a perguntas que outras fontes não conseguiram realizar, embora, algumas vezes, isso tenha ocorrido, mas de abrir novas questões, novas perspectivas de análise, de estabelecer relações e articulações novas, para cada período estudado. Sem dúvida, foram extremamente ricas no sentido de captar os “climas” institucionais.

No trato dessas fontes, procurei levar em conta o processo e as condições de produção dos discursos. Tanto nos materiais escritos como nos orais, a intenção foi não só obter informações, mas principalmente captar, conforme a expressão de Eni Pulcinelli Orlandi, os “efeitos de sentido entre interlocutores”, como parte da dinâmica institucional e “do funcionamento social geral [... no qual] os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, isto é, as condições de produção, constituem o sentido da sequência verbal produzida” (Orlandi, 1987, p. 87). Procurou-se analisar o que foi dito e escrito, não somente como resultado da intenção de um sujeito em informar outro, mas também da relação de sentidos estabelecida por eles em determinado contexto social e histórico. Nessa perspectiva, os textos foram tratados não apenas como documentos que ilustram determinada situação em que foram construídos – objetivo central da análise de conteúdo –, mas também como monumentos, situação em que se levou em consideração “a historicidade inscrita neles” (Orlandi, 1987, pp. 12-13).

Organizei o corpo deste livro em quatro capítulos. O primeiro discute, centralmente, o ato de criação da atual UERJ, fundada em 1950, a partir da junção de quatro escolas particulares de ensino superior. Esse primeiro recorte temporal, contudo, teve de se estender um pouco para o passado, para que pudesse percorrer, ainda que sinteticamente, a trajetória dessas quatro faculdades privadas que lhe deram origem, todas criadas na década de 1930, no período varguista.

No estudo das quatro escolas-fundadoras, a principal intenção foi captar o legado levado por elas para a nova universidade, no que se refere a experiências acumuladas, práticas, acordos, patrimônio físico e cultural. Esses aspectos marcaram o ato da fundação, no qual interesses diversos de ordem pragmática estiveram presentes, o que acabou por ganhar corpo como uma das hipóteses centrais desta pesquisa.

O capítulo II analisa o desenvolvimento propriamente dito da universidade em questão. Começa retratando seus dez primeiros anos de vida, que vão desde a sua criação, pela Lei nº 547, de 4/12/1950, até o ano em que se encerra a plena incorporação das quatro faculdades que a compunham originalmente, em especial no que tange a seus patrimônios e distribuição das verbas públicas pelas unidades. Então, mapeia-se o formato institucional que foi dado à nova universidade, com seu estilo de crescimento, as medidas e os motivos que organizaram professores e alunos em suas práticas. Enfim, traça-se um retrato institucional da nova escola. Aqui, parti basicamente do raciocínio de que o desenvolvimento da universidade caminhava no sentido de superar o total isolamento funcional, administrativo e acadêmico das unidades que a marcou em seus primórdios, por meio de uma centralização em torno da administração, da criação de normas e regras que a disciplinassem e a tornassem mais homogênea. Ainda nesse capítulo, são discutidas as fortes relações de apoio político e financeiro estabelecidas entre a administração universitária e o recém-criado governo do estado da Guanabara. Essa aliança foi um importante dispositivo para a institucionalização interna da nova universidade, para fortalecer politicamente aqueles que ocupavam as posições de mando na instituição e que, nessa nova composição, puderam criar regras, normas e padrões a serem seguidos por todas as unidades, garantindo, assim, a permanência da organização.

O projeto construído para a universidade é tema do Capítulo III, em que são discutidas a meta patrimonial dos dirigentes universitários – a construção do *campus* – e a proposta propriamente educacional formulada para a instituição, que se pautava numa ligação mais estreita entre a universidade e o mercado de trabalho, centralizando as práticas docentes e discentes exclusivamente na administração de um “ensino utilitário”. Em ambos os casos, procurei analisar as implicações políticas envolvidas, no sentido de consolidar um estilo de administração eleito internamente e do estreitamento de laços com o regime militar instalado no país.

A resistência estudantil à centralização administrativa imposta e ao “modelo de universidade-empresa” que se pretendia implantar nos anos 1960 é tema de análise do último capítulo. Nele, discuto as propostas e a organização do movimento estudantil, a repressão que se abateu sobre os alunos, especialmente nos anos que se seguiram a 1968, selada, por um lado, pela ampla legislação nacional e, por outro, pelas resoluções internas da universidade. Procuo ainda investigar as novas práticas discursivas e não discursivas que, aos poucos, foram construídas, em níveis mais capilares, para a contenção dessa oposição. Trabalhei, principalmente, com a hipótese de que não houve, no caso dessa universidade, a necessidade de uma intervenção militar, como em outras escolas do país; o colaboracionismo estabelecido em 1964, e reafirmado em 1968, com o regime militar, traduzia afinidades que já estavam delineadas bem antes do golpe.

A pesquisa foi interrompida em finais dos anos 70 do século XX por um conjunto de razões. Uma série de marcas que se destacavam na dinâmica institucional, desde os anos 60 do século XX e, mais acentuadamente, no pós-68, começava a declinar, a se modificar e assumir novos contornos a partir de meados de 1970. Somente a título de introdução,



pois esses temas são discutidos no corpo do livro, diminuíram, lentamente, as vinculações orgânicas e o decorrente colaboracionismo que as reitorias da universidade vinham mantendo com os governos estaduais e federais; a “figura dos grandes reitores” começava a se esfumazar; diversificavam-se os projetos prioritários e hegemônicos na universidade. Data também do final desse período a rearticulação de polos de crítica à política hegemônica na universidade, polos que começavam a tomar uma forma mais orgânica em finais de 1970 – em compasso com o movimento mais geral de reorganização da sociedade civil – e que inauguraram um novo período na instituição.

Pessoalmente, um conjunto de razões me levou à construção desta história: primeiro, porque, trabalhando em educação há mais de vinte anos, vivenciei muitas das dificuldades que grassam nesse campo: a ausência de incentivo por parte dos governantes; a estrutura obsoleta da maioria das instituições de ensino do país, em todos os níveis; a resistência interna, por parte mesmo de alunos e professores, em modificar esse quadro; o excesso de regras e disciplinas institucionais, que têm, como contrapartida, a ausência de discussão crítica sobre essa realidade. Especificamente em relação ao ensino superior, somaram-se aos problemas anteriores uma imensa inquietude, que sempre me provocou, a insignificante produção científica, que habita a maioria das instituições de ensino superior brasileiras, que mal disfarçam seus perfis, essencialmente reprodutores e disciplinares. Todos foram fortes motivos pessoais que me levaram a buscar esse tema.

Optei por trabalhar com essa instituição principalmente pela longa convivência que tenho com ela, na condição de estudante, nos inícios dos anos 70 do século XX, e de professora, após 1986. Ao longo desse percurso, assaltava-me a insatisfação quanto à qualidade de seus cursos, ao precário desenvolvimento de pesquisas e ao rumo que essa universida-

de tomou no cenário do ensino superior do país. Nessa trajetória pessoal, impôs-se a necessidade de conhecer mais sobre sua história passada, os grupos que a compuseram, os embates que travaram, os projetos que foram construindo, por meio de suas práticas, as concepções que teceram e as relações de poder que se estabeleceram. Portanto, longe do olhar “neutro” e “descomprometido” do pesquisador, minha implicação, neste estudo, esteve presente, clara e o mais conscientemente possível, desde os primeiros passos da construção desta história. O trabalho foi organizado, portanto, durante todo o tempo, de dentro da própria universidade que me propunha a estudar. Isso implicou um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: ser professora universitária, fazendo parte de uma categoria que, além das funções de ensino e pesquisa, ocupa postos de mando na instituição, estar submetida a imposições quanto a prazos e propostas viáveis e pertinentes de pesquisa, portanto financiáveis ou não, e, principalmente, ter como tema central de trabalho a vida de uma universidade da qual participo. Foi em função desse lugar que se instauraram os métodos, que se delineou minha topografia de interesses e que os documentos, as fontes e questões levantadas se organizaram (Certeau, 1989). Exatamente por essa inserção na universidade, uma vez iniciada a pesquisa, a cada dificuldade com que esbarrava – e não foram poucas –, mais me apaixonava diante da ideia da descoberta de novas pistas e diante do desafio de alcançar explicações mais abrangentes e conclusivas, que pudessem vir a ajudar não só a compreender o passado dessa universidade, como também a criar caminhos novos e empreender novos combates para seu desenvolvimento futuro.

Esta pesquisa foi originalmente apresentada como tese de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação da PUC-SP, em maio de 1995,

com o financiamento da CNPq, da Faperj e pela própria UERJ, instituições às quais agradeço publicamente. O projeto original, escrito em 1991, sofreu profunda reformulação, atendendo a críticas e sugestões feitas, em diferentes momentos desse percurso, por Déa Ribeiro Fenelon, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Mirian Jorge Warde e Ronaldo Coutinho, posteriormente membros da banca examinadora da tese. Com suas contribuições, foi-me possível tomar esse direcionamento, pelo qual eles não são, naturalmente, responsáveis.

Agradeço aos amigos Maria da Glória Ribeiro da Silva (*in memoriam*), que me introduziu nessa temática em finais dos anos 70, Maristela Fantin, que amenizou muitas angústias durante os quatro anos do curso de doutorado, e aos grandes companheiros da Associação de Docentes da UERJ e do ANDES-SN, que deram o alimento político necessário a esta caminhada.

Aos ex-alunos do Instituto de Psicologia da UERJ – Adriana Rosa Cruz Santos, Carlos André Soares Nogueira, Cristina Soares Viana, Henrique Antunes Vitalino, Marcelo Pinto Gonçalves, Marly Marques da Cruz e Wladimir Pereira de Souza –, agradeço a dedicação com que me auxiliaram, na qualidade de bolsistas de iniciação científica, no árduo levantamento dos dados; a Leila Braille e Sérgio Franklin, por haverem decifrado meus primeiros manuscritos, e a Maria Lúcia Gonçalves, pela delicadeza e a correção com que tratou minha ortografia.

Mais do que agradecimentos, sempre deverei ao meu ex-orientador, professor Afonso Carlos Marques dos Santos (*in memoriam*), extremos carinho e admiração, pela paciência e pelo contagiante vigor intelectual.

## Capítulo I

# Uma universidade para o Distrito Federal: a gênese da segunda UDF

A primeira Universidade do Distrito Federal foi idealizada por Anísio Teixeira e criada em 1935 por decreto do então prefeito Pedro Ernesto. Sua implantação teve repercussão entre a intelectualidade brasileira, que a aclamou como uma instituição efetivamente vigorosa. Entre outros traços de originalidade, foi uma das poucas universidades do país projetada e desenvolvida a partir de um criterioso planejamento, que não tinha origem na simples aglutinação de unidades isoladas pre-existentes. No entanto, para aqueles que, à época, representavam a política educacional do governo, essa Universidade do Distrito Federal foi considerada, desde a sua fundação, uma instituição perigosa, que desafiava a disciplina instituída no campo educacional. Sofreu perseguições, desde antes de sua criação, e acabou por ser extinta em 1939.

A universidade aqui analisada não é essa, mas a “segunda Universidade do Distrito Federal”, a UDF, criada, 15 anos depois, pela Lei nº 547/1950. Diferentemente da primeira, essa instituição não emanou de um planejamento global, mas do simples agrupamento de quatro escolas particulares de ensino superior, todas em pleno funcionamento desde a década de 1930. Conforme o artigo 2º da Lei nº 547/1950, deveriam

compor essa UDF as seguintes faculdades: a) Faculdade de Ciências Jurídicas; b) Faculdade de Ciências Econômicas; c) Faculdade de Ciências e Letras; e d) Faculdade de Ciências Médicas. As quatro eram, originalmente, escolas superiores particulares: as três primeiras eram sociedades civis, e a Faculdade de Ciências Médicas, uma sociedade anônima. Essas escolas-fundadoras constituem, assim, o primeiro momento de nossa análise.

## **1 – As escolas-fundadoras**

Originalmente, planejei percorrer a história das escolas que deram origem à UDF desde as suas fundações, conforme as categorias teóricas delineadas na introdução, por meio da análise das práticas e representações de seus atores e das relações de poder que estabeleceram. Pretendia, ao traçar essa arqueologia, alcançar maiores esclarecimentos quanto às nuances ideológicas, acadêmicas e administrativas dos principais grupos idealizadores e fundadores da UDF, captar as práticas e experiências que trouxeram para a nova universidade, além de analisar seus projetos à luz da ideologia educacional hegemônica durante o Estado Novo. Esse propósito mostrou-se impossível, pelo menos no corpo deste trabalho, uma vez que não havia documentação original disponível. Após exaustivas tentativas, foram localizadas as atas das congregações (no caso da FFCL e da FCM, com grandes lacunas temporais) e alguns documentos esparsos e textos escritos, muitos anos depois, nos quais não havia rigor quanto à citação das fontes utilizadas. É lamentável constatar a ausência de registros sistemáticos sobre o número de professores, a situação de recrutamento, as condições de trabalho e os planos acadêmicos, o que poderia ter fornecido a este trabalho preciosa análise. Quanto aos alunos, a situação documental mostrava-se ainda mais precária.

A essa dificuldade, somou-se outra. Cheguei à conclusão de que esse empreendimento implicava a construção histórica da trajetória de outras quatro instituições de ensino superior, além da própria universidade que me propunha a analisar como objeto de pesquisa, na medida em que o material preservado, embora insuficiente para meu intento original, já apontava no sentido de uma acentuada heterogeneidade entre essas quatro escolas.

Assim, mesmo ciente dessa fragilidade documental, optei por registrar no corpo deste trabalho um breve relato sobre a história dessas quatro escolas e, a partir dele, tecer considerações sobre a fundação da universidade.

### **1.1 – Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ)**

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, nome com que foi fundada, teve sua primeira reunião preparatória em 26 de janeiro de 1935. A motivação proclamada pelos participantes da fundação era criar um centro de ensino livre, não remunerado pelo Tesouro Nacional, o que lhes facilitaria o recrutamento de um corpo docente de alto nível e maior liberdade administrativa, já que estariam desobrigados dos compromissos inerentes à função pública.<sup>7</sup> Avaliavam, ainda, que os alunos excedentes da Faculdade Nacional de Direito seriam facilmente atraídos pela qualidade de ensino que poderiam assegurar. Esse atrativo se tornaria ainda mais forte levando-se em conta que os candidatos aprovados na Faculdade Nacional de Direito e em outras faculdades oficiais poderiam ter acesso automático a essa nova instituição de ensino jurídico.<sup>8</sup> Houve alguma resistência ao projeto, por parte da imprensa, que

---

<sup>7</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 26/01/1935.

<sup>8</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 01/03/1935.

considerava um desperdício a criação de “mais um foco de bacharelismo” (Alegria, 1985, p. 9). Mesmo assim, o grupo fundador logo organizou o primeiro vestibular, e o curso teve seu bacharelado inaugurado em 11 de maio de 1935, com sede na Associação Cristã de Moços (ACM), então situada à rua Araújo Porto Alegre, 36.

A faculdade foi organizada, juridicamente, sob a forma de uma sociedade civil, cuja finalidade era “manter estabelecimentos para o ensino, especialmente de ciências jurídicas e sociais, e prestar a professores, alunos e funcionários todos os benefícios de serviço seguro e previdência sociais”.<sup>9</sup> Seu regimento interno, bem como as matérias lecionadas, eram iguais aos cursos das faculdades de direito federais.<sup>10</sup> Iniciou com uma receita muito baixa, problema que foi intensificado com o abandono de alunos, nos dois anos iniciais, pelo fato de o curso não ter reconhecimento oficial. Essa situação trazia sérios problemas para a manutenção do ensino, submetendo o corpo docente a condições de trabalho bastante desfavoráveis. Lopo Alegria informa que:

Nesse período crítico, muitos foram os atos de desprendimento de todo o professorado, sem exceção. O diretor, por exemplo, em junho de 1935, para permitir que fosse contratado um funcionário para a secretaria, abriu mão de seus próprios vencimentos. À época, aliás, segundo os assentamentos constantes dos livros contábeis, os professores não recebiam seus próprios vencimentos, assinando vales simbólicos para aparentar a regularidade da situação financeira da escola (Alegria, 1985, p. 14).

<sup>9</sup> Estatutos da Sociedade Civil da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, reproduzido no Livro de Atas da Sociedade Civil, de 19/01/1959.

<sup>10</sup> As matérias estão relacionadas no primeiro estatuto, e a decisão sobre o regimento interno está registrada na ata da congregação de 15/06/1935.

No próprio ano da fundação, a congregação já se preocupava com o fato de que a inspeção preliminar não fosse concedida, em função da instabilidade financeira da instituição, razão pela qual foi aprovado por unanimidade

[...] que todos os professores presentes se obrigavam a entrar cada um com a quantia de cinco contos de réis, para os cofres da Faculdade, na eventualidade de se encontrar ela, dentro dos três primeiros anos do seu funcionamento, a partir da data da concessão da inspeção prévia, em situação de não poder continuar os seus trabalhos por escassez da receita proveniente das taxas escolares.<sup>11</sup>

No entanto, a partir de medidas legais, logo esse quadro se modificou. Primeiro, o Decreto Municipal nº 170, de 13/01/1937, passou a considerar a faculdade de utilidade pública; depois, o Decreto nº 3.772, de 28/02/1939, que reconheceu o curso de bacharelado em direito, mantido pela faculdade. Esse segundo decreto, porém, não foi facilmente aprovado. Os três primeiros pareceres do Conselho Nacional de Educação foram contrários à inspeção preliminar, entre outras razões, porque a natureza do contrato primitivo celebrado com a Associação Cristã de Moços implicava, de certa forma, uma fusão das duas instituições e, portanto, envolvia sacrifício da autonomia administrativa e didática da faculdade, cujo curso de bacharelado, nessas condições, tornava-se um dos cursos regulares da ACM.<sup>12</sup> Outra das razões alegadas para a negativa do Conselho no que se refere à inspeção preliminar foi o fato de alguns alunos estarem em situação irre-

<sup>11</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 22/11/1935.

<sup>12</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 16/02/1936.



gular quanto à documentação do curso secundário.<sup>13</sup> Então, os acertos necessários ao término desses impedimentos foram providenciados; e contatos mais estreitos e amistosos começaram a ser estabelecidos com as autoridades responsáveis pela solução do impasse.

Em 1937, a congregação formou uma comissão para agradecer pessoalmente ao presidente da República “a assinatura do decreto de concessão da inspeção preliminar e ao ministro da Educação pela simpatia manifesta pela faculdade”.<sup>14</sup> Ainda nesse mesmo ano, foi aprovado um “voto de simpatia e congratulações com os srs. presidente da República, dr. Getúlio Vargas, pelo discurso traçando as diretrizes da Educação Nacional, e o ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, pelo discurso pronunciado na ocasião do Centenário do Colégio Pedro II”.<sup>15</sup> Em maio de 1938, a Congregação congratulava-se com o sr. presidente da República, por “ter escapado ileso do atentado nefando e monstruoso do dia 11 do corrente mês, manifestando a sua Ex<sup>a</sup> votos de admiração pela coragem pessoal [...]”.<sup>16</sup>

Os estudantes, igualmente, se movimentaram pelo reconhecimento do curso, obtendo, inclusive, uma audiência com o então presidente da República. Por fim, em 1939, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 3.772, que concedia o reconhecimento do curso de bacharelado em direito mantido pela faculdade. Deve-se registrar, ainda, a importância fundamental desses dois atos jurídicos, uma vez que propiciaram a percepção de auxílio oficial. Por outro lado, o

---

<sup>13</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 25/07/1936 e 18/08/1936.

<sup>14</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 13/09/1937.

<sup>15</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 27/12/1937.

<sup>16</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 21/05/1938.

quadro de evasão dos alunos modificou-se, aumentando em muito a procura pela nova escola.

O ano de 1939 foi, portanto, um ano de otimismo: além do reconhecimento oficial, da inclusão da faculdade entre os estabelecimentos subvencionados pelo governo, a primeira turma, com 43 alunos, colava grau. Como forma de agradecimento ao empenho do presidente da República em sanar as dificuldades encontradas, nos primeiros anos de funcionamento do curso, essa primeira turma de formandos homenageou, como paraninfo, o dr. Getúlio Vargas, a quem também foi conferido o título de “professor honorário” pela congregação, no mesmo ano. O texto da concessão dessa última titulação é o seguinte:

A Congregação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, querendo testemunhar o seu elevado apreço ao eminente chefe do governo pelo que tem feito em prol do ensino em todos os seus graus, quer procurando por medidas concretas difundir e sistematizar o ensino primário no país, nacionalizando-o nos estados em que se agrupam grandes núcleos de imigrantes estrangeiros, corrigindo os males que a incúria dos governos locais deixou assustadoramente avultar; quer intensificando o desenvolvimento do ensino profissional; quer, no tocante ao ensino secundário e superior, esforçando-se em reerguê-lo da degradação em que se afundara, devido, em grande parte, às sucessivas reformas ditadas por orientações doutrinárias diversas; e atendendo aos méritos de exímio jurista do Exmo. sr. dr. Getúlio Vargas; resolve conferir-lhe o título de “professor honorário” desta faculdade.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 26/09/1939. É importante registrar que, enquanto a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro congratulava-se com o presidente, professores das faculdades de economia e

O número de candidatos aumentou tanto, com essas medidas, que se colocou como premente a compra de um prédio.<sup>18</sup> A escolha recaiu sobre o prédio da rua do Catete, 243, pertencente à Fazenda Nacional, cuja compra foi efetuada em 15 de outubro de 1942, mediante o pagamento em 15 anos. Na prática, porém, só houve pagamento por quatro anos, visto que, a partir das negociações encabeçadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi assinado o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que cancelava a dívida da faculdade com a União, por considerá-la uma instituição que prestava serviços relevantes ao ensino superior.

O primeiro corpo docente do curso, organizado em 1935, era composto pelos professores-fundadores, contando com nomes expressivos nos campos jurídico e educacional.<sup>19</sup> As modificações seguintes ocorreram por meio de indicações, a partir das quais eram nomeados os novos professores catedráticos. Então, de 1945 em diante, foi introduzida a prática de concursos públicos de títulos e provas.<sup>20</sup>

Foram mínimas as referências sobre discussões, por parte da congregação ou de outro grupo representativo da

---

direito da então UDF (aquela idealizada por Anísio Teixeira em 1935) haviam sido presos e demitidos pelo governo Vargas. Entre outros, cabe citar o caso do professor Hermes Lima.

<sup>18</sup> Conforme dados extraídos de Alegria (1985), em 1943, quando ocorreu a mudança para o novo prédio, o número de alunos já era de 314. No ano seguinte, foi concedida autorização para que o número de matrículas, em cada uma das cinco séries, fosse aumentado para duzentos (Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 3/01/1945). Em 1950, o número de matriculados já era de 1.442 alunos (Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 1/06/1950).

<sup>19</sup> Na Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 23/03/1935, consta o nome dos primeiros catedráticos convidados. Entre vários outros, cabe destaque ao professor Afrânio Peixoto, catedrático de medicina legal e reitor da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935.

<sup>20</sup> O primeiro concurso para a cátedra de direito penal está registrado na Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 12/03/1945.

faculdade, a respeito da incorporação à Universidade do Distrito Federal. Em 1946, o “professor Ary Franco comunica que foi procurado pelo professor Paulo de Carvalho, da Faculdade de Medicina, que deseja[va] entender-se com outras escolas superiores para organizar uma universidade”.<sup>21</sup> Na ocasião, as opiniões da congregação são convergentes no sentido de que seria mais vantajoso para a faculdade filiar-se à Universidade do Brasil, como simples “aliada”. Somente após a assinatura da Lei nº 547/50, que criou a nova UDF, “foi debatido longamente o assunto na congregação [...] e ficou resolvido que se oficiasse ao sr. prefeito comunicando que a faculdade tinha tomado conhecimento dos termos da lei e que aguardava providências a respeito”.<sup>22</sup> No entanto, a “longa discussão” não foi reproduzida. Nada que pudesse sugerir um projeto comum com as outras três unidades originais da então UDF, mesmo que fosse um projeto organizacional ou financeiro. Vale frisar que a mesma ausência de integração foi verificada em relação a projetos acadêmicos.

O assentimento propriamente dito da congregação para a incorporação só se deu em agosto de 1951. Curiosamente, a dissolução da sociedade só ocorreu 25 anos depois, ou seja, em 17 de dezembro de 1975, quando, em Assembleia Geral Extraordinária, os sócios da sociedade dissolveram-na, por “considerarem exauridas suas finalidades sociais, agora exercidas pela universidade” (Alegria, 1985, p. 29). Também nessa data, o patrimônio social da sociedade, integrado pelo prédio da rua do Catete e por alguns bens móveis, foi destinado integralmente à universidade.

---

<sup>21</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 30/03/1946.

<sup>22</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas de 20/12/1950.

## 1.2 – Faculdade de Ciências Médicas (FCM)

Os primeiros estudos para a criação da Faculdade de Ciências Médicas tiveram origem numa reunião realizada em 5 de dezembro de 1935, por iniciativa do professor Rolando Monteiro (que viria a ser o primeiro reitor da UDF). Era intenção dos fundadores dotar o ensino médico de um estabelecimento didático capaz de educar os jovens à luz das aquisições da ciência moderna e assentado no método experimental. Também pretendiam, conforme o professor Thomaz Rocha Lagôa, criar um estabelecimento desvinculado dos compromissos ideológicos então reinantes, porque, na opinião desse professor,

os acontecimentos revolucionários de 1930, sacudindo até os alicerces da administração pública do país, refletiam, de maneira conturbadora, também nas camadas de ensino, por isso que as escolas médicas eram, na sua maioria, dirigidas por elementos vinculados à situação revolucionária, empenhada em tudo subverter no ambiente brasileiro (Lagôa, 1967, p. 73).

Para Rocha Lagôa, somente a iniciativa educacional livre poderia escapar a essa situação, o que justificava a idealização dessa nova faculdade médica.

Conforme Sant’Anna, essa primeira assembleia preparatória da nova faculdade contava, entre seus membros, com “figuras prestigiosas na sociedade e muito relacionadas, o que concorreu sobremodo para facilitar o êxito do empreendimento” (Sant’Anna, 1967, p. 27).<sup>23</sup> Dois aspectos foram particu-

---

<sup>23</sup> Álvaro Cumplido de Sant’Anna foi um dos signatários da Ata de 5/12/1935, relativa à fundação da faculdade. Sant’Anna foi diretor da Faculdade de Ci-

larmente importantes para o êxito dessa empreitada: o primeiro, de ordem política – a estreita ligação entre um desses acionistas e a imprensa, e seu parentesco com o comandante da 1ª Região, general Almério de Moura, o que possibilitou vencer as resistências do governo federal, conseguindo-se a liberação do alvará. O segundo, de ordem acadêmica, pois alguns dos professores-fundadores já chefiavam serviços e estavam instalados em instituições hospitalares, o que facilitaria a prática necessária ao ensino médico. Esse último aspecto foi sobretudo importante para que a faculdade fosse reconhecida, porque exatamente na inexistência de um hospital de clínicas é que se baseavam algumas resistências à criação da nova escola médica, por parte de membros do governo federal.

Na verdade, conforme o depoimento do médico Ismael da Silva Neto, não se criou um único estabelecimento para o funcionamento da nova faculdade: “[...] alguns médicos que tinham serviços em vários hospitais do Rio de Janeiro [...] começaram a pensar em formar a Faculdade de Medicina, e ela foi formada pelo agrupamento de serviços: alguns da Santa Casa, do Moncorvo Filho, do próprio Pedro Ernesto [...] e os primeiros catedráticos nada mais eram do que os antigos chefes de serviço de hospitais descentralizados”.<sup>24</sup>

---

ências Médicas, membro do Conselho Universitário por mais de uma gestão e reitor em exercício da UDF entre 1955 e 1957.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Ismael da Silva Neto, em 1993, para nossa pesquisa. Ismael da Silva Neto entrou para a universidade como estudante em 1961, época em que foi participante ativo do diretório da Faculdade de Ciências Médicas. Logo após a sua formatura, ingressou no quadro da universidade, no qual permaneceu como professor. Embora não estivesse na faculdade na época de sua criação, em 1935, conheceu de perto essa fase da instituição, em que a prática médica ocorria em diversos serviços de atendimento espalhados pela cidade. Ele teve, inclusive, ativa participação no desfecho dessa etapa da história da FCM, o que só ocorreu no ano de 1961, quando houve a incorporação do hospital Pedro Ernesto à universidade, o que possibilitou a unificação dos estágios e residências em um só local. Ismael da Silva Neto foi presidente da Comissão Pedro Ernesto, que tinha

A faculdade iniciou seus trabalhos sob a direção do professor Antonio Cardoso Fontes, renomado cientista do Instituto Oswaldo Cruz, tendo como sede as dependências da Fundação Gafrée-Guinle. Três anos depois, pediu-se o reconhecimento oficial da faculdade, o que foi obtido pelo Decreto nº 5.166, de 23 de janeiro de 1940, por ato da presidência da República, após ter sido ouvido o Conselho Nacional de Educação. Agamémnon Parente, integrante da primeira turma da faculdade, considera

[...] interessante recordar que o paraninfo, por eleição unânime, da primeira turma de médicos (ano de 1941), formados por essa gloriosa faculdade, foi o Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Ilustre Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Os doutorandos agradeceram, por esse modo, o reconhecimento oficial da Faculdade de Ciências Médicas, pelo Governo da República (Parente, 1980, p. 68-69).

De início, a convivência da faculdade com o hospital não desencadeou problemas, mas logo a Fundação Gafrée-Guinle reivindicou o direito de exercer ação disciplinar sobre os alunos, e as discordâncias começaram. Conforme Sant'Anna (1967, p. 28), “mercê da compreensão dos professores, que contribuíam pecuniariamente e que nenhuma retribuição financeira recebiam pelo trabalho de lecionar,<sup>25</sup> foi possível a construção de uma sede própria para abrigar a faculdade”,

---

por objetivo a “ocupação do hospital, após a sua incorporação, já que muitos catedráticos não queriam se transferir para o hospital, por já terem serviços solidamente montados em outras casas de saúde”.

<sup>25</sup> A partir da assembleia de 5 de setembro de 1946, essa situação de não pagamento de professores foi regularizada, sendo creditados honorários desde fevereiro 1947.

à rua Cadete Ulisses Viana, 35, em São Cristóvão, decisão datada de 23/12/1938.

Mas esse clima de despreendimento não perdurou por muito tempo. Os próprios fundadores e idealizadores da faculdade deram à nova instituição, deliberadamente ou não, uma característica comercial, ou seja, constituíram-na como uma sociedade anônima, cujos acionistas eram os próprios professores. Conforme os estatutos da entidade, a sociedade anônima deveria “manter, de acordo com as exigências do ensino oficial, a Faculdade de Ciências Médicas, cuja organização técnica e didática ficaria a cargo da respectiva congregação de professores”.<sup>26</sup> Também nesse documento, ficava estipulado o capital social total de Cr\$ 2.400.000,00, dividido em quatrocentas ações ordinárias e nominativas. O que pude constatar, percorrendo as atas existentes,<sup>27</sup> foi que as questões de ordem financeira, em muitos momentos estritamente comerciais, tomaram corpo, com facilidade, no decorrer do tempo, ficando as discussões pertinentes à congregação, de ordem acadêmica ou médica, em um plano bastante secundário. Os momentos mais acalorados das reuniões eram reservados aos debates referentes ao aumento de capital da sociedade anônima, à compra de novos imóveis, transparecendo mesmo a ambição por lucro, por parte de alguns acionistas.

Em pouco tempo, essa situação complicou-se. Na opinião de Sant’Anna, a maioria dos professores acionistas – maioria como professores, mas minoria como acionistas – logo percebeu que “aquilo que, de início, era puro idealismo já estava enveredando para a competição do capital, no domínio

<sup>26</sup> Trecho retirado dos Estatutos da Faculdade de Ciências Médicas, publicado no *Diário Oficial* de 18/06/1947, p. 8.244.

<sup>27</sup> Consultei as atas da sociedade anônima, cujo primeiro livro foi aberto em dezembro de 1935 e interrompido logo na página 25. As atas voltaram a ser sistematicamente registradas, em novo livro, somente em dezembro de 1943.



econômico” (Sant’Anna, 1967, p. 33), em especial porque houve sucessivos aumentos do capital social, inclusive para a compra do terreno da Fonseca Teles, 121, onde, em 1944, começou a se erguer um portentoso prédio de 18 andares.

Por ocasião da incorporação à UDF, em 1950, esse clima já atingira seu clímax, inclusive porque vários novos professores lá haviam ingressado. Esses novatos não possuíam ações da sociedade anônima, o que configurava a existência de dois grupos: o dos empregados e o dos empregadores. A voz da congregação, constituída de todos os professores catedráticos, era, não raras vezes, sufocada pela maioria do capital, nas assembleias da S.A., e “os sadios propósitos que congregaram os professores-fundadores” se desvirtuaram, segundo a apreciação de Sant’Anna (1967, p. 33).

Nesse cenário, a incorporação à UDF não foi tranquila. De um lado, havia professores que defendiam a entrada da Faculdade de Ciências Médicas na nova universidade, a fim de resguardar o futuro da instituição de ensino, sob o manto da prefeitura do Distrito Federal; por outro, dos quais o professor Rocha Lagôa era um dos eminentes representantes, entendia-se que esse ato significava arrastar a FCM/S.A. no turbilhão da mentalidade burocrática, conforme se pode depreender do seguinte texto:

Dessa hora em diante, começou uma obra revoltante e injusta; aqueles que pouco ou nada tinham feito pela grandeza da instituição colocaram-se ao lado da Prefeitura do Distrito Federal no esforço de a ela entregar, quase de graça, um imenso patrimônio cultural e material que custara aos notificantes e aos seus companheiros de empreendimento sacrifícios de toda espécie [...] [estavam] fascinados pela ideia de se transformarem em funcionários públicos, com as vantagens decorrentes desta situação (Lagôa, 1967, p. 73).

À posição dos professores constituintes do primeiro grupo, somaram-se a agitação e o apoio estudantil, pois a manutenção da universidade pela municipalidade poderia vir a estabelecer a amortização progressiva das mensalidades caríssimas a que os alunos estavam submetidos. Venceu, internamente, a decisão de incorporar a faculdade à UDF e, diante do ambiente de interesses financeiros que preponderava entre os portadores da maioria das quatrocentas ações, não há dúvida de que a minoria teve de recorrer a fortes argumentos também dessa ordem, a fim de convencê-los.

O fato é que a Faculdade de Ciências Médicas entrou na UDF, uma universidade pública, subvencionada pelos cofres da prefeitura, ainda na qualidade de sociedade anônima, uma entidade com fins comerciais, o que constituía uma situação incomum e bastante complexa tanto do ponto de vista jurídico quanto financeiro.<sup>28</sup>

### 1.3 – Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)

A Faculdade de Ciências Econômicas foi criada em 12 de outubro de 1930 por um grupo de quatro professores-fundadores,<sup>29</sup> nos termos de uma sociedade civil, em consonância com o Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. De certo modo, foi precursora em seu ramo, pois, até 1931, um ano após a criação da faculdade, os cursos de economia,

<sup>28</sup> Em 1957, a UDF iniciou a aquisição das ações da sociedade anônima, consumada em 11/09/1961, pelo Decreto nº 569, que desapropriou as demais ações. A história desse desmonte, importante para o prosseguimento da universidade, será detalhada mais adiante.

<sup>29</sup> Assinam a “Ata de Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro”, de 12/10/1930, os seguintes professores: Antonio Pedrosa de Lima, Abílio Xavier de Almeida, Francisco D’Auria e Luiz Ravedutti Sobrinho. Esses professores-fundadores, conforme os estatutos, não poderiam ser demitidos (artigo 12). Além disso, tinham a garantia de 40% dos excessos da receita (artigo 15).

apesar de serem posteriores ao ensino técnico e comercial, não eram considerados de nível superior. Somente a partir da Reforma Francisco Campos, de 30 de junho de 1931, o ensino comercial foi modificado e o ensino de economia, que o seguia, aproximou-se do modelo de ensino superior. A FCE já foi criada com essas modificações exigidas pela futura lei e, nesse sentido, antecipou-se à medida de Campos.

Inicialmente, do ponto de vista acadêmico, a orientação do curso dava maior peso às cadeiras de direito e contabilidade. Em 1946, ocorreu uma reestruturação curricular de fundo, de acordo com as normas fixadas pelo Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, e que, conforme o professor Windsor Natal,<sup>30</sup> reorientou o ensino para as cadeiras propriamente de economia.

Trata-se do mais antigo estabelecimento do Brasil, fundado, como informa Viveiros de Castro, “especialmente para ministrar o ensino e disseminar os conhecimentos das ciências econômicas e administrativas, sendo, pois, a pioneira na autonomia desse ramo do ensino superior no país” (Castro, 1963, p. 73).

A faculdade iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1931, tendo sua sede na rua Uruguaiana, 114. Contava com apenas 11 alunos, e o mesmo número de professores catedráticos, convidados pelos fundadores para compor o primeiro quadro docente. Como primeiro diretor, foi escolhido o professor Antônio Pedroso de Lima.

Desde o início, foram grandes as dificuldades da instituição. Os problemas começaram já em 1931, numa disputa com a Academia do Comércio do Rio de Janeiro, a qual mantinha um estabelecimento de ensino superior e insistia

---

<sup>30</sup> Depoimento do professor Windsor Natal para nossa pesquisa, em 1993. Windsor Natal foi aluno da Faculdade de Ciências Econômicas entre 1946 e 1950. Reingressou em 1957, época em que a faculdade já fazia parte da UDF, como professor, cargo que ainda ocupava no momento da entrevista.

em utilizar a mesma denominação da faculdade. A pejeja teve encaminhamento judicial, sendo vencedora a faculdade, pela precedência da fundação. Mas esse foi um simples incidente em comparação a outros problemas centrais. Funcionou em locais inadequados para fins de ensino, passando por sucessivas mudanças de endereço.<sup>31</sup> As verbas eram escassas, situação agravada pelo fato de que, em alguns períodos, a matrícula de alunos decrescia assustadoramente. A regulamentação da profissão, que só ocorreu em 1952, também conferia certa instabilidade à escola. Desavenças internas frequentes levavam alguns professores a se afastarem ou se licenciarem de seus cargos.

Nesse contexto, por conta dessas dificuldades, foram várias as tentativas de incorporação da faculdade a outras instituições. Examinando as atas da congregação,<sup>32</sup> verificam-se pelo menos três tentativas anteriores à sua incorporação à UDF, em 1950.

A primeira deu-se em 1934. A proposta do então vice-diretor, Nogueira de Paula, consistia na criação de mais dois cursos superiores na faculdade: um “de ciências políticas e outro de organização bancária e atuarial, sem os quais seria impossível que se pudesse tentar a incorporação da faculdade à Universidade do Rio de Janeiro [atual UFRJ], que era uma antiga e justa aspiração de todos”.<sup>33</sup> O assunto não foi encami-

---

<sup>31</sup> A FCE funcionou nos seguintes locais: rua Uruguaiana, 114, rua General Câmara, 87, na Associação Cristã de Moços, situada à rua Araújo Porto Alegre, 36 (entre 1937 e 1941), rua da Constituição, 71 (de 1942 a 1957), no prédio da Faculdade de Ciências Médicas, à rua Fonseca Teles, 121 (de 1957 a 1963), na avenida Mem de Sá, 261 (de 1963 até a transferência para o *campus*, em 1976).

<sup>32</sup> Consulte as atas da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, da data de sua fundação, em 1930, até o ano de 1968.

<sup>33</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de 27/11/1934.

nhado pela congregação por disputas internas de poder, o que culminou com a renúncia do citado vice-diretor.<sup>34</sup>

A segunda tentativa<sup>35</sup> consistia em um “acordo entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro”, no sentido, novamente, de essa última ser incorporada à Universidade do Rio de Janeiro. Por meio do acordo, os funcionários e professores seriam mantidos, mas a faculdade permaneceria com autonomia financeira, o que significava que deveria manter-se por conta própria, enquanto não fossem consignadas verbas especiais para sua manutenção. Mais uma vez, o processo de incorporação não foi encaminhado.

A terceira tentativa foi discutida em 1936 e consistia na possibilidade de incorporar a faculdade a um estabelecimento de ensino superior mantido pela Câmara do Comércio e Indústria do Brasil, a qual também não foi efetivada pelas difíceis condições financeiras em que se encontrava essa última instituição.

Finalmente, pela Lei nº 547, de 4 de dezembro de 1950, a faculdade foi incorporada à UDF. O fato foi, então, comemorado na congregação.<sup>36</sup> Aos vereadores da Câmara Municipal, foram enviados agradecimentos, homenageando-se também o professor Albano Raymundo Fonseca Marques, pelo trabalho empreendido na Câmara Municipal durante

<sup>34</sup> A Universidade do Rio de Janeiro não tinha esse curso na ocasião. Conforme Simon Schwartzman, Helena Maria Bosquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa (1984, pp. 219-225), em 1933 foi formada uma comissão para elaborar o projeto de uma Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Essa comissão projetava grandes objetivos para essa nova escola, a qual funcionaria como uma espécie de centro de formação de líderes nacionais. Ela chegou a ser criada oficialmente pela Lei nº 452, de 5/07/1937, mas só foi implantada no final do Estado Novo, com o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

<sup>35</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de 9/10/1935.

<sup>36</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de 29/11/1950 e 09/12/1950.

todo o processo de votação da medida. A João Luiz Carneiro de Carvalho, vereador e professor da casa, foi concedido o título de “doutor *honoris causa*”,<sup>37</sup> expedindo-se, por fim, ofício ao Exmo. sr. prefeito do Distrito Federal sobre a aceitação da inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro na Universidade do Distrito Federal.

## 1.4 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada em 11 de agosto de 1939, numa época bem mais complexa no que se refere à organização de uma faculdade. Elas não chegavam a dez no Rio de Janeiro, mas a Faculdade do Instituto La-Fayette contava com o apoio do ministro Eurico Gaspar Dutra, de Lourenço Filho,<sup>38</sup> nome de peso no campo educacional durante o Estado Novo, e de alguns militares. Eles faziam parte do grupo original, o que facilitou a criação da nova instituição.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> É paradoxal ou contraditório, do ponto de vista legal, a concessão de tal titulação, pois, conforme o Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, em seu artigo 91, o título de professor *honoris causa* constituía-se na mais alta dignidade conferida pelas universidades brasileiras, devendo ser proposto ao conselho universitário por qualquer uma das congregações, cabendo à Assembleia Universitária a expedição do diploma, em reunião solene. Fica, portanto, a seguinte questão: como a congregação de uma faculdade particular pôde fazê-lo?

<sup>38</sup> Lourenço Filho foi um dos maiores adeptos do escolanovismo, na década de 1920. No que interessa aqui destacar, teve posição de cooperação ativa no Estado Novo, tendo sido um dos colaboradores das reformas educacionais empreendidas nesse período. Foi um dos professores convidados a compor o primeiro corpo docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Instituto La-Fayette e desempenhou papel ativo na intermediação feita junto ao governo para aplainar as dificuldades encontradas na criação da nova faculdade.

<sup>39</sup> Depoimento de Francisco Alcântara Gomes Filho, em 1980, transcrito do vídeo nº 66, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ. Francisco Alcântara Gomes Filho participou, em conjunto com um grupo de professores do Colégio Pedro II, da criação da FFCL, em 1939. Teve presença ativa no movimento de criação da UDF, em 1950. Foi membro da congregação e

Sua fundação foi idealizada por dois grupos de educadores. Primeiro, por um grupo de professores do Colégio Pedro II, cabendo destaque a Francisco Alcântara Gomes Filho e Antônio dos Santos Francisco Guedes, que, após a idealização, quando já buscavam um local para seu funcionamento, souberam de uma iniciativa da mesma ordem encabeçada por La-Fayette Côrtes e a este se juntaram.

Esse segundo agrupamento parece ter tido influência mais decisiva na criação da faculdade. Conforme depoimento do professor Antonio Gomes Penna,<sup>40</sup> La-Fayette Côrtes era um homem de ação, um realizador que pautava suas ações por convicções teóricas positivistas, às quais era fiel, sem fazer concessões. “La-Fayette Côrtes foi um dos poucos educadores a orientar seu trabalho com base em uma clara filosofia da educação” (Penna, 1964, p. 62). Desde 1936, amadurecia a ideia da faculdade, cujo projeto construiu e acabou por ser aproveitado no Instituto La-Fayette.<sup>41</sup> Na opinião de seu filho, “o professor La-Fayette queria uma faculdade de formação de professores, pois se preocupava, já de longa data, com a educação profissionalizante. Essa era uma marca antiga do instituto e, com a formação para o magistério, a estrutura pedagógica de seu instituto ficaria mais completa”.<sup>42</sup>

---

diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo participado do conselho universitário da universidade por mais de uma gestão.

<sup>40</sup> Trecho da entrevista de Antonio Gomes Penna concedida para esta pesquisa em 1993. Antonio Gomes Penna foi professor do Instituto La-Fayette desde 1942, sendo posteriormente convidado a dar aula na Faculdade de Filosofia. Ingressou na UDF desde a fundação, em 1950, lá permanecendo como professor de psicologia até sua aposentadoria, em 1972.

<sup>41</sup> Depoimento de La-Fayette Côrtes Filho, em 1986, transcrito do vídeo nº 353, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ. La-Fayette Côrtes Filho foi secretário do Instituto La-Fayette desde 1942, tendo vivenciado, conforme sua expressão, os planos de seu pai, além de todas as crises administrativas da instituição, “a partir de uma posição privilegiada”.

<sup>42</sup> Trecho da entrevista com La-Fayette Côrtes Filho, concedida para nossa pesquisa em 1993. Sobre sua inserção na universidade, vide “Fontes Orais”, ao final deste livro.

A congregação inicial era muito numerosa e contava com cerca de setenta professores, exatamente para comportar todos os fundadores, sendo seu primeiro diretor o próprio La-Fayette Côrtes, que a presidiria até sua morte, em 1946.<sup>43</sup>

Formado o grupo original, o recrutamento de professores passou a seguir o costume da época: os catedráticos convidavam os recém-formados como auxiliares, preferencialmente entre seus ex-alunos, dentro da política conhecida como “valorização da moeda da casa”. Às vezes, os melhores alunos eram convidados a ministrar aulas antes mesmo de concluírem a parte didática, passando a integrar o quadro de professores. O professor Penna, que trabalhou no instituto desde 1942, declarou, em entrevista, que havia alguns departamentos com boa composição docente, mas outros, como “o departamento de filosofia, tinham um curso muito fraco, pois seus professores eram convidados de cursos secundários, muitos eram improvisados e alguns nunca tinham dado aula sobre a matéria para a qual haviam sido contratados”.<sup>44</sup>

Conforme já assinalado, não foi fácil vencer as resistências para a criação da faculdade. Mas os apoios eram relevantes. Tiveram peso especial: a figura do próprio professor La-Fayette, valorizado por seu prestígio pessoal; personalidades com influência no governo, especialmente o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e Lourenço Filho (atuante no campo educacional), que deram recomendações expressas, além da pressão feita por alguns militares. “As alianças foram seladas num jantar no Automóvel Club do Brasil, no qual o próprio

---

<sup>43</sup> Ao professor La-Fayette, seguiram-se os seguintes diretores: Felipe dos Santos Reis, José de Faria Góis Sobrinho, Ney Cidade Palmeyro e Francisco de Alcântara Gomes Filho.

<sup>44</sup> Trecho da entrevista de Antônio Gomes Penna, concedida para nossa pesquisa, em 1993. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, ao final deste livro.



ministro da Educação, Gustavo Capanema, compareceu e foi abordado pelo general Dutra em defesa da ideia”.<sup>45</sup>

O decreto que fundou a faculdade data de 11 de agosto de 1939. Em 13 de maio de 1941, foi assinado o Decreto nº 7.173, que autorizava seu funcionamento, mas os trabalhos docentes só tiveram início, efetivamente, em 1942, com 128 alunos.<sup>46</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras iniciou suas atividades nas dependências do Instituto La-Fayette, quando este já oferecia os cursos primário e secundário. Por essa razão, passou a funcionar no horário disponível, à noite, tendo sido a primeira faculdade noturna da cidade. Embora fosse particular, cobrava preços “módicos”, atraindo, por tal razão, muitos alunos.

A primeira crise registrada na instituição data de 1946, sendo os estudantes os principais protagonistas, na tentativa de barateamento das taxas. Houve um enfrentamento sério com o professor La-Fayette Côrtes, o qual, decepcionado e já bastante doente, chegou a pensar em fechar a faculdade. A partir de então e da morte do próprio La-Fayette, a direção do instituto se desinteressou pela faculdade. Eram tempos bastante difíceis, inclusive com longos atrasos de pagamentos aos professores.

Em 1950, uma nova crise eclodiu, agora envolvendo a cúpula do Instituto La-Fayette e a congregação da faculdade. Em 15 de setembro de 1950, a direção acabou por ceder à congregação os direitos de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se organizar como associação civil, “[...] visto que se tornara difícil conservar a novel Faculdade de Filosofia na confortável sede do Instituto” (Cunha, 1988, p. 18). Apesar de essa separação

---

<sup>45</sup> Depoimento do professor Francisco Alcântara Gomes Filho, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. A respeito de sua participação na vida universitária, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

<sup>46</sup> Dados extraídos do relatório do inspetor Souza Brasil, a respeito dos exames vestibulares, datado de 24/04/1942.

ter sido iniciada por uma crise, a passagem da faculdade para a associação civil deu-se tranquilamente, sendo permitido que o nome do instituto permanecesse na faculdade, não tendo sido cobrada qualquer indenização pela transferência e ficando acertado que seu funcionamento permaneceria no mesmo espaço de então, mediante um contrato de locação entre a nova associação civil e o Instituto La-Fayette S.A.<sup>47, 48</sup>

Três meses após a separação da faculdade do corpo do Instituto La-Fayette, o grupo diretor, apoiado por um movimento de alunos, desempenharia papel ativo na luta pela criação da UDF e na incorporação da faculdade à nova universidade.

## **2 – As escolas-fundadoras na conjuntura de 1930: principais práticas e representações**

Analisando este breve histórico das quatro escolas-fundadoras da Universidade do Distrito Federal, algumas questões merecem destaque, seja por bem exemplificarem e esclarecerem certos aspectos referentes à política educacional dos anos 30 do século XX, seja pelas marcas que deixaram na nova instituição, pelo menos em seus primeiros anos.

---

<sup>47</sup> A outra interpretação, mais ingênua, para essa separação, que localizamos num artigo de Hélio Aguiar (1964, p. 5), versava que a evolução da faculdade foi tão rápida que surgiu a necessidade de se separar do Instituto La-Fayette, passando a funcionar, a partir de 1950, com plena autonomia, como sociedade civil, sob a integral responsabilidade dos professores fundadores. Ainda segundo o mesmo autor, após a sua integração à UDF, “veio a subvenção financeira, doada em verba orçamentária, permitindo o ensino gratuito aos seus alunos”.

<sup>48</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette desdobrou-se, no pós-68, em nove unidades universitárias provenientes das antigas cátedras: Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Química, Instituto de Física, Instituto de Biologia, Instituto de Geociências, Instituto de Filosofia e Letras, Instituto de Psicologia, Faculdade de Educação e Instituto de Ciências Humanas.

Todas as quatro faculdades foram fundadas na década de 1930 – momento histórico no qual os mecanismos de centralização política são, gradualmente, ampliados e diversificados, acentuadamente a partir do Estado Novo, delineando-se um aparato burocrático-estatal de grande envergadura. Eli Diniz assinala que “o Estado, forte e altamente centralizado, iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas do ponto de vista do funcionamento global da economia” (Diniz, 1991, p. 107). Essa característica estatal, progressivamente intervencionista, não ficou restrita ao campo econômico, atingindo todos os campos da sociedade, inclusive o da educação.

É também nos anos 30 do século XX que o governo central gesta um projeto universitário propriamente dito, por intermédio de diversas medidas, desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, passando pela promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, pela reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, também em 1931, até a institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, cuja pretensão era constituir-se como uma instituição-padrão, um modelo para as demais.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, em particular, cujo autor foi o próprio ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, foi sancionado pelo Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, como parte de uma reforma mais ampla na educação, que compreendia vários decretos, representando uma profunda ordenação do ensino superior no país.<sup>49</sup> Por essa legislação, eram quatro os poderes reservados à União, assim descritos por Fétizon:

---

<sup>49</sup> O Estatuto das Universidades Brasileiras dispunha, como principal modelo de organização do ensino superior, sobre o sistema universitário, que poderia ser oficial ou livre; instituía que, para se criar uma universidade, seria necessária a incorporação de, pelo menos, três faculdades, entre as

[...] o de determinar as normas gerais em âmbito nacional; o de fiscalizar, controlar e avaliar o ensino superior em todo o território nacional; o de reconhecer e equiparar universidades e estabelecimentos isolados criados e mantidos por governos estaduais ou por entidades privadas; e o de criar universidades e estabelecimentos isolados (Fétizon, 1986, p. 210).

Se, por um lado, o projeto para o ensino superior gestado pelo governo Vargas teve o mérito de conferir uma estruturação mais orgânica ao ensino, sendo, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação, por outro, pressupunha uma concepção autoritária,<sup>50</sup> pela qual a educação era encarada, explicitamente, como a serviço da nação. A educação devia tomar partido; na opinião do então ministro da Educação, Gustavo Capanema, devia “adotar uma filosofia a seguir, uma tábua de valores, devia reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas que formam a base ideológica da nação, e que, por isso, estão sob a guarda, a defesa e o controle do Estado” (Capanema, 1937, p. 8).<sup>51</sup> Na construção dessa via política, a pedagogia merecia lugar

---

quais as de direito, medicina ou engenharia, sendo que uma delas poderia ser substituída pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras; definia que as unidades seriam subordinadas a uma administração central, embora pudessem manter atribuições que, na prática, dispensavam a reitoria; permitia as “variantes regionais”; mantinha o sistema de cátedra, o duplo regime de trabalho (tempo integral e parcial) e considerava que o ensino deveria ser pago mesmo nas universidades oficiais, só para citar alguns de seus aspectos mais importantes.

<sup>50</sup> Conforme Werneck da Silva (1991, p. 14), o autoritarismo pode ser entendido de três maneiras diferentes: o caráter autoritário, “manifesto tanto no despotismo dos governantes quanto na obediência fervorosa dos governados”; os procedimentos autoritários, “manifestos na confiança em ordens autojustificáveis, nas ameaças à punição e na aversão à consulta e à persuasão, e a ideologia autoritária “justificadora do caráter autoritário e dos procedimentos autoritários”.

<sup>51</sup> Discurso pronunciado por Gustavo Capanema em 12/12/1937, na solenidade comemorativa do I Centenário da Fundação do Colégio Pedro II.

de destaque, especialmente quanto à formação da juventude. Ao Estado, cabia o papel de modelar os jovens, preparando-os para a construção de uma nova cidadania, nos moldes da organização estatal que se vinha implantando.

Apesar da tentativa confessa de Francisco Campos, em 1931, de formular uma legislação que resultasse “na sua estrutura geral, de transações e compromissos entre várias tendências, correntes e direções de espírito [...] representando um estado de equilíbrio entre tendências opostas [...]” (Campos, 1931, p. 5.830), o Estatuto, em seus termos gerais, frustrou as expectativas de expressiva parcela de toda uma vanguarda intelectual, que, desde a década de 1920, se posicionara por uma reforma universitária no país. No momento mesmo da Reforma, outros agrupamentos se faziam presentes, no cenário educacional, com concepções educacionais diferenciadas. Refiro-me aqui ao “Movimento da Escola Nova”, organizado no interior do grupo liberal da Associação Brasileira de Educação (ABE), para onde convergiam as divergências em relação ao projeto governamental. Esse movimento não continha um projeto totalmente definido, estruturava-se em torno de alguns educadores notáveis, alguns grandes temas e, ideologicamente, tinha a marca do liberalismo, submetido a toda sorte de arranjos locais. Sua principal bandeira era a da escola pública, laica, universal e gratuita, calcada na suposição de que, se todos recebessem o mesmo tipo de educação, haveria igualdade básica de oportunidades. A defesa de processos livres, criativos e participativos de aprendizagem também era uma grande meta. Por fim, “havia uma preocupação em não isolar a educação da vida comunitária, fazendo com que seu aspecto ‘público’ não significasse, necessariamente, sua vinculação e dependência em relação a uma burocracia complexa e distante” (Schwartzman et al., 1984, p. 55).

É indiscutível que o “grupo dos liberais” apresentava concepções distintas dos planos governamentais, e os embates ideológicos eram inevitáveis e ferrenhos, em especial entre os dois grandes polos: escolanovistas liberais, de um lado, e a Igreja Católica aliada ao governo e aos militares, de outro. Não compartilho, no entanto, das análises que encerram, exclusivamente nesses dois grupos – “pioneiros da escola nova” e “conservadores”, os únicos representantes dos interesses educacionais do período. Essas análises, ao supervalorizarem os embates entre esses dois projetos educacionais – o dos liberais, representantes do “novo”, e o projeto governamental representando o campo “conservador” –, têm ocultado concepções centrais que a Educação tomou, mais intensamente, nessa época, a partir, inclusive, desses dois polos.<sup>52</sup> A constatação de que tanto liberais quanto conservadores apresentavam concepções disciplinares comuns, no campo educacional, é um bom exemplo do que pode ficar à sombra, se considerarmos a dinâmica do período apenas pela ótica desses dois agrupamentos. Na verdade, tanto os projetos governamentais quanto os projetos liberais-escolanovistas compartilhavam a crença de que a sociedade civil, ainda despreparada para os novos valores requeridos pela vida societária urbana, precisaria da escola para seu enquadramento. A educação deveria desempenhar um papel fundamental, que viabilizasse a convivência entre as classes sociais no espaço urbano. Alguns historiadores têm registrado a construção de vários dispositivos de controle, ordenação e disciplinamento desde os anos 20 do século XX e, mais intensamente, no período em questão,<sup>53</sup> através dos quais “médicos, higienistas, engenheiros sanitaristas e educadores [...] formulam e acionam saberes, no aprimoramento de

---

<sup>52</sup> Ver críticas, nesse sentido, de Mirian Jorge Warde (1984, pp. 5-6).

<sup>53</sup> Ver Alcir Lenharo (1986), Madel Luz (1982) e Margareth Rago (1985).

dispositivos de dominação” (Carvalho, 1988, p. 7). Os saberes sobre o social são redefinidos e reorientados como objetos e técnicas de intervenção, possibilitando o controle social e o disciplinamento das práticas, “muitas delas moldadas pela incorporação de métodos e técnicas da moderna pedagogia” (Carvalho, 1988, p. 7).

Apesar desses pontos de contato, contudo, “escolanovistas” e “conservadores” travaram acirradas lutas ideológicas no encaminhamento dos problemas educacionais. Em relação ao ensino superior, essas divergências apresentavam, entre outras, a seguinte polarização: para uns, apresentava-se clara a necessidade de um modelo único de universidade para todo o país; para outros – e, nesse caso, são ricos os depoimentos do grupo liberal da Associação Brasileira de Educação –, a diversificação era imprescindível. A partir do Estado Novo, por conta das circunstâncias políticas e da dura repressão, esses embates entram numa espécie de hibernação, predominando a concepção governamental, praticamente sem a possibilidade de contestação.

Cabe frisar que a educação superior era tomada de forma bastante especial pelo governo, ocupando lugar central em seu projeto. Capanema, então ministro da Educação (de 1934 até o final do Estado Novo), mostrava claramente a importância que atribuía à educação e, particularmente, ao ensino superior. Para ele, era mais necessário o preparo das elites do que, por exemplo, a alfabetização intensiva das massas. O ensino superior seria o cérebro que deveria dirigir o organismo nacional. O núcleo desse projeto grandioso seria a Universidade do Brasil (ex-Universidade do Rio de Janeiro, reformulada em 1937), que deveria funcionar como um padrão nacional de ensino, segundo o qual todas as escolas superiores deveriam moldar-se, pois o processo em vigor de construção da nacionalidade exigia uma unidade de comando, um programa sem desvios.

Em síntese, desde 1930 pelo menos, e com maior intensidade no Estado Novo, uma ideologia autoritária em educação foi-se consolidando, conquistando adeptos, hegemонizando os espaços. Essa ideologia, suporte importante para um governo centralizador, era normativa e excludente quanto ao que pudesse constituir-se em um desvio. Os desvios, se necessário, recebiam um tratamento que, de longe, extrapolava os debates e as discussões acadêmicas e políticas para entrar em um terreno francamente repressivo. Não foram raras as demissões, destituições de cargos, prisões etc. E, no domínio educacional, o caso mais gritante: a extinção de uma universidade inteira, a renomada UDF de 1935.

Em todas as fontes pesquisadas, há indicadores de que, para a criação e a continuidade das quatro escolas que viriam a formar a UDF de 1950, muitas dificuldades também tiveram de ser superadas, assim como resistências precisaram ser vencidas. Houve problemas com a burocracia governamental, no próprio ato de criação das escolas, salvo no caso da Faculdade de Ciências Econômicas, cujo ato instituidor, em 12/10/1930, era anterior às primeiras medidas voltadas ao ensino superior, no período Vargas. O Estatuto das Universidades Brasileiras, no que se refere às escolas “livres” ou particulares, definia que a prerrogativa de dispor sobre o ensino superior em todo o país era da União, apesar de permitir que os estados pudessem estabelecer “variantes regionais” no que se referia à administração e aos modelos didáticos (artigo 3º do Decreto nº 19.851/31). No entanto, já nesse dispositivo legal o governo reservava para si a prerrogativa de definir as normas gerais a serem adotadas em todos os estabelecimentos isolados de ensino e universidades, fiscalizar e controlar o cumprimento dos dispositivos legais, criar universidades, bem como equiparar e reconhecer instituições similares estaduais ou “livres”, ou seja, privadas.



A partir do Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, a regulamentação quanto ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior é mais refinada, definindo-se, com mais clareza, o dispositivo de autorização e reconhecimento dos cursos superiores por parte do governo. Conforme esse decreto, a abertura de escolas superiores, mantidas tanto pelos poderes públicos como por particulares, só poderia ocorrer após uma autorização do governo para que entrassem em funcionamento (artigo 1º). Os pedidos de autorização seriam dirigidos ao ministro da Educação e Saúde, que, após ouvir parecer do Conselho Nacional de Educação, submetia-os à decisão do presidente da República. Algumas exigências eram impostas para se conceder essa autorização, dentre elas, a demonstração de viabilidade financeira para manter o funcionamento do curso, a existência de instalações apropriadas do ponto de vista pedagógico e higiênico, a obediência às exigências fixadas pela legislação federal quanto à organização administrativa e didática, a idoneidade moral e técnica do corpo docente, o número máximo de matrículas, de acordo com as instalações e a manifesta utilidade de natureza cultural. A autorização também não era definitiva: no segundo ano de funcionamento, a nova instituição deveria requerer ao ministro da Educação e Saúde seu reconhecimento, sob pena de cassação. O reconhecimento podia ser negado, situação em que deveria ser feito um novo pedido, no prazo de um ano. Se o reconhecimento fosse negado por duas vezes, isso implicaria a cassação da própria autorização. O decreto também previa um sistema de fiscalização por órgãos específicos do ministério, de cujos resultados também dependia a manutenção ou não do reconhecimento anteriormente concedido.

Especificamente no caso das quatro faculdades que deram origem à UDF de 1950, conforme o breve histórico antes traçado, o quadro era o seguinte:

a) Quanto à situação financeira, as quatro apresentaram, nos primeiros tempos, sérias dificuldades. Conforme anteriormente descrito e analisado, a questão financeira era, de longe, o principal problema que essas faculdades se atribuíam, com contornos dramáticos, como no caso da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Médicas, cujos professores ficaram sem remuneração por longos períodos. Nesse caso, foram variados os expedientes utilizados para minimizar as dificuldades. A Faculdade de Ciências Médicas, na qualidade de uma sociedade anônima, lançava mão de sucessivos aumentos do capital social, que sempre eram acompanhados de crises e discordâncias internas. A Faculdade de Ciências Econômicas buscou, desde os primeiros momentos, ser incorporada a uma instituição mais sólida. A Faculdade de Direito valeu-se de vários atos legais promulgados naquele período, de subvenções públicas recebidas e do próprio cancelamento de dívidas efetivadas. O que cabe destacar, no entanto, é que, a despeito da legislação em vigor, as faculdades foram abertas e mantiveram seu reconhecimento, valendo-se, por vezes, dos recursos e medidas oficiais, na tentativa de sanar seus problemas financeiros.

b) Quanto às instalações, os relatos também remetem a situações bastante precárias. Nenhuma das quatro faculdades começou com sede própria. A Faculdade de Ciências Médicas, fundada em 1935, só adquiriu sede apropriada em 1938, ainda que utilizada apenas para o funcionamento dos cursos; a prática médica continuou diluída em vários hospitais da cidade. A Faculdade de Direito, fundada também em 1935, só adquiriu um prédio próprio em 1939, com a ajuda de recursos federais. A Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1930, permaneceu em instalações impróprias, mesmo após a

sua incorporação à UDF, em 1950. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve de iniciar suas atividades somente no turno da noite, pois as instalações do Instituto La-Fayette já se encontravam ocupadas durante o dia, com os cursos primário e secundário. A considerar esses quatro exemplos, a lei não era cumprida, pelo menos não com tanto rigor. Essa constatação é confirmada por Maria de Lourdes Fávero, ao observar que

o Decreto-Lei nº 421 falava em instalações apropriadas, fato contrariado pela realidade. Frequentemente as escolas estavam alojadas em prédios que, por suas finalidades anteriores, jamais poderiam servir para uma escola superior [...]. Em alguns casos, havia instalações de fachada. Apareciam apenas nos dias de fiscalização, para o inspetor ver; depois sumiam porque já tinham cumprido sua função (Fávero, 1980, pp. 107-108).

c) Com relação à organização didática, a Lei nº 20.179, de 6/07/1931, determinava que os estabelecimentos de ensino superior livres (e também os estaduais) deveriam estar organizados conforme os institutos federais congêneres, a partir do que Fávero, acertadamente, deduz que, “à falta de um curso federal padrão, não poderia funcionar nenhum curso superior não federal” (Fávero, 1980, p. 108). A Faculdade de Direito cumpriu à risca esse preceito: seu regulamento era igual ao da faculdade federal, e seu curso apresentava os mesmos programas da instituição-padrão. Não localizei dados, nesse sentido, sobre a Faculdade de Ciências Médicas e sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas, em relação à Faculdade de Ciências Econômicas, esse expediente legal não foi cumprido, pois ela foi fundada em 1930, e a congênera federal só foi criada no final do Estado Novo.

d) Quanto à capacidade técnica do corpo docente, não consegui localizar elementos para uma análise qualitativa mais aprofundada, mas tão somente algumas referências, mais gerais, sobre a forma de recrutamento dos professores. Não havia critérios acadêmicos dispostos explicitamente em seus estatutos iniciais. No caso da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas, os professores-fundadores fizeram os convites que viabilizaram as contratações. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o corpo docente inicial, aliás bastante extenso, foi composto por professores provenientes das escolas secundárias: do Colégio Pedro II, do Instituto La-Fayette e do Colégio Militar. Na Faculdade de Ciências Médicas, o corpo de catedráticos foi formado basicamente por chefes de clínicas existentes nos hospitais do Rio de Janeiro, expediente que facilitaria a prática médica necessária ao curso.

Tinha-se, portanto a seguinte questão: por um lado, um conjunto de regras legais típicas do centralismo do período. Por outro, quatro faculdades particulares que não se enquadravam e não atendiam a todas essas exigências. As evidências expostas para a formulação da questão proposta reforçam algumas teses defendidas por parte da historiografia relativa a esse período. Inicialmente, a tese segundo a qual o Estado, embora autoritário e progressivamente centralizado, não era monolítico e homogêneo em suas ações, estabelecendo vínculos variados com grupos de interesses. Reforça também a compreensão de que o governo atuava com uma “autonomia relativa”, estabelecendo duplo movimento em suas relações com os grupos de interesse. Para Eli Diniz, havia

[...] de um lado, um movimento de distanciamento para a garantia de um maior grau de liberdade de ação, resguardando-se o núcleo decisório central do peso de pressões crescentemente diferenciadas e competitivas. De outro lado, um

movimento de aproximação como parte integrante da lógica de expansão e diferenciação do aparelho burocrático (Diniz, 1991, p. 108).

Por fim, especificamente quanto à história do ensino superior, a situação de criação das faculdades que vieram a compor a UDF de 1950 exemplifica a afirmação de que a política educacional do governo pretendia controlar rigidamente a função político-ideológica do ensino superior. Mas isso não era verdade em termos de organização do aparelho educacional.<sup>54</sup> No caso dessas faculdades originárias da década de 1930, é possível constatar que, uma vez rompidas as resistências iniciais, através de apresentações, recomendações e expedientes da mesma ordem, agenciados por parte de pessoas de confiança do regime, não houve maiores impedimentos para que passassem a funcionar. A partir do momento em que houve certa garantia quanto ao perfil ideológico dessas escolas, as autoridades educacionais não opuseram maiores obstáculos a seu funcionamento, mesmo que isso tenha implicado relegar o estabelecido em lei.

A análise de suas histórias mostra que nenhum enfrentamento, nem mesmo jurídico, foi esboçado em relação ao governo. Foi em busca do apoio das personalidades do próprio governo ou de grupos que tinham peso político no seu interior<sup>55</sup> (como o Exército) que os idealizadores dessas faculdades

---

<sup>54</sup> Cunha (1980, pp. 277 e ss.) discute exatamente essa situação, exemplificando com a criação das faculdades católicas no Rio de Janeiro, em 1941.

<sup>55</sup> Uma lei emanada de um governo, por si só, não seria suficiente para direcionar a educação de uma nação. Outros grupos foram necessários para a elaboração e a execução de um projeto-diretor da Educação nacional. Maria de Lourdes Fávero (1989a), consultando os arquivos dos ex-ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, afirma a existência, no Rio de Janeiro, de verdadeiros contratos de poder nos anos 1930, estabelecidos, inicialmente, entre a Igreja Católica e Campos e, posteriormente, entre Capanema e Alceu Amoroso Lima; enfim, entre a Igreja e representantes do governo

conseguiram romper os limites da legislação autoritária. Assim, conseguiram fundar as novas escolas e até mesmo resolver algumas de suas dificuldades iniciais, como o reconhecimento oficial e seus embaraços financeiros.

Relembrando o já exposto, duas dessas instituições – a Faculdade de Ciências Médicas S.A. e a Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette – receberam apoio militar para sua constituição. A primeira, do comandante da 1ª Região, general Almério de Moura, e a segunda, do então ministro da Guerra, Eurico Dutra, sem os quais não teria sido tão fácil sua criação. No caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo momento de criação era mais delicado, pois foi fundada já em pleno Estado Novo e no mesmo ano da extinção da UDF, idealizada por Anísio Teixeira, as negociações foram de maior monta. Um número considerável de professores veio do Colégio Militar e verificava-se, no corpo docente inicial, a presença de Lourenço Filho, um importante nome identificado com os projetos educacionais oficiais.

O estreitamento de relações com o governo também passava pelo uso dos laureamentos acadêmicos. Em 1936, por sugestão do diretório acadêmico, foi concedido a Francisco Campos o título de “doutor *honoris causa*” pela Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas. A Congregação da Faculdade de Direito concedeu o título de “professor honorário” ao presidente da República, em 1939, além de ter expressado, publicamente, em mais de uma passagem, seu agradecimento e simpatia ao chefe do governo e às autoridades educacionais. A primeira turma de bacharelados tanto da Faculdade de Direito como da Faculdade de Ciências Médicas escolheu Getúlio Vargas como paraninfo em 1941.

---

central. Outro projeto que merece destaque para a compreensão do jogo de forças no campo educacional foi o das Forças Armadas (Ver Schwartzman et al., 1984, pp. 67 e ss.).

Isso, contudo, não significa afirmar que houve adesão incólume ao projeto educacional do governo central, nem que existissem relações íntimas, no plano político mais geral, entre os idealizadores dessas faculdades e as diretrizes educacionais do governo. No entanto, a pesquisa indicou, claramente, o uso de expedientes de conciliação, troca de favores e elogios, com as autoridades de então, como práticas frequentes, por meio das quais as quatro escolas conseguiam desembaraçar-se de algumas de suas dificuldades. A situação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constitui o exemplo mais significativo quanto às afirmações anteriores, pois foi aberta em pleno Estado Novo e no mesmo ano em que o governo central destruiu uma universidade alternativa de altíssima qualidade: a Universidade do Distrito Federal, criada pelo prefeito Pedro Ernesto do Rego Batista, na capital federal, em 1935. Para tanto, argumentou-se que a existência da UDF constituía uma situação irregular e de desordem no seio da administração pública do país (Capanema, 1946). Ao mesmo tempo, era autorizada a abertura de uma nova faculdade na capital: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, escola que passou a funcionar sem grandes ingerências governamentais, na condição de escola “livre”.

Essa hipótese do crivo ideológico no campo educacional é bastante plausível. Nesse sentido, a singularidade da UDF de 1935, como parte de um projeto mais geral de uma prefeitura, que postulava um funcionamento mais autônomo em relação ao governo central, não pôde ser tolerada pelo centralismo estadonovista. No entanto, não se observou o mesmo grau de “intolerância” em relação ao restante do ensino superior. Assistiu-se, inclusive, no período, a uma expansão bastante expressiva dessa rede, em sua maioria através da abertura de novas escolas “livres”. Até 1930, foram criadas 86 escolas de ensino superior no Brasil; em 1945, esse número saltou para

181 escolas.<sup>56</sup> Nesse caso, a legislação autoritária parece ter servido muito mais para interromper ou impedir as iniciativas indesejáveis, como foi o caso da UDF de 1935, e manter as demais escolas sob controle ideológico.

Outro aspecto merece destaque: o fato de essas quatro faculdades advirem de culturas acadêmicas distintas – médicos e chefes de clínicas na Faculdade de Ciências Médicas, professores secundários na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, juristas de renome na Faculdade de Direito e profissionais que se iniciavam num campo emergente de formação na Faculdade de Economia. Apesar de não terem contatos acadêmicos, profissionais ou experiências construídas coletivamente, os idealizadores dessas novas faculdades apresentavam uma concepção em comum quanto ao que deveria objetivar uma instituição de ensino superior: a preocupação exclusiva com a formação profissional.

Não localizei nas fontes secundárias, nos estatutos ou até mesmo nos depoimentos orais nada que se pudesse aproximar de uma valorização da pesquisa. A produção de conhecimento científico não era pensada como um dos objetivos do ensino superior, nem mesmo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essas faculdades tinham, no projeto ministerial de 1931, como uma de suas atribuições, imprimir o espírito propriamente universitário, permitindo que a universidade transcendesse os limites do interesse puramente profissional,<sup>57</sup> mas, no caso da Faculdade do Instituto La-Fayette, isso não era cumprido, pois o ensino é que tinha relevância, uma vez que visava à formação de professores.

---

<sup>56</sup> Dados retirados de Teixeira (1968).

<sup>57</sup> Conforme Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, essa ideia também não foi concretizada no plano federal de imediato (Fávero, 1993b, p. 3).



Essa marca, no entanto, não era uma especificidade dessas quatro escolas, mas uma característica das demais instituições de ensino superior do país, à exceção da UDF de 1935, logo extinta, e da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, assim mesmo, parcialmente. Na USP, embora a produção científica fosse postulada desde o primeiro estatuto, sua implementação não foi fácil. As escolas que originalmente a compuseram mostravam-se refratárias à prática da pesquisa e bastante resistentes quanto à possibilidade de mudança.<sup>58</sup> Uma das saídas encontradas para a superação dessa dificuldade foi a busca e a contratação de alguns cientistas estrangeiros, que vieram trabalhar no Brasil. Esse fato só reforça a hipótese de que a representação que se tinha sobre os estudos superiores no país não comportava a pesquisa e a produção de conhecimentos, restringindo-se à formação profissional, razão pela qual foi necessário buscar o auxílio de mestres estrangeiros.

Mesmo a universidade tendo sido alçada à condição de padrão pelo governo Vargas – Universidade do Rio de Janeiro e, após 1937, Universidade do Brasil –, só contava com alguns núcleos isolados de pesquisadores, não havendo maiores incentivos governamentais para que essa situação se revertesse. Nesse sentido, é bastante elucidativo o trabalho de Ana Elisa G. C. Almeida (1990) sobre a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949, porque evidencia, claramente, como esse instituto de pesquisa teve de se organizar, inicialmente, fora do âmbito universitário, apesar de a maioria de seus pesquisadores ser composta por professores da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. O que a autora mostra é que esse centro foi idealizado fora da estrutura universitária, exatamente para escapar da tendência

---

<sup>58</sup> Para a análise das dificuldades encontradas pela Universidade de São Paulo, em seus primeiros anos, ver Fernandes (1984) e Fétizon (1986).

profissionalizante predominante no ensino superior brasileiro e da falta de apoio governamental à pesquisa, o que, consequentemente, resultava na ausência de condições de trabalho para a produção de conhecimento.

A perspectiva de implantação da universidade como uma instituição que deve comportar, além do ensino, o desenvolvimento de pesquisa científica também não encontrava expressão na própria reforma do ensino superior, nem estava refletida na política educacional desenvolvida no governo Vargas.

A produção de novos conhecimentos também não fazia parte da conceituação de ensino universitário dos idealizadores das quatro escolas formadoras da UDF. A nova universidade também nasceu marcada pelo pragmatismo da formação profissional.

### **3 – A fundação da universidade**

A primeira tentativa de criação da Universidade do Distrito Federal, atual UERJ, data de 1947, por ocasião da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, por iniciativa do deputado Jonas Corrêa, que procurou incluir nessa lei um dispositivo que previa a criação de uma universidade pública, por meio da encampação de algumas faculdades já em funcionamento. Álvaro Cumplido de Sant'Anna informou que o assunto não era compatível com a estrutura de uma lei orgânica e foram infrutíferos os esforços desempenhados com vistas a tal iniciativa.<sup>59</sup>

No ano seguinte, o então vereador João Luís de Carvalho apresentou novo projeto de lei (nº 8) instituindo a Universidade do Distrito Federal. Esse projeto passou, entre 1948

---

<sup>59</sup> Encontrei referências a essa tentativa nos seguintes autores: Pardal (1990, Cap. 3); Cunha (1988, Cap. 1) e Sant'anna (1967, pp. 12-13).

e 1949, por várias comissões da Câmara do Distrito Federal, sofrendo emendas e substitutivos. Na sessão de 8/10/1949, a comissão de Administração, Trabalho e Assistência Social emitiu o seguinte parecer:

O projeto que institui a Universidade do Distrito Federal poderia dizer reinstitui – todos nós sabemos que ela existiu. E sobre isso muito poderia falar o deputado Hermes Lima – a UDF, de grandiosa lembrança para todos aqueles que cruzaram os seus corredores e permaneceram em suas salas. Esta Comissão vota favoravelmente [...] favoravelmente também numa homenagem àqueles que se orgulham da ex-UDF e nela falam, recordando-a com o coração e a boca cheia.<sup>60</sup>

A matéria, contudo, só é aprovada quase um ano depois, sendo-lhe dada uma redação final em 6 de outubro de 1950.<sup>61</sup> O projeto aprovado na Câmara dos Vereadores foi dirigido ao então prefeito Ângelo Mendes de Moraes, que lhe aplicou o “instituto do veto total”, alegando falta de verbas e o fato de já existir uma universidade no Rio de Janeiro: a Universidade do Brasil. O encaminhamento legal, à época, aos vetos do prefeito do Distrito Federal, era a apreciação pelo Senado Federal, que, após discussão, entendeu por bem rejeitá-lo. Daí decorreu a Lei Municipal nº 547, promulgada em 4 de dezembro de 1950,<sup>62</sup> ato legal pelo qual ficava “restabelecida” a Universidade do Distrito Federal.

<sup>60</sup> *Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal*, de 9 de outubro de 1949.

<sup>61</sup> No *Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal* de 20/09/1950, pp. 1.503-1.504, consta a aprovação da matéria. A redação final pode ser encontrada no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, de 7/10/1950, p. 1.582.

<sup>62</sup> O dia da promulgação da Lei Municipal nº 547, de 4/12/1950, ficou marcado, por muitos anos, como o “Dia da Universidade”. Em 1967, por meio da Resolução nº 327, o reitor João Lyra Filho transferiu essa comemoração para 6 de outubro (data da redação final do projeto, quando aprovado na Câ-

A derrubada do veto do prefeito, no entanto, foi precedida de acalorados debates no Senado, cujo teor vale a pena sintetizar, pelo que tem de elucidativo para nossa análise. O prefeito Ângelo Mendes de Moraes dirigiu-se oficialmente ao Senado, propondo o veto à matéria, com argumentos de ordem jurídica, organizacional e financeira bastante plausíveis:

O projeto em apreço mandando restabelecer a Universidade do Distrito Federal [...] incorpora ao sistema da Prefeitura do Distrito Federal quatro escolas superiores de caráter particular, dentre as muitas existentes no Distrito Federal. A incorporação de instituições particulares de ensino à municipalidade é providência que não pode ser adotada sem que se proceda a um meticuloso exame das condições de organização e funcionamento das mesmas entidades de direito privado, porquanto tal medida acarreta ônus e dificuldades imprevisíveis. O projeto de lei estatui que estabelecimentos de ensino particular venham a integrar uma universidade na municipalidade carioca, mas não fixa, como seria absolutamente necessário, as responsabilidades da Prefeitura do Distrito Federal com referência a essa integração, nem esclarece qual a situação jurídico-financeira atual de cada um daqueles institutos de ensino superior, fato que, por si só, atesta a impossibilidade de execução desta lei, acarretando, como é óbvio, além de despesas imensas, de indenizações, possíveis demandas judiciais e reestruturações nos quadros do magistério dessas escolas [...]. O projeto é, porém, claro sobre as vantagens que caberão às faculdades: conservarão, segundo

---

mará), época considerada mais apropriada para as solenidades e os festejos. Em 1990, a data comemorativa retornou, mais uma vez, a 4 de dezembro.

reza o artigo 4º, a propriedade e a administração de seus respectivos patrimônios.<sup>63</sup>

O prefeito, através desse veto encaminhado ao Senado Federal, chamava a atenção para a situação de improviso do dispositivo legal que estava sendo proposto, o qual, se aprovado, poderia trazer encargos imprevisíveis aos cofres da prefeitura do Distrito Federal, podendo até mesmo ferir os interesses da municipalidade. Sua argumentação encontrou eco entre alguns senadores que se manifestaram contrariamente ao projeto, desenvolvendo outras críticas.<sup>64</sup> Questionavam o fato de o projeto não criar, propriamente, uma universidade, mas tão somente subvencionar quatro faculdades particulares – a universidade, então, era uma fórmula, uma fachada, para o alcance desse objetivo. Conforme o texto proposto, a universidade reuniria, sob o manto da Prefeitura, estabelecimentos privados que continuariam autônomos, independentes, conservando a mesma situação que tinham então, inclusive personalidade jurídica própria.

Igualmente, duras críticas foram feitas à proposta de confecção orçamentária, pois, pelo texto apresentado, os orçamentos seriam elaborados pelas próprias faculdades, ficando a Prefeitura do Distrito Federal sem qualquer controle sobre as despesas. A situação era agravada pelo fato de o Conselho de Curadores (órgão de fiscalização financeira) contar também, conforme o projeto apresentado, com seus membros escolhidos pelas quatro escolas, apesar de nomeados pelo prefeito.

<sup>63</sup> Veto nº 21, de 23/10/1950, aposto pelo prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei nº 8-A, de 1948.

<sup>64</sup> Conforme *Diário do Congresso – Senado Federal*, de 23/11/1950, pp. 8.519–8.522, os principais senadores da República que subiram à tribuna para se contrapor ao projeto e, portanto, manter o veto do prefeito do Distrito Federal foram: Arthur Santos (Paraná), Fernandes Távora (Ceará), Dario Cardoso (Goiás) e Ferreira de Souza (Rio Grande do Norte).

Por fim, os senadores favoráveis à manutenção do veto argumentaram que o projeto, impropriamente, falava em “restabelecer a UDF”, quando todos sabiam que esta havia sido extinta em 1939, sendo seus estabelecimentos absorvidos pela Universidade do Brasil, e que essa redação dúbia poderia levar professores da antiga UDF a se julgarem com direitos adquiridos pelo restabelecimento.

Contrários ao veto do prefeito e às críticas ao projeto da universidade, alguns senadores<sup>65</sup> contrapunham as seguintes argumentações centrais: a de que o país carecia de universidades, sendo esta, especificamente, uma antiga aspiração carioca, em alusão à UDF idealizada por Anísio Teixeira em 1935 e extinta em 1939. Para esse grupo de parlamentares, o que caracterizava uma universidade era exatamente o respeito à liberdade e à autonomia de cada um dos institutos integrantes, aspecto bastante reforçado no texto do projeto. Lembravam ainda que os apelos da juventude se encaminhavam no sentido do barateamento das mensalidades das quatro faculdades particulares, o que se tornaria possível com as subvenções que poderiam advir da prefeitura. Por fim, quanto à questão do “restabelecimento da UDF”, afirmavam ter plena consciência de que o uso do termo era um simples expediente para homenagear aquela universidade criada por Pedro Ernesto, em 1935.

A autoria intelectual desse projeto é contraditória nos diversos depoimentos. Na maior parte das fontes, a contribuição que parece mais decisiva é a de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, uma das

---

<sup>65</sup> No mesmo documento citado na nota anterior, registrei os seguintes senadores favoráveis à queda do veto e, portanto, à aprovação do projeto que “restabelecia a UDF”: Augusto Meira (Pará), Atilio Vivacqua (Espírito Santo), Roberto Glasser (Paraná), além da ajuda providencial do então presidente da casa, Nereu Ramos (Santa Catarina).

quatro escolas que vieram a constituir a UDF.<sup>66</sup> No entanto, Rolando Monteiro, de outra escola fundadora, a Faculdade de Ciências Médicas, se autointitulou seu autor, juntamente com o desembargador Ary Franco, da Faculdade de Direito. Segundo ele, a tendência da Faculdade de Ciências Médicas era não participar da fundação da universidade, e esse posicionamento só foi modificado pelo fato de ele ter sido chamado para construir a proposta.<sup>67</sup> Com maior ou menor participação direta na confecção da proposta, o fato é que foram vários os professores da futura universidade a acompanharem a discussão de perto, no próprio Senado. Segundo as palavras de Haroldo Lisboa da Cunha:

Nós, que vivemos aqueles momentos inesquecíveis e de angustiante expectativa nos corredores e antessalas do Senado, como na sala da Comissão, éramos a todo instante solicitados pelo Senador Atílio Vivacqua para que lhe fornecêssemos subsídios de natureza vária com que anular os perniciosos efeitos resultantes de maliciosas notícias e boatos postos em circulação contra o espírito universitário, que se nos negava, e alguns mesmo comprometedores, porque punham em dúvida os bons propósitos com que estariam agindo os

---

<sup>66</sup> Além dos documentos consultados, os depoimentos de Francisco Alcântara Gomes e La-Fayette Côrtes Filho, nas entrevistas que concederam para esta pesquisa, apontam no mesmo sentido, da influência mais decisiva dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na construção do projeto. Sobre a inserção dos professores acima na vida da universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

<sup>67</sup> Depoimento do primeiro reitor da universidade, Rolando Monteiro, transcrito do vídeo 162, feito em fevereiro de 1987, pelo Centro de Tecnologia Educacional da UERJ. No breve histórico que tracei sobre a Faculdade de Ciências Médicas, chamei a atenção para as grandes divergências internas que ocorreram nessa escola, por ocasião da entrada na UDF. O eixo central das discussões eram as questões de ordem patrimonial e financeira, agravadas pelo fato de a faculdade estar organizada como uma sociedade anônima.

responsáveis dirigentes das Faculdades que deveriam integrar a universidade (Cunha, mimeo, p. 6).

Na opinião do professor Haroldo Lisboa da Cunha, posteriormente reitor da universidade por sete anos, a tentativa de denegrir os membros do corpo docente das faculdades incluídas na projetada universidade, atribuindo-lhes intenções menos confessáveis, visava desprestigiá-los e, dessa forma, possibilitar a aprovação do veto do prefeito. Mas a pressão em prol da criação da universidade era grande, bem como os aliados internos, alguns senadores, que muito cooperaram para a rejeição do veto. Álvaro Cumplido de Sant'Anna, que posteriormente também veio a ser reitor da UDF por dois anos, destaca, além do senador Atilio Vivacqua, que se pronunciava na tribuna a todo momento, a atuação do então presidente do Senado, Nereu Ramos:

[...] embora sem quebrar a linha de conduta austera que sempre se impôs durante as três sessões em que o parecer da comissão favorável ao veto foi apreciado, soube conduzir os trabalhos de forma tão superior que inúteis tornaram-se as manobras articuladas por interessados, no sentido de ver malograda uma das mais justas aspirações da parte culta do povo carioca – possuir a sua Universidade. Sua Excelência fez isso sem infringir a independência e imparcialidade da sua alta posição; aos que lhe tomavam conselho, manifestava um ponto de vista favorável ao desenvolvimento do espírito universitário entre nós (Sant'Anna, 1967, pp. 5-6).

A contribuição do presidente do Senado, qualificada de idônea, também é ressaltada por Haroldo Lisboa da Cunha, na passagem a seguir, bastante elucidativa da variabilidade que



uma adjetivação pode assumir, quando se trata da defesa apaixonada de uma proposta:

[...] um frêmito de nervosismo atingiu a todos naquele pugilo de lutadores pela causa, sem que a nenhum, no entanto, desanimasse. E, na Câmara alta da República, não foram poucos nem pequenos os obstáculos a vencer. [...] A hora decisiva aproximava-se rapidamente, mercê do ritmo acelerado imposto à apreciação dos “vetos”. E, nas galerias, comprimiam-se – muitas vezes se revezando entre sessões diurnas e noturnas – aqueles que, às coisas do ensino, haviam prometido a melhor parcela de seu esforço e de seu devotamento. Por um equívoco na aritmética da contagem, chegou o veto a ser tido como aprovado, pregando-lhes um tremendo susto! Esperava-se, pois, que na sessão seguinte – marcada para a noite de 23 de novembro, e isto ocorria em 1950 – o “entrevero” seria inevitável e arrebatado. Foi, entretanto, uma das mais tranquilas votações. Nereu Ramos, após explicar o curso do Veto nº 21 e lembrando que sua votação ficara adiada “por falta de número” na sessão anterior – austero e sereno, pronunciou as palavras de praxe: “os senhores que aprovam o veto queiram conservar-se sentados”. E, logo a seguir: “Está rejeitado!” É que o plenário estava de pé! As fileiras dos defensores do veto haviam sofrido sensíveis desfalques. E, à boca pequena, comentava-se que nem a verificação de número fora tentada, o que se constituía numa falha estratégica imperdoável [...] (Cunha, 1974, p. 1.057).

Mesmo aprovada a Lei nº 547/1950, que “restabelecia” a UDF, a Prefeitura do Distrito Federal ainda dispunha de recursos para opor resistência ao desenvolvimento da nova universidade. A lei determinava que o prefeito, dentro de trinta dias, nomeasse uma comissão de professores das faculdades

integrantes da UDF, para tomar as providências necessárias à sua instalação.<sup>68</sup> Os trinta dias transformaram-se em um pouco mais de duzentos e, somente em 19/07/1951, o novo prefeito, sr. João Carlos Vital, designou uma comissão constituída pelos professores Lourenço Filho, Ary Franco, Álvaro Cumplido de Sant’Anna e Cândido de Almeida Marques para atender ao determinado em lei.<sup>69</sup>

Todavia, mesmo após o relatório da comissão ter sido concluído, houve novos retardamentos na expedição dos atos referentes à criação da UDF; conforme o prefeito, “pela complexidade do assunto, sujeito a estudos pelos órgãos competentes, por envolver relações jurídicas e financeiras entre o Distrito Federal e a Universidade”.<sup>70</sup> Nesse momento, os estudantes desempenharam papel central, conseguindo encontrar eco na Câmara do Distrito Federal e na imprensa. Foram vários os vereadores que se pronunciaram favoravelmente: Álvaro Dias deu um voto de regozijo à mocidade, pelo movimento em prol da instalação da universidade; João Luiz de Carvalho salientou a conveniência da inclusão no orçamento de uma verba de 1 milhão de cruzeiros para a instalação da nova instituição; Paschoal Carlos Magno salientou ser “uma honra esses milhares de moços que, acreditando na ação da Câmara como legítimos representantes do povo, lhes saberão dar seu apoio para que, no mínimo prazo de tempo possível, a UDF possa assumir seu papel na vida cultural do Rio de Janeiro”; por fim, solidarizaram-se os vereadores Celso Lisboa e Magalhães Júnior.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Lei nº 547/1950, artigo 9º.

<sup>69</sup> Portaria nº 400, de 19/07/1951, do prefeito João Carlos Vital. Os professores designados eram das seguintes faculdades: Lourenço Filho, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Ary Franco, da Faculdade de Direito; Álvaro Cumplido de Sant’Anna, da Faculdade de Ciências Médicas, e Cândido de Almeida Marques, da Faculdade de Ciências Econômicas.

<sup>70</sup> *Correio da Manhã*, 28/09/1951.

<sup>71</sup> *Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal* de 29/09/1951, p. 2.523.

Novamente, defendeu-se a prefeitura através da imprensa, mas, então, dando razão e apoio aos estudantes. Nas palavras do secretário-geral de Educação e Cultura, professor Mário de Brito, “o restabelecimento da UDF, nos termos da Lei nº 547, poderá concorrer para baratear o custo do ensino respectivo, no sentido do aluno, e concorrer, pelo menos em alguns de seus setores (o de medicina, por exemplo), para maior eficiência dela, pela possibilidade de utilização de certas facilidades do aparelhamento oficial do município”.<sup>72</sup> No entanto, essa instalação demandava complexos estudos financeiros, o que justificava a demora.

Enfim, foi nomeado pelo prefeito João Carlos Vital, para reitor da Universidade do Distrito Federal, o desembargador Ary Franco,<sup>73</sup> com grande repercussão na imprensa.<sup>74</sup> O reitor indicado não pôde, contudo, aceitar a honrosa designação oficial, em virtude de sua posição na organização judiciária do país – desembargador do Supremo Tribunal Federal. Esse incidente serviu, inclusive, para que o boicote à criação da universidade se mantivesse e, somente em 15 de fevereiro de 1952, em solenidade realizada no Palácio da Guanabara, foi empossado o primeiro reitor da UDF, o professor Rolando Monteiro, da Faculdade de Ciências Médicas, tendo início, então, o funcionamento da universidade propriamente dito. Conforme curioso depoimento, também de um ex-reitor, Ney Cidade Palmeiro: “Até a posse da autoridade máxima, a universidade era só um título. Não tínhamos nem reitor. Nós nos uníamos para trocar ideias somente”.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> Mário de Brito, “Entrevista”, *Diário de Notícias*, 30/09/1951.

<sup>73</sup> Decreto nº 10.976, de 2/10/1951.

<sup>74</sup> Destaca-se, nesse sentido, a crônica publicada em *O Jornal*, de 5/10/1951, a respeito do “gesto acertado do senhor prefeito”.

<sup>75</sup> Depoimento de Ney Cidade Palmeiro, feito em 1980 para o Centro de Tecnologia Educacional da UERJ, transcrito do vídeo nº 70. Ney Cidade Pal-

#### 4 – “Restabelecimento” da UDF

A Lei nº 547, em seu artigo 1º, cita explicitamente que “fica restabelecida a universidade do Distrito Federal, com autonomia didática e administrativa”. Como alguns senadores<sup>76</sup> já apontavam na ocasião, “restabelecer” era um termo absolutamente impróprio, porque a primeira UDF, idealizada por Anísio Teixeira e criada por Pedro Ernesto em 1935, foi perseguida e legalmente extinta em 20/01/1939, pela política centralizadora do Estado Novo, sendo seus cursos transferidos para a então Universidade do Brasil.<sup>77</sup>

Tomando a longa “Exposição de Motivos” redigida por Anísio Teixeira e o texto do Decreto nº 6.215, de 21/05/1938,<sup>78</sup> que reorganizou a (primeira) UDF e lhe deu o último formato, já que ela veio a ser extinta no ano seguinte, algumas características são marcantes e apontam para um modelo educacional dessa instituição em tudo distinto da UDF “restabelecida” em 1950.

O texto do projeto que propunha a reorganização da UDF dava bastante destaque à necessidade de manter e apro-

---

meiro foi reitor da universidade e membro do Conselho Universitário da UDF por mais de dez anos.

<sup>76</sup> Relembrando, os senadores que se posicionaram nesse sentido foram Arthur Santos, Dario Cardoso, Ferreira de Souza e Manuel do Nascimento Fernandes Távora, conforme *Diário do Congresso – Senado Federal*, pp. 8.519–8.522.

<sup>77</sup> A primeira UDF foi criada pelo Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935, da prefeitura do então Distrito Federal. Desde 1931, Anísio Teixeira mantinha-se à frente da Secretaria de Educação, conduzido pelo prefeito Pedro Ernesto. Manteve o cargo, no entanto, somente até dezembro de 1935, quando foi demitido por se terem tornado insustentáveis as pressões feitas sobre o prefeito, por parte de lideranças católicas influentes no governo Vargas, visando ao afastamento de seu secretário. A recém-criada universidade sofreu sério baque com essa demissão (à qual se seguiram as demissões dos professores Afrânio Peixoto, reitor da UDF, e Hermes Lima, diretor da Escola de Economia e Direito), embora os cursos oferecidos continuassem funcionando até sua extinção pelo Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939.

<sup>78</sup> *Diário Oficial* de 12/09/1938, pp. 11-13.

fundar a organicidade da instituição. Para tanto, era prevista, inclusive, a supressão das congregações particulares e dos institutos, cujas funções deliberativas passariam a ser exercidas pelo conselho universitário. Isso visava especialmente romper com “a diversidade de orientação existente nas várias congregações isoladas [...] e com a excessiva individualização dos institutos”<sup>79</sup> e, ao mesmo tempo, incentivar o cultivo do espírito universitário cooperativo e articulado. Pretendia-se, portanto, alcançar uma dinâmica educacional praticamente oposta àquela que a UDF de 1950 implantou, com unidades isoladas, autônomas em seu funcionamento e superpostas a uma reitoria.

Era clara a intenção de promover a plena articulação da universidade com as necessidades humanas da prefeitura. Na UDF de 1935, os professores dos demais graus teriam um centro permanente de preparação e aperfeiçoamento, o que seria, na expressão de Anísio Teixeira, o “coroamento necessário do sistema escolar da capital da República”.<sup>80</sup> Os cursos foram montados visando às necessidades decorrentes da projetada reorganização geral da prefeitura, almejando a futura seleção do funcionalismo municipal e seu aperfeiçoamento. A universidade também deveria funcionar como um polo irradiador da cultura da capital para o restante do país, pois “não se justificaria uma universidade divorciada do meio social do qual recebe influxos e sobre o qual visa atuar; a universidade deveria ser um centro de estudos onde os problemas práticos ou culturais da vida nacional [tivessem] um especial incremento”.<sup>81</sup> Ao contrário, na UDF fundada em 1950, não localizei um único documento que apontasse para essa pers-

---

<sup>79</sup> *Diário Oficial* de 12/09/1938, “Exposição de motivos”, p. 11.

<sup>80</sup> *Diário Oficial* de 12/09/1938, p. 12.

<sup>81</sup> *Diário Oficial* de 12/09/1938, p. 12.

pectiva de contemplar, mesmo que no texto legal, uma articulação da instituição com as necessidades da prefeitura e do próprio país. Acompanhando atentamente os debates que a precederam na Câmara do Distrito Federal e no Senado, também não detectei nenhuma alusão nesse sentido; somente declarações de princípio, como a necessidade de cultura superior no país e na capital, bem como a premência de se satisfazer o interesse da juventude pela nova universidade. Em contrapartida, os senadores contrários à aprovação da Lei nº 547/1950, e até mesmo o prefeito, levantaram, na ocasião, argumentos bastante ponderáveis, exatamente no sentido oposto, voltado para a primeira UDF, qual seja, de que aquela nova instituição educacional somente retiraria recursos da prefeitura, sem nenhuma garantia de retorno.

O objetivo visado na primeira UDF, quanto à perspectiva educacional de formação de quadros, era que os estudantes pudessem, ao mesmo tempo, dominar os mais altos padrões da cultura superior desinteressada e que também tivessem condições de atender às necessidades técnicas e econômicas do país. Além desse aspecto formativo integrado, a UDF tinha por finalidade explícita “promover a pesquisa filosófica, literária, científica e artística e aperfeiçoar os métodos de estudo, de investigação e de crítica”, especialmente estimulando “os estudos relativos à formação moral e histórica da civilização brasileira em todos os seus aspectos”.<sup>82</sup> Cabe destacar que o alcance das finalidades atinentes à produção de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas estava cuidadosamente planejado no interior do projeto, sendo, inclusive, atribuição da totalidade dos professores sua implementação. Ao contrário da homônima “restabelecida” em 1950, na primeira UDF as práticas de pesquisa eram cuidadosamente planejadas e deta-

---

<sup>82</sup> Decreto nº 6.215, de 21/05/1938, artigo 2º.

lhadas no texto legal e se estendiam por toda a instituição, não se restringindo a institutos ou órgãos específicos.

Diferentemente da UDF de 1950, não houve recrutamento de professores na primeira, pelo aproveitamento de corpos docentes preexistentes em escolas isoladas. A constituição e a expansão da universidade foram planejadas, numérica e qualitativamente, para o cumprimento de suas finalidades, e isso dizia respeito especialmente aos professores a serem convidados.<sup>83</sup>

Por fim, a concepção de autonomia didática, administrativa e de gestão financeira foi explicitamente defendida nessa reestruturação, proposta para a primeira UDF, mas referindo-se à universidade como um todo,<sup>84</sup> e não às suas unidades isoladamente, conforme a dinâmica imprimida à UDF “restabelecida” em 1950.

Pelo exposto, fica bastante evidente a ausência de identidade institucional entre a UDF de 1935 e a de 1950, em diversos aspectos, à exceção da denominação e da localização geográfica na então capital da República. No entanto, são vários os depoimentos<sup>85</sup> que insistem em ligar as duas universidades, afirmando que a UDF de 1950 veio preencher um vazio deixado pela outra, ou seja, “restabelecendo-a”.

Na verdade, os idealizadores da UDF de 1950, assim como os defensores do projeto na Câmara e no Senado, desejavam que a imagem de competência e brilhantismo da primeira instituição viesse como que aderida à última, pelo

<sup>83</sup> Decreto nº 6.215, de 21/05/1938, artigos 15-21.

<sup>84</sup> *Diário Oficial* de 12/09/1938, “Exposição de Motivos”, p. 14.

<sup>85</sup> Localizei depoimentos que estabeleciam vínculos entre as duas universidades nos seguintes textos: no parecer da Comissão de Administração, Trabalho e Assistência Social da Câmara do Distrito Federal, no qual os vereadores avaliaram positivamente o Projeto nº 8, de 1948, referente à criação da UDF (*Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal*, de 9/10/1949); no *Diário do Congresso – Senado Federal*, de 23/11/1950, pp. 8.519-22, nos depoimentos dos senadores Atilio Vivacqua e Augusto Meira, por ocasião da defesa da Lei nº 547/1950 no Senado, e no livro de Lopo Alegria (1985, p. 26).

fato de terem a mesma denominação e estarem inseridas no mesmo espaço geográfico. A fachada de identidade entre as duas homônimas funcionou como mais um reforço, um argumento adicional, para a dissolução das resistências, nos diversos espaços em que o projeto da nova instituição sofria críticas. Homenagem ou não à UDF extinta, o “restabelecimento” esmaecia divergências ideológicas profundas e antigas quanto às propostas para o ensino superior, ao mesmo tempo que se utilizava de um expediente a mais para conformar e aplinar as posições contrárias, existentes quanto à criação da nova universidade.

## **5 – A fundação em suas justificativas**

Por que os professores e diretores daquelas quatro faculdades particulares, aliados a alunos, com o apoio de vereadores e senadores, tanto se empenharam para a criação de uma nova universidade? Cabe destacar, de início, que alguns fatores de ordem mais geral, relacionados à própria conjuntura político-educacional, facilitavam esse tipo de transação. Toda a tramitação ocorrida para a fundação da nova UDF ocorreu no governo Dutra, eleito por ampla margem de votos, após o golpe que depôs Getúlio Vargas. Dutra foi o candidato apoiado pelo presidente deposto, fato que permite afirmar, como o faz Almeida Júnior, que

a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo (Almeida Júnior, 1991, p. 240).



Se essa afirmação de Almeida Júnior pode ser considerada exagerada, do ponto de vista político – na medida em que, durante o mandato do presidente Dutra, ocorreu crescente participação popular urbana na política nacional, particularmente no que concerne à atividade sindical –, do ponto de vista educacional a citação é bastante adequada.

Toda a estrutura montada durante o Estado Novo permaneceu praticamente idêntica nos anos seguintes, só se revogando os aspectos claramente mais autoritários da legislação, como educação moral e cívica e instrução pré-militar nas escolas.<sup>86</sup> Na realidade, não houve, nesse período, algo que pudesse ser consistentemente denominado de projeto político-pedagógico para a sociedade, quer em nível jurídico-legal, quer no nível de planificação. Conforme Janete Magalhães Carvalho assinala, “[...] a discussão sobre a questão centralização-descentralização, eixo central dessa problemática e que a ela extrapolava, em muito contribuía para essa indefinição” (Carvalho, 1992, p. 76).

A mesma autora também não localizou projetos político-pedagógicos para o ensino superior. O que pôde perceber foi o seguinte paradoxo: “Ensino superior dito como lugar de formação das elites, de saber desinteressado voltado para a alta cultura e a ciência pura, protegido pela liberdade de ensino [ou de cátedra?], mas predominantemente dirigido à formação profissional e, portanto, sem compromissos com a produção científico-tecnológica” (Carvalho, 1992, p. 77).

Não houve um projeto educacional explícito para o ensino superior brasileiro no período, mas a tendência generalizada de crescimento desordenado dessa rede, à expensa de maior preocupação com a qualidade, legalmente permitida pelo ainda vigente Estatuto das Universidades Brasileiras,

---

<sup>86</sup> Ver Constituição de 1946.

aponta, no mínimo, para uma situação de convivência desse governo com a situação. Florestan Fernandes chama a atenção, por exemplo, para a carência de recursos humanos e materiais adequados à universidade, a partir da qual detecta dois tipos de efeitos “sociopáticos” que apontam nessa mesma direção:

As condições de carência favoreceram o atrofiamiento das duas funções específicas exercidas de fato [transmissão dogmática de conhecimentos e preparação de profissionais liberais] e impediram a aquisição das duas funções específicas que não se atualizaram [produção de conhecimento original, principalmente através da expansão da pesquisa e formação de um horizonte intelectual crítico, dirigido para a análise da sociedade brasileira, da situação da civilização ocidental moderna e das grandes opções históricas com que se defronta a humanidade]. Essa inconsistência, bem ponderadas as coisas, significa ausência de uma mentalidade universitária adequada à concepção do mundo na era da ciência, da tecnologia científica e do planejamento em escala social. Portanto, a outra face da escassez de recursos materiais e humanos apropriados vem a ser a inexistência de um horizonte intelectual suscetível de alimentar e de fortalecer, a partir de dentro da escola superior e de sua herança educacional, um processo de diferenciação e de autocrescimento capaz de promover a transição espontânea da escola superior para a universidade integrada e multifuncional (Fernandes, 1979, p. 58).

No período de 1940-1950, houve crescimento generalizado de matrículas em todo o sistema educacional, porém o maior incremento percentual coube aos ensinos médio e superior. A pesquisa realizada por Otaíza de Oliveira Romanelli (1986, pp. 77-78) demonstra que as matrículas para o ensino primário cresceram 142%, para o ensino médio o

aumento percentual foi de 183% e, para o ensino superior, de 177%. Na análise dessa autora, tal tipo de expansão do sistema educacional respondia às necessidades geradas pelas transformações provocadas pela industrialização e urbanização crescentes no país.

Especificamente quanto ao ensino superior, ao lado da inegável busca por melhora da qualificação profissional – levando-se em conta que o processo de industrialização crescente trouxe diversificação de serviços, criando a necessidade de melhor formação profissional –, ocorria uma busca, pelas classes médias, de novas formas de inserção nas estruturas de poder, nos postos de prestígio e nas posições mais rendosas e socialmente valorizadas.

O processo de industrialização do país, seguindo as tendências do desenvolvimento desigual e da monopolização da economia, oferecia melhor compreensão desse processo e foi um determinante central no deslocamento dos canais de ascensão possíveis para as camadas médias da população, levando-as à necessidade de obtenção de graus escolares, progressivamente mais elevados, exigidos pela expansão das burocracias do aparelho governamental e das empresas. De acordo com Cunha,

conforme uma tendência constatada no desenvolvimento das economias capitalistas, à medida que as burocracias públicas e privadas se expandem e se diferenciam, passam a definir previamente os ocupantes dos seus cargos de acordo com perfis escolares, supondo uma correlação estreita entre competência e escolaridade. Além dessa função “técnica”, os requisitos educacionais são utilizados, também, para “equilibrar” a procura de funcionários pelas burocracias e sua oferta no mercado de trabalho (Cunha, 1983, p. 61).

O modelo de êxito se desloca para a ascensão na hierarquia de empregos dentro dessa nova estrutura empresarial, e as camadas médias da população pressionam por escolaridade secundária e superior – não porque tal escolaridade garantisse, por si só, ascensão nessa hierarquia de empregos/salários, mas porque a escolaridade se tornara condição para postular postos ou funções na nova organização.

Foi-se tornando cada vez mais premente, para as camadas médias, a obtenção de graus escolares mais elevados, a fim de facilitar seu ingresso nas organizações burocráticas em expansão e, desse modo, atingir níveis mais altos de remuneração, poder e prestígio social.<sup>87</sup> Antes, a propriedade ou a posse de algum capital eram a condição de ascensão, e a educação superior era uma simples confirmação do *status* ou um coroa-mento do processo de ascensão. A partir dos anos 50 do século XX, a escolaridade passa a ser condição da disputa pelo êxito.

Algumas medidas legais referentes ao próprio sistema educacional também se somaram ao processo mais geral acima descrito, no sentido de aumentar a demanda pelo ensino superior. Durante o Estado Novo, havia uma definição dual para o ensino médio, com um ramo secundário levando diretamente ao ensino superior e ramos profissionais que impediam a seus egressos a entrada no grau posterior, a não ser que cumprissem certas exigências adicionais, com restrição de inscrição a cursos previamente definidos. As pressões pela derrubada dessa

---

<sup>87</sup> São três as teses com frequência utilizadas para explicar o fenômeno da expansão do ensino superior: (i) a “tese do tradicionalismo dos estudantes”, segundo a qual há uma tendência dos estudantes, sem razão de ser nos tempos atuais, de valorizar o ensino superior como forma de alcançar “status” social, (ii) a “tese da inadequação do ensino médio”, pela qual se afirma que os estudantes procurariam o ensino superior em busca de formação profissional, o que não lhes teria sido oferecido pelo ensino médio e (iii) a “tese do deslocamento dos canais de ascensão social”, que foi utilizada neste trabalho. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Cunha (1975).

barreira levam à promulgação de um conjunto de leis nos anos 50 do século XX. As “leis de equivalência”, como se tornaram conhecidas, equipararam diversos cursos do segundo ciclo do secundário (que, posteriormente, passou a segundo grau), possibilitando que um conjunto de estudantes egressos de cursos técnicos, comerciais, escola normal e escolas militares pudesse inscrever-se nos exames vestibulares ao ensino superior, o que acabou por funcionar como um meio facilitador à demanda pelo ensino superior.

Outro fator de peso para o aumento da demanda das camadas médias pelo ensino superior foi o progressivo barateamento das taxas escolares cobradas pelas escolas públicas. Cunha afirma que, sem leis ou decretos que firmassem aumentos, as taxas escolares foram mantidas em seus valores nominais. Corroídas pela inflação, acabaram por se tornar simbólicas na rede pública superior e, no início dos anos 50 do século XX, a gratuidade era praticamente total. Essa “gratuidade de fato”, embora não estivesse garantida na legislação, também foi um fator de estímulo à procura de vagas nas universidades.

Ao aumento da demanda por mais vagas no ensino superior, a resposta do próprio Estado foi facilitar e até mesmo promover a expansão da rede. Um exemplo disso foi a promulgação do Decreto-Lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, ainda na gestão do presidente provisório José Linhares. Por meio desse dispositivo legal, a organização das novas universidades foi bastante facilitada, pois as exigências para a fundação de uma universidade tornaram-se bem mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Pelo estatuto, uma universidade precisaria ter, pelo menos, três institutos de ensino para ser criada. Mas, pelo novo critério do Decreto-Lei nº 8.457, bastava a existência de dois institutos (e não três) entre os de filosofia, direito, medicina e engenharia.

Também cresceu a participação da União na manutenção dos estabelecimentos de ensino superior: o Ministério da Educação passou a custear muitas instituições até então mantidas pelos governos municipais, estaduais e, principalmente, por particulares. Os professores catedráticos dessas escolas tinham interesses próprios nessas transações e, conforme dados de Cunha,

[...] passaram a ser efetivados, nos quadros do funcionalismo público federal, com remuneração e privilégios idênticos aos de seus colegas da Universidade do Brasil [...]. Essa possibilidade, antevista pelos corpos docentes de numerosas escolas superiores, adicionou mais um vetor no sistema de forças, cuja resultante apontava para a “federalização” de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares (Cunha, 1983, p. 91).

É sob essa múltipla pressão, de estudantes em busca de gratuidade nas escolas e de professores almejando postos mais seguros, que surgiu a Lei nº 1.254, de dezembro de 1950 (mesmos mês e ano da criação da UDF), federalizando nada menos que 39 instituições, entre universidades e escolas isoladas, até então mantidas por particulares e, em menor escala, por governos estaduais e municipais.

O resultado quantitativo foi que as universidades, em número de cinco em 1945, passaram para 37 em 1964. O número de estabelecimentos isolados de ensino superior dobrou, de 293 escolas para 569. O crescimento médio anual também foi incrementado, passando de 2,4%, no período de 1932-1945, para 12,5%, no período de 1945-1964 (Cunha, 1983, pp. 14-15, 95-96).<sup>88</sup>

<sup>88</sup> A atual Universidade Federal Fluminense (UFF), criada em 18/12/1960, pela Lei nº 3.848, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), também foi formada pela agregação de diversas escolas

Nesse processo de crescimento quantitativo, a escola superior entrou em colapso. Já assinalei que esse tipo de desenvolvimento respondia a necessidades educacionais mais ou menos novas. Especialmente a partir de 1950, as comunidades urbanas passaram a requerer um tipo de ensino superior que fosse capaz de responder às demandas intelectuais, sociais e culturais da civilização urbano-industrial. Isso significava a necessidade de expansão do ensino, mas também da ciência; exigia da universidade a produção de conhecimentos originais, investigação científica e pesquisa tecnológica. No entanto, o rápido crescimento quantitativo não se deu na direção acima apontada. Ao contrário, conforme análise de Florestan Fernandes,

no plano especificamente institucional, o rápido crescimento quantitativo provocou consequências de duas ordens. Pôs em evidência a incapacidade do velho padrão de escola superior de crescer, diferenciar-se e adaptar-se à situação nova. O congestionamento quantitativo e estrutural-funcional serviu para demonstrar a rigidez da instituição e sua inxequibilibidade nos tempos presentes. Além disso, revelou as fontes congênitas de sua impotência cultural: adaptada ao ensino magistral e dogmático, a escola superior tradicional não possuía condições internas para evoluir no sentido do ensino pluridimensionado, nos moldes de concepções científicas,

---

isoladas de ensino superior. Quatro dessas escolas já eram públicas à época da incorporação: a Faculdade Fluminense de Medicina e a Faculdade de Veterinária, federalizadas em 1950; a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1956. No entanto, outras cinco instituições isoladas – a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Enfermagem, a Escola de Serviço Social, a Escola Fluminense de Engenharia e a Faculdade Fluminense de Filosofia – foram agregadas à nova universidade ainda na condição de escolas privadas, só ocorrendo o ato de federalização com a Lei nº 3.958, de 13/09/1961.

democráticas e utilitárias de educação escolarizada (Fernandes, 1979, p. 106).

As críticas ao modelo de ensino superior, que existiram praticamente desde o seu surgimento, tornam-se mais acirradas, e são implementadas tentativas de modernização de alguns cursos. O questionamento às características arcaicas da universidade brasileira e as decorrentes propostas e iniciativas de mudança do sistema também estavam diretamente relacionados ao processo mais geral de modernização da própria sociedade. O impulso para a industrialização e a diversificação da produção já se havia iniciado por meio das políticas econômicas de 1930 e 1940. Em 1950, o processo de industrialização avançou e se diversificou, o que demandava uma sociedade mais moderna, urbanizada, disciplinada e também com um sistema educacional que pudesse vir a atender a esses novos rumos.

A primeira iniciativa concreta de modernização do ensino superior no Brasil foi formulada pelo segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, 1947), para o qual havia a proposta de formação de pessoal qualificado e de pesquisa na área técnica.

A existência do ITA como uma ilha de ensino superior moderno num mar de escolas arcaicas animou os reformadores do ensino, principalmente aqueles que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica, indispensável, por sua vez, para viabilizar o rompimento dos laços de dependência do exterior ou, então, para os reforçar, no intuito de modernizar o país, começando pelo sistema educacional, à imagem do paradigma do país capitalista hegemônico – o mais “desenvolvido” (Cunha, 1983, p. 115).



Nesse mesmo clima de crítica ao arcaísmo do ensino superior e da decorrente necessidade de sua modernização, criou-se, em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com o objetivo de promover a pesquisa científica e tecnológica nuclear no país e, posteriormente, com o intento de incentivar as ciências exatas e biológicas. Em ambos os casos, aos quais se soma a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), houve o esforço de montagem de aparelhos extrauniversitários de pesquisa científica e tecnológica, na tentativa de suprir as deficiências das universidades. Na realidade – e a criação do CBPF foi exemplar nesse sentido –,<sup>89</sup> as dificuldades internas da instituição universitária, em se adaptar às novas demandas, levaram à criação dessas iniciativas fora do corpo universitário.

No interior mesmo das universidades, pouco se tentou no sentido dessa modernização: uma dessas investidas foi a idealização dos institutos como os locais próprios de realização de pesquisas, no caso órgãos separados das faculdades. Outra tentativa modernizadora foram as críticas formuladas à cátedra vitalícia. Esta era indicada como uma estrutura onerosa e não racional para as novas demandas da universidade e que não incentivava a renovação e o crescimento da qualidade do corpo docente, devendo, portanto, ser extinta. Há que se chamar atenção para o fato de que essa é apenas uma das facetas na análise dessa forma de organização do ensino superior brasileiro. Fávero, após entrevistar algumas dezenas de ex-professores e ex-alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil [atual Universidade Federal do Rio de Janeiro], afirma que, “apesar do caráter centralizador e autoritário da cátedra, ela apresenta[va] em vários casos outra dimensão, a de ‘núcleo integrador de inteligências’” (Fávero,

---

<sup>89</sup> Ver comentários desenvolvidos anteriormente sobre a criação do CBPF.

1993b, p. 9). Conforme sua análise, alguns catedráticos formaram escolas e puderam socializar seus conhecimentos, sua pedagogia e metodologia de trabalho.

De todo modo, o impulso modernizador não conseguiu formar lastro no sistema de ensino superior. Restringiu-se às críticas generalizadas e a algumas poucas iniciativas concretas de peso, além daquelas que citamos. A UDF de 1950 passou incólume por esse clima, pelo menos em seus dez primeiros anos de vida e, principalmente, no momento de sua fundação.

Em síntese, o sistema de ensino superior do país, que sempre fora alvo de críticas isoladas, era questionado como um todo nos anos 50 do século XX. Na tentativa de reformá-lo, apregoava-se um novo paradigma, calcado, sobretudo, na estruturação universitária norte-americana, cuja influência ia ganhando, gradativamente, cada vez mais terreno como um modelo para nosso próprio desenvolvimento educacional. A própria política desenvolvimentista incentivava a modernização do ensino, embora a compreensão dos rumos desse desenvolvimento em cada escola assumisse matizes bastante distintos.

Relacionada a esse processo de desenvolvimento e diferenciação da indústria, houve intensa pressão no período por acesso à universidade e expansão da rede, tendência que não levava, invariavelmente, a maior empenho com a qualidade das novas instituições criadas. O sistema de ensino superior cresceu, e muito, mas, em contrapartida, a qualidade das escolas superiores e a tão proclamada modernização, que implicava produção científica e tecnológica, atingiram somente algumas poucas instituições.

Nesse ponto, retomamos nossa indagação anterior: por que criar a UDF? Por que instituir um aparelho que, no final das contas, resumia-se à superposição de uma reitoria e dois colegiados, constituídos pelos mesmos pares, a quatro escolas superiores isoladas e particulares, sem qualquer história pas-

sada em comum e sem qualquer projeto futuro planejado? A primeira questão a destacar é que não era difícil fundar uma universidade, nos moldes em que foi criada a UDF. O clima, em 1950, era oportuno para tal investida, por causa da crescente demanda ao ensino superior como um todo e também pelo fato de o expediente de federalização, bastante utilizado, permitir que novas universidades fossem abertas sem ferir as “tradições” que as escolas-fundadoras traziam – a tradição de faculdades de ensino isoladas e autônomas. No caso da UDF, não se tratava de uma federalização, mas, sim, de uma municipalização. Entretanto, o procedimento era exatamente idêntico ao das congêneres federais. O Senado, ao derrubar o veto do prefeito, dispôs de dinheiro público municipal para viabilizar os anseios de quatro faculdades particulares, voltadas somente para o ensino e a formação profissional, se alçarem ao *status* de universidade.

A par da relativa facilidade do momento em constituir universidades pela agregação de escolas já existentes, mesmo que particulares, ao percorrer os depoimentos do período e a documentação legal referente à UDF, é possível perceber que a criação da universidade tinha como objetivo primeiro, para seus idealizadores mais diretos, a pragmática determinação de obter subvenção pública para as quatro escolas privadas. A legislação do momento não era propriamente mais favorável às universidades do que às instituições isoladas no que tangia à aquisição de subvenções, mas captar verbas para uma universidade era, certamente, um elemento facilitador, na medida que mais justificável socialmente. Nessa perspectiva, fundar a UDF se constituía em um grande negócio, que não trazia risco de perda para as partes envolvidas. Na prática, a situação das escolas-fundadoras em nada mudaria quanto a seu funcionamento interno, estruturas de poder já consolidadas, procedimentos acadêmicos institucionalizados e patrimônios

já adquiridos, pois a autonomia das unidades garantiria que tudo continuasse exatamente como antes da fundação. O que poderia mudar era a atrativa possibilidade de captar mais subvenções, aumentar o patrimônio ou constituí-lo, vencer obstáculos de ordem financeira, bem como melhorar a situação do corpo docente, que, no mínimo, teria as garantias do funcionalismo público e, em alguns casos, até vantajosas equiparações aos professores da Universidade do Brasil.

A análise dos vídeos, com gravações de ex-reitores,<sup>90</sup> mostra claramente certo orgulho dos fundadores pela obra que haviam construído “heroicamente”: uma universidade. Para eles, ser professor catedrático de uma universidade – e, muito mais, ser dirigente universitário – garantia certo “status”, reconhecimento, admiração e respeito públicos, atributos que, certamente, eram transferíveis a outras esferas da sociedade sob a forma de prestígio. Em algumas entrevistas, esse clima também transpareceu, como ocorreu com o depoimento de Francisco Alcântara Gomes Filho, para quem a criação da universidade “era pela ideia de crescer, ampliar. Primeiro, você tem o curso, do curso tem a faculdade e, da faculdade, vem a universidade. Nós éramos um grupo que queria subir, crescer, e não estacionar”.<sup>91</sup> A seguinte passagem do livro de Álvaro Cumplido de Sant’Anna, ao se referir à participação dos professores nas discussões ocorridas no Senado, é mais elucidativa ainda:

---

<sup>90</sup> Vídeos do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ de números 162, 65, 70 e 66, com depoimentos dos seguintes professores, respectivamente: Rolando Monteiro, Haroldo Lisboa da Cunha, Ney Cidade Palmeiro e Francisco Alcântara Gomes Filho. Os três primeiros foram ex-reitores da universidade. Sobre a inserção de Francisco Alcântara, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

<sup>91</sup> Depoimento de Francisco Alcântara Gomes Filho, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

Se alguns foram os professores que mais ativamente lutaram, em sua generalidade, ou melhor, na sua totalidade tinham os professores das referidas faculdades como ambição máxima e título bastante, o de professores universitários, para satisfação e coroamento do seu trabalho no magistério de nível superior (Sant'Anna, 1967, p. 16).

A ideia da universidade também era bastante atraente para os alunos, visto que, embutida nas subvenções, estava a possibilidade de barateamento das mensalidades ou até mesmo a conquista da gratuidade. Assim, eles se engajaram na campanha, irmanados aos professores, diante da perspectiva de resolverem suas dificuldades financeiras. Essa meta não era improvável. Como já discuti, nas escolas federais, a despeito da legislação vigente, a gratuidade já era uma prática corrente e, sob a ótica dos alunos, também poderia ser alcançada na nova universidade.

Da documentação e dos depoimentos a que tive acesso sobre a criação da UDF, nada leva à conclusão de que os principais agentes responsáveis pela aprovação da lei tivessem alguma preocupação que pudesse levar à construção de uma estrutura modernizada para a nova universidade. Pelo menos naquele momento, as críticas ao arcaísmo da universidade, que clamavam pela produção de ciência e tecnologia, não permearam as concepções e práticas presentes no ato da fundação da nova universidade. A “penada” do Legislativo, na prática, não criou, em absoluto, nada que pudesse ter uma identidade mínima com o que se pode chamar de uma universidade. Não estipulou sequer as condições básicas para que isso viesse a se constituir, em médio prazo. O ato da criação, bem ao “estilo brasileiro” de criação de suas universidades, simplesmente acoplou quatro escolas superiores com estruturação e padrões bastante diversos.

O que sedimentava os diversos segmentos, que se empenharam para a criação dessa nova universidade, era uma lógica pragmática que clamava pela fundação da nova instituição, mas em que cada parte tinha seus interesses próprios. Para os donos e diretores das escolas, havia a perspectiva de facilidades financeiras, mas também a possibilidade de alcançarem maior “status”. Para os professores, acenava-se a perspectiva frustrada de se transformarem em funcionários públicos mais estáveis e, possivelmente, com melhores remunerações. Para os alunos, a gratuidade futura dos cursos era o grande móvel. O clima era, portanto, propício a uma participação mais ativa do Estado na educação superior. Havia, como vimos, um ambiente favorável à expansão do sistema, e esse ambiente foi aproveitado, à expensa de maior preocupação com a qualidade.



## Capítulo II

# Da fragmentação à organização institucional

Não se pode ter uma universidade rica em um mundo pobre ou uma universidade revolucionária numa sociedade conservadora. O grau de riqueza, de avanço e autonomia cultural em uma sociedade nacional delimita o grau de efervescência e de dinamismo de uma universidade (Fernandes, 1984, p. 12).

### **1 – O primeiro retrato da universidade**

Unidos por motivos diferentes, os donos de quatro escolas particulares de ensino superior, seus professores e alunos idealizaram a fundação de uma nova universidade, criada pela Lei nº 547/1950. Como vimos, nos anos 1950, o expediente de criar universidades, pela mera junção de instituições pre-existentes, não era incomum, e os interessados, pragmaticamente, aproveitaram a situação. Não houve, por parte dos fundadores, nenhuma intenção de construir uma instituição estruturalmente diferente. Trouxeram, portanto, para a nova



universidade as experiências acadêmicas que, isoladamente, haviam consolidado, desde os anos 1930, ao lado das práticas e concepções educacionais que regiam aquelas quatro escolas particulares, inclusive quanto a seu aspecto mais visível, qual seja, o fato de serem quatro escolas isoladas. Essas experiências, aliadas a dificuldades de ordem financeira, marcaram a Universidade do Distrito Federal, em seus primeiros anos, como um agregado de faculdades autônomas, voltadas ao ensino e à formação profissional.

O início deste capítulo pretende retratar o primeiro desenho da nova UDF e as mudanças que ocorreram, em seus dez primeiros anos de existência, no sentido de lhe dar uma feição mais unitária.

### 1.1 – Faculdades autônomas

A Universidade do Distrito Federal foi criada pela Lei nº 547/1950, com características bastante nítidas, dentre as quais destaca-se a ampla autonomia atribuída às quatro unidades originais, tendo sido projetada como uma mera junção dessas escolas particulares, com uma reitoria superposta, sem qualquer organicidade do ponto de vista institucional. Os textos da Lei nº 547/1950, de seu primeiro Estatuto de 1952 e de seu Regimento de 1955 são elucidativos a esse respeito.<sup>1</sup> Por meio desses documentos, as quatro unidades que a compunham inicialmente tinham asseguradas personalidade jurí-

---

<sup>1</sup> O primeiro Estatuto da UDF foi aprovado em 13/08/1952 e publicado no *Diário Oficial* de 20/08/1952, pp. 7.006-7, como Decreto nº 11.573. Em 28/05/1953, o Decreto nº 32.886, publicado no *Diário Oficial* de 03/06/1953, pp. 9987-90, concedeu prerrogativas de equiparação à UDF e aprovou seu estatuto novamente, com o mesmo texto anterior. O primeiro Regimento da UDF foi aprovado no Conselho Universitário em 28/01/1955 e publicado no *Diário Oficial* de 14/05/1955, pp. 3.193-201.

dica própria, autonomia financeira e administrativa,<sup>2</sup> sendo explícitos quanto à questão do patrimônio: “[...] o patrimônio da universidade [...] não se confundirá com os bens que já tenham ou venham a ter as unidades universitárias [...], as quais continuarão na posse e na administração dos mesmos bens”.<sup>3</sup> Por meio desses documentos, a universidade também não precisaria responsabilizar-se pelos compromissos assumidos pelas unidades universitárias, nem estas pelos compromissos assumidos pela universidade.<sup>4</sup>

A Universidade do Distrito Federal surgiu, portanto, sem patrimônio, apesar de as unidades o possuírem. Esse fato era tão legalmente definido que até a sede da reitoria funcionava nas dependências da Faculdade de Ciências Médicas S.A., em regime de locação, situação mantida por mais de uma década.<sup>5, 6</sup>

A ideia de se criar uma universidade pela junção de unidades autônomas contava com defensores ardorosos, como mostrei nas discussões ocorridas por ocasião da aprovação da Lei nº 547/1950. Álvaro Cumplido de Sant’Anna, da Faculdade de Ciências Médicas, também reitor em exercício no triênio 1955-1957, igualmente, só via vantagens – e por diversas razões. O fato de se criar uma universidade com escolas prontas, ainda que totalmente separadas e estanques em seu

<sup>2</sup> Lei nº 547/1950, artigo 4º; Estatuto de 1952, artigo 2º; e Regimento de 1955, artigo 5º.

<sup>3</sup> Lei nº 547/1950, artigo 4º; Estatuto de 1952, artigo 5º; e Regimento de 1955, artigo 40.

<sup>4</sup> Estatuto de 1952, artigo 1º, parágrafo único.

<sup>5</sup> As locações também existiram entre as unidades. Em 1957, por exemplo, a Faculdade de Ciências Econômicas era a locatária, e a Faculdade de Ciências Médicas, locadora, de espaço para funcionamento da primeira, sendo a Universidade do Distrito Federal a interveniente.

<sup>6</sup> Data de 14/07/1961 a aquisição do primeiro bem patrimonial imóvel da universidade, na travessa Euclides de Matos, 17, em Laranjeiras, onde passou a funcionar a reitoria, após a inauguração, em 28 de março de 1963.

funcionamento, permitiu ao tesouro municipal a economia de grandes somas que teria de despende se tivesse de arcar com sua implantação; eliminou também eventuais dificuldades quanto ao reconhecimento da nova instituição pelo governo da União e, por fim, porque, no entender desse reitor, essas escolas asseguraram “à universidade organizações em pleno funcionamento, lastros de experiências pedagógicas, um patrimônio moral de incalculável valor”.<sup>7</sup> Essa não era uma opinião isolada do reitor; em nome dessa concepção de autonomia, os próprios estatutos das faculdades ressaltavam as atribuições patrimoniais, financeiras e administrativas das unidades, ou melhor, dos catedráticos das unidades.

No Estatuto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por exemplo, constava que “a FFCL da UDF pertence a seus professores catedráticos efetivos, considerados para todos os efeitos legais como seus sócios-proprietários”.<sup>8</sup> Esses professores pagavam emolumentos, correspondentes ao título, na nomeação, para ingressar no quadro de sócios-proprietários. Aos herdeiros do professor catedrático, era paga uma indenização, em caso de sua morte, incapacidade total e permanente, renúncia ou destituição. À congregação, cabia, entre outras atribuições, autorizar as operações de crédito real, a aquisição de imóveis, o movimento dos fundos de patrimônio e de reserva, com direito até mesmo de deliberar sobre a dissolução da faculdade.

Além do aspecto patrimonial, pelo menos outros três evidenciam quão longe se podia levar a “autonomia das unidades” à expensa, obviamente, da organicidade da instituição: o mecanismo de subvenção, a estrutura de poder da universidade e a situação dos alunos.

---

<sup>7</sup> Anuário da UDF de 1956, p. 11.

<sup>8</sup> Estatuto da FFCL, de 21/02/1956, artigo 5º.

Pouco ficou de registro dos alunos nesses primeiros anos de vida da universidade. Mas, mesmo assim, do esparsos material existente, é notório que a situação administrativa dos alunos sofria grande variação, conforme a unidade analisada. Em síntese, todos os critérios referentes à vida estudantil eram resolvidos no âmbito das quatro faculdades. Os concursos de habilitação para entrada na universidade eram realizados por unidade, respeitando o critério geral de prestação de provas escrita e oral, em observância à legislação em vigor.<sup>9</sup>

Para a promoção à série seguinte, os estudantes realizavam provas parciais e exames finais,<sup>10</sup> mas o nível de exigência no ato da avaliação também era bastante variável. Conforme quadro apresentado por Sant'Anna, em 1955, foi possível determinar o índice de aprovação por curso na UDF: os cursos que mais promoviam seus alunos eram os de línguas anglo-germânicas e letras clássicas, ambos com um índice de 97% de aprovação, seguidos pelos cursos de didática e direito, com índices de 96% e 93%, respectivamente. Os cursos que mais reprovavam, sugerindo critérios mais exigentes para promoção, eram os de matemática, física, química e ciências sociais, com os seguintes índices de aprovação: 47%, 55%, 70% e 72%, respectivamente.<sup>11</sup>

O mesmo documento, subscrito por Sant'Anna, apresentava a seguinte distribuição dos alunos em 1955,<sup>12</sup> demonstrando que os cursos de maior índice de admissão eram os de direito e o curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

---

<sup>9</sup> Regimento da UDF de 1955, artigos 89-116.

<sup>10</sup> Regimento da UDF de 1955, artigos 117-127.

<sup>11</sup> Relatório da UDF de 1955, p. 11.

<sup>12</sup> Relatório da UDF de 1955, p. 8.

## Matrículas na UDF, 1954-1956

Faculdade	Ano de 1954	Ano de 1955	Ano de 1956
<b>Direito</b>	1.800	1.643	1608
<b>Ciências Médicas</b>	600	601	654
<b>FFCL*</b>	1.500	1.374	1493
<b>Economia</b>	240	273	269
<b>Total</b>	3.540	3.891	4.024

\* Os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras eram distribuídos pelos seguintes cursos: filosofia, matemática, química, história natural, ciências sociais, geografia, história, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, pedagogia e didática, este último comportando mais de 20% dos alunos da faculdade.<sup>13</sup> Fonte: Relatório da UDF, 1955.

Os alunos de todos os cursos pagavam mensalidades e taxas, as quais, contudo, eram bastante variadas, conforme a unidade em questão.<sup>14</sup> Estava prevista, no entanto, uma subvenção dada diretamente pela prefeitura para o barateamento das mensalidades, liberando, em parte, esse encargo dos alunos. A partir de 1958, a gratuidade é explicitamente recomendada por lei e, no ano seguinte, alcançada plenamente, para os alunos não repentes, também por ato legal.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Os dados de 1954 foram obtidos na Ata do Conselho Universitário de 25/03/1954. Os demais foram extraídos de um relatório da Universidade do Distrito Federal de 1955, p. 8.

<sup>14</sup> Conforme dados apresentados pelo conselheiro Acyr Tenório, registrados na Ata do Conselho Universitário de 25/03/1954, as mensalidades pagas pelos estudantes tinham os seguintes valores: 5.000 cruzeiros para a FCM, 3.000 cruzeiros para a FFCL, 1.800 cruzeiros para a FD e 1.200 cruzeiros para a FCE. De acordo com a informação obtida junto ao Banco Central, a cotação média do dólar oficial para compra, no mês de março de 1954, era de 59,95 cruzeiros. Feitas as conversões, teríamos os seguintes valores das mensalidades: na FCM, 84,03 dólares; na FFCL, 50,04 dólares; na FD, 30,02 dólares e na FCE, 20,01 dólares.

<sup>15</sup> Lei nº 909, de 16/06/1958, artigo 3º, e Lei nº 930, de 29/07/1959, artigos 9º e 10º.

Não havia, portanto, o aluno da Universidade do Distrito Federal, nos anos 50 do século XX, mas alunos das faculdades. Ronaldo Coutinho bem assinalou esse aspecto em seu depoimento:

Na cidade, comentava-se assim: os alunos da Faculdade do Catete (a Faculdade de Direito), os da Medicina e os daquela Faculdade do La-Fayette – aquela Faculdade da Tijuca. Ninguém se referia à UDF.<sup>16</sup>

Os alunos estavam submetidos a uma seleção distinta, a regimes administrativos diferenciados e a regras avaliativas que variavam do extremo rigor a critérios que possibilitavam aprovação em massa. Na prática, eram estudantes de quatro faculdades, e não de uma universidade – e eram reconhecidos no espaço da cidade exatamente desse modo.

O mecanismo inicial de concessão das subvenções era, em síntese, o seguinte:<sup>17</sup> as congregações das unidades estimavam a dotação orçamentária que considerassem necessária para sua manutenção e eficiente funcionamento administrativo e didático; o conselho de curadores (composto por quatro membros escolhidos pelos diretores das unidades e nomeados pelo prefeito)<sup>18</sup> aprovava ou não o orçamento, e a prefeitura

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Ronaldo Coutinho para nossa pesquisa, em 1993. Ronaldo Coutinho foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nos finais dos anos 50 do século XX, ocasião em que teve ativa participação no Diretório Acadêmico La-Fayette Cortes e no DCE. Ingressou na universidade como professor de sociologia em 1962, permanecendo na instituição até sua aposentadoria como professor adjunto da Faculdade de Direito, após dois afastamentos – entre os anos de 1968-1979 e 1986-1992.

<sup>17</sup> Lei nº 547/1950, artigo 4º, parágrafos 1º, 2º e 5º.

<sup>18</sup> É o seguinte o texto do artigo 4º, parágrafo 3º, da Lei nº 547/1950: “Os curadores, em número de quatro, serão nomeados pelo prefeito dentre os funcionários com mais de dez anos de serviços prestados à prefeitura do Distrito Federal e que forem escolhidos pelos diretores das faculdades, sob a presidência do reitor”.

ra do Distrito Federal subvencionava, diretamente, cada uma das quatro unidades. Diante dessa concepção de soberania das unidades, nem a prefeitura nem a Câmara do Distrito Federal tinham como discutir as demandas materiais dessas escolas: elas determinavam suas necessidades, escolhiam os membros da instância que avaliava (o conselho de curadores), cabendo à prefeitura somente subvencionar. Pelo primeiro estatuto da universidade, de 1952, essa soberania era parcialmente amenizada, pois alterava a forma de composição do conselho de curadores: estes passaram a ser, além de nomeados, também escolhidos pelo prefeito, e não mais por aqueles cujas contas deveriam ser avaliadas e fiscalizadas.<sup>19</sup>

A leitura das atas do conselho universitário bem demonstra que a questão das subvenções era móvel de grandes discussões e acirrada divergência na nova universidade, com cada unidade procurando tirar o melhor proveito possível. Em 1954, o conselheiro Acyr Tenório pediu vistas para apreciar a proposta orçamentária, sob o protesto de alguns membros do conselho universitário, que consideravam tal procedimento desnecessário. O conselheiro, então, detectou, após realizar estudos, a majoração das taxas da Faculdade de Ciências Econômicas, visando ao recebimento de maior subvenção referente ao barateamento das mensalidades dos alunos. Na ocasião, criticou duramente o conselho, que, em sua opinião, montava o orçamento “sem base, sem meditação ou estudo”:

[...] Nada interessa, contanto que o dinheiro canalize para as faculdades e os alunos da faculdade tenham ensino gratuito. As verbas destinadas às necessidades do corpo docente e do pessoal administrativo são distribuídas sem estudos. Não se cogita de uniformizar, para unir [...]. O critério de distribuição das ver-

---

<sup>19</sup> Estatuto da UDF, Decreto nº 11.573/1952, artigo 31.

bas, em função do número de alunos, não nos parece adequado à finalidade da universidade. Tal critério importa em mercantilizar o ensino [...]. As faculdades passarão a ter como escopo o aumento da quantidade de alunos, em detrimento da qualidade [...] passarão a conceder facilidades nos exames vestibulares com o objetivo de preencherem integralmente as vagas.<sup>20</sup>

O parecer do conselheiro, pela reformulação da proposta orçamentária, foi rejeitado por ampla maioria no conselho universitário, bem exemplificando quanto o mecanismo de subvenção, anteriormente descrito, além de favorecer situações impunes de mau uso dos recursos da Prefeitura, beneficiava o espírito de corpo das unidades e trazia reflexo para a própria dinâmica acadêmica.

Para a minguada estrutura central da universidade, composta pelo reitor e por menos de uma dezena de auxiliares, no entanto, as verbas eram reduzidíssimas, visto que as subvenções já vinham destinadas, em linha direta, às faculdades. Na avaliação do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha, por muito tempo “só um caminho restou à universidade: foi o dos benefícios prodigalizados pelo Decreto-Lei nº 8.207, de 22/11/1945” (Cunha, 1988, p. 48), que destinava às fundações de ensino universitário os bens vacantes arrecadados pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal.

Por fim, a análise da estrutura de poder da universidade também demonstra a autonomia de suas unidades. O mecanismo decisório, originalmente, assim se constituía: o reitor, cargo executivo, era escolhido pelo prefeito, dentre um dos quatro diretores.<sup>21</sup> Esse pré-requisito – ser diretor para poder alcançar o cargo de reitor – deixou de existir no ano de 1953. A partir de então, qualquer professor catedrático pôde alcan-

<sup>20</sup> Ata do Conselho Universitário de 25/03/1954.

<sup>21</sup> Lei nº 547/1950, artigo 7º.



çar esse cargo, desde que indicado pelo conselho universitário em lista tríplice, para nomeação pelo prefeito.<sup>22</sup>

O conselho universitário era inicialmente um mero órgão consultivo, composto pelos seguintes membros: reitor, vice-reitor, os quatro diretores das faculdades, um representante de cada unidade indicado pela congregação, um representante dos docentes livres, um representante da Associação dos Diplomados e pelo presidente do DCE.<sup>23</sup> Pelo Estatuto de 1952, o conselho universitário passou a ser um órgão de caráter consultivo e deliberativo.<sup>24</sup> Por fim, os diretores de unidade, em cujas mãos ficava a administração financeira, patrimonial, acadêmica e disciplinar das faculdades, eram escolhidos pela congregação.<sup>25</sup>

Toda essa estrutura inicial da UDF e as pequenas modificações que assinalei foram montadas a partir das congregações, de seus professores catedráticos, a quem cabia, praticamente, todo o processo decisório. Na prática, a estrutura formal de poder na nova instituição era ocupada por um pequeno grupo de catedráticos, que se revezava nos diferentes postos citados. A análise dos componentes do conselho universitário nos primeiros anos reflete bem essa situação, conforme o quadro a seguir demonstra. Existiam 14 cargos para professores no conselho: reitor, vice-reitor, os quatro diretores das unidades, os quatro representantes das congregações, os três diretores dos institutos e um representante dos livres-docentes. Entre os anos de 1952, data de instalação do conselho universitário, e o ano de 1960, somente 28 professores ocuparam as 14 cadeiras existentes, sendo que seis desses professores estiveram no conselho durante os nove anos, ininterruptamente.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> Lei nº 783/1953, artigo 6º.

<sup>23</sup> Lei nº 547/1950, artigo 4º, parágrafo 6º. Após 1955, passaram a tomar parte do conselho universitário os três diretores dos institutos criados.

<sup>24</sup> Estatuto de 1952, artigo 25, e Regimento de 1955, artigo 19.

<sup>25</sup> Lei nº 547/1950, artigo 6º.

<sup>26</sup> Dados retirados das atas do conselho universitário, entre 1952 e 1960.



Ney Cidade Palmeiro – FFCL	X											X						X
Oscar Accioly Tenório – FD										X								X
Odilon de Andrade – FD	X																	
Raul Bitrencourt – FCM		X								X								
Raul Pitanga – FCM																		
Roberto Lira – FD										X								X
Rolando Monteiro – FCM										X								
Thomaz Rocha Lagôa – FCM																		X
Umberto Montana – FCE																		X

\* Além dos docentes citados nesse quadro, tomavam parte do conselho universitário: um representante da Associação dos Diplomados e o presidente do DCE.

Apesar das modificações introduzidas, muito pouco da estrutura patrimonial, financeira e de poder da universidade facilitava a integração das unidades e, como, claramente, se percebe, a universidade e as escolas eram tratadas, na própria legislação, como entidades inteiramente distintas. Na realidade, a história anterior das quatro faculdades já anunciava que a criação de uma universidade, a partir delas, dificilmente poderia ocorrer de modo diferente.

Criar universidades a partir da junção de escolas isoladas também fazia parte da tradição de nosso ensino superior. Até mesmo o Estatuto das Universidades Brasileiras, em vigor desde 1931, referendava essa prática, ao afirmar que “a constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I) congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras”.<sup>27</sup> Prevvia, inclusive, a possibilidade de que essa agregação ocorresse a partir de escolas de esferas administrativas diferentes: escolas federais, estaduais ou particulares. Desse modo, apesar de o Estatuto das Universidades Brasileiras postular que a forma universitária deveria ser a preferencial para se organizar o ensino superior, não era contraditório em relação à situação predominante na maioria das escolas de ensino superior do país, uma vez que abria flancos para a organização de universidades como um conglomerado de faculdades independentes e autônomas.

No caso da UDF, em que as quatro unidades permaneceram como instituições isoladas e autônomas, mesmo após a

---

<sup>27</sup> Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, Estatuto das Universidades Brasileiras, artigo 5º. O Decreto-Lei nº 8.457, de 26/12/1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares, tornava mais flexíveis as exigências, pois somente duas (e não mais três) das unidades constituidoras da universidade proposta deveriam estar entre as de filosofia, medicina, engenharia e direito.

criação da universidade, também havia um nítido amparo legal no citado decreto, pois o Estatuto das Universidades Brasileiras não determinava a amplitude da autonomia das unidades, deixando essa definição para os estatutos de cada instituição.<sup>28</sup> Otaíza de Oliveira Romanelli localiza, com propriedade, essa dinâmica institucional nas demais escolas de ensino superior, assinalando algumas de suas consequências:

A autonomia individual de cada escola [...] eliminou a possibilidade de uma estruturação mais orgânica da Universidade, ao mesmo tempo que representou a sobrevivência, no âmbito universitário, do espírito federalista [...]. Foi essa sobrevivência que, acarretando a simples agregação ou soma de escolas autossuficientes e independentes, impediu a Universidade brasileira, até nossos dias, de viver um verdadeiro regime universitário (Romanelli, 1986, p. 134).

Essa situação de autonomia jurídica das unidades em relação às universidades (reitoria e conselho universitário), comum ao ensino superior do país, no caso da UDF era mais exacerbada do que nas instituições federais, em que havia controle mais estrito a partir da normatização legal. Um exemplo disso era a eleição para diretores das unidades: nas faculdades federais, os diretores eram escolhidos pelo reitor a partir de uma lista tríplice elaborada pela congregação, e na UDF, como assinalamos, a eleição esgotava-se no âmbito da própria congregação,<sup>29</sup> garantindo-lhe maior parcela de autonomia.

---

<sup>28</sup> O artigo 9º do Decreto nº 19.851/1931 tinha o seguinte texto: “As unidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade”.

<sup>29</sup> De acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, os diretores das unidades eram escolhidos pelo governo a partir de uma lista tríplice

Se é verdade que a normatização legal, herdada do Estado Novo, tolhia a autonomia das instituições do ensino superior em diversos aspectos – regulava e controlava a organização didática e administrativa, interferia na estrutura de poder interna das escolas etc. –, deixava outros absolutamente a descoberto. As questões patrimoniais e financeiras, por exemplo, em torno das quais pululavam as principais decisões da UDF, não tinham qualquer regulamentação no Estatuto das Universidades Brasileiras, o que possibilitou às escolas componentes da Universidade do Distrito Federal ampla independência nesse âmbito, não só em relação à UDF, mas também no que se refere à própria prefeitura.

A autonomia das unidades, contudo, não pode ser vista simplesmente como formulação e reformulação de leis, mas como uma questão de poder que extrapola em muito a específica esfera universitária. No caso da UDF, todos os aspectos que destaquei sobre a autonomia das unidades – a questão patrimonial, das subvenções e a constituição da própria estrutura decisória – e, conseqüentemente, o asfixiamento de uma proposta de universidade mais integrada tinham como base a manutenção dos espaços de poder, das relações hierárquicas, das posições ocupadas pelos pares e das situações financeiro-patrimoniais alcançadas pelas escolas-fundadoras. Na prática, a universidade teve sua estrutura interna de tomada de decisões montada para que o controle sobre certa quantidade de recursos (subvenções) e sobre o patrimônio das escolas integradas fosse mantido, perpetuado e, de preferência, aumentado.

---

organizada pela universidade (dois membros indicados pela correspondente congregação e um pelo conselho universitário), e um decreto-lei assinado pelo presidente provisório determinava que o reitor escolheria o diretor a partir de uma lista tríplice elaborada pela respectiva congregação. No entanto, tanto no estatuto como no decreto-lei, previa-se a possibilidade de variantes em se tratando de universidades estaduais ou livres.

A legislação existente no país possibilitava esse tipo de estruturação universitária, e tal era o formato preferencial das outras universidades já existentes. Além disso, as quatro escolas fundadoras não tinham uma trajetória anterior em comum e, diante desse quadro, seria mesmo surpreendente que, no momento de criação da Universidade do Distrito Federal, essa realidade se invertesse e os partícipes das quatro escolas se dispusessem a aparar suas diferenças ou a se despojar de patrimônios, das titulações alcançadas ou, ainda, de postos de comando há muito delineados. As quatro escolas superiores deixaram, só na denominação, de ser “isoladas”; continuaram, por alguns anos, a se tratar e a se considerar como os verdadeiros núcleos de poder administrativo do sistema acadêmico. Em nome da independência das unidades, as escolas-fundadoras, com seus catedráticos, se constituíram em verdadeiros nichos de resistência à formação de uma universidade integrada e multifuncional.

## 1.2 – Faculdades para o ensino

A lei que criou a Universidade do Distrito Federal não continha um único artigo ou parágrafo sobre os objetivos ou as finalidades dessa nova instituição. No Estatuto de 1952, há um artigo sobre as finalidades da universidade, em que o ensino e a pesquisa são afirmados, da mesma forma que no Regimento de 1955, com a seguinte formulação: “a) a universidade contribuirá para o aprimoramento da cultura e da educação; b) estimulará a investigação e a pesquisa em órgãos especializados e incentivará a publicação de trabalhos científicos, filosóficos, literários e didáticos; c) preparará profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores; d) concorrerá para a formação moral, social e física

dos seus alunos; e) incentivará o intercâmbio universitário”.<sup>30</sup> É importante observar que o previsto era o desenvolvimento de atividades de pesquisa em órgãos especializados, os institutos – e nenhum deles existia no momento da fundação.

Na prática, em consonância com a história das quatro escolas que lhe deram origem, a UDF foi concebida para o ensino e a formação profissional. No regimento, há um longo e detalhado capítulo sobre a organização didática das unidades.<sup>31</sup> Nele, trata-se de regime escolar, admissão, matrícula, transferência, promoção e diplomação de alunos, bem como dos cursos que a universidade ou as unidades promoveriam. Dos 61 artigos que compõem este capítulo, somente dois incisos fazem referência, ainda que indiretamente, à pesquisa e à produção original de conhecimento.<sup>32</sup>

A análise da formação e das atribuições do corpo docente aponta no mesmo sentido. No estatuto, na parte relativa ao corpo docente, não há, nem uma única vez, referências à pesquisa e à produção científica, não se constituindo, portanto, numa função dos professores.<sup>33</sup> A mesma tendência foi localizada no Regimento de 1955.<sup>34</sup>

Por ocasião da criação da UDF, os professores e também os funcionários técnico-administrativos não formavam nada de parecido com um corpo. A própria autonomia das unida-

<sup>30</sup> Estatuto de 1952, artigo 4º, e Regimento de 1955, artigo 3º.

<sup>31</sup> Regimento de 1955, do artigo 75 ao artigo 135.

<sup>32</sup> Os dois incisos aparecem no artigo 76 do regimento com o seguinte texto: “A UDF terá os seguintes cursos: [...] III – cursos de doutorado, previstos em lei [...] V – cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidades profissionais ou científicas [...]”. No entanto, a implantação dos primeiros cursos de pós-graduação só ocorreu na UERJ a partir de 1972, em nível de mestrado e na área biomédica, a saber: o curso de cardiologia, nefrologia e endocrinologia, em 1972; o de medicina social, em 1974, e o de biologia, em 1977.

<sup>33</sup> Estatuto de 1952, artigo 38.

<sup>34</sup> Regimento de 1955, artigos 137-186.



des, da forma como era concebida, pressupunha que seus componentes fossem submetidos a regimes de trabalho distintos.

O primeiro estatuto definia uma carreira bastante semelhante à existente no plano federal. A carreira docente<sup>35</sup> tinha duas categorias básicas: professor catedrático, admitido, em tese, de acordo com a legislação em vigor, e professor assistente. Este último cargo era subdividido em professor adjunto, assistente e instrutor.

Uma primeira diferença em relação ao Estatuto das Universidades Brasileiras dizia respeito à forma de ingresso. O ingresso na carreira se dava somente pelo cargo mais baixo, de instrutor. Os assistentes eram escolhidos pelos catedráticos, dentre os instrutores, enquanto os adjuntos, também selecionados pelos catedráticos, surgiam dentre os assistentes com o título de docentes livres. Em síntese, todas as designações acima referidas eram feitas por indicação do professor catedrático e com a aprovação do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da faculdade, composto, por sua vez, de seis catedráticos.<sup>36</sup> Toda a ascensão na carreira dependia, portanto, do consentimento do respectivo catedrático.

Também faziam parte do corpo docente<sup>37</sup> os professores eméritos, escolhidos dentre os aposentados, conforme a legislação em vigor; os docentes livres, que deveriam submeter-se a concurso de títulos e provas, e, por fim, os professores contratados para substituições, de dois anos no máximo.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, legislação federal em vigor, estipulava, quanto à seleção dos professores catedráticos:

---

<sup>35</sup> Regimento da UDF, de 1955, artigo 138 e parágrafos.

<sup>36</sup> Conforme o Regimento da UDF de 1955 em seu artigo 64, o Conselho Técnico-Administrativo era composto de seis professores catedráticos eleitos pela congregação.

<sup>37</sup> Regimento da UDF de 1955, artigo 175.

O provimento no cargo de professor catedrático será feito por concurso de títulos e provas, conforme os dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitários.<sup>38</sup>

Na nova Universidade do Distrito Federal, contudo, foram ressalvados os direitos e as garantias adquiridos dos catedráticos das faculdades que integraram a universidade.<sup>39</sup> Acompanhando as atas das congregações das escolas fundadoras antes da criação da universidade, encontrei referência apenas a um concurso para professor catedrático realizado na Faculdade de Direito.<sup>40</sup> A prática corrente, pelo menos na Faculdade de Ciências Jurídicas e na Faculdade de Ciências Econômicas,<sup>41</sup> era o convite a um novo professor que, conforme o caso, tomava posse como catedrático, por um ato da congregação. À época da criação da universidade, esse elenco de catedráticos era bastante extenso, o que “poupou” à UDF a prática de realização de concursos para o provimento de cátedras.<sup>42</sup>

<sup>38</sup> Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, artigo 50.

<sup>39</sup> Estatuto da UDF, 1952, artigo 38, parágrafo 2º, e Regimento de 1955, artigo 140.

<sup>40</sup> O referido concurso era para a cátedra de direito penal e está registrado na ata da congregação de 12/03/1945.

<sup>41</sup> Localizei apenas essas duas unidades em todas as atas analisadas. As atas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette possivelmente foram extraviadas por ocasião de seu desmembramento, em 1969, e as da Faculdade de Ciências Médicas tinham lacunas temporais em seus registros.

<sup>42</sup> Conforme o relatório da Universidade do Distrito Federal, referente ao ano de 1955 (pp. 15-16), mesmo após a fundação da UDF, no ano de 1952, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas atribuiu o título de catedrático a dez professores, sem a realização de concurso, contrariando o que determinavam o Estatuto da Universidade e a própria Constituição. A Resolução nº 8 do Conselho Universitário, registrada na Ata de 10/04/1956, considerou nulos a decisão da congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de 22/05/1952 e todos os atos daí decorrentes, pelo fato de esta ter dado provimento de cátedra sem concurso de títulos e provas.

Em relação aos demais cargos da carreira, a UDF manteve, por um bom período, a prática de transferência de professores estranhos à universidade, particularmente pelo expediente de requisição de funcionários municipais do Distrito Federal.<sup>43</sup> Até 1955, essas requisições sequer passavam pelo Conselho Universitário,<sup>44</sup> sendo feitas diretamente pelas quatro faculdades, o que, certamente, implicava a ausência de controle por parte da universidade, até mesmo quanto ao número de funcionários. Em síntese, a carreira delineada no Estatuto da UDF estava calcada no assentimento dos catedráticos. Nela, os critérios de ordem acadêmica tinham pouco peso, valendo muito mais como um reforço ao poder destes do que propriamente para a ordenação da vida profissional do conjunto dos professores.

Apesar dessa normatização legal, a carreira da UDF não era unificada para toda a universidade, pelo fato de a remuneração por hora/aula ser bastante diferenciada, variando conforme a unidade. Em 1956, por deliberação do conselho universitário, houve uma primeira uniformização: estipulou-se um teto máximo de pagamento,<sup>45</sup> mas somente pela Lei nº 930/1959 definiu-se uma uniformização, uma vez que a lei determinava a obrigatoriedade de as remunerações dos corpos docentes e administrativos das diferentes unidades de ensino serem unificadas em cada categoria funcional.<sup>46</sup>

As condições de trabalho dos professores também não eram compensadoras e não proporcionavam incentivo a qual-

---

<sup>43</sup> Estatuto da UDF de 1952, artigos 43-44.

<sup>44</sup> A Resolução nº 17 do Conselho Universitário, registrada na ata de 15/08/1955, determinava que cessassem as requisições de pessoal feitas à Prefeitura do Distrito Federal e, a partir de então, a solicitação de pessoal externo à universidade só poderia ser feita pelo reitor, com a prévia autorização do conselho universitário.

<sup>45</sup> Ata do Conselho Universitário de 5/09/1956.

<sup>46</sup> Lei nº 930, de 29/07/1959, artigo 13.

quer prática docente, além de ministrar aulas. Os professores da UDF eram remunerados pelas aulas efetivamente dadas e pelos trabalhos realizados,<sup>47</sup> não havendo previsão de regime de tempo integral, pagamento para realização de pesquisas, orientação de alunos ou preparação de aulas.

Há um estudo comparativo entre as dotações orçamentárias e o número de alunos da então UDF e de outras universidades brasileiras, realizado com dados de 1955, que dá uma ideia clara das más condições salariais e das dificuldades enfrentadas pelos professores para manter certo padrão de qualidade no desenvolvimento de suas atividades. Conforme esse estudo, a UDF era a quarta universidade do país em número de alunos matriculados (3891 estudantes), a segunda em número de alunos que concluíam os cursos, só sendo superada pela Universidade do Brasil. No entanto, na análise do custo “per capita” dos alunos matriculados, foi a que obteve o menor custo, sendo seguida pela Universidade do Recife, que gastou em torno de três vezes mais. A conclusão do reitor em exercício, que subscreveu esse estudo comparativo, é elucidativa:

[...] os quadros demonstram, de forma irrefutável, que a UDF é a universidade que menos despende com pessoal no Brasil. [...] Os professores catedráticos das faculdades, malgrado a subvenção, ganham menos do que os trabalhadores braçais, amparados pelo salário mínimo – CR\$ 3.800,00 – em vigor e, também, muito menos do que os professores primários da prefeitura.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Estatuto da UDF de 1952, artigo 45. Essa situação dos professores foi mantida até o ano de 1986, quando a Resolução nº 529 modificou o regime de trabalho relativo à carga horária dos integrantes da carreira do magistério na UERJ. De acordo com essa resolução, há previsão da dedicação exclusiva, a qual, contudo, só foi efetivamente implantada em 02 de outubro de 2012, pela Lei nº 6.328.

<sup>48</sup> Relatório da Universidade do Distrito Federal de 1955, p. 7.

Essa situação de economia forçada foi mantida até o final dessa década. Dados de 1960 revelam que um aluno da UDF custava Cr\$ 17.650,00, enquanto na Universidade do Brasil esse mesmo custo era de Cr\$ 156.000,00.<sup>49</sup> Três fatores contribuíam para essa diferença entre as cifras: os baixíssimos salários dos professores da UDF, o alto número de alunos alocados numa mesma turma e, portanto, atendidos pelos mesmos professores, e a ausência de investimentos em outras atividades pertinentes à vida universitária, como pesquisa, laboratórios, bibliotecas etc., que não se referissem diretamente ao ensino restrito à sala de aula.

Um aspecto que demonstra a gravidade dessa situação era o da aposentadoria aos 70 anos. Embora prevista na Carta, no estatuto e no regimento da UDF, não era possível aposentar os professores sem remuneração, e não havia recursos financeiros para a concessão desse direito.<sup>50</sup>

A carreira e as condições de trabalho dos docentes não eram, portanto, nada atrativas para um professor que desejasse desenvolver-se academicamente. Do mesmo modo, não contribuíam para fixar um mestre que almejasse fazer pesquisa e contribuir para o desenvolvimento científico no interior da universidade. Essas atribuições não estavam previstas na UDF e não eram remuneradas. O depoimento do professor Jader Benuzzi é elucidativo:

Professor da UDF dava aula e em grande quantidade [...]. Se desejasse pesquisar, fazer ciência, ele ia para outra instituição, mantendo a universidade como complementação salarial.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Relatório da Reitoria de 1960.

<sup>50</sup> Somente em agosto de 1962, começou a ser cumprido o dispositivo de aposentadoria aos 70 anos.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Jader Benuzzi Martins para nossa pesquisa, em 1994. Jader Benuzzi foi aluno de matemática da FFCL do Instituto La-

Os alunos da UDF eram formados na mesma tradição. À exceção da Faculdade de Ciências Médicas, as outras três faculdades mantinham cursos noturnos. Na prefeitura do Distrito Federal, era a única opção, para os alunos que trabalhavam, de cursar uma faculdade pública. Conforme depoimento de Ronaldo Coutinho, “[...] isso dava uma marca muito própria ao seu corpo discente, particularmente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na qual a figura do estudante-trabalhador era bastante comum”.<sup>52</sup> Essa situação de muitos alunos da universidade poderia ter representado um desafio, por causa de seu alcance social, caso houvesse uma preocupação adicional com a qualidade de ensino e com as atividades pedagógicas compensatórias. No entanto, na UDF essas ressalvas inexistiam, e o fato de os alunos trabalharem praticamente impedia maior dedicação aos estudos ou sua participação em atividades extracurriculares que pudessem desenvolver interesse pela produção de conhecimento.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constituía-se num espaço que potencialmente deveria ser utilizado para a produção científica, pela existência de disciplinas básicas e diante da maior facilidade de intercâmbio, já que alocadas numa mesma faculdade. No entanto, mesmo nessa escola, só existiam os cursos teóricos, inclusive nas disciplinas que deveriam exigir demonstrações e a realização de experiências. Na análise de Ronaldo Coutinho, “a orientação central do ensino era para a formação de professores, e a concepção dominante

---

-Fayette, entre os anos de 1949-1953. Nesse período, foi membro do diretório acadêmico da faculdade e da UNE. Retornou à UDF, como professor de física, nos seguintes períodos: 1955-1959; 1961-1968 e de 1980 até sua aposentadoria. Seus afastamentos da universidade ocorreram exatamente para doutorar-se e realizar pesquisa no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Em finais de 1980, foi sub-reitor de pós-graduação e pesquisa na universidade.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Ronaldo Coutinho para nossa pesquisa, em 1993. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

do que era necessário a um bom professor era saber muito para poder ensinar”.<sup>53</sup> Um professor não precisaria da pesquisa em seu futuro profissional, razão pela qual os cursos eram montados com um número por vezes excessivo de aulas, para que os futuros professores pudessem aprender.

Por fim, também não localizei qualquer plano acadêmico ou administrativo integrado para a constituição ou a ampliação da universidade, calcado em preocupações acadêmicas. O estatuto previa que a universidade poderia criar ou incorporar outras faculdades, institutos ou organizações ainda não existentes naquele estabelecimento. Para essa incorporação, havia exigência de posse de patrimônio próprio e capacidade de automanutenção. A expansão, portanto, não era uma questão acadêmica, mas financeira e patrimonial. Assim, coerente com isso, de início o órgão competente para a aprovação desse ato era somente o conselho de curadores.<sup>54</sup> Posteriormente, no Regimento de 1955, o conselho universitário também passou a participar da decisão de incorporação de novas unidades.<sup>55</sup>

Nessa primeira década, a universidade cresceu, e muito, em número de unidades. Foram vários os caminhos pelos quais isso se deu: criação de novos institutos, novas escolas agregadas por lei, nesse caso sem assentimento da própria universidade, criação de novos institutos e fundação de faculdades.

Salvo algumas exceções, esses passos eram dados sem qualquer planejamento acadêmico/institucional consistente. Praticamente todas as escolas foram criadas ou anexadas à universidade sem condições mínimas de funcionamento. Os problemas avolumavam-se, indo desde corpo docente insufici-

---

<sup>53</sup> Informação extraída das entrevistas concedidas por Ronaldo Coutinho e Jader Benuzzi Martins para nossa pesquisa.

<sup>54</sup> Estatuto de 1952, artigo 3º.

<sup>55</sup> Regimento de 1955, artigo 6º.

ente e desqualificado até ausência de locais para o adequado funcionamento das novas unidades.

Pela Lei nº 930/1959, ficaram integradas à universidade tão somente para efeito didático-pedagógico e disciplinar, conservando, portanto, autonomia administrativa e financeira, as seguintes instituições: Escola de Enfermeiras Raquel Haddock Lobo, Instituto Municipal de Nutrição, Museu da Cidade do Rio de Janeiro, Escola Dramática Martins Pena, Faculdade de Serviço Social da Prefeitura do Distrito Federal e Faculdade de Ciências Econômicas da Prefeitura do Distrito Federal.<sup>56</sup> No entanto, a despeito da determinação em lei, na prática essas instituições não foram assimiladas pela universidade em 1959. Somente pela Lei nº 93/1961, os seguintes estabelecimentos foram efetivamente integrados: a Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara (antigos cursos de Ciências Econômicas da Escola Amaro Cavalcanti);<sup>57</sup> a Faculdade de Serviço Social do Estado da Guanabara e a Escola de Enfermagem Raquel Haddock Lobo (antes chamada Escola de Enfermeiras Raquel Haddock Lobo). Todas as três funcionavam, até então, em sedes inadequadas, além de sofrerem, com frequência, de séria deficiência de aparelhamento.

A Faculdade de Engenharia foi criada em 1961, após longos tramitação e planejamento, que detalharemos na próxima parte deste capítulo, pela sua importância política. Em dezembro de 1961, foi incorporado o Hospital de Clínicas Pedro Ernesto, da Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara. Outra exceção à regra, essa incorporação representou uma

---

<sup>56</sup> Lei nº 930, de 29/07/1959, artigo 2º, parágrafo único.

<sup>57</sup> A atual Faculdade de Administração e Finanças (FAF), criada em 1964, foi sucessora da Faculdade de Ciências Econômicas. Isso significa que, durante três anos, de 1961 a 1964, a universidade funcionou, estranhamente, com duas faculdades de economia.



grande conquista acadêmica para a Faculdade de Ciências Médicas. Até então, a falta de um hospital de clínicas obrigava seus alunos ao penoso deslocamento a inúmeros serviços médicos, em diferentes pontos da cidade. Os trâmites desse processo serão analisados mais adiante.

A forma pela qual esse crescimento ocorreu – vertiginosa, sem planejamento e calcada numa postura que, pragmaticamente, se moldava às decisões do Legislativo – é mais um indício da pouca atenção dispensada à qualidade acadêmica na universidade, em relação aos cursos, ao desenvolvimento da pesquisa e à construção original do conhecimento, marcando a baixa densidade científica da instituição.

Mesmo os quatro institutos, criados em 1954 por ato universitário<sup>58</sup> – o Instituto de Física, de Criminologia, de Higiene e de Economia –, que deveriam ter por objetivos iniciais a implementação de pesquisas e o incentivo à produção científica, restringiram-se, na prática, à realização de cursos de pequeno alcance e à organização de palestras. Na justificativa do projeto que lhes deu origem, já estavam claras a falta de condições para o funcionamento desses órgãos, a situação de precariedade com que teriam de conviver e a ausência de condições mínimas para sua criação. Não havia linhas de pesquisa já amadurecidas, professores em condições de implementá-las ou mesmo um planejamento para que essa situação desfavorável fosse revertida. O projeto propriamente dito não continha um único artigo sobre as finalidades desses novos órgãos universitários; somente declarações de princípio como “os institutos são indispensáveis na constituição de uma universidade, por caber-lhe a tarefa de projetarem o nome da universidade no cenário científico”. Em contrapartida, o projeto detalhava, em pormenores, as parcas

---

<sup>58</sup> Ata do Conselho Universitário de 25/03/1954.

subvenções que seriam destinadas aos quatro novos órgãos e as regras para a escolha de seus dirigentes.<sup>59</sup>

Essa concepção de universidade como um conjunto de faculdades voltadas ao ensino não era uma situação específica da recém-criada UDF. Apesar de a investigação científica e o preparo para o exercício profissional serem os objetivos apontados para a universidade moderna, apesar de esses dois quesitos fazerem parte da declaração de princípios vigente na legislação federal de então, a universidade brasileira, salvo raríssimas exceções, vinha perseguindo objetivos relacionados apenas à formação profissional.

O fato de a UDF prever, em seu estatuto e regimento, as práticas de pesquisa como uma das finalidades da nova instituição, mas de não criar condições de fato nem mesmo nesses documentos para que isso viesse a ocorrer, também não era uma marca “singular” dessa universidade. A legislação pertinente ao ensino superior, do mesmo modo, era omissa quanto à previsão de situações objetivas e definidas para as atividades de pesquisa. À exceção de algumas referências nos artigos reservados às finalidades ou às atividades do professor catedrático, nada mais, de efetivamente objetivo, constava do corpo das leis, que pudesse regulamentar o trabalho de pesquisa.

Os idealizadores da UDF projetaram, nos regulamentos institucionais, a realização das futuras pesquisas em institutos, espaços organizacionais distintos das faculdades “de ensino”. Quanto a esse aspecto, a concepção que predominava em outras instituições de ensino superior era idêntica. A própria Constituição de 1946 preconizava que a relação entre os institutos de pesquisa e o ensino propriamente dito era apenas de ordem “preferencial”. A criação do Centro Brasileiro de

---

<sup>59</sup> No Regimento de 1955, artigos 4º e 71, as observações feitas acima são reafirmadas.

Pesquisas Físicas (CBPF) em 1951, que registrei anteriormente, exemplifica bem essa situação e não é um caso isolado. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), organizado em 1947, conforme o paradigma norte-americano de modernização do ensino superior, visando ao incremento de uma tecnologia bélica nacional, é outro caso exemplar dessa tendência de formar o pesquisador em locais independentes das universidades. Do mesmo modo, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), criado em 1951, com a atribuição de definir a política científica do país, surgiu sem nenhum vínculo formal com o ensino superior.

Janete Magalhães Carvalho localiza essa tendência nas conclusões de sua tese de doutorado. Conforme a autora, a análise do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica, sobre as funções do ensino superior, dos institutos e dos órgãos de pesquisa, mostrou tênue relação entre educação, ciência e tecnologia. A representação dominante era a seguinte:

[...] eles atuariam em âmbitos independentes com possibilidades (em nível ideal) de complementação, mas sem integração formal, isto não apenas para institutos ou laboratórios particulares ou do governo, criados de forma independente, mas também para os próprios institutos universitários existentes ou em gestação [...] o processo de produção de conhecimentos era deslocado do âmbito do ensino superior para institutos independentes e/ou não universitários, sendo, portanto, o processo de produção do conhecimento distanciado do de socialização do conhecimento, em nível superior (Carvalho, 1992, pp. 84-85).

No caso da UDF, no entanto, nem mesmo nos institutos havia incentivo para os pesquisadores se fixarem na

universidade ou clima para o desenvolvimento de trabalhos científicos. Os institutos, desde o nascedouro, demonstraram forte vocação para a administração de pequenos cursos e organização de palestras, acabando por se firmar, do mesmo modo que as faculdades, apenas como espaços de ensino e formação profissional.

## **2 – A Universidade no Distrito Federal: os anos 1950**

A situação da UDF não permaneceu no estado de sua criação. Logo nos primeiros anos, alguns passos foram dados, visando conferir-lhe uma unidade mínima que, se ainda não podia ser chamado de projeto universitário, pelo menos abordava algumas questões então consideradas centrais: as características de instituição privada, a ausência de patrimônio e a estrutura administrativa, entre outros.

Dois eixos elucidam esse processo: primeiro, a própria análise dos diversos textos legais; segundo, o principal, a compreensão das lutas travadas internamente, em especial as do segmento estudantil, que motivaram as medidas legais adotadas na Câmara dos Vereadores.

Desde a fundação, os estudantes estavam organizados em diretórios acadêmicos e no diretório central dos estudantes. Essas entidades eram consideradas parte constitutiva da universidade, com finalidades, regras de funcionamento e eleições definidas pelos canais institucionalizados: legislação federal ou conselho universitário.<sup>60</sup> O primeiro estatuto da UDF previa esses dois tipos de entidades, determinava suas funções – a “defesa dos interesses estudantis e o incentivo das relações

---

<sup>60</sup> O reitor em pessoa presidiu a eleição do DCE de 1953, conforme Ata do Conselho Universitário de 11/06/1953.

sociais e desportivas” –,<sup>61</sup> estabelecia a aprovação dos estatutos dos diretórios acadêmicos pelo conselho técnico-administrativo e do diretório central pelo conselho universitário, e fixava uma subvenção para essas entidades.

Os componentes dos órgãos representativos dos alunos, bem como todos os estudantes, deveriam abster-se de quaisquer atos que pudessem “importar em perturbação da ordem, ofensas aos bons costumes, desrespeito às autoridades universitárias e aos professores”,<sup>62</sup> caso contrário, estariam sujeitos a penalidades que variavam da advertência à eliminação.<sup>63</sup> Não localizei, nesse período inicial, pelo menos até 1959, a aplicação dessas penas. Ao contrário, a análise do discurso dos representantes do diretório central, nas sessões do conselho universitário, apontava muito mais no sentido de uma cooperação explícita com as autoridades universitárias do que na direção de qualquer tipo de enfrentamento que pudesse gerar punição.

Essas “amarras” legais e esse estilo de liderança, no entanto, não contiveram o movimento estudantil como um todo, que já se fazia presente desde antes da criação da UDF. Entretanto, o movimento se apresentava com uma feição toda própria: pelo menos até finais da década de 1950, era tolerado e, por vezes, até mesmo defendido pelas autoridades universitárias.

Duas greves realizadas em 1956 ilustram bem o que queremos dizer. Na greve de 1956,<sup>64</sup> na Faculdade de Ciências Médicas, os alunos se mobilizaram para que seus mestres recebessem os honorários atrasados, de 1954 e 1955, e “seu argumento era o de que seus professores, em virtude de não estarem sendo pagos de forma integral, estariam desinte-

---

<sup>61</sup> Estatuto da UDF de 1952, artigo 47.

<sup>62</sup> Regimento da UDF de 1955, artigo 199.

<sup>63</sup> Regimento da UDF de 1955, artigo 201.

<sup>64</sup> Ata do Conselho Universitário de 15/03/1956.

ressando-se do ensino, uns, e estavam ameaçando licenciar-se, outros”.<sup>65</sup> A reitoria não interferiu no movimento, é claro, argumentando apenas nada poder fazer.

Na greve da Faculdade de Direito, também em 1956, os estudantes foram às ruas para compartilhar, com a população e os estudantes de outras escolas, do movimento contra o aumento das passagens dos bondes. Alguns bondes já haviam sido incendiados e os estudantes ajudaram, interrompendo o tráfego diante das sedes das unidades universitárias, inclusive na frente da Faculdade de Direito da UDF, e provocando um imenso engarrafamento em toda a cidade. Ao anoitecer, as forças policiais, a poder de cassetetes e de bombas de efeito moral, investiram para acabar com a manifestação. Houve enfrentamento entre estudantes e policiais. O então reitor, Álvaro Cumplido de Sant’Anna, e o diretor da Faculdade de Direito acorreram ao local para impedir a invasão policial. Infelizmente, a invasão, seguida de cenas de violência, ocorreu, valendo notas de repúdio da congregação e do conselho técnico-administrativo da faculdade “contra o espancamento de alunos que exerciam o legítimo direito de pronunciamento em prol dos interesses do povo”,<sup>66</sup> e uma moção de repúdio foi aprovada no conselho universitário.<sup>67</sup>

Até o final dos anos 50 do século XX, portanto, as movimentações dos estudantes eram aceitas com certa tranquilidade pela administração universitária. Pareciam não ser uma questão prioritária ou de maior importância, e podiam e eram toleradas. A universidade, no cotidiano, caminhava pelas mãos de suas unidades. As práticas centralizadas da burocracia, que visam ao controle e à repressão organizada, ainda não perme-

---

<sup>65</sup> Relatório da Universidade do Distrito Federal de 1955, p. 15.

<sup>66</sup> Ata da Congregação da Faculdade de Direito de 12/06/1956.

<sup>67</sup> Ata do Conselho Universitário de 5/06/1956.

avam o ambiente universitário naqueles anos, mesmo que se tratasse de uma luta estudantil.

No entanto, o movimento estudantil teve importância decisiva, como instrumento de pressão sobre os vereadores, para que um conjunto de medidas legais fosse aprovado, no sentido de dar à universidade uma feição mais uniforme. A análise do processo de discussão e aprovação de três leis é particularmente importante: a Lei nº 783/1953, a Lei nº 909/1958 e a Lei nº 930/1959.

Em agosto de 1953, os alunos da Faculdade de Ciências Médicas entraram em greve. O móvel central do movimento era o seguinte: o orçamento projetado pelas unidades e encaminhado ao Legislativo, em conjunto com o orçamento da universidade, previa a gratuidade das mensalidades, por meio da subvenção da prefeitura, que cobriria esses custos junto às faculdades. Houve, no entanto, uma drástica redução da subvenção global, cabendo à universidade somente 26,45% do que havia estimado em orçamento.<sup>68</sup> O reitor Rolando Monteiro, então, tomou a decisão de diminuir a verba destinada aos encargos financeiros dos alunos proporcionalmente à redução impetrada pela câmara. Insatisfeitos com essa atitude do reitor, os alunos passaram a boicotar o pagamento do restante das mensalidades e entraram em greve.

Fortalecido pela paralisação, o representante do DCE no conselho universitário solicitou uma divisão das verbas distinta daquela feita pelo reitor, de modo a diminuir um pouco mais as mensalidades devidas. O assunto encontrava-se em discussão no conselho quando o reitor Rolando Monteiro, sem participar ao colegiado, encaminhou uma consulta sobre a modificação da partilha orçamentária ao Tribunal

---

<sup>68</sup> A verba solicitada totalizava o valor de 45.363.800 cruzeiros e só foi aprovada a liberação de 12 milhões de cruzeiros.

de Contas. Esse encaminhamento provocou o descontentamento da maioria dos conselheiros, que viram, nessa atitude do reitor, uma forma de desqualificação do conselho, já que a matéria de sua alçada fora transferida para um órgão externo à universidade. Por fim, em meio a acaloradas discussões, aprovaram a proposta de divisão da verba apresentada pelo representante do DCE e, a partir de então, foi selada uma aliança do conselho universitário com o movimento grevista. No entanto, a matéria aprovada deveria passar pela apreciação do conselho de curadores, que a rejeitou, numa atitude explícita de apoio ao reitor.<sup>69</sup>

A essa altura, muitos alunos já não haviam pago as cotas devidas e tiveram seu acesso às provas parciais negado. A greve, então, radicalizou-se, assumiu caráter permanente e expandiu-se para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sem terem mais como recorrer no âmbito da própria universidade, os estudantes passaram a solicitar apoio direto à câmara e ao prefeito. Os acontecimentos, então, ganharam repercussão extrauniversitária e, em início de setembro, o prefeito, apoiado pela Câmara dos Vereadores, solicitou explicações e informações à reitoria. Na câmara, houve depoimentos em prol do movimento dos alunos, como o do vereador Frederico Trotta:

[...] porque ontem os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entraram em greve e, hoje, a Faculdade de Ciências Médicas votou uma moção de desconfiança ao reitor da UDF [...]. Há uma luta entre os estudantes, de um lado, apoiados pelo conselho universitário, e o reitor, do outro lado, apoiado pelo conselho de curadores. Trata-se, sr. presidente, da distribuição da verba votada por esta casa. Quando esta verba

---

<sup>69</sup> Atas do Conselho Universitário de 15/06, 22/06, 6/07, 14/07, 23/07, 5/08 e 8/09/1953.



foi votada, o escopo principal era conceder o abatimento de mensalidades aos estudantes da UDF. O reitor resolveu, porém, destinar a maior parte da referida verba à realização de obras, em prejuízo dos alunos. Os estudantes apelaram para o conselho universitário, que lhes deu ganho de causa. O conselho de curadores, no entanto, na sua última sessão, apoiou o Reitor, contrariando a opinião do conselho universitário.<sup>70</sup>

Uma comissão de vereadores<sup>71</sup> foi nomeada para acompanhar o litígio e acabou por requerer ao prefeito uma intervenção na reitoria, para pôr termo às divergências. A intervenção foi autorizada, mas de forma indireta, pela Lei nº 783, sancionada em 13 de outubro de 1953, que trouxe algumas modificações importantes para a estruturação da universidade.

Quanto ao reitor, a Lei nº 783/1953 rezava que sua nomeação pelo prefeito, pelo prazo de três anos, deveria ocorrer entre professores brasileiros, catedráticos da UDF, indicados pelo conselho universitário ao prefeito, em lista tríplice;<sup>72</sup> diferentemente da Lei nº 547/1950, que instaurou a UDF, segundo a qual o reitor seria nomeado pelo prefeito, dentre os quatro diretores das faculdades.<sup>73</sup> Na verdade, a lei da fundação criava uma situação de inferioridade para os demais professores catedráticos, que dificilmente poderiam ascender ao posto máximo de reitor. A possibilidade antevista dessa alteração deve ter sido, inclusive, o motivo central do apoio dado aos estudantes. Assim, a Lei nº 783/1953 extinguiu também o mandato do reitor Rolando Monteiro.<sup>74</sup> Conforme depoimento do próprio:

---

<sup>70</sup> *Diário Oficial da Câmara dos Vereadores*, 15/09/1953, p. 2.375.

<sup>71</sup> *Diário Oficial da Câmara dos Vereadores*, 19/09/1955, p. 2.343.

<sup>72</sup> Lei nº 783/1953, artigo 6º.

<sup>73</sup> Lei nº 547/1950, artigo 7º.

<sup>74</sup> Lei nº 783/1953, artigo 6º, parágrafo 3º.

O prefeito Lupicínio do Espírito Santo Cardoso me ofereceu uma ida à Barcelona, eu viajei e meu mandato de reitor foi suspenso neste intervalo.<sup>75</sup>

Na expressão do reitor Rolando Monteiro, houve recurso à Justiça, sob a defesa de Sobral Pinto. A causa foi ganha no Supremo Tribunal Federal, mas o ex-reitor não desejava mais voltar ao cargo. A versão das atas do Conselho Universitário,<sup>76</sup> no entanto, é bem diversa. Conforme esse registro, Rolando Monteiro, mesmo após a promulgação da Lei nº 783/1953, não quis abrir mão de suas prerrogativas de reitor, pois seu caso ainda se encontrava em tramitação judicial. Isso obrigou, inclusive, o conselho universitário a realizar suas reuniões na sala do DCE até o final do ano, quando o cargo foi reocupado pelo professor Odilon de Andrade.<sup>77</sup> Na versão de Ney Cidade Palmeiro,

<sup>75</sup> Depoimento do ex-reitor Rolando Monteiro, em 1982, transcrito do vídeo nº 162, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

<sup>76</sup> Atas do Conselho Universitário de 5/11, 9/11, 18/11 e 5/12/1953.

<sup>77</sup> A título de esclarecimento, para futuras citações, exerceram o cargo de reitor da UERJ os seguintes professores: de fevereiro de 1952 a outubro de 1953, Rolando Monteiro, cujo mandato foi extinto pela Lei nº 783/1953; de dezembro de 1953 a agosto de 1954, revezaram-se no cargo os professores Odilon de Andrade, Álvaro Cumplido de Sant'Anna e Roberto Lyra, como titulares em exercício; de agosto de 1954 a maio de 1955, Antonio dos Santos Jacinto Guedes, que se licenciou antes do término do mandato; de maio de 1955 a agosto de 1957, Álvaro Cumplido de Sant'Anna, vice-reitor em exercício; de setembro de 1957 a agosto de 1960, Thomaz da Rocha Lagôa; de setembro de 1960 a junho de 1967, Haroldo Lisboa da Cunha; de junho de 1967 a janeiro de 1972, João Lyra Filho; de janeiro de 1972 a janeiro de 1976, Oscar Accioly Tenório; janeiro de 1976 a janeiro de 1980, Caio Tácito; de janeiro de 1980 a fevereiro de 1981, Ney Cidade Palmeiro; de março de 1981 a janeiro de 1984, João Salim Miguel; de janeiro de 1984 a janeiro de 1988, Charley Fayal de Lyra; de janeiro de 1988 a janeiro de 1992, Ivo Biasio Barbieri; de janeiro de 1992 a janeiro de 1996, Hésio Cordeiro; de janeiro de 1996 a janeiro de 2000, Antonio Celso Pereira; de janeiro de 2000 a janeiro de 2004, Nilcéa Freire; de janeiro de 2004 a janeiro de 2008, Nival Nunes de Almeida; de janeiro de 2008 a janeiro de 2016, Ricardo Vieiralves, e de janeiro de 2016 até a presente data, Ruy Garcia Marques.

Rolando Monteiro defendia a manutenção da autonomia das quatro faculdades, por isso os alunos não gostavam dele, pelo seu pensamento conservador. Os alunos tiveram força e derrubaram-no.<sup>78</sup>

A Lei nº 783/1953 também alterou as regras em relação ao conselho de curadores.<sup>79</sup> Os membros desse conselho passaram a ser de livre escolha do prefeito, ao contrário do que preceituava a legislação anterior, que, embora estabelecendo a nomeação pela referida autoridade, determinava que a escolha deveria ser feita pelos diretores das faculdades.

Quanto às subvenções, ficou definido que, a partir de então, o conselho de curadores, órgão de fiscalização financeiro-patrimonial, tinha por competência, entre outras, aprovar os pedidos de subvenção das unidades, desde que ouvido o conselho universitário. Vedava, ainda, que as subvenções concedidas pela prefeitura redundassem em lucro ou aumento do patrimônio particular das quatro faculdades.<sup>80</sup>

Na prática, a lei determinava que as subvenções das unidades universitárias passariam a se dividir em duas partes: uma destinada ao “auxílio do custeio do ensino, eficiente funcionamento didático e administrativo” e outra “para redução dos encargos financeiros dos alunos”, “não podendo redundar em lucro ou aumento do patrimônio particular dessas unidades”. Esta última era, em verdade, o pagamento pela prefeitura das anuidades dos alunos e o conselho de curadores não indagava qual era o emprego dado. Somente quanto à primeira, o conselho de curadores continuava a exercer fiscalização.

---

<sup>78</sup> Depoimento do ex-reitor Ney Cidade Palmeiro, em 1980, transcrito do vídeo nº 70 do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

<sup>79</sup> Lei nº 783/1953, artigo 9º.

<sup>80</sup> Lei nº 783/1953, artigo 19.

As quatro escolas, contudo, não se “adaptaram” tão facilmente à lei. No próprio ano de 1953, o conselho de curadores, examinando as prestações de contas feitas pelas faculdades, verificou, em todas elas, a aplicação de certas quantias em desacordo com os termos da Lei nº 783/1953, determinando o recolhimento das importâncias glosadas aos cofres da universidade. Assim as unidades o fizeram, à exceção da Faculdade de Ciências Médicas – que acabou por não receber qualquer “auxílio de custeio do ensino, eficiente funcionamento didático e administrativo”, em 1954 (Sant’Anna, 1967, pp. 21-22).

As outras duas leis municipais, que foram centrais e representaram avanço para a institucionalização da universidade, foram a Lei nº 909, de 16/06/1958, e a Lei nº 930, de 29/07/1959. Ambas giravam em torno da questão da “encampação”, ou seja, um conjunto de quesitos necessários para que a universidade se tornasse uma instituição pública municipal. Entre esses quesitos, incluíam-se: a incorporação do patrimônio das unidades à universidade, a gratuidade do ensino, a manutenção plena da instituição pela prefeitura e a mudança do regime jurídico dos funcionários e professores e do próprio regime jurídico da instituição.

As discussões sobre a encampação começaram no conselho universitário desde 1956. Na realidade, a tentativa do conselho era fazer um anteprojeto de lei que contemplasse alguns aspectos da encampação, mas que, ao mesmo tempo, eliminasse outros considerados prejudiciais aos interesses dos conselheiros. A questão que, consensualmente, a todos unia era a da manutenção plena da universidade pela prefeitura, por meio da estipulação legal de um percentual mínimo de sua receita a ser repassado regularmente. Em relação à gratuidade, os membros do conselho universitário mantinham uma posição de reserva, pois era sempre uma fonte de renda segura, no caso de as subvenções falharem. A incorporação do patrimônio

das faculdades só era aceita se houvesse indenização à altura. Por fim, a mudança do regime jurídico dos funcionários e professores e da própria universidade também sofria restrições, porque a transformação dos professores em funcionários públicos ao mesmo tempo que trazia certas vantagens para os professores, em especial quanto à aposentadoria, impossibilitava a acumulação de empregos, situação mantida por muitos docentes. As palavras do então conselheiro, Benjamin Moraes Filho, bem elucidam a situação:

Seria difícil haver uma unanimidade para a proposta [do anteprojeto], dados os interesses em jogo. Há uma anomalia jurídica perdurante, pois que, sendo a UDF entidade de Direito Público, é integrada por unidades de direito privado, na posse de patrimônio próprio. Além do mais, já há professores que acumulam e, conseqüentemente, não votarão pela encampação.<sup>81</sup>

Apesar das divergências, o órgão máximo da universidade conseguiu aprovar um anteprojeto que previa a destinação de 0,5% da receita orçamentária da prefeitura para a UDF, de forma a possibilitar a diminuição das mensalidades dos alunos, garantir uma remuneração condigna e a aposentadoria dos professores, computando como tempo de serviço o período de serviços prestados às faculdades antes da criação da universidade. Esse órgão também votou e aprovou um indicativo ao conselho de curadores para que fosse autorizada, na medida das possibilidades, a compra dos bens patrimoniais das unidades, especialmente as ações, já em oferta, da Faculdade de Ciências Médicas.

---

<sup>81</sup> Ata do Conselho Universitário de 20/08/1956.

Para os conselheiros, somente após cumpridas essas exigências, seria possível falar em encampação.<sup>82</sup>

Os estudantes, por seu turno, centralizavam suas discussões na questão da gratuidade e entendiam que esta só estaria garantida caso a encampação ocorresse integralmente, em todos os seus aspectos – patrimonial, financeiro e jurídico.

A primeira lei de encampação (Lei nº 909/1958), além de mudar o nome da instituição de Universidade do Distrito Federal para Universidade do Rio de Janeiro (URJ), consignava uma dotação destinada a mantê-la, em montante nunca inferior a 0,5% da receita ordinária da prefeitura, arrecadada no exercício anterior,<sup>83</sup> assegurava a gratuidade aos alunos em situação regular e facultava a inscrição dos professores catedráticos e assistentes no Montepio dos Empregados Municipais, possibilitando, assim, sua aposentadoria.<sup>84</sup>

Aparentemente, esse conjunto de medidas deveria ter sido favorável aos professores, mas não foi esse o entendimento do conselho universitário, como é possível atestar pela avaliação expressa em documento subscrito pelos conselheiros Roberto Lyra, Francisco Alcântara Gomes Filho e Jorge Bandeira de Mello:

<sup>82</sup> Ata do Conselho Universitário de 5/09/1956.

<sup>83</sup> A questão das dotações orçamentárias à universidade, com certa garantia e regularidade, também foi decisiva para que a universidade subsistisse. Além da Lei nº 909/1958, que destinou 0,5% da receita orçamentária da prefeitura, posteriormente a Constituição do Estado da Guanabara, de 27/03/1961, aumentou esse percentual para 2,5% da arrecadação tributária e, em 1966, um projeto apresentado pelo deputado Frederico Trotta voltou a elevar o percentual para 4%. A partir da fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, em 1975 a obrigatoriedade do repasse deixou de existir e a universidade novamente passou a receber minguadas verbas que possibilitavam somente as despesas com pessoal e a manutenção precária dos prédios.

<sup>84</sup> Lei nº 909, de 16/06/1958, publicada no *Diário Oficial da Câmara* em 17/06/1958.

[...] a Lei da Encampação, como ficou conhecida, foi aprovada às pressas na Câmara dos Vereadores, sob as ameaças de alguns alunos insubordinados. Essas duas razões já bastavam para justificar as inúmeras imperfeições da lei. [...] O que seria desejável, talvez, fosse mensagem do prefeito à câmara a fim de substituir essa quase impossível lei por outra, cujo anteprojeto tivesse sido bem elaborado pelos componentes da universidade.<sup>85</sup>

O motivo dessa avaliação negativa do conselho universitário era o fato de a consignação destinada à universidade não ser suficiente para garantir verbas fartas para as unidades e a gratuidade a um só tempo. Como a gratuidade estava assegurada, as faculdades não teriam como perceber verbas adicionais e, inevitavelmente, continuariam com suas dificuldades financeiras.

A segunda lei de encampação (Lei nº 930/1959) também teve como protagonista o movimento estudantil, principalmente os alunos da Faculdade de Ciências Médicas, com o apoio, nessa ocasião, de alguns professores, vereadores e do governo federal, tendo recebido firme e dura oposição dos dirigentes universitários.

O clima de animosidade dos estudantes da Faculdade de Ciências Médicas em relação a seu diretor, professor Álvaro Cumplido de Sant'Anna, já vinha de algum tempo. Primeiro, em função de esse diretor haver coibido algumas práticas que os estudantes mantinham, como a fiscalização do concurso de habilitação, a interferência nos horários das provas parciais e a cobrança pelo diretório acadêmico de contribuições voluntárias. No entanto, o clímax do embate ocorreu quando uma

---

<sup>85</sup> Ata do Conselho Universitário de 25/08/1958.

aluna vinda de Curitiba, esposa de militar, foi transferida sem prestar exame vestibular.<sup>86</sup>

As dependências da faculdade, então, foram ocupadas pelos estudantes, ficando o diretor e vários professores retidos em seu gabinete por um período de aproximadamente 11 horas. Nas palavras do conselheiro Jorge Bandeira de Mello,

o presidente do Centro Acadêmico Alexandre Fleming liderou uma algazarra com bombas explosivas, jogadas para dentro da sala do diretor e da secretaria da faculdade, arrombaram as portas e destruíram alguns móveis [...]. O diretor da Faculdade de Ciências Médicas e os membros do conselho técnico-administrativo foram fisicamente impedidos de abandonar a faculdade, a menos que o diretor assinasse seu pedido de demissão.<sup>87</sup>

O diretor não cedeu à pressão e, em contrapartida, a congregação suspendeu as aulas por três meses, até o início do segundo semestre de 1959, nomeando uma comissão de inquérito para apurar a responsabilidade pelos fatos ocorridos. Essa comissão decidiu, então, aplicar penalidades que variavam de um a 12 meses de suspensão para os alunos que haviam participado do movimento (Sant'Anna, 1967, p. 157).

Inicialmente, os alunos ampliaram seu “campo de luta”, levando a greve para as outras unidades da universidade, promovendo grande divulgação na imprensa, articulando-se às organizações estudantis municipais e nacionais (UME e UNE) e buscando um apoio que lhes foi estratégico, o do então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Ampliaram também suas reivindicações, ou seja, deslocaram o eixo

<sup>86</sup> Ata do Conselho Universitário de 21/05/1959.

<sup>87</sup> Ata do Conselho Universitário de 21/05/1959.



central de reivindicação para a “encampação” definitiva das quatro faculdades.

A repercussão na imprensa realmente foi muito grande. Algumas matérias sutilmente aprovavam os estudantes, como o caso de *O Globo*, referindo-se ao diretor da faculdade:

Infelizmente, porém, nem sempre se conduz com urbanidade no trato com os estudantes. Não sabe opor-se aos arrebatamentos e excessos dos moços com ponderação e indulgência que possam até certo ponto merecer. O fato foi que a sua atitude desagradou aos estudantes, que, de exaltação em exaltação, chegaram ao extremo imperdoável de aprisionar o diretor da faculdade.<sup>88</sup>

No entanto, a maioria dos artigos na imprensa condenava o movimento, suas bandeiras, seus métodos, seus aliados e, principalmente, o apoio presidencial:

Acabo de ler com tristeza e náusea a entrevista que os estudantes tiveram com o presidente da República, mas esqueci-me de dizer que agora já não são os estudantes da Faculdade de Ciências Médicas que falam, são os representantes da UNE, da UME e das demais entidades estudantis [...]. Arregaçaram as mangas e transformaram a briga, a discórdia, em questão de âmbito nacional. E, agora, importantes, enfiados, espertos ou tolos – já não sei –, estão eles diante do presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. E o presidente sorri. O presidente nivela-se com a desordem, com a indisciplina e com a impostura juvenil [...]. Mas estudante que reclama aumento de taxas e adula presidente da República [...], estudante que é presidente de entidade,

---

<sup>88</sup> Trecho retirado do jornal *O Globo*, edição de 4 de junho de 1959.

que fala como gente grande antes do tempo, que imita a sisudez dos acadêmicos, que é medalhão antes de ser coisa nenhuma, que tem importância antes de ter produzido um alfinete, um fiapo de linha para o enxoval desta infeliz República, estudante sinuoso, que faz greve por causa de uma transferência, e logo, a uma pergunta do presidente, diz que não se interessa mais por essa transferência, e que, agora, quer a encampação – ah! estudante assim, pensem eles de mim o que quiserem, façam o meu enterro em praça pública, estudante assim não tem a minha estima [...].<sup>89</sup>

Como forma de pressão sobre os vereadores, os alunos acamparam na Cinelândia, cercando a Câmara dos Vereadores. Conforme o depoimento de um estudante de então, Ronaldo Coutinho,<sup>90</sup> foi a primeira vez que se colocou em prática a ideia da “universidade na praça”, chamando a atenção da população para a importância daquela instituição, com painéis, faixas e demonstrações práticas sobre as atividades desenvolvidas pelas faculdades. Outras entidades estudantis se solidarizaram com o movimento e principalmente alguns alunos da Universidade do Brasil apareciam ali para dar seu apoio.

Nessa peleja, a posição dos professores foi diferenciada. Havia aqueles que eram contrários à encampação, principalmente pelo fato de já terem outros dois empregos públicos e, caso a universidade fosse encampada, seria impossível para eles a manutenção de um terceiro vínculo. No entanto, outros professores aliaram-se aos estudantes, em especial os de nível mais baixo, os instrutores.

---

<sup>89</sup> Matéria de Gustavo Corção, em *Correio do Povo*, de 1/08/1959.

<sup>90</sup> As informações contidas neste e no parágrafo seguinte foram fornecidas por Ronaldo Coutinho, em entrevista para nossa pesquisa, em 1993. Sobre a inserção de Ronaldo Coutinho na vida universitária, ver “Fontes Orais” no final deste livro.

O fato é que, apesar de toda a campanha contrária, a Lei nº 930 foi aprovada em 29 de julho de 1959. Essa lei sustentava a anterior nos pontos que destacamos, além de autorizar a universidade a incorporar a seu patrimônio os bens pertencentes às unidades que a integravam, nos limites de seu orçamento. Ainda quanto à questão patrimonial, a lei afirmava que novas unidades, eventualmente incorporadas, deveriam previamente ceder seus patrimônios.<sup>91</sup> Definia, também, o patrimônio da universidade, que, entre outros, era constituído “pelos saldos das rendas próprias e das rendas das unidades que a integram, quando transferidos para o Fundo de Desenvolvimento Material e Cultural”.<sup>92</sup>

A estrutura de poder das unidades também foi modificada. Pela nova legislação, a escolha dos diretores foi transferida da alçada das congregações para o próprio reitor, com prévia aprovação do prefeito.<sup>93</sup> Além disso, a Lei nº 930/1959 vedava a reeleição para qualquer cargo eletivo na universidade e nas unidades universitárias.<sup>94</sup> A prática de reeleição era um expediente bastante comum na universidade, de modo que alguns poucos professores, invariavelmente catedráticos, mantinham-se, às vezes, nos mesmos postos de mando<sup>95</sup> por mais de uma dezena de anos, e a legislação veio, nesse caso, possibilitar certa renovação das estruturas de poder.

---

<sup>91</sup> Lei nº 930/1959, artigo 14.

<sup>92</sup> Lei nº 930/1959, artigo 4º.

<sup>93</sup> Lei nº 930/1959, artigo 9º.

<sup>94</sup> Lei nº 930/1959, artigo 15.

<sup>95</sup> Em levantamento feito entre os anos de 1952, data da instalação do conselho universitário, e o ano de 1979, os professores que se mantiveram por mais tempo no conselho universitário foram os seguintes: Francisco Alcântara Gomes Filho (FFCL, 18 anos), Oscar Accioly Tenório (FD, 17 anos), Haroldo Lisboa da Cunha (FFCL, 15 anos), João Lyra Filho (FFCL, 15 anos), Álvaro Cumplido de Sant’Anna (FCM, 14 anos), Ney Cidade Palmeiro (FFCL, 14 anos), Jorge Bandeira de Mello (FCM, 13 anos), Benjamin Moraes Filho (FD, 11 anos), Aurélio Monteiro (representante dos docentes livres, 10 anos) e Raul Bittencourt (FCM, 10 anos).

A mudança do regime jurídico da universidade e dos funcionários, no entanto, não foi determinada por essa lei. Desse modo, os professores permaneceram como “celetistas” e muitos puderam continuar a manter a universidade como seu terceiro vínculo empregatício público.

Para o movimento estudantil, a principal questão garantida por estas duas últimas leis municipais foi a gratuidade firmada para os cursos de formação. A reação das autoridades universitárias foi bastante hostil nesse aspecto. Na expressão do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha,

[...] a Lei nº 930 criou verdadeiros obstáculos ao progresso e desenvolvimento da universidade [...] promulgada em clima de grande agitação estudantil, fato de que decorreram vários de seus preceitos reacionários, alguns até inexequíveis [...]. Na elaboração dessa lei, a URJ foi mantida a distância e nem mesmo seus professores, isoladamente, foram ouvidos (Cunha, 1974, p. 40).

Foi exatamente com essa postura, de absoluta discordância, que se comportaram os colegiados. Contra-atacando, no que ainda era possível, o conselho de curadores resolveu que não eram abrangidas pela gratuidade as taxas de exames escrito, prático e oral; segunda chamada, segunda época e diploma.

Nesses dez primeiros anos, houve poucas mudanças no perfil institucional da universidade. Apesar da intensa movimentação estudantil em prol da encampação e da aprovação das leis anteriormente analisadas, os avanços foram tímidos.

A universidade, então, conseguiu a tão desejada dotação orçamentária, que poderia ter-lhe conferido certa autonomia em relação aos poderes municipais constituídos, mas o percentual que lhe foi destinado era insuficiente para a plena manutenção da instituição. Do ponto de vista patrimonial, a legislação ga-

rantiu certa estabilidade, uma vez que a Lei nº 930/1959 determinou a incorporação de novas unidades mediante a doação prévia de seus bens. No entanto, os bens pertencentes às quatro unidades originais permaneceram com elas e, somente por meio de indenização, a universidade poderia vir a incorporá-los no futuro. A gratuidade foi garantida aos alunos, mas as autoridades universitárias, em contrapartida, instituíram uma série de taxas para os serviços prestados pela universidade.

A estrutura decisória e o mecanismo de subvenção também foram modificados, no sentido de diminuir os plenos poderes que as faculdades tinham no início, mas as modificações nessa estrutura de poder não significaram, de forma alguma, maior participação da comunidade universitária; ao contrário, o que ocorreu foi certa transferência das atribuições das congregações para o conselho universitário ou, mais estritamente, para o espaço da reitoria, mantendo-se os mesmos personagens nesses postos: os catedráticos.

Os tímidos avanços registrados tiveram origem em dissensões internas, mas os contendores não conseguiram resolvê-las nesse âmbito. Invariavelmente, uma das partes envolvidas apelava para instâncias extrauniversitárias (prefeitura, câmara dos vereadores) que interferiam, a pedido, no dinamismo universitário, por meio de legislação. Nesse aspecto, portanto, perderam os atores diretamente envolvidos, inclusive os estudantes, mais de uma oportunidade de fortalecer a autonomia universitária, em relação ao Executivo e ao Legislativo, o que poderia ter ocorrido caso as decisões tivessem se esgotado no âmbito da instituição.

No que tange, essencialmente, a uma universidade – ensino e produção de conhecimento científico –, a instituição permaneceu, praticamente, no mesmo ponto em que foi fundada, voltada ao ensino e à formação profissional.

Desde o início da década de 1950, intensificara-se, por parte da comunidade acadêmico-científica, o discurso em fa-

vor da ciência. A criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)<sup>96</sup> e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>97</sup> bem o demonstra. Pressões pela modernização do ensino superior e pela implantação de instituições segundo o paradigma da universidade norte-americana também cresciam naqueles anos,<sup>98</sup> demonstrando a insatisfação com o sistema universitário e com a forma como se processava sua expansão.

A partir do governo Kubitschek (1955-1960), com a ênfase posta na “educação para o desenvolvimento”, o incremento da ciência e da tecnologia assumiu maior destaque, pelo menos no nível do discurso, criando-se a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi),<sup>99</sup> cujo objetivo era reestruturar as escolas de tecnologia e renovar seus métodos de ensino e pesquisa, com a criação de institutos nas universidades.

Também as ciências sociais experimentavam, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, algum incentivo. O ISEB tinha por objetivo realizar altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário, e era composto por intelectuais de diversas tendências, mas que tinham como ponto comum o “nacional-desenvolvimentismo”.

Por fim, cabe citar que os movimentos pela ciência intensificaram-se também por conta dos debates travados na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), colocando ênfase quer na defesa da ciência básica, quer na tecnologia como propulsora do desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>96</sup> Lei nº 1.310, de 15/01/1951.

<sup>97</sup> Decreto nº 29.741, de julho de 1951.

<sup>98</sup> Sobre a influência do paradigma universitário norte-americano, ver Cunha (1983, pp. 151 e seguintes) e Fétizon (1986).

<sup>99</sup> A Cosupi foi criada pela Portaria Ministerial nº 102, de 20/02/1958, e encerrou suas atividades em 1964, sendo integrada à Capes.

Esse conjunto de situações levava a uma crítica ao sistema de ensino superior. Assim, condenavam-se os agrupamentos de escolas profissionais, transfiguradas em universidade, e propugnava-se por uma reforma do ensino superior, objetivando colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional, em vez de mantê-lo como mero estágio de preparação profissional.

Apesar de todas essas críticas, a pesquisa básica praticamente inexistia nas universidades, que continuavam caracterizadas, salvo raras exceções, como um aglomerado de escolas profissionais, sem integração entre si. A indefinição de um projeto político-pedagógico global para o Estado, sustentada pelo fato de, desde 1948, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases no congresso manter-se paralisada, dificultava a possibilidade de reverter esse quadro e contemplar as críticas que vinham sendo feitas. Até mesmo o programa de metas do governo Kubitschek era parcial, valorizando o desenvolvimento da ciência aplicada, como propulsora do desenvolvimento econômico e social, somente através da construção de institutos superpostos às unidades universitárias.

A UDF, ao final do período URJ, não fugia a essa regra. Completou dez anos incólume às críticas que vinha sofrendo, desde o final dos anos 1940, como uma universidade arcaica: não implementou qualquer movimento no sentido de modificar seus currículos, a estrutura de seus cursos ou os conteúdos ministrados, tampouco estimulou o desenvolvimento da pesquisa e da produção científica.

O investimento que a universidade começou a fazer no final desse período era outro: o aparelho da administração central começava a crescer, não só em número de funcionários, mas também em atribuições, responsabilidades e poder.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup>A Resolução nº 29, de 17/09/1956, dá a tabela do reduzido pessoal administrativo da UDF: reitor, secretário, contador, tesoureiro, três escriturárias,

No bojo desse crescimento, em 1960 teve início o processo de compra de um prédio, em Laranjeiras, para funcionamento, mais amplo e confortável, da reitoria, o que ocorreu efetivamente em 1962.

Com melhor manejo – graças ao ambiente mais amplo e em condições de funcionalidade incomparavelmente superiores à de que desfrutava na Rua Fonseca Teles –, tudo na universidade começou a ser revisto e remodelado, ao mesmo tempo que eram instituídos novos instrumentos de registro, memória, fiscalização e desenvolvimento (Cunha, 1988, p. 39).

Os primeiros anos da década de 1960 marcaram um período de transição na universidade. O controle da administração universitária sobre as unidades, seus professores, alunos e funcionários foi tomando corpo. Toda e qualquer informação sobre o pessoal universitário ganhava sentido, importância, devendo ser comunicada à reitoria e a seus órgãos anexos – o contingente numérico, seus fluxos, comunicações e, principalmente, seus protestos e movimentos reivindicatórios organizados.

No entanto, essa unidade não foi traçada tomando como diretriz critérios acadêmicos que comportassem, além da formação de profissionais de nível superior, produção de conhecimento científico e tecnológico, o que poderia ter dado à instituição uma feição universitária. O caminho escolhido para a construção da unidade foi a centralização, via administração central. Essa foi a dinâmica dominante da etapa seguin-

---

quatro serventes e um mensageiro. Esse quadro destinava-se ao funcionamento da reitoria, do conselho universitário e do conselho de curadores. Em 1959, esse numérico dobrou e os funcionários da reitoria passaram para 24, sob críticas do conselho de curadores quanto a essa liberalidade financeira.



te, que analisaremos adiante. Nela, a universidade passou a ser sinônimo de reitoria.

### **3 – A Universidade no Estado da Guanabara**

Nos dez primeiros anos de vida da UDF/URJ, em especial no início, as faculdades e os institutos que constituíam a universidade eram praticamente independentes em relação à administração central: contratavam pessoal, tinham regras próprias de funcionamento, inclusive para seus funcionários, o vestibular era por unidade, havia algum nível de autonomia financeira, fixavam convênios etc. Fiéis à sua história precedente, de instituições de ensino superior isoladas, insistiam em manter essa “independência” em relação ao novo estatuto que haviam conquistado em 1950: ser uma mera unidade de uma única universidade.

Em contraposição a esse perfil institucional, no entanto, um conjunto de medidas legais, decorrentes de dissídios internos, foi implementando um caráter mais unitário àquele conglomerado de escolas isoladas de ensino. A partir de 1959-1960, esta última dinâmica se intensificou, e um conjunto de fatores bastante interligados desloca o eixo nevrálgico da universidade, das unidades para a administração central.

Um primeiro acontecimento que muito contribuiu para essa centralização, já comentado, foi o fato de as unidades terem perdido sua autonomia financeira com a aprovação da Lei nº 930/1959, a partir da qual as subvenções provenientes dos cofres públicos passaram a ser entregues à reitoria, que as distribuía entre as quatro unidades, conforme orçamento organizado pelo conselho universitário.<sup>101</sup> O ensino, desde 1958, era gratuito nos cursos de formação. As unidades, por-

---

<sup>101</sup>Lei nº 930 de 29/07/1959, artigo 6º.

tanto, não dispunham mais de verbas próprias, à exceção das taxas, e deviam subordinar-se ao conselho universitário e à reitoria para recebê-las.

Outro aspecto também de ordem material interferiu nessa mudança de eixo: a partir do início da década de 1960, o patrimônio das unidades foi, paulatinamente, transferido para a universidade. As ações da Faculdade de Ciências Médicas foram compradas num intrincado processo que descreveremos mais adiante. Em 1962, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras doou a quase totalidade de seu patrimônio – móveis, equipamentos e três imóveis –, num montante superior a CR\$ 40.000.000,00, gravado com um passivo de pouco mais de CR\$ 10.000.000,00, dívida em grande parte com a própria UEG.<sup>102</sup> A Faculdade de Ciências Econômicas não possuía patrimônio. Dentro da UEG, portanto, em 1963, somente a Faculdade de Direito ainda possuía patrimônio distinto da universidade.

Outro problema que dificultava uma direção centralizada era o do local de funcionamento da reitoria. Até então, ela alugava provisoriamente um prédio da Faculdade de Ciências Médicas, na rua Fonseca Teles, 121. Em 1962, foi adquirido o primeiro imóvel da universidade, na travessa Euclides de Matos, 17, Laranjeiras, para a instalação da reitoria, graças a auxílio federal. Oficialmente, a reitoria foi inaugurada no ano seguinte.<sup>103</sup> O local era espaçoso, com capacidade para com-

---

<sup>102</sup> A ata do Conselho Universitário de 26/07/1962 noticia o aceite dessa incorporação patrimonial pelo conselho de curadores. Conforme dados obtidos junto ao Banco Central, a cotação média do dólar oficial para compra, no mês de julho de 1962, era de 357 cruzeiros. Feitas as conversões, o patrimônio doado pela FFCL totalizava aproximadamente 112.044 dólares, com um passivo de 29.011 dólares.

<sup>103</sup> A sede da universidade permaneceu em Laranjeiras até setembro de 1969, quando, então, foi transferida para a Casa da Marquesa de Santos, atual Museu do I Reinado, na avenida Pedro II, em São Cristóvão. Em março de 1976, mudou para o *campus*, onde permanece até hoje.

portar as novas funções que a administração central ia progressivamente assumindo: uma poderosa estrutura burocrática de controle de toda a instituição.

Também a dinâmica interna de poder precisava ser modificada. Era necessário um rearranjo dos “de dentro”. Sem perderem suas posições hierarquicamente estabelecidas e o exercício de poder delas decorrente, era preciso somar forças em torno do “ideal universitário”, entendido como uma poderosa estrutura burocraticamente centralizada. O que queremos assinalar é que eram os mesmos – antes diretores ou personalidades de peso das “instituições isoladas” – que agora compunham um conselho universitário “forte” e uma reitoria “todo-poderosa”.

Esmaecer as diferenças anteriores e alinhar esse novo arranjo institucional não consistiram em tarefa fácil. Resistências, em nome do *sprits du corps*, certamente ocorreram. A Faculdade de Ciências Médicas foi um caso típico. Seu diretor insistia em “divergir” quando tomou medidas diferenciadas em relação aos excedentes em 1966,<sup>104</sup> quando pedia aumento diferenciado para os auxiliares do Hospital de Clínicas Pedro Ernesto<sup>105</sup> e quando celebrava convênios sem autorização,<sup>106</sup> o que lhe valia pareceres duros por parte da reitoria. É claro que essas divergências eram superficiais, pois, seja no modelo anterior, de “aglomeração de unidades isoladas”, seja no modelo ora proposto, de “universidade administrativamente centralizada”, as principais decisões da universidade continuavam a recair sobre um pequeno número de catedráticos.

A “universidade centralizada” também não se forjou mediante um único movimento. No início da década de

---

<sup>104</sup> *Boletim UEG*, n. 2, p. 3.

<sup>105</sup> *Boletim UEG*, n. 22, p. 48.

<sup>106</sup> *Boletim UEG*, n. 21, p. 39.

1960, houve decisões maiores, que se materializavam nas resoluções advindas do conselho universitário. Posteriormente, quando se tornou necessário normatizar o cotidiano da vida universitária, diminuíram sensivelmente as resoluções e, em contrapartida, se multiplicaram os atos executivos e portarias emanadas diretamente dos reitores.

Possivelmente, a primeira dinâmica foi gestada exatamente pela necessidade de essa “elite” universitária aparar suas arestas, conhecer-se e alinhar seu próprio projeto para, em um segundo momento, delegar representação à reitoria/administração. Esse movimento chegou a tal ponto que foi criada pelo reitor uma “comissão de alto nível”,<sup>107</sup> para “examinar, em profundidade, as condições dos institutos e os resultados parciais de suas atividades específicas, com amplas atribuições para definir pensamentos e propor as conclusões mais ajustáveis à integração universitária”.<sup>108</sup> Como resultado, foi criado o “regimento-padrão”, adotado por todas as faculdades da UEG.<sup>109</sup>

Nesse novo momento da universidade, a figura do reitor, que obviamente sempre teve algum peso, passou a ser central e a própria legislação atestava esse fato. A partir da Lei nº 930/1959, que foi desenvolvida, em maiores detalhes, pelo Estatuto de 1963,<sup>110</sup> foram significativamente ampliadas as atribuições da reitoria, cabendo destaque o direito de escolher e nomear os diretores das unidades, dentre uma lista tríplice elaborada pela congregação; a competência de nomear os professores catedráticos e o direito de movimentar o pessoal universitário, por meio de nomeação, contratação, dispensa, transferência, promoção,

<sup>107</sup>Por meio da Portaria nº 209, de 1967.

<sup>108</sup>*Boletim UEG*, n. 19, p. 11.

<sup>109</sup>O regimento-padrão para todas as unidades foi aprovado na sessão de 12/02/1965 do conselho universitário.

<sup>110</sup>O Estatuto da Universidade do Estado da Guanabara foi aprovado legalmente pelo Decreto “N” nº 78, de 18/10/1963.

remoção, além da atribuição disciplinar. Anteriormente, essas decisões eram da alçada das unidades, de suas congregações e diretores, mas, no perfil universitário dos anos 1960, progressivamente centralizado, passavam para a reitoria. Em finais dos anos 1960, era da reitoria que emanavam, por exemplo, as normas de estágio, o controle de carga horária de funcionários, além da minuciosa fiscalização dos gastos das unidades. Mesmo com a criação dos centros setoriais, a partir do estatuto aprovado em 1969, textualmente o que se esperava era descentralizar o controle didático, sem incorrer em descentralização administrativa, econômica e financeira.

Vários entrevistados referiram-se à “era dos grandes” e sempre com destaque para os professores Haroldo Lisboa da Cunha e João Lyra Filho. Não que os anteriores não tivessem renome, prestígio e poder. A diferença é que agora valia a pena investir, dedicar-se exclusivamente à universidade, utilizar todo o tempo possível para ocupar aquele imenso espaço de poder que se abria para quem exercesse a reitoria. Não foi por acaso que o primeiro mandato a ser cumprido por inteiro tenha sido exatamente o de Haroldo Lisboa da Cunha, com direito à reeleição. Ele ficou de 19/09/1960 a 05/06/1967 à frente da instituição, um total de sete anos. Registre-se que, nos oito anos precedentes, desde a nomeação do primeiro reitor, em 1952, a universidade teve três reitores, uma junta de titulares em exercício e dois vice-reitores em exercício.

Além disso, não se devem desprezar a “personalidade” e o “estilo de liderança” desses dirigentes. Praticamente todos os depoimentos orais coletados fizeram referência a eles, louvando-os ou criticando-os, mas sempre apresentando-os como figuras fortes e marcantes na nova dinâmica universitária.

Na opinião de um ex-aluno, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha “não vivia de demagogia política, de criar figuras de retórica e posições oníricas. Era um homem pragmático, que

abriu caminho para construir algo de concreto: o *campus* [...]. Era um homem de visão macro [...] que queria uma universidade de primeiro mundo”<sup>111</sup> ou então era visto como uma personalidade magnética, com grande capacidade de trabalho, “um empreendedor que contagiava por sua objetividade e dinamismo sem par”,<sup>112</sup> como considerou o professor Paulo Pardal, da Faculdade de Engenharia.

João Lyra Filho deu continuidade à sua obra, sendo mais exaltado que o primeiro por seus contemporâneos. João Lyra Filho foi ministro do Tribunal de Contas, presidente da Junta de Controle da Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) – órgão que apreciava a distribuição das verbas do estado –, reitor da UEG, além de possuir laço familiar de extrema influência no Regime Militar – era irmão de Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército). Os boletins da UEG, insistentemente, ressaltavam seu desempenho intelectual: 81 livros escritos, autor da adaptação da Constituição Estadual à Federal, em 1969, a pedido do governador, no prazo de apenas uma semana;<sup>113</sup> sua personalidade compreensiva e avançada, mesmo diante dos “arroubos da juventude”; sua integridade e abnegação moral, em especial no que se refere à universidade, entre outros méritos. Foram comuns depoimentos do tipo: “Ele tinha, então, uma influência além da sua sensibilidade, além da sua genialidade [...] era um homem de poder extraordinário [...] ninguém fazia

<sup>111</sup>Depoimento do ex-aluno Sérgio Rezende Lopes, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. Sérgio Rezende Lopes, aluno da Faculdade de Engenharia, entre os anos de 1964 e 1968, foi o elemento do corpo discente eleito para tomar parte na comissão de implantação do *campus*.

<sup>112</sup>Depoimento do professor Paulo Pardal, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. Paulo Pardal foi professor da Faculdade de Engenharia desde 1962 e autor do livro *UERJ: apontamentos sobre sua origem, no 40º ano de criação e 60º de ensino*, já citado em outras partes deste trabalho.

<sup>113</sup>*Boletim UEG*, n. 42, p. 1.

frente ao João Lyra”,<sup>114</sup> ou então “[...] era uma pessoa cativante, de excelente papo, ouvia como poucos, falava muito bem. Também como poucos, era envolvente, liderava aquela universidade sem contestação”.<sup>115</sup> Cultivava a visita de dezenas de pessoas à sua casa aos sábados, incluindo jantares. Esse grupo que frequentava sua residência ficou conhecido como a “turma da varanda”. Ali, discutiam-se os problemas do Brasil e se resolviam os rumos da universidade, inclusive após a sua gestão como reitor. Mesmo alguns membros do movimento estudantil que lhe faziam oposição, apesar de perceberem claramente suas tentativas de cooptação, não hesitavam em considerar que ele se apresentava aos estudantes como um “liberal simpático”. Somente uma personalidade que congregasse tantas virtudes poderia exercer um cargo pleno de atribuições e exercício de poder. Um cargo que determinava, regulamentava e punia as grandes questões e suas minúsculas decorrências. Contratação e dispensa de pessoal, apresentação de programas de disciplinas, compras de livros para a biblioteca, atraso de funcionários, preço de leite e do café da cantina, danificação do uniforme de servidores são alguns dos grandes e pequenos temas encontrados nos despachos do reitor. Indiscutivelmente, a personalidade e o estilo de administração do reitor João Lyra Filho marcaram a história da universidade. Figura pregnante, considerado portador de brilhante inteligência, exerceu o poder de maneira personalista, centralizada e eficiente, se analisada

---

<sup>114</sup>Depoimento do professor Antônio Carlos Ferrão, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. Antônio Carlos Ferrão foi professor da universidade de 1964 até sua aposentadoria.

<sup>115</sup>Depoimento do ex-aluno Arildo Matos Telles, em entrevista realizada em 1993 para nossa pesquisa. Arildo Matos Telles foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1963 a 1968. Presidiu o Centro Acadêmico La-Fayette Côrtes e esteve à frente do diretório central dos estudantes entre 1967-1968.

sob o ângulo de seus propósitos.<sup>116</sup> Em função de suas fortes articulações políticas, governou com grande autonomia administrativa e de gestão financeira.

A “era dos reitores fortes”, iniciada com Haroldo Lisboa da Cunha e que teve seu ápice com João Lyra Filho, também era construída internamente. Primeiro, através do relacionamento que os dirigentes estabeleciam entre si: as divergências certamente existiam, mas o tratamento que se dispensavam era de elogios desmesurados. Um grau tão intenso de enaltecimento de seus feitos, de sua produção acadêmica e, especialmente, de culto à virtude de suas personalidades não deve ter sido em vão, nem um mero “estilo de época”, um modo de tratamento. Possivelmente, a necessidade de apararem suas arestas, de passarem por cima das diferenças, pelo menos publicamente, para se constituírem um bloco superior que ocupava os cargos de poder universitário deve ter sido a real razão de tantos elogios. A supervalorização de suas virtudes e valores constituía-se numa estratégia a mais de produzi-los enquanto grupo dominante na universidade. A imagem dos “grandes reitores”, uma construção fomentada na instituição, funcionava como mais uma justificativa para a ocupação desses cargos, ocultava os “jogos de poder” e deixava transparecer a ideia de que era pela competência e a eficácia dos atos administrativos emanados da reitoria que a universidade crescia e se desenvolvia.

É preciso chamar a atenção, contudo, para o fato de que o caminho escolhido pelos dirigentes para gestar um projeto, para dar certa unidade e um eixo comum àquelas escolas isoladas em nada se aproximou do que seria possível chamar “projeto universitário”. Ao contrário, a unidade foi construída “pelas beiradas”, tendo como eixo central de sua elabo-

---

<sup>116</sup>As principais metas delineadas pela gestão de João Lyra Filho para a universidade são analisadas no próximo capítulo.



ração e como resultado final uma centralização burocrática sem precedentes na história da instituição. Desde as “grandes” decisões (resoluções) do conselho universitário, como aquelas referentes à competência dos órgãos centrais da UEG, sobre os órgãos de representação estudantil e sobre a composição de seu magistério, passando pelas inúmeras portarias e atos do reitor, tudo ia sendo, paulatinamente, centralizado. A reitoria, por exemplo, autorizava ou não a contratação de pessoal, liberava ou impedia outros gastos e até se encarregava de aspectos simbólicos, como a obrigatoriedade do uso das insígnias da UEG em qualquer documento oficial, tudo isso apontando para o processo de institucionalização da universidade. Para o perfeito funcionamento dessa estrutura centralizada, mas que controlava a vida universitária nos mínimos detalhes, as atividades da administração universitária ganharam relevo, criando-se uma série de registros centralizados: doações efetivadas, listagens atualizadas de pessoal à disposição da universidade, fichas de controle de alunos, registro de convênios e o próprio *Boletim da UEG*, agora reformulado, com o duplo objetivo de registrar o que ocorria e, ao mesmo tempo, comunicar e informar como tudo deveria ocorrer.<sup>117</sup> Todo um campo de saber sobre a própria universidade foi construído, ao mesmo tempo que se multiplicavam as possibilidades de exercício do poder, em níveis mais capilares.

Cabe destacar, no entanto, alguns dispositivos que foram mais centrais para o alcance desse crescimento organicamente homogêneo da universidade: a Constituição do Estado da Guanabara, o apoio governamental e a construção do *campus*.

---

<sup>117</sup>A fim de possibilitar a produção regular das publicações da universidade, principalmente de seu *Boletim*, foi criada, pela Resolução nº 163-A, de 22/02/1963, a Comissão Executiva de Imprensa e Publicidade (CEIP).

### 3.1 – O legado constitucional

Na Constituição Estadual de 27 de março de 1961, a então Universidade do Rio de Janeiro (URJ) passou a se denominar Universidade do Estado da Guanabara (UEG), sendo organizada sob a forma de fundação, a primeira instituição universitária brasileira a ter esse regime jurídico.<sup>118</sup> Nesse aspecto, a UEG antecipou-se à Universidade de Brasília,<sup>119</sup> cujo projeto universitário, inovador, contou com ampla repercussão no cenário nacional, razão pela qual muitos defendem, para esta última instituição, também o caráter pioneiro de ter sido a primeira universidade a se organizar sob o regime jurídico fundacional.

Do ponto de vista teórico, tanto o regime autárquico quanto o fundacional eram, e ainda são, formas de administração descentralizadas do Estado. Ambos devem ser instituídos por lei, ficando na dependência dessa legislação o maior ou menor grau de dependência. Na interpretação de Dalmo de Abreu Dallari, instituir uma fundação é:

[...] vincular um patrimônio a determinado fim e dar-lhe personalidade jurídica, permitindo-lhe agir em seu próprio nome. O instituidor da fundação é quem cede os bens que constituirão o patrimônio da entidade e é quem estabelece seus objetivos. É necessário, portanto, que esse patrimô-

<sup>118</sup>Conforme relatórios da reitoria (1961–1964), após estudos e debates, superintendidos pessoalmente pelo governador, foi aprovado pelo Decreto “N” nº 78, de 18/10/1963, o estatuto que regulamentava a estrutura de fundação para a UEG. Em solenidade realizada no Palácio da Guanabara e presidida pelo governador, em 17/02/1964, foi assinada a escritura pública e, no dia 23/02/1964, o ato foi aprovado pelo Ministério Público da Justiça da Guanabara, como determinava o Código Civil, sendo publicado oficialmente em 24/02/1964.

<sup>119</sup>A Universidade de Brasília foi criada em 15 de dezembro de 1961.

nio produza renda, que será a base financeira da fundação (Dallari, 1985, p. 9).

A prática de instituir fundações pelo poder público é recente no país e, à época em que a UEG foi assim organizada, praticamente inexistiam regras legais para tal, a não ser os preceitos acima indicados. Somente em finais da década de 1960, os governos militares passaram a utilizar a forma de fundação para o desempenho de diversos serviços públicos e a normatizá-las.<sup>120</sup> Conforme bibliografia a respeito,<sup>121</sup> entre os motivos que inspiraram essa prática, é possível mencionar: redução do orçamento público, motivação para introduzir no serviço público as técnicas de funcionamento da iniciativa privada, inclusive uma estrutura de controle adicional interno (o conselho de curadores e a própria fundação, no caso das universidades públicas),<sup>122</sup> a busca de modos mais ágeis para a realização dos serviços públicos e até para a “criação de cargos altamente remunerados, acima dos padrões do serviço público, fugindo do problema da acumulação de cargos e do controle mais rigoroso das nomeações e dos gastos” (Dallari, 1985, p. 9). Essas motivações, em conjunto ou isoladamente, inspiraram iniciativas de fundações instituídas pelo poder

---

<sup>120</sup>As principais normatizações legais surgidas foram os decretos-leis nº 200, de 25/02/1967, e nº 900, de 29/09/1969.

<sup>121</sup>Além do trabalho antes citado, cabe fazer referência aos seguintes: Sguissardi (1993, Cap. 1); vários artigos no *Caderno ANDES*, n. 1, e Bertero e Ribeiro (1972).

<sup>122</sup>Valdemar Sguissardi (1993, p. 16) lança a seguinte hipótese, confirmada no decorrer de sua pesquisa: “A história da UFSCar irá revelar que a adoção do modelo fundacional, muito mais do que cumprir a função de descentralização, de agilização administrativa, e servir indiretamente ao projeto de privatização do ensino superior, serviu para que, nos moldes do regime vigente, pudesse ser exercido um maior controle político-administrativo sobre a universidade”.

público, que tomaram, assim, aspectos variados, conforme o motivo predominante.

No caso da UEG, a primeira questão a destacar era que o regime fundacional não lhe foi imposto, simplesmente, por um ato legal, sendo publicamente defendido pelas autoridades universitárias.

Também não lhe foi legada qualquer base patrimonial que pudesse significar uma sobrevivência a partir de sua própria renda. Cabe destacar que essa ausência de base patrimonial constitui uma situação idêntica à da maioria das fundações universitárias públicas do país<sup>123</sup> e, sem exceções, as universidades fundacionais públicas vivem, até hoje, dos recursos externos públicos e em pequeníssima escala de recursos privados e venda de alguns serviços.

A mudança para fundação não resultou também em maior descentralização desse serviço público no estado da Guanabara. Ao contrário, em função do estreitamento de laços dos dirigentes universitários com os governadores que se seguiram, algumas decisões importantes foram tomadas pelo Executivo (criação de novas escolas, desapropriações que serviram à universidade, compras patrimoniais) e também pelo Legislativo (subvenções, aprovação do estatuto da universidade, para citar apenas alguns exemplos). Isso não significa afirmar que a modificação no regime jurídico tenha surgido por uma motivação do legislador em estabelecer maior controle interno sobre a universidade. A própria Constituição do estado da Guanabara, ora em análise, garantiu à instituição o princípio da autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.

---

<sup>123</sup>A Universidade de Brasília foi uma precária exceção a essa regra. Exceção, porque lhe foram doadas as ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional e metade dos lucros anuais da Rádio Nacional de Brasília. Precária, porque esses recursos nunca lhe foram repassados integralmente (Sguissardi, 1993, cap. 1).

A normatização interna, certamente, aumentou, de forma visível, nos anos 1960, mas esta não emanava do conselho de curadores, órgão por excelência representante do governo na universidade. O controle interno na UEG foi pautado pelas regras que emanavam do conselho universitário e da própria reitoria. Internamente, construíram uma centralização extrema da universidade, obviamente que respaldados pelo clima mais geral vivido no país, no pós-64. A adoção desse modelo era uma opção política dos que a dirigiam naquele momento, e não fruto de ingerência externa.

Apesar do posicionamento das autoridades universitárias e do primeiro governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em prol do ensino pago, nada indica que a opção pelo regime fundacional tenha tido como objetivo implícito certa desobrigação do estado quanto à manutenção da universidade. Ao contrário, a Constituição destinou à UEG uma subvenção nunca inferior a 2,5% da arrecadação tributária do estado, por proposta do então deputado da UDN e professor da Faculdade de Direito, Aliomar Baleeiro. Essa decisão legal foi recebida com alívio pela administração universitária, que, até então, vivia em situação de dificuldade financeira, pois o percentual de 0,5%, até então recebido, era insuficiente para a manutenção da instituição. Foi possível, então, criar um quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, uniformizando as categorias funcionais e seus níveis salariais, até então fixados diferentemente em relação a cada unidade, o que motivou a constituição de uma comissão para realizar um “Plano Decenal de Desenvolvimento da UEG”.<sup>124</sup> A nova situação também alimentou concretamente as esperanças que muitos

---

<sup>124</sup>Em 1962, instalou-se uma comissão cuja principal finalidade era elaborar um plano decenal de desenvolvimento e expansão da UEG, com uma programação para o emprego da subvenção assegurada pela Constituição da Guanabara.

depositavam na construção de um *campus* universitário, e foi a oportunidade que a Reitoria teve de se impor, no sentido de aplinar as resistências que ainda persistiam nas unidades e firmar-se, de vez, como órgão central máximo. Nas palavras de Oscar Accioly Tenório, reitor entre 1972 e 1976,

a autonomia da UEG nasceu com a estruturação constitucional da mais radiosa unidade da federação. A Constituição Estadual pôs fim a uma legislação caótica. O legislador constituinte, ao conceder à universidade 2,5% dos tributos arrecadados, criou responsabilidades para professores e alunos. O futuro do estado depende, em parte, da maneira pela qual nós e outros exercitaremos a autonomia universitária (Tenório, 1963, p. 95).

É importante assinalar que a autonomia universitária não foi radicalmente modificada com a simples instituição do regime administrativo fundacional, nem com o fato de ter garantido constitucionalmente um percentual fixo de verbas suficiente para seu desenvolvimento. No caso da UEG, essa realidade pôde ficar mascarada pelo forte colaboracionismo existente entre as autoridades universitárias e as autoridades do governo estadual e, posteriormente, do governo federal. No entanto, como será discutido no próximo capítulo, não foram raras as ingerências na universidade, inclusive policiais, quando se tratava de reprimir e “repor a ordem” no ambiente universitário.

Por fim, cabe destaque a um dos principais motivos que levaram os professores a louvar o novo regime jurídico da universidade, uma motivação “menos nobre” e nada acadêmica: o regime fundacional permitia que os professores da UEG continuassem submetidos à legislação trabalhista, possibilitava-lhes serem “celetistas” e, portanto, autorizava-os a acumular

outros empregos públicos, situação bastante comum ao corpo docente daquela universidade.

### 3.2 – A UEG e os governos estaduais

[...] As obras do governo Lacerda possuem algo de divino: estão em toda parte e, portanto, à semelhança de Deus!<sup>125</sup>

As relações das cúpulas universitárias com os prefeitos haviam sido, até o início da década de 1960, bastante instáveis, especialmente quando se tratava de repasse de verbas. Com o advento da Constituição do Estado da Guanabara e do governo de Carlos Lacerda, esse quadro mudou substancialmente.

Carlos Lacerda foi o primeiro governador do novo estado, criado com a transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960. Foi justamente o líder da campanha privatista pela “liberdade” de ensino, na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Porém, a Assembleia Legislativa do novo estado, ao elaborar a nova Constituição Estadual, deu ênfase a princípios opostos aos desse líder: princípios defendidos pela “Campanha em Defesa da Escola Pública”.<sup>126</sup> A Constituição

<sup>125</sup>Afirmção do diretor da Faculdade de Engenharia, Felipe dos Santos Reis, In *Anuário da Faculdade de Engenharia de 1963*, p. 175.

<sup>126</sup>Segundo Roque Spencer Maciel de Barros, é possível caracterizar, numa visão retrospectiva, duas fases bem-definidas de disputas, ao longo do processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases. A primeira girou em torno das interpretações do texto constitucional, defrontando-se duas concepções antagônicas: a centralizadora, herdeira da letra e do espírito da legislação do regime imposto pela Carta de 10/11/1937, e a federativo-descentralizadora, que se apoiou na doutrina constitucional do regime instaurado em 1946. Com a apresentação do substitutivo do deputado Carlos Lacerda, deslocou-se o eixo das disputas sobre o projeto para a luta contra o monopólio estatal e em favor

da Guanabara era explícita: o ensino dos diferentes ramos deveria ser ministrado pelo governo estadual, e os recursos públicos aplicados, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento dos estabelecimentos de sua própria rede. Estabelecia o monopólio dos cargos de professor primário da rede oficial para os formados pelas escolas normais mantidas pelo governo estadual, vedando o acesso às escolas primárias públicas das normalistas formadas pelas escolas particulares, muitas mantidas por instituições religiosas. Em síntese, a liberdade da iniciativa privada era reconhecida, mas as limitações de repasse de verbas públicas para estas, bem como a fonte exclusiva de recrutamento das professoras primárias, representavam um entrave a seu desenvolvimento.

O governador, no entanto, aproveitou-se desses dispositivos constitucionais da Guanabara para reforçar sua atuação política. Já no discurso da Convenção da UDN carioca, na qual Carlos Lacerda lançou sua candidatura a governador do estado, ele assinalava as diretrizes para seu futuro na Guanabara: “A UDN promoverá a revolução pela educação, preparando duas ou três gerações para o advento da automação industrial [...] a ordem de prioridade básica é Transporte, Educação e Abastecimento” (Lacerda, 1964, pp. 152 e 165). Efetivamente, com o apoio técnico e financeiro norte-americano,<sup>127</sup> um aspecto que marcou a administração do governo Carlos Lacerda foi a ampliação da rede escolar, com a construção de vários prédios.

---

das instituições privadas de ensino, de um lado, e os defensores da escola pública, cujos adeptos organizavam-se na “Campanha em Defesa da Escola Pública” (Barros, 1960, p. 203).

<sup>127</sup> Conforme Lincoln de Abreu Penna (1989, pp. 270-271), os Estados Unidos adotavam então, para o Brasil, uma política de empréstimos seletiva, de tal maneira que os estados cujos governadores faziam oposição ao governo federal eram, generosamente, contemplados com programas de ajuda financeira.



A UEG também se encontrava entre os planos prioritários do governador. Lacerda a exaltava e imputava-lhe fundamentais atribuições para o desenvolvimento do país:

A universidade deve tomar, para ter o direito a esse nome, o comando da preparação do, por assim dizer, oficialato de uma coletividade nacional. É ali que se preparam os homens destinados não somente a exercer um ofício [...] mas de construir um pensamento nacional, uma diretriz (Lacerda, 1982, p. 573).

Para o novo estado, abriam-se as garantias e responsabilidades de autonomia na federação, e a universidade deveria ser “o viveiro dos líderes, o centro de formação dos dirigentes, não apenas na vida intelectual, mas no progresso técnico e profissional da comunidade” (Lacerda, 1964, pp. 102-109).<sup>128</sup> O governador Carlos Lacerda esperava retornos concretos da UEG para a vida do estado. O ensino aí ministrado, além de acessível, deveria ser pessoalmente aproveitável pelo estudante e socialmente útil a todos, por isso mesmo, em sua expressão,

[...] os universitários, longe de terem o direito de não estudar, o direito de fazer greve, o direito de abusar dos meios que o povo custeia para que se formem, têm o dever de estudar, de frequentar as classes, de dar e exigir trabalho dos professores, de aproveitar cada hora da universidade, para que o povo em vão não se prive do pão e da escola primária enquanto uns poucos de seus filhos se formam doutores (Lacerda, 1964, pp. 102 e ss.).

---

<sup>128</sup>Os trechos citados a seguir foram retirados do discurso “A formação das elites na democracia”, proferido pelo governador Carlos Lacerda ao receber as insígnias de chanceler da UEG, em 23/03/1961 (Lacerda, 1964, pp. 102-9).

A educação era um investimento para seu governo, e o ensino superior, em particular o da UEG, tinha naquele momento uma atribuição adicional: resgatar a dignidade da cidade-estado, roubada pela transferência da capital para Brasília. A cidade do Rio de Janeiro, feita estado, deveria “preparar os jovens para retomar, pela técnica, o que lhe havia sido arrebatado pela improvisação romântica da interiorização da capital de um país que ainda não garantira sequer a civilização do litoral e que, pretendendo centralizá-la, exilou-a” (Lacerda, 1964, p. 105). Nessa linha de raciocínio, o povo da Guanabara, por meio de sua universidade, daria uma primeira resposta. Essa crença otimista quanto às possibilidades e aos efeitos da educação sobre a transformação social era compatível com o clima da época. O sistema educacional e, especialmente, a universidade eram duramente criticados por seu arcaísmo. Soluções diferenciadas eram apresentadas. No caso, por exemplo, do sistema superior de ensino, clamava-se por modernização, tanto por parte daqueles que se envolveram diretamente na construção da Universidade de Brasília – criada em 1961, a principal configuração da proposta propriamente modernizadora – como pelo movimento estudantil, cujas propostas avançavam, radicalizando-se e ampliando-se. De todo modo, o clima de discussão, debate e também de crença nas potencialidades da educação era intenso. A própria discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases se encontrava no auge em 1960. Por intermédio da imprensa, a intelectualidade expressava-se quanto ao assunto. Entidades e movimentos como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Educação, a Campanha em Defesa da Escola Pública e até setores não diretamente ligados ao campo educacional se envolviam com os problemas educacionais e suas possíveis soluções, e também se embalavam na crença de

que as melhorias que, eventualmente, fossem alcançadas na educação poderiam interferir nos outros campos sociais.

Esse clima intenso de debate ideológico em torno da educação também começava a perpassar a UEG. A implantação definitiva da universidade e seu florescimento deviam deitar “raízes e ramos” no subsolo e na atmosfera da cidade-estado, segundo a aceção do governador, mas também de acordo com o pensamento de muitos professores da casa, como, por exemplo, o professor Aliomar Baleeiro:<sup>129</sup>

É ela [a Guanabara] o primeiro estado em volume de comércio e o segundo em produção industrial, o que representa uma posição privilegiada no quadro da economia brasileira. Mas isso exige do povo carioca a formação de técnicos e profissionais de nível superior em produção maior do que a necessária a qualquer outro estado brasileiro. A Guanabara constitui o maior centro cultural, intelectual, científico, literário, jornalístico e editorial do Brasil. Todas essas atividades pressupõem formação universitária para um número crescente de jovens (Baleeiro, 1963, p. 19).

No primeiro plano decenal organizado para a universidade, em 1962, essa ideia foi contemplada em várias passagens do relatório apresentado ao conselho universitário. Conforme os membros da comissão encarregada desse planejamento, a universidade não poderia deixar de cogitar das questões que eram mais características da Guanabara, considerando, inclusive, que, na organização dos currículos, seria necessário realizar previamente um balanço das necessidades locais.

---

<sup>129</sup>O professor Aliomar Baleeiro exerceu mandato de deputado federal pela UDN.

A avaliação generalizada era a de que, pela primeira vez na vida da instituição, estado e universidade dar-se-iam as mãos, o que possibilitaria um grande desenvolvimento institucional. O governador assumiu, efetivamente, o posto de chanceler da UEG; era bem-informado sobre a universidade, comparecia a todos os eventos relevantes para a vida da instituição, mantendo posição ativa sobre seus rumos. Por seu turno, na UEG, havia uma forte adesão ao governador e a seu partido, inclusive no segmento estudantil.<sup>130</sup> Essa política de cooperação e lealdade desenvolvida entre o governo do estado e as autoridades universitárias trouxe saldos para a Universidade.

Em primeiro lugar, diretamente ligada à percepção de que havia escassez de técnicos nos quadros do estado, veio o impulso fundamental do governador em criar a Faculdade de Engenharia. Era um interesse que o reitor Haroldo Lisboa da Cunha acariciava de longa data. Desde 1955, já havia sido aprovada essa matéria no conselho universitário e, nesse encontro de vontades, surgiu a nova escola.

À exceção das outras escolas, a Faculdade de Engenharia teve seu projeto modificado em mais de uma ocasião, é certo, mas que emanou do conselho universitário.<sup>131</sup> Com a promulgação da Constituição do Estado da Guanabara em 1961, no bojo da qual era destinada à UEG subvenção de, no mínimo, 2,5% da arrecadação tributária, o projeto tomou novo fôlego

---

<sup>130</sup>Essa constatação, evidenciada, ainda hoje, por muitos na Universidade, é coerente com a análise segundo a qual “[...] a UDN investiu a fundo na incorporação de profissionais liberais, professores, magistrados e intelectuais de renome, com trânsito em seus campos de atividade, dispondo de posições de mando em entidades culturais e corporativas, e em condições de atrair o voto daqueles setores sociais beneficiados pela expansão recente do ensino superior, das áreas da educação e cultura [...]” (Míceli, 1991, p. 568).

<sup>131</sup>A primeira proposta para a criação da Faculdade de Engenharia foi aprovada na sessão do conselho universitário de 27/06/1955, “desde que a Prefeitura do Distrito Federal desse os recursos necessários para mantê-la”, e foi publicada no *Diário Oficial* de 27/04/1961.

e, por resolução do conselho universitário, foi criada a Faculdade de Engenharia em 1961.<sup>132</sup> Era um compromisso do então reitor com o governador Lacerda – compromisso de que a nova escola funcionaria e não acarretaria prejuízo político ao segundo (Cunha, 1988, pp. 22-3).

Problemas antigos também começaram a se resolver com o forte apoio do novo aliado-governador. É exemplo disso a compra das ações da Faculdade de Ciências Médicas. Como já relatado, da criação da universidade até 1961, ocorreu uma estranha coexistência de uma sociedade anônima (a Faculdade de Ciências Médicas) que pertencia a uma universidade criada pelo poder público e por ele subvencionada. Em 1957, respondendo interinamente pela reitoria o professor Álvaro Cumplido de Sant’Anna, a universidade adquiriu 246 das quatrocentas ações, passando à condição de sócia majoritária da sociedade.

Essa compra, contudo, não foi tranquila, pois alguns dos demais acionistas, aqueles que não haviam vendido suas ações, não se conformaram com o que consideravam a *mentalidade burocrática*, que tentava passar tudo da Faculdade de Ciências Médicas para o poder público “quase de graça”. Acusavam os que incitaram o conselho universitário a tomar essa decisão de estarem fascinados pela ideia de se transformar em funcionários públicos e levaram a cabo as ações judiciais que consideravam cabíveis à situação, no sentido de impedir que a Universidade liquidasse o restante das ações (Sant’Anna, 1967, pp. 36-7). Porém, nada conseguiram por essa via e, em 1961, o problema foi definitivamente resolvido: o governador Carlos Lacerda, por decreto, desapropriou as ações restantes, e a universidade pôde adquiri-las.<sup>133</sup>

<sup>132</sup>Resolução nº 84, aprovada no conselho universitário em 04/04/1961.

<sup>133</sup>O ato de desapropriação foi selado pelo Decreto Estadual nº 569/1961.

A incorporação do Hospital de Clínicas foi outra obra do governador em prol da universidade. A falta de um hospital, como já assinalado, obrigava os alunos da Faculdade de Ciências Médicas a um penoso deslocamento a inúmeros serviços médicos em diferentes pontos da cidade, o que motivou o apoio incondicional dos estudantes à ideia da incorporação do hospital. Os docentes se dividiam, pois, caso o hospital fosse integrado ao patrimônio da universidade, os catedráticos que serviam a mais de uma escola, mas com a prática médica num único serviço, no qual tinham sua clínica, não mais poderiam sustentar essa situação, sendo forçados a se deslocar para ministrar suas aulas. Também era contrária a opinião do *staff* clínico do Hospital Geral Pedro Ernesto. Na análise de Fábio Daflon,

estes homens, profissionais experientes, praticantes da medicina, teriam provavelmente menor saber enciclopédico, entretanto eram mais habilitados para a prática médica do que os professores [...], e pressentiam que a invasão do hospital pelos catedráticos e demais docentes traria uma competição inusitada (Daflon, 1980, p. 17-8).

Por outro lado, lideranças médicas em projeção – e aqui cabe destaque ao professor Américo Piquet Carneiro – acreditavam que, se a faculdade conseguisse seu hospital, haveria transformações positivas no ensino médico.

Assim, tinha-se uma situação complexa, com opiniões distintas, conforme o interesse do grupo em questão. Ao governador, no entanto, interessava politicamente a possibilidade de a Faculdade de Medicina do estado, antes da federal, vir a ter seu hospital. Conforme seu testemunho,

fazemos questão fechada de que, em nossas mãos, o governo do Estado veja reviver os dias de Pedro Ernesto e de seus colaboradores no plano hospitalar. Não se trata, é claro, de reproduzir esse plano, mas, ao contrário, de vivificá-lo pela sua atualização perante novas exigências e realidades (Lacerda, 1964, p. 204).

Por influência governamental, foi promulgada a Lei Estadual nº 93, de 15/12/1961, que incorporou o Hospital de Clínicas à UEG, passando a se chamar Hospital de Clínicas Pedro Ernesto. Logo no ano seguinte, instalou-se, oficialmente, a prática médica no hospital. A sede da faculdade e as cadeiras básicas permaneceram, ainda por algum tempo, em São Cristóvão, e, após desapropriação nas imediações e algumas obras, fiscalizadas pessoalmente pelo governador (Sant'Anna, 1967, p. 54), foi possível a mudança plena da Faculdade de Ciências Médicas para Vila Isabel. A inauguração do novo complexo, em 1965, ocorreu sem o término da obra, pois o mandato do governador já expirava e as comemorações precisavam ser aceleradas.

Aliás, não foram poucas as comemorações nem escassos os elogios a esse empenho do então governador, o que pode ser dimensionado pelas palavras do professor Américo Piquet Carneiro:

[...] há de recordar-se o empenho e a determinação do governador Carlos Lacerda e do seu ilustre secretário de saúde, dr. Marcelo Garcia, a cujo interesse, desprendimento e espírito público se deve de modo definitivo a transferência do Hospital Pedro Ernesto para a Universidade do Estado, iniciando-se, seguramente, uma nova fase na história da medicina deste Estado, e mesmo do País (Piquet Carneiro, 1963, p. 229).

Por fim, a mão de Lacerda também esteve na aquisição do local do *campus* da universidade, a grande obra que os dirigentes universitários projetaram para a Universidade do Estado da Guanabara.





## Capítulo III

# Uma universidade “integrada”: da base material ao projeto acadêmico

No início da década de 1960, as autoridades universitárias começam a tomar algumas iniciativas no sentido de construir um projeto para a universidade. A UEG já se encontrava estruturada do ponto de vista administrativo, tendo superado o estágio de conglomerado de escolas isoladas; seus dirigentes haviam aplainado suas diferenças, portanto já existia uma base de conceitos comuns sobre a instituição e os rumos que deveria tomar, e possibilidades concretas para efetivar as metas estavam postas, visto que a Constituição do Estado da Guanabara destinara à universidade um percentual orçamentário fixo. Dadas essas condições, foram traçadas diretrizes para o desenvolvimento da instituição: o crescimento patrimonial, através da construção do campus, e um projeto educacional que visava vincular a universidade diretamente ao mercado de trabalho.

### **1 – A construção do *campus***

[...] a forma guarda um saber, a forma discursiva mudamente, a forma difunde visualmente, ela significa (Alvarez, 1991, p. 10).

A universidade, se analisada sob o prisma da relação de sua estrutura central, com as diferentes unidades universitárias, tem como um de seus marcos a criação do *campus* universitário, construção que possibilitou a aglutinação geográfica, a homogeneização política e administrativa das várias unidades constitutivas da instituição e maior centralização do poder.

A construção do *campus*, que, posteriormente, recebeu o nome de Francisco Negrão de Lima e durou aproximadamente dez anos, foi “fruto da tenacidade e do empenho de quatro administrações universitárias”.<sup>1</sup> Foi iniciada na gestão do reitor Haroldo Lisboa da Cunha (1960-1967); implementada na gestão do reitor João Lyra Filho (1967/1972); continuada com o reitor Oscar Accioly Tenório (1972/1976); e inaugurada, em março de 1976, quando estava à frente da reitoria o professor Caio Tácito (1976-1980).

O aporte regular dos recursos previstos na Constituição do Estado da Guanabara foi o grande impulso inicial para a construção do *campus* universitário Francisco Negrão de Lima, bem como para a reforma e o término dos edifícios Piquet Carneiro e Paulo de Carvalho, ambos do *campus* biomédico. Não houve financiamentos do exterior, mas uma ajuda substantiva do governo federal, pelo menos para o fechamento do primeiro prédio, o da Favela do Esqueleto, que recebeu o nome do reitor Haroldo Lisboa da Cunha.<sup>2</sup>

Esse investimento faraônico, um dispositivo central no estabelecimento da universidade, exigiu grande planejamento e muitas negociações. Mais de uma comissão trabalhou na busca do local adequado para a centralização geo-

---

<sup>1</sup> Citação contida na lápide comemorativa da inauguração do Pavilhão João Lyra Filho, em 15 de março de 1976.

<sup>2</sup> Dados retirados do discurso proferido pelo reitor Haroldo Lisboa da Cunha na Assembleia Universitária de 11/03/1966.

gráfica da universidade.<sup>3</sup> Destacou-se, em 1965, a atuação da comissão de alto nível, que contou com a participação do professor Tarcísio Padilha, de Rafael de Almeida Magalhães – naquele momento, vice-governador do estado – e de Frank Montrey Tiller,<sup>4</sup> diretor do Departamento para Assuntos Estrangeiros da Universidade de Houston, no Texas, Estados Unidos. A ideia da construção de um *campus* como dispositivo fundamental para se garantirem a integração e a unidade universitárias não era meta de uma única administração, de uma reitoria apenas. Nos documentos consultados,<sup>5</sup> transparecia o consenso existente sobre a necessidade da obra, pelo menos entre aqueles que tinham poder de mando na instituição. Para sua concretização, houve grande empenho, estudos detalhados, planejamentos meticulosos, mesmo antes de estarem definidos o local e o tipo de construção.

<sup>3</sup> A primeira comissão criada para analisar a instalação do *campus* e efetivar os estudos preliminares sobre sua localização foi constituída pelo conselho universitário, em 15/03/1954. Na sessão de 15/08/1955, foi criada uma nova “Comissão de Planejamento da Cidade Universitária”, que contou com o apoio técnico, entre outros, do urbanista Lúcio Costa. Em 30/07/1962, o conselho universitário instituiu a “Comissão de Planejamento para elaborar projeto de desenvolvimento e expansão da UEG”, presidida pelo professor Tarcísio Meirelles, e, por fim, a Resolução nº 25/1964 constituiu uma “Comissão de Planejamento”, presidida pelo então vice-governador do estado, dr. Rafael de Almeida Magalhães.

<sup>4</sup> O reitor Haroldo Lisboa da Cunha esteve, em 1965, a convite do Ministério da Educação e Cultura e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (*Agency for International Development* [AID]) do Brasil, em seminário sobre administração universitária, promovido pela Universidade de Houston, ocasião em que estabeleceu contato com o professor Frank M. Tiller, no sentido de auxiliar os novos planos que pretendia realizar na UEG.

<sup>5</sup> As fontes documentais consultadas sobre a construção do *campus* foram as seguintes: *Boletins da UEG*, relatórios da Reitoria de 1960-67 (gestão Haroldo Lisboa da Cunha), relatórios das comissões encarregadas pelo planejamento da cidade universitária (instituídas em 1962 e 1964), atas do conselho universitário (de 1960 a 1978).

Data de julho de 1965 o parecer que, após o estudo de todas as medidas possíveis, definiu sua localização. Indicou a então conhecida “Favela do Esqueleto”, uma antiga construção cuja obra fora interrompida no “esqueleto”, em 1930, e ocupada integralmente por favelados anos depois (Cunha, 1988, p. 41).<sup>6</sup> Havia o compromisso do governador Carlos Lacerda de transferir os favelados e, apesar do ônus político que esse ato poderia trazer para a universidade, o local foi escolhido por ser central e próximo ao Hospital Pedro Ernesto, onde já funcionava a Faculdade de Ciências Médicas.

A remoção da Favela do Esqueleto foi concluída em 29 de setembro de 1965, data da entrega da área à universidade pelo governador. Foram removidas 2.100 famílias, por ordem do governador Carlos Lacerda, após intensa resistência por parte dos moradores, a ponto de as autoridades lançarem mão de “força maior”. A repercussão na imprensa carioca foi grande, e notícias sobre a reação e a organização contrárias à remoção valiam manchetes. Ao contrário das pretensões do governo do estado e das autoridades universitárias, o que a Federação das Associações de Favelados e a Associação dos Amigos da Vila São Jorge (nome da associação da Favela do Esqueleto) queriam era a urbanização da favela, com a construção de conjuntos residenciais. Discordavam da remoção porque a distância das novas moradias em relação a seus locais de trabalho era muito grande e porque não havia escolas, hospitais e demais serviços nas proximidades da Vila Kennedy, para onde seriam levados os primeiros moradores. Os ocupantes, então, constituíram uma comissão de negociação, redigiram um me-

---

<sup>6</sup> A obra original foi aprovada em 1926 e iniciada em 1929, para a construção do Hospital-Escola da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Com a revolução de 1930, abriu-se sindicância para apurar eventuais irregularidades e os trabalhos foram suspensos (Cunha, 1988, p. 41).

morial dirigido ao governador e organizaram um plebiscito – que não chegou a acontecer porque a sede de suas reuniões foi interdita pela polícia, além de o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara ter sido preso e mantido incomunicável.<sup>7</sup> Sob ação policial, ocorreu, por fim, a remoção. A reação da comunidade universitária foi de grande entusiasmo, valendo a célebre declaração do então presidente do DCE, Ismael da Silva Neto, em 1965, aos últimos ocupantes: “Onde vocês conheceram a miséria, estará uma universidade de que seus filhos poderão usufruir”.<sup>8</sup>

No entanto, apesar de a UEG ter conseguido a cessão do terreno, não pôde assumi-lo de imediato, tendo em vista tratar-se de propriedade federal. Como as relações do governador com o poder federal andavam estremecidas, os entendimentos ficaram em suspenso. Aproveitou-se, então, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha do afastamento do governador Carlos Lacerda do cargo e, em dezembro de 1965, propôs a Rafael de Almeida Magalhães, em exercício no governo, que enviasse mensagem solicitando a entrega da área (Cunha, 1988, p. 42). A partir desse fato, as gestões junto ao Ministério da Fazenda para efetivar a doação não foram mais delongadas, visto que o apoio do governo federal à obra também era explícito.

A transferência definitiva da Favela do Esqueleto para a UEG foi selada pela Lei nº 5.178, de 1º de dezembro de 1966, na presidência de Castelo Branco, que condicionou o prazo de cinco anos para a construção do *campus*, sob pena de a área ser revertida ao domínio da União. Planos, ideias e sugestões sucederam-se para o cumprimento dessa exigência. A princípio, muitos defendiam a tese de que o melhor, o mais

---

<sup>7</sup> Notícias retiradas dos jornais *Correio da Manhã*, de 5/12/1964, 8/12/1964 e 15/12/1964, e *Jornal do Brasil*, de 11/12/1964.

<sup>8</sup> Ata da sessão conjunta do conselho universitário e do conselho de curadores, de 1º de outubro de 1965.

prático, o mais objetivo, seria dinamitar a antiga estrutura, o que resultaria numa forma simbólica de “apagar” o passado, os favelados e a luta contra a remoção. Outros, contudo, defendiam o aproveitamento da área. O parecer da Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) sobre as condições do esqueleto foi positivo – apesar dos quase quarenta anos passados do início daquela obra, embora submetida ao tempo, à erosão e ao uso dos favelados, a antiga estrutura podia ser aproveitada, e essa foi a posição vencedora.

Para a coordenação dos trabalhos, criou-se a Superintendência de Obras Universitárias (SOU).<sup>9</sup> Também foi possível contar com a cooperação dos alunos para o desenvolvimento das obras, tendo sido eleito o aluno de engenharia Sérgio de Rezende Lopes para participar diretamente da construção.<sup>10</sup> Em meados de 1968, foi firmado o contrato para a elaboração definitiva do projeto do *campus* com a empresa Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho Rego Arquitetos Associados Ltda. Era prevista a construção, numa área de 150.000m<sup>2</sup>, no bairro do Maracanã, de um prédio de 12 andares (que recebeu o nome de Pavilhão João Lyra Filho, quando inaugurado), de um pavilhão de quatro pavimentos (posteriormente denominado Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha) e de cinco construções de apoio, uma capela ecumênica, uma concha acústica, um auditório central, um centro estudantil e um restaurante universitário.<sup>11</sup> A assinatura do contrato relativo ao início das obras de construção, em 14 de novembro de 1969, deu-se no Palácio Guanabara, ficando a empreitada por conta da construtora Norberto Odebrecht S.A.,<sup>12</sup> enquanto a

<sup>9</sup> Ato Executivo nº 51, de 2/01/1968.

<sup>10</sup> Depoimentos do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha, transcritos dos vídeos nº 65 e 162, respectivamente, do Centro de Tecnologia da UERJ.

<sup>11</sup> *Boletim da UEG*, n. 27, p. 12, e *Boletim da UEG*, n. 74, p. 607-9.

<sup>12</sup> *Boletim UEG*, n. 59, p. 95.

Superintendência de Obras Universitárias coordenava e dirigia a execução dos trabalhos. No local anteriormente ocupado pela Favela do Esqueleto, construiu-se o Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, cuja inauguração ocorreu em 11 de agosto de 1970 e, em 1976, foi inaugurado o Pavilhão João Lyra Filho, que se constitui no corpo principal da universidade, ainda incompleto.

Para a escolha do projeto arquitetônico, foi realizado um “concurso”. Conforme relato de Flávio Marinho Rego, cujo projeto foi o vencedor, foram chamados quatro escritórios<sup>13</sup> de arquitetura e apresentaram a seguinte demanda: projetar quatro institutos em prédios separados. No entanto, essa não era a opinião dos futuros ganhadores do concurso. Conforme o próprio arquiteto,

eu achei que aquele pedido estava fora de época. A universidade não podia ser mais os institutos simplesmente. Então, eu propus um conjunto escolar onde coubessem todos os institutos, em altura [...] com diversas áreas separadas: área para alunos, área para professores, área de pesquisa, área para manutenção e para a reitoria.<sup>14</sup>

A posição do então reitor, João Lyra Filho, e do então secretário-geral da UEG, professor Wilson Choeri, também era essa. Para eles, o *campus* universitário deveria, a um só tempo,

<sup>13</sup> Conforme relatório da Universidade do Estado da Guanabara, ano de 1967, p. 27, as empresas que concorreram foram as de Paulo Casé & Luiz Accioly, Francisco Barbosa & Pedro Paulino Guimarães, J. A. Ortigão Tiedemann e a de Flávio Marinho Rego & Luiz Paulo Conde.

<sup>14</sup> Entrevista concedida pelo arquiteto Flávio Marinho Rego para nossa pesquisa, em 1994. Flávio Marinho Rego e Luiz Paulo Conde foram os arquitetos responsáveis pelo projeto do *campus* da universidade. Também foram autores do Plano Diretor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na mesma época.



centralizar as unidades geográfica e administrativamente e eliminar, de vez, os feudos ainda existentes nas escolas. Inicialmente, a resistência a esses conceitos inscritos no projeto foi grande, pois “o pessoal dos institutos sentia-se dono”.<sup>15</sup> Os próprios arquitetos responsáveis tiveram de fazer várias palestras na universidade, ocasiões em que defendiam a racional divisão das atribuições universitárias, embutidas no complexo arquitetônico: aos diretores das unidades, as funções eminentemente pedagógicas, ligadas ao ensino; aos professores, as atribuições diretamente relacionadas à sua disciplina; aos alunos, os estudos e o lazer orientado, e à reitoria, as tarefas administrativas. Conforme o arquiteto Flávio Marinho Rego assinala,

a parte administrativa precisava ser racionalizada, centralizada e profissionalizada. Não tinha sentido quem não entendesse de administração ter essa responsabilidade. Ficava uma bagunça. Daí termos projetado a centralização de todos os serviços de manutenção e administração da universidade [...]. A reitoria não podia ser mais uma peça decorativa. Isso se desenvolveu muito bem, e eles [os diretores] acabaram aceitando [...]. Tudo o que fosse construído pertenceria à Universidade, e não aos feudos, utilizado conforme uma programação prevista pela administração central.<sup>16</sup>

A perspectiva dos arquitetos Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho Rego, abalizada pelos responsáveis mais diretos pela encomenda feita, venceu o concurso e também as resistências internas. Triunfou a proposta, conforme analisa Ruth Verde Zein, de uma universidade “essencialmente urbana, concisa, funcional sem ser fanática e bastante distinta da visão cultura-

<sup>15</sup> Entrevista concedida pelo arquiteto Flávio Marinho Rego para nossa pesquisa, em 1994.

<sup>16</sup> Idem.

lista e compartimentada, tão comum aos *campi* universitários brasileiros” (Zein, 1990, p. 232).

Como essa autora chama a atenção, outra ideia norteadora do projeto era sua funcionalidade e a racionalização das construções – o prédio seria o mais possível “aberto”, evitando o uso de aparelhos de ar-condicionado; todas as suas fundações seriam praticamente aparentes, o que facilitaria a manutenção e o desdobramento de novas dependências projetadas no futuro, e as divisões internas também seriam construídas de modo a poderem passar facilmente por transformações. Sob esse aspecto, também havia uma harmonia com a Lei da Reforma Universitária, em plena gestação naquele momento. O projeto arquitetônico vedava, como a lei, a duplicação de meios para fins idênticos.

Tratava-se de uma concepção mais realista, por sua localização urbana central. Daí sua estrutura vertical, a utilização de materiais adaptados à realidade brasileira, isto é, econômicos e cuja forma (a partir de módulos) permitia ao conjunto mudanças, sem quebra de ritmo e deformação [...]. Tudo foi estudado no sentido de se conseguir o máximo de rentabilidade e flexibilidade para cada uma das unidades a serem instaladas, facilitando-se, a qualquer momento, a transformação de salas em laboratórios, ou vice-versa, bem como modificar-se ou acrescentar-se instalação de qualquer tipo.<sup>17</sup>

Essa preocupação com a racionalidade e a funcionalidade da obra é uma marca dos dois arquitetos no interior da arquitetura brasileira. Em seus trabalhos, percebe-se, nas palavras de Ruth Verde Zein, “[...] a disposição para recolocar posturas e dogmas [...] buscando sempre acertar muito no conceito, no

---

<sup>17</sup> *Boletim UEG*, n. 94, p. 208.

essencial do projeto, no partido, na escala, no relacionamento com a cidade, com o local” (Zein, 1990, p. 232).

Munidos desses princípios, projetaram a “microuniversidade urbana”, uma instituição com alta rotatividade, com cursos nos três turnos, cursos profissionalizantes, favorecendo a formação universitária de alunos que trabalhassem. Cabe destacar essa faceta democratizadora da proposta, pois sua idealização, conforme os próprios autores, previa uma adaptação “à realidade do estudante brasileiro, que, em sua maioria, precisa trabalhar enquanto estuda e deve dispor de uma universidade que lhe facilite isso”.<sup>18</sup> A própria localização, no pórtico da zona norte da cidade, permitia o acesso de alunos residentes em pontos mais remotos da cidade. Assim, considerados esses aspectos, o *campus* foi previsto como um conjunto que pudesse englobar a relação prédio-ensino-aluno.

O *campus* também comportava uma dimensão simbólica importante para os dirigentes universitários, uma vez que se tratava de construir um verdadeiro monumento. Nesse sentido, é importante observar, na direção da análise de Maurício Alvarez, que a ideia de monumentalidade traduz “a vontade de potência encarnada no governante” (Alvarez, 1991, p. 11). O projeto, como um todo, previa a construção de uma obra sofisticada, em especial para a época, contando com circuito interno de televisão, importação de material estrangeiro, teatro, capela, concha acústica, entre outros. Era exaltada, por vezes em tons ufanistas, como “a obra do século” e a “maior estrutura de concreto aparente da América Latina”.<sup>19</sup> A obra também teve repercussão na imprensa, sendo comuns expressões como a do jornal *Correio da Manhã*: “A UEG vem-se transformando numa das universidades mais modernas, pelo

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 31.

patrimônio construído e mais de seis mil alunos matriculados”.<sup>20</sup> Por fim, o projeto dos arquitetos Flávio Marinho Rego e Luiz Paulo Conde mereceu louvores da Unesco.

O *campus*, através da sua monumentalidade, apresentava-se como uma representação simbólica poderosa e eficaz para a exaltação dos feitos de seus dirigentes. Assim, a imagem dos “grandes reitores” foi sendo construída junto com o *campus*. A identificação da obra com as autoridades universitárias era tão estreita que os dois pavilhões principais levaram os nomes dos principais reitores que a erigiram: Haroldo Lisboa da Cunha e João Lyra Filho.

O complexo arquitetônico comportava também fortes traços de similaridade com os projetos nacionais. As negociações para o levantamento dos prédios começou em 1965, mas atravessou o período conhecido em nossa história como o do “milagre econômico”, quando as obras arquitetônicas de grande porte e monumentalidade eram a tônica. A análise de todo o processo decisório para a construção do *campus* também tinha paralelo com o regime político então vivido, conforme analisa o ex-reitor Ivo Barbieri (1988-1992):

A verticalização extrema do poder e a centralização absoluta das decisões que presidem a feitura do projeto se explicitam tanto nas normas de funcionamento quanto no complexo arquitetônico da ex-favela (Barbieri, 1987, p. 12).

A estratégia de administração da universidade, que dava franca prioridade aos investimentos em capital, e não aos recursos humanos, encontrava, do mesmo modo, paralelo similar e coerente com a política global da época do “milagre”. No entanto, o complexo arquitetônico poderia comportar

---

<sup>20</sup> Jornal *Correio da Manhã*, edição de 30/03/1969.

uma dimensão mais audaciosa, de interesse para *governantes* universitários e federais. Por meio do *campus*, seria possível redefinir a paisagem universitária, e submeter a universidade a novos modelos pedagógicos, administrativos e comportamentais, sob a hegemonia do grupo que a idealizou. Maurício Alvarez, ao estudar a arquitetura monumental, chama a atenção para a relação que esse tipo de edificação estabelece com o humano:

Submeter a paisagem de maneira implacável significava que a potência que criava e removia montanhas, que domava os rios, não se deteria diante da frágil resistência humana (Alvarez, 1991, p. 18).

Uma vez aprovado o projeto, não se tratava apenas de “remover” favelas e “domar” resistências internas, mas também de produzir novas pautas de ação, “à vontade dos governantes”, em especial quanto aos estudantes. O projeto previa, complementando a parte escolar, um Departamento de Alunos (DA), organizado como uma “microuniversidade estudantil”, com salas de artesanato, de cursos, departamento de esportes, restaurante, teatro e serviço militar. Orientava-se, conforme seu mentor, general Bina Machado,<sup>21</sup> pela concepção de que aos alunos cabiam o empenho nos estudos e o lazer orientado, e não as inglorias “rebeliões” estudantis.

Na análise do professor José Ribamar Bessa Freire, um observador atento ao conjunto arquitetônico da “microuniversidade urbana”, claramente era possível perceber que havia um comprometimento ideológico com os valores dominantes

---

<sup>21</sup> Depoimento do arquiteto Flávio Marinho Rego para nossa pesquisa, em 1994.

à época do autoritarismo, visível mesmo nas plantas projetadas, particularmente nas do departamento dos alunos. Freire considera que

[...] o planejamento arquitetônico, realizado em função da reforma universitária em pleno processamento, revelava suas intenções. O projeto do centro estudantil, desenhado pela primeira vez em 28 de novembro de 1968 – dia em que foi assinada a Lei nº 5.540 –, não é apenas um projeto arquitetônico, mas um projeto político [...]. Flávio Marinho Rego e Luiz Paulo Conde Arquitetos Associados Ltda., traduzindo as preocupações então dominantes, acabavam de concluir, na prancheta, o anteprojeto de arquitetura do centro estudantil e restaurante universitário da UEG [...] que obedecia a uma determinada visão de mundo, a uma concepção política e a uma ideia sobre a Universidade e sobre o papel dos alunos dentro dela (Freire, 1988, p. 6).

O *campus*, com todas as dimensões que apontamos – um dispositivo de centralização administrativa, de divisão racionalizada das funções, de afirmação da hegemonia política dos dirigentes e o símbolo do progresso da instituição –, foi o “grande projeto de crescimento” da universidade.

Essa opção política teve, como contrapartida, o abandono dos investimentos acadêmicos: professores, carreira, pesquisa, ensino de qualidade e outros aspectos da vida propriamente universitária ficaram em segundo plano. Portanto, a UEG, por intermédio de seus dirigentes, consolidou a tendência de investir, prioritariamente, no estabelecimento de uma base patrimonial.

A confecção do Primeiro Plano Decenal, em 1962, teve como motivação central o fato de a universidade ter percebido 2,5% da arrecadação tributária. Isso significava a entrada

regular de verbas e a possibilidade, enfim, de se investir mais decisivamente na instituição. É curioso observar que esse plano tocava em vários aspectos da vida universitária: reestruturação administrativa, reformulação dos cursos, da carreira docente, do regime de trabalho e também se referia às obras.<sup>22</sup> No entanto, em sua parte final, em que se apontavam as medidas que mais imediatamente deveriam ser tomadas, a ênfase recaía nas obras, ficando as demais reformas para o futuro. Em consonância com essa determinação, o único aspecto do plano que ocorreu *in totum* foi a consolidação patrimonial. Em 1965, elaborou-se uma nova proposta de reestruturação da universidade e novamente, nas medidas prioritárias, temos:

[...] é fora de dúvida que a unidade universitária não se obtém tão somente com o agrupamento geográfico de seus órgãos. Há também que incentivar, em seu seio, aquilo que se poderia chamar espírito cultural e humanístico. Todavia, quase impraticável será esse incentivo se mantida for a dispersão que tanto prejudica nossas atividades (Baleeiro, 1963, p. 19).

Esse pensamento do professor Aliomar Baleeiro traduzia certa convicção do *staff* universitário, de que o plano de construção do *campus* representaria a superação do estágio anterior de “protouniversidade”, no qual a instituição era um mero conglomerado de escolas isoladas. A quebra da dispersão geográfica garantiria melhor racionalização dos recursos e um futuro diverso e de progresso para a instituição, sob “o controle único, supremo e homogeneizador da universidade”.

---

<sup>22</sup> Ofício nº 539/1965, do reitor Haroldo Lisboa da Cunha ao então governador, sobre a reestruturação da universidade.

O orçamento aprovado para o exercício de 1968, por exemplo, previa 20,25% somente com gastos de pessoal e 30% para a Superintendência de Obras Universitárias, não estando aí incluída a construção do *campus*.<sup>23</sup> Em 1971, a desproporção entre as duas cifras foi ainda maior, o custeio de pessoal representava apenas 20% do orçamento executado no decorrer do ano e mais de 70% dos recursos recebidos pela universidade eram aplicados em obras e outras despesas de capital. A “redução prudente do custo operacional das atividades universitárias”<sup>24</sup> dava-se, inicialmente, à custa dos servidores, não só quanto a seus salários, mas também nas várias negativas para a admissão de novos professores ou funcionários. Conforme Flávio Marinho Rego, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto, assinala,

a UEG construiu o *campus* com verbas próprias, o que eles chamavam de duodécimo. A partir da Constituição do Estado da Guanabara, um percentual do orçamento era depositado diretamente na conta da Universidade, e esta verba era utilizada quase que integralmente para as obras. O reitor cortou tudo o mais, especialmente as verbas que eram gastas na área médica. Quando João Lyra Filho saiu, houve uma substituição que não foi boa para a universidade. Para fazer prestígio político, começaram a fazer concessões salariais e a obra desacelerou e até hoje não foi concluída.<sup>25</sup>

O *Boletim UEG*, órgão oficial de divulgação da universidade, dava ênfase à gestão de João Lyra Filho (1967-1972) como a grande propulsora desse empreendimento patrimonial.

---

<sup>23</sup> *Boletim UEG*, n. 21, pp. 21-3.

<sup>24</sup> *Catálogo geral da UEG*, 1971, p. 21.

<sup>25</sup> Entrevista concedida pelo arquiteto Flávio Marinho Rego, em 1994, para nossa pesquisa.



Todas as respostas levam ao reitor João Lyra Filho. Ele foi executor de uma política de economia rígida, baseada na diminuição do custo operacional de toda a universidade. Foram três anos praticamente sem admitir funcionários (só em substituição) e gastando menos material [...].<sup>26</sup>

Para quem lida com uma utopia arquitetônica desse quilate, a construção humana parecia não contar: professores e carreira, alunos e qualidade de ensino, pesquisa e produção original de conhecimento sempre ficavam para o futuro. As considerações do professor Aliomar Baleeiro, um dos ardorosos defensores do projeto, são esclarecedoras quanto à perspectiva que dirigentes, arquitetos e muitos professores tinham sobre o caminho que a universidade deveria percorrer para progredir:

De mim, acredito que tudo isso deve ter como ponto de partida a base física e material: o *campus* – a área ampla, os edifícios, as instalações, laboratórios, bibliotecas, centro social, enfim a contiguidade de todos os cursos, dentro do espaço mais que suficiente, livrando os professores e alunos da claustrofobia em que vegetam nos casarões escuros, feios, velhos, apertados, abafados e tristes da atualidade – cada um deles a vários quilômetros do outro, de sorte que a vida universitária é uma ficção dentro da qual nem os próprios professores se conhecem – aliás, poucos se conhecem uns aos outros (Baleeiro, 1963, p. 20).

Conforme essa concepção, a preocupação com o desenvolvimento patrimonial faria a universidade crescer e, terminada a fase estrutural, é que se estaria em “condições plenas”, com segurança, de promover o desenvolvimento da pesquisa,

---

<sup>26</sup> *Boletim UEG*, n. 65, p. 35-6.

dos cursos de pós-graduação e a implantação do regime de dedicação exclusiva para os professores.<sup>27</sup>

Os propulsores do projeto hegemônico para a universidade consideravam-na na “vanguarda” e, no futuro, em consequência do conjunto arquitetônico estandarizado, mais funcional e flexível que outros congêneres, estariam asseguradas as condições básicas para seu desenvolvimento científico e humanístico.

## 2 – O projeto educacional da universidade

Creio que a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual (Chauí, 1980, p. 34).

O conjunto de constatações anteriores pode mostrar-nos também sua contrapartida, ou seja, o que não foi feito,

---

<sup>27</sup> *Boletim UEG*, n. 51, p. 39.

os aspectos da vida universitária para os quais não houve investimento e que foram deixados para depois, para o “futuro”: os aspectos acadêmicos. A análise das carreiras docentes e dos planejamentos globais propostos para a universidade mostra, claramente, a opção política feita pelo crescimento patrimonial, em detrimento do desenvolvimento qualitativo do ensino e da implantação de pesquisa.

A questão acadêmica, a capacitação do corpo docente e o decorrente investimento na melhoria da qualidade do ensino e na produção de conhecimentos não faziam parte do projeto de construção da Universidade do Estado da Guanabara. Essa “vocaçãõ” da instituição despontou cedo, antes mesmo das obras do *Campus* Francisco Negrão de Lima. Em 1961, por exemplo, foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Universidade,<sup>28</sup> com o objetivo de ampliar materialmente a instituição e proporcionar desenvolvimento cultural do pessoal docente, administrativo e discente; até 60% do Fundo podia ser aplicado no primeiro objetivo e somente 25% no segundo. No entanto, como já assinalado, com o início da construção do *campus*, essa tendência foi-se aprofundando. Como decorrência inevitável, os salários eram baixíssimos, inferiores inclusive aos dos professores do estado que lecionavam no então segundo grau, não sendo incomum haver atraso de pagamento.<sup>29</sup> Não havia outros incentivos materiais para a retenção de docentes na instituição: os professores eram horistas, não havia bolsas para pesquisa ou carga horária destinada para tal.

Um dado curioso é o de que os salários não eram proporcionalmente maiores em relação ao número de aulas dadas. Conforme se observa no quadro a seguir, quem trabalhava maior número de horas ganhava proporcionalmente menos,

---

<sup>28</sup> Resolução nº 100, de 9/11/1961.

<sup>29</sup> *Boletim UEG*, n. 5, p. 17.

o que se constituía numa política de desincentivo a uma permanência mais ampla na universidade.<sup>30</sup>

### Quadro 3 – Salário de professor regente por número de aulas semanais

Nº aulas semanais	Salário mensal
01	Salário UEG x 2,5
02	Salário UEG x 4,5
03	Salário UEG x 6,5
04	Salário UEG x 8,5
05	Salário UEG x 10,5
06	Salário UEG x 12,5
07	Salário UEG x 13,5
08	Salário UEG x 14,5
09	Salário UEG x 15,5
10	Salário UEG x 16,5
11	Salário UEG x 17,5
12	Salário UEG x 18,5

Fonte: Portaria nº 37 de 1965.

Os professores também não podiam afastar-se da universidade, nem mesmo para capacitação, ou seja, eventuais licenças ou afastamentos remunerados só poderiam ocorrer por trinta dias. Após esse prazo, permaneciam sem remuneração e, após um ano, precisavam desligar-se da instituição, caso tivessem de continuar seus estudos. Era explícita a declaração de que viagem de professor para estudo só trazia benefício para ele mesmo, sendo “o preponderante para o interesse do ensino a presença do mestre às aulas”.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Portaria nº 37/1965, vigorando a partir de 1/03/1966.

<sup>31</sup> *Boletim UEG*, n. 49, pp. 22-4. Foram várias as resoluções aprovadas com o objetivo de disciplinar os afastamentos e as viagens de professores: Resolução nº 95, de 30/09/1961, que previa o recebimento dos salários caso a ausên-

Essa política de pessoal refletiu-se diretamente na qualidade do corpo docente. Em 1974, foi realizado pela reitoria um diagnóstico sobre o quadro de pessoal,<sup>32</sup> que se subdividia em análise dos cargos de direção, dos cargos de chefia de menor responsabilidade e os “não abrangidos nos níveis superiores”, em que se incluíam os professores sem “cargo em comissão” e demais funcionários. Constata-se, que dos oitocentos docentes, 70% eram auxiliares de ensino, fato que a própria reitoria admitia como um problema. No entanto, esse estudo, ao concluir sobre as modificações necessárias à correção das distorções de pessoal, propôs aumento salarial somente para os “cargos em comissão”, ficando o corpo docente e os demais funcionários novamente para o futuro. O diagnóstico era de que a baixa produtividade e a falta de eficiência da UEG “se davam, em parte, em função da falta de infraestrutura administrativa” adequada, o que a impedia de agir plenamente, e não a má-formação acadêmica e a falta de incentivos à modificação desse quadro, no que se referia aos docentes.

Embora, vez ou outra, tenham aparecido citações nos boletins acerca da necessidade de pesquisa, o projeto que, na prática, se exercitava era o de um “escolão de terceiro grau”. Sabe-se que, até 1955, as requisições de funcionários da Prefeitura do Distrito Federal eram ilimitadas,<sup>33</sup> chegando, em

---

cia do professor fosse aprovada por todas as instâncias, e não ultrapassasse, anualmente, o correspondente a 5% do montante destinado ao custeio do ensino; Resolução nº 146, de 7/11/1962, que diminuía esse percentual para 0,25%; Resolução nº 246, de 12/08/1964, que retirava das instâncias colegiadas das unidades a decisão sobre a pertinência das viagens, passando a ser uma atribuição do reitor, homologada pelo conselho universitário; Resolução nº 34, de 21/11/1967, que estipulava o prazo máximo de trinta dias para os afastamentos; e, por fim, a Resolução nº 174, que fixava o prazo máximo de um ano de licença, sem remuneração, após o qual o professor seria desligado da universidade.

<sup>32</sup> *Boletim UEG*, n. 99, pp. 702-4.

<sup>33</sup> *Boletim UEG*, n. 5, p. 3.

1968, a terem um peso de 25% na folha de pagamento. Certamente, essas requisições não atendiam a critérios acadêmicos e, possivelmente, eram calcadas em troca de favores dos dirigentes universitários com personalidades do estado. Em 1966, a reitoria da UEG chegou a assumir que perdera o controle mínimo sobre a situação, a ponto de solicitar às unidades informações sobre os mais elementares dados funcionais, tais como: número de funcionários à disposição, sua frequência e, curiosamente, se realmente existiam.<sup>34</sup>

Em contrapartida, a entrada regular de novos professores era contida. O Ato Executivo nº 278, de 1970, por exemplo, trouxe “modificações” para o corpo docente, com a clara intenção de reduzir as despesas com esse segmento universitário. Pelo ato executivo, ficou estabelecido que nenhuma alteração seria feita no quadro docente que representasse acréscimo quantitativo de professores, ficando a política de administração orientada pela redução do número de membros do magistério. No caso de insuficiência no quadro, a falta seria suprida por monitores e, no Colégio de Aplicação, por estagiários ou bolsistas. Diante da necessidade de horas extras, estas não seriam pagas proporcionalmente ao salário-base, mas em menor valor, o que incentivava a não fixação do professor na instituição.

Até 1969, a estrutura da carreira docente na universidade era a seguinte: o ingresso de professores só era admitido no primeiro patamar, no cargo de instrutor,<sup>35</sup> configurando, já de início, uma política de pessoal perversa, que dificultava a melhoria da qualidade do corpo docente. Os novos profes-

---

<sup>34</sup> *Boletim UEG*, n. 4.

<sup>35</sup> O regimento de 1955 foi o primeiro documento que regulamentou essa norma, a qual foi mantida nos demais mandamentos universitários até a promulgação do Decreto “E” nº 3.527, de 9/12/1969, que aprovou um novo estatuto da UEG, adaptado à Lei nº 5.540/1968.

sores, que, numa situação ideal, poderiam ser o veículo de renovação, eram instrutores, quase sempre pouco qualificados e inexperientes, e, o que era pior, não encontravam na instituição condições para melhorar suas qualidades acadêmicas. Após três anos, o professor passava por uma análise de sua produção científica e eficiência didática e ascendia ao cargo de assistente. Para a ascensão a adjunto, o procedimento era idêntico e, por fim, para alçar o posto de catedrático deveria submeter-se a concurso, conforme previsto por lei. O preenchimento dos cargos de instrutores, assistentes de ensino e adjuntos era feito “mediante indicação prévia do respectivo catedrático”.

Desse modo, o quadro de péssimas condições de trabalho e desestímulo à melhoria do ensino e da produção crítica de conhecimento era garantido pela verticalidade, o clientelismo e o autoritarismo da carreira centrada na cátedra. Uma carreira na qual exigências e critérios acadêmicos de ascensão podiam até ter algum peso, mas a submissão e a servilidade eram os verdadeiros pré-requisitos para se alçarem melhores cargos.

Esse quadro de subjugamento era sobretudo aguçado pela inexistência, à época, de uma organização autônoma dos professores. A forma de representação “sindical” prevista tinha a exótica sigla ABCD (Associação Benfeitora do Corpo Docente) e era atrelada à estrutura universitária. Essa inusitada forma de “organização”, se funcionou, parece não ter tido outra função senão legitimar o *status quo* ou prestar algum tipo de ajuda assistencial, conforme sugere sua denominação.<sup>36</sup>

Por fim, o controle ideológico sobre os professores também não era desprezível. Além da própria estrutura da carreira, que mantinha o docente sob o controle da cátedra, havia as regras específicas que pautavam o comportamento docente:

---

<sup>36</sup> Resolução nº 274/1965.

seus membros deveriam abster-se, no exercício de seus respectivos cargos ou funções, de pronunciamentos com caráter político-partidário e deveriam “concentrar-se, por exclusividade, nas lições, exercícios, pesquisas e demais atividades que lhe são inerentes”.<sup>37</sup>

Aprovada a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), a UEG – como as demais universidades brasileiras – teve de realizar adaptações na carreira docente, o que foi consolidado no estatuto de 1969 e no regimento de 1971.<sup>38</sup> A partir de então, a carreira docente na universidade passou a ser constituída por três categorias: professor titular, professor adjunto e professor assistente.<sup>39</sup> Era ainda possível a contratação de professores por prazo limitado e a admissão de auxiliares de ensino para “a iniciação nas atividades de ensino e pesquisa, em caráter probatório”.<sup>40</sup> Mera figura de retórica, previam-se a implementação progressiva do regime de dedicação exclusiva e o incentivo à qualificação dos professores.<sup>41</sup> Quanto à forma de provimento dos cargos, o regimento de 1971 estipulou que haveria concurso de títulos e provas; no entanto, as normas desses “concursos” eram estipuladas pelos regimentos internos das unidades.<sup>42</sup> Na prática, salvo raras exceções, o acesso à carreira continuou fiel à tradição anterior: dava-se mediante convite e para o cargo inicial de auxiliar, pelo menos até o final do período aqui estudado.<sup>43</sup>

<sup>37</sup> Resolução nº 274/ 1965, artigo 38.

<sup>38</sup> O Decreto “E” nº 3.527, de 9/12/1969, publicado no *Diário Oficial* de 10/12/1969, aprovou esse novo estatuto da UEG, e o regimento, que dele decorreu, foi publicado no *Diário Oficial* de 10/03/1971.

<sup>39</sup> Estatuto de 1969, artigo 27.

<sup>40</sup> Estatuto de 1969, artigo 27, parágrafos 6º e 7º.

<sup>41</sup> Estatuto de 1969, artigo 27, parágrafo 3º.

<sup>42</sup> Regimento de 1971, artigo 74.

<sup>43</sup> Os concursos públicos para o provimento de cargos docentes só foram instituídos na UEG pela Resolução nº 527/1985.



Em conformidade com a nova legislação federal (Lei nº 5.540/1968), em 1969 a cátedra foi extinta na Universidade do Estado da Guanabara. A cátedra vitalícia era um cargo docente individual, cujo acesso ocorria a partir da aferição do mérito, em uma área do conhecimento, por meio de concurso. Os concursos eram abertos a qualquer professor qualificado, mas a prática corrente estabelecia a concorrência apenas entre os substitutos do ex-catedrático. Um catedrático tinha, na UEG, como nas demais universidades brasileiras, os seguintes atributos: era “proprietário” de uma área de conhecimento e constituía-se, em certo sentido, numa repartição administrativa, pois, em torno dela, organizava-se um agrupamento de docentes de determinada área de conhecimento, sob a tutela de um único “chefe” – o catedrático –, que mantinha o poder decisório.

Uma das principais críticas que as universidades receberam, nos anos 1960, tinha origem exatamente na existência da cátedra: o ensino compartimentalizado, gerando uma multiplicação desnecessária de equipamentos, instalações e professores. Propunha-se, em seu lugar, o departamento como a unidade universitária, dentro da qual se organizariam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A própria Lei de Diretrizes e Bases,<sup>44</sup> apesar de não extinguir a cátedra, já que era um imperativo constitucional, indicava sua substituição por uma carreira do magistério mais flexível. Também por essa lei, os departamentos poderiam ser concebidos, no caso, como uma reunião de cátedras afins. Mais dois decretos anteciparam sua extinção: o Decreto-Lei nº 53/1966, que vedava a duplicação de meios com fins idênticos ou equivalentes,<sup>45</sup> e o Decreto-Lei nº 252/1967, que dispunha sobre a organização departamental para as unidades. Por

---

<sup>44</sup> Lei nº 4.024, de 20/12/1961.

<sup>45</sup> Decreto-Lei nº 53, de 18/11/1966, artigo 1º.

fim, a Lei nº 5.540/1968 extinguiu a cátedra, com base nos parâmetros de racionalização e eficiência, operacionalizando o modelo de departamentalização. Na interpretação que Maria Stela Santos Graciani fez dessa lei,

o departamento constituiria uma unidade administrativa e, como tal, deveria possuir pessoal e equipamentos próprios. O pessoal seria constituído pelos docentes e, dentre eles, um chefe que deveria organizá-lo [...] deveria possuir ainda autonomia para o desempenho de suas atividades (Graciani, 1982, p. 90).

Na Universidade do Estado da Guanabara, essa modificação trouxe repercussões bem distintas da interpretação acima. Extintas as cátedras, os departamentos não se organizaram de imediato, e o novo sistema só serviu para reforçar a estrutura de poder centralizada na Reitoria, esquema em implantação na universidade desde o início da década de 1960, como já analisado. Era competência do reitor, no que se referia ao corpo docente, contratar, dispensar e desligar pessoal, punir, fixar os níveis salariais, estabelecer a duração mínima semanal de trabalho, determinar “o conceito de aula e das demais atividades docentes, inclusive as de administração escolar e universitária exercidas por professores”,<sup>46</sup> além de tomar decisões *ad referendum* dos órgãos competentes, conforme definia o regimento de 1971.

As análises de Maria Stela Santos Graciani, em pesquisa realizada em universidades brasileiras estaduais, federais e privadas, encaminham-se no mesmo sentido: a “autonomia” departamental, proclamada na lei, foi exercida de forma res-

---

<sup>46</sup> Regimento de 1971, artigo 65, parágrafos 1º e 2º, e artigo 66, parágrafos 1º e 2º.

trita, uma vez que outros órgãos, particularmente as reitorias, passaram a tomar decisões importantes, pertinentes à vida departamental. Essa mudança política na vida acadêmica serviu, tanto na UEG como em muitas universidades brasileiras, como mais um dispositivo de centralização do poder, até então exercido de forma pulverizada nas cátedras, em detrimento de um padrão mínimo de participação dos docentes.

A ascensão na nova carreira da UEG, porém, não estava regulamentada. O professor era admitido como auxiliar e permanecia nessa condição. Em 1974, foi proferida uma decisão do conselho universitário, por meio da qual o reitor poderia atribuir, aos auxiliares de ensino com o título de mestre, uma gratificação correspondente à diferença para a categoria de assistente.<sup>47</sup> O mesmo valia para o livre-docente ou doutor em relação à categoria de adjunto. Essa decisão, contudo, ainda apresentava sérias limitações, já que o acesso a uma categoria superior não era automaticamente alcançado quando um professor concluisse um curso de mestrado ou doutorado, e configurava-se como mais uma prática centralizadora e clientelística, na medida em que colocava na dependência de um ato do reitor a possibilidade de ascender na carreira. E, da mesma forma que na análise da carreira docente, a crítica sobre os grandes planejamentos feitos para a universidade apontava para uma evolução institucional em que a carência de preocupações com a qualidade acadêmica era a tônica.

A UEG elaborou, no período estudado, dois grandes planejamentos. O primeiro foi o Plano Decenal de 1962,<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Resolução nº 427/1974.

<sup>48</sup> O Plano Decenal de 1962 foi elaborado por uma “comissão de planejamento”, instituída pelo conselho universitário em 30 de julho de 1962. Era composta por cinco membros, sob a presidência do professor Tarcísio Meirelles Padilha. Em fevereiro de 1963, essa comissão encaminhou o relatório final ao conselho universitário, que o avaliou em junho do mesmo ano.

organizado com o objetivo de definir o destino a ser dado à subvenção destinada constitucionalmente à universidade. Era um plano abrangente, discorrendo sobre os fins da universidade, a estrutura administrativa, a organização acadêmica, o regime de trabalho e outros aspectos da vida universitária. No entanto, ao se referir às medidas a serem tomadas imediatamente, aquelas a serem aplicadas logo, destacam-se as obras e a estruturação da reitoria.

O relatório final da comissão encarregada para a elaboração do plano, bastante detalhado, que compreendia o estudo da reestruturação da UEG e um plano decenal prioritário de construções e instalação, foi encaminhado aos membros do conselho universitário. Em junho de 1963, o conselho aprovou um parecer sobre a matéria com o seguinte teor:

Do debate, resultou a ideia dominante de que a grande complexidade do relatório aconselha ser mais prudente decidir, o conselho, ponto por ponto dos temas versados, na oportunidade da elaboração do novo regulamento da universidade.<sup>49</sup>

A proposta acadêmica foi postergada e, na realidade, nunca mais foi retomada globalmente. Formaram-se novas comissões, alguns reajustes foram feitos em aspectos pontuais do plano, mas uma reformulação global nunca ocorreu. A opção feita pelo conselho universitário de então foi a de proceder à reforma da universidade, por meio de pequenos ajustes, pragmaticamente, conforme as necessidades mais prementes, à exceção, é claro, da constituição patrimonial.

Essa pulverização de metas acadêmicas perdurou, pelo menos, até 1968, quando um novo plano foi apresentado:

---

<sup>49</sup> Ata do Conselho Universitário de 21/06/1963.

o Plano Integrado de Desenvolvimento (PID).<sup>50</sup> O PID foi elaborado numa conjuntura universitária bem distinta do anterior: a definição prioritária pela construção do *campus* já era uma realidade, a estrutura administrativa centralizada já se encontrava implantada e o grande problema que as autoridades universitárias deveriam resolver estava nas críticas que vinham sendo formuladas ao arcaísmo universitário, em especial as contestações dos estudantes. Nesse contexto, o segundo plano, que analisaremos mais adiante, se detém mais pormenorizadamente na modificação do ensino, na tentativa de apresentar alternativas que solucionassem ou pelo menos aplacassem os movimentos contestatórios.

No entanto, essa ênfase na reforma do ensino, apresentada no PID, não significou, de forma alguma, abandono da prioridade anteriormente estabelecida, quanto ao crescimento patrimonial. Ao contrário, além de a prioridade ter permanecido para as obras físicas, a dinâmica assumida para a institucionalização da universidade (centralização/burocratização), mais intensa no pós-68, também deu sua contribuição ao empobrecimento acadêmico. Isso ocorreu por duas vias: primeiro, materialmente, na medida em que as verbas captadas, quando não iam para as obras, eram canalizadas para a “inchação” da máquina administrativa universitária; e depois, porque a própria dinâmica centralizada retirava das congregações e dos departamentos (no pós-68), as principais decisões referentes ao funcionamento do ensino e da pesquisa. Esses órgãos não se constituíam em espaços decisórios, não tinham força, vitalidade, nem quadros qualificados para a produção acadêmica. Da administração central, emanavam as diretrizes sobre

---

<sup>50</sup> O Plano Integrado de Desenvolvimento da Universidade do Estado da Guanabara foi publicado em 10/07/1968, subscrito pelo próprio reitor João Lyra Filho, que prestou reconhecimento à colaboração dos professores Wilson Choeri e Altair Gomes em sua elaboração.

a carreira, o tipo de ensino a ser ministrado, a definição das publicações prioritárias (as da reitoria e dos conselhos, naturalmente), a autorização ou o veto para eventos científicos e culturais, entre outros.

Antes de analisarmos o tipo de ensino que se almejava para a universidade, desenvolvido no Plano Integrado de Desenvolvimento, cabe verificar o que se constituiu em “não opção”, o que foi deliberadamente deixado para depois na vida acadêmica da universidade: a pesquisa e a pós-graduação.

## 2.1 – A pesquisa e a pós-graduação

Os primeiros anos do “ativismo científico” na América Latina, e também no Brasil, os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, corresponderam à fase de implantação de instituições universitárias, centradas em torno de institutos ou centros científicos e culturais avançados (Schwartzman, 1986a, p. 21), como algumas unidades da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal de 1935, em que, individualmente, as pesquisas eram desenvolvidas, não raras vezes, de forma descontínua, sem vínculo direto com a evolução da carreira dos docentes. A pesquisa científica penetrou, portanto, no sistema universitário brasileiro a partir de iniciativas individuais. Outro aspecto para o qual Simon Schwartzman também chama nossa atenção é o fato de que, “na ausência de laboratórios bem equipados, bibliotecas e recursos para a pesquisa, os cientistas tinham que ser pessoas suficientemente ricas para custear suas próprias despesas” (Schwartzman, 1986a, p. 25).

No pós-guerra, essa situação se modificou, e a ciência passou a ser percebida como fator de importância para o planejamento e o desenvolvimento econômico, e esforços mais amplos foram empreendidos no sentido de reestruturar algu-

mas das Universidades tradicionais, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. O paradigma norte-americano de organização de suas universidades e de seus institutos de pesquisa passou a influenciar mais ativamente os países da América Latina, tendência incrementada pelo aumento do fluxo de estudantes e professores entre a América Latina e os Estados Unidos, dentro da política da “boa vizinhança”. Segundo a análise de Simon Schwartzman, “nos anos otimistas do pós-guerra, estabeleceu-se o consenso de que o futuro dependia de mais educação, escolas, mais cientistas e mais pesquisa” (Schwartzman, 1986a, p. 26). A necessidade da reforma universitária e do planejamento científico, colocados em pauta ativamente por toda uma elite emergente, clamava contra o tradicionalismo das instituições de nível superior e pela modernização do sistema, que deveria valorizar o trabalho científico nas universidades, em detrimento da mera formação profissional, até então a regra geral.

As próprias discussões travadas nos últimos anos de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases, limitadas inicialmente ao meio acadêmico, atingiram setores mais amplos da população, com o que a questão educacional e as instituições universitárias brasileiras ganharam um espaço de crítica mais amplo. O movimento pela modernização do ensino superior, presente desde os anos 1950, foi tomando corpo e, com a criação da Universidade de Brasília, atingiu certa culminância, sob a perspectiva de se criar uma reserva de especialistas qualificados e implementar um paradigma moderno para as universidades brasileiras (Cunha, 1983, pp. 168-170).

Os estudantes mobilizavam-se nos anos 1960, exigindo, principalmente, maior poder de influência nos assuntos educacionais, melhora na qualidade de ensino e maior vinculação dos produtos universitários com a sociedade, no sentido de atender aos problemas vivenciados pela maioria da população

brasileira. As críticas que partiam do movimento estudantil apontavam para a construção de uma universidade democrática e crítica, e tinham como alvo principal de ataque o próprio regime ditatorial instalado no país, desde 1964.

O governo respondeu a essa conjuntura, adversa aos seus propósitos, com medidas de ordem repressiva e legal. Quanto às medidas legais, a promulgação da Lei nº 5.540/1968 foi a de maior importância, introduzindo, em seu texto, exigências adicionais ao ensino superior que modificaram as condições de desenvolvimento da pesquisa científica no país, incluindo a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a preocupação com os princípios de flexibilidade e integração, o regime de tempo integral para o corpo docente, a organização da pós-graduação e a estruturação departamental.

A partir de 1968, delineou-se, então, uma terceira fase do desenvolvimento da pesquisa no país, em que os cientistas eram colocados diante do desafio de um trabalho mais estruturado, organizado em grupo e que passou a exigir modelos de financiamento e gestão bem distintos do estilo individual, anteriormente utilizado. No entanto, o principal ponto de corte dessa nova etapa foi, conforme Schwartzman, o fato de os “recursos começarem a vir, em escala nunca antes conhecida no país, de agências governamentais ligadas ao planejamento econômico e aos investimentos de longo prazo, e não das autoridades educacionais ou ligadas ao desenvolvimento industrial” (Schwartzman, 1986a, p. 29).

Razões de ordem prática motivaram esse impulso e a ação do governo na área. No entendimento de Edmundo Campos Coelho, essa nova etapa da pesquisa “não veio impulsionada por rivalidades nacionais pela liderança científica e tecnológica, mas por inspiração de uma doutrina militar de segurança nacional; [...] sob o patrocínio de um regime militar autoritário” (Coelho, 1988, pp. 78-9). Antes, o que existia em



termos de pesquisa científica reduzia-se a um pequeno número de instituições, no interior e fora das universidades. Para o regime, “a crença de que a ciência e a tecnologia constituem fatores importantes do desenvolvimento econômico estimulou o governo federal a fazer investimentos substanciais nessas atividades, principalmente quando a fase do ‘milagre brasileiro’ estava em pleno curso [...] e a tecnocracia instalada no aparelho de Estado tinha fortes interesses em projetos tecnológicos de grande porte (telecomunicações, indústria bélica e aeronáutica, energia nuclear, pesquisa espacial etc.), até porque alguns estavam evidentemente vinculados às Forças Armadas” (Coelho, 1988, pp. 78-9). Tal concepção da ciência e da tecnologia, a um só tempo como força produtiva básica, como instrumento de poder e como dispositivo de legitimação do Estado, foi explicitada no texto de diversos planos governamentais. Já no I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973-1974), afirmava-se a ciência como “força motora do desenvolvimento”, concepção mantida nos planos subsequentes.

Com a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), os programas de pós-graduação também foram institucionalizados e desenvolveram-se diante da dupla necessidade de formar recursos humanos altamente qualificados para a pesquisa e de qualificar professores para a expansão e a melhoria da graduação. O regime de dedicação exclusiva recomendado passou a abranger um número maior de professores, e a atividade de pesquisa era postulada como indissociada do ensino, desde a graduação. Tais medidas, tomadas *per se*, seriam iniciativas primordiais para o incremento da pesquisa no sistema universitário brasileiro. No entanto, surgiram em um contexto bastante adverso. As críticas estudantis e suas tentativas de participação política foram enfrentadas pelo governo militar, com intensa repressão, em especial após a promulgação do Ato Institucio-

nal nº 5, em 13 de dezembro de 1968. A repressão também se abateu sobre os professores e cientistas que se envolveram nos movimentos de crítica à universidade e ao governo, resultando na cassação de muitos nomes de prestígio.

Os núcleos de pesquisas protegiam-se desse clima, fechando-se: alguns organizaram-se como institutos isolados, outros em novos departamentos que buscavam autonomia em relação à administração universitária. Essa tendência ao isolamento em “núcleos de excelência” foi reforçada pela própria política de distribuição de verbas, que destinava os recursos existentes a poucas instituições que se dedicavam de forma mais integral aos trabalhos de pesquisa. Conforme assinala João Batista de Araújo e Oliveira, essa “concentração” da pesquisa em um reduzido número de centros e instituições especializadas “vai gerar uma interação que vem a fortalecer ainda mais a tendência observada: investe-se onde se produz e produz-se onde há recursos” (Oliveira, 1986, p. 57).<sup>51</sup>

Por fim, a reorganização das universidades, instituída pela Lei nº 5.540/1968, da qual as medidas apresentadas anteriormente eram somente uma pequena parcela, era implementada frequentemente de forma burocrática, sem modificar os grupos e as práticas desenvolvidas havia anos. Conforme análise de Maria do Carmo de Lacerda Peixoto,

historicamente sabe-se que, dentre suas três funções específicas – ensino, pesquisa e extensão – o ensino desempenhou sempre um papel preponderante na universidade brasileira. A reorien-

---

<sup>51</sup> Uma quarta fase ainda é delineada por Simon Schwartzman (1986), a partir da conjuntura em que o regime militar reduziu seus controles sobre a sociedade. Essa fase se caracterizou pela pressão sobre esses nichos de pesquisadores, fosse por seus próprios pares não agraciados com verbas, fosse pelas administrações universitárias, por onde os recursos não passavam. A tendência passou a ser pela distribuição mais equitativa dos financiamentos, de forma a beneficiar regiões e grupos mais pobres, mesmo que à dispensa de qualidade.

tação desta situação não dependeria, portanto, apenas de uma lei ou decreto, e muito mais de uma vontade política, no nível do governo, e de uma intenção real de construir essa nova forma de atuar, no nível da universidade (Peixoto, 1992, p. 2).

A UEG não produziu pesquisa nem formulou uma política interna de pós-graduação até o final do período estudado. Nesse aspecto, a universidade não se sintonizou com o regime, com o disposto na Lei nº 5.540/1968, e também não teve deste respostas positivas em recursos financeiros. Conforme o depoimento do professor Jader Benuzzi Martins,

a UEG perdeu a possibilidade de implantar a pós-graduação e a pesquisa em finais dos anos 60. Isto deveria ter sido feito através da criação ou implementação dos institutos básicos, mas a opção dos dirigentes foi pela construção do *campus*. Especificamente o Instituto de Física tinha possibilidade de fazer um bom trabalho, já havia um curso de especialização em energia nuclear, no qual se formaram nomes de projeção, mas que desenvolviam suas carreiras de cientistas fora da universidade. Em síntese, a construção material da UERJ neste prédio vertical não foi acompanhada de um progresso intelectual e científico.<sup>52</sup>

O que foi aferido neste trabalho – aliás, o que não coloca a UEG em posição muito diferente da maior parte das instituições de ensino superior brasileiras – é que as poucas pesquisas desenvolvidas continuaram a ser o resultado do esforço individual de pesquisadores ou fruto de convênios e contratos ocasionais, sem apoio institucional substantivo. Os

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Jader Benuzzi Martins, para nossa pesquisa, em 1994. Sobre a inserção do professor Jader na universidade, ver “Fontes Oraís”, no final deste livro.

esforços acadêmicos da Universidade do Estado da Guanabara eram quase absolutamente para a formação profissional, que ocupou todos os espaços universitários, na linha pragmática que presidiu os destinos da instituição.

A Lei nº 5.540/1968 revelou-se, numa perspectiva auspiciosa, nas chamadas grandes universidades do país, mas a UEG se manteve à margem desse processo, como, aliás, a maioria das universidades brasileiras. Evidência explícita quanto a essa análise é encontrada na resposta que o reitor João Lyra Filho deu ao Conselho Nacional de Pesquisa, em abril de 1970, quando inquirido sobre o número de alunos e professores envolvidos em atividades de pesquisa na universidade: “Conquanto haja professores e alunos dedicados à pesquisa nesta UEG, não temos propriamente pesquisadores, como entende a legislação federal”.<sup>53</sup>

A política governamental para o setor de ciência e tecnologia não favoreceu a mudança do sistema universitário como um todo, e a UEG foi uma das muitas universidades do país que, praticamente, não foi afetada pelos novos rumos dados à educação superior, pelo menos no que se refere à produção de pesquisas e à institucionalização da pós-graduação. Como já assinalado, os próprios procedimentos adotados pelos órgãos financiadores para a distribuição de verbas, que tendiam a agraciar as instituições então envolvidas na produção de pesquisa científica e tecnológica, pouco incentivaram os grupos emergentes ou aquelas instituições em que a produção de conhecimentos ainda não era uma realidade. Ao contrário, se considerarmos o sistema de ensino superior como um todo, o hiato entre os poucos “centros de excelência” e o restante das escolas superiores, voltadas basicamente para a formação profissional, aumentou. Evidência dessa afirmação é que, sob

---

<sup>53</sup> *Boletim UEG*, n. 48, p. 45.

a égide da própria Lei nº 5.540/1968, houve inúmeras autorizações e reconhecimentos de cursos privados pelo Conselho Federal de Educação, organizados em escolas isoladas, em que a regra era a péssima qualidade de ensino e a ausência de condições mínimas para o desenvolvimento de pesquisas.

Para que os aspectos inovadores da lei não ficassem no papel, teria sido preciso, em primeiro lugar, a opção política pela pesquisa científica por parte da instituição, a vontade política institucional de não se limitar à função profissionalizante, a qual, embora seja importante, não é a única da universidade. Ao contrário, a função de produção do saber dá à universidade e ao ensino aí ministrado sua dimensão mais rica, que é a renovação e a crítica do conhecimento. Diante dessa opção política, não adotada pelos dirigentes da UEG, os cursos e programas deveriam ter sido repensados, nos termos propostos por Maria de Lourdes Fávero, “em torno de concepções e compromissos teórico-sociais de produção científica na área, e não apenas em torno de um elenco de disciplinas a serem oferecidas, numa visão burocrática de sua dinâmica” (Fávero, 1993a, p. 10).

Em segundo lugar, a gerência dos recursos existentes e a captação de novos incentivos deveriam ter-se orientado para a reciclagem de alguns aspectos institucionais, vitais para que a pesquisa científica e tecnológica pudesse efetivar-se, como a organização de bibliotecas adequadas e atualizadas, a manutenção de equipamentos e a construção de laboratórios.

Por último, mas não menos importante, deveria ter havido profundas modificações nas condições de trabalho oferecidas ao professor. Conforme assinala Evair Marques, “[...] a pesquisa científica exige, entre outras coisas, disciplina de trabalho, perseverança, continuidade de esforço e de reflexão no tratamento das questões” (Marques, 1985, p. 34), características incompatíveis com o regime de trabalho horista, por

exemplo, típico da Universidade do Estado da Guanabara, pelo menos no período estudado.

A indissociação entre ensino e pesquisa, introduzida na legislação da reforma universitária e reforçada por pareceres do Conselho Federal de Educação, tem sido apontada por muitos autores como um ideal difícil de ser alcançado. Alguns a consideram mesmo um mito.<sup>54</sup> Ensino e pesquisa exigem do profissional qualidades bastante distintas e nem sempre encontráveis numa única pessoa, buscam objetivos diversos e apresentam necessidades de trabalho também diferenciadas. Por esse conjunto de dificuldades em se conceber e praticar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, em nível individual, mas por entender que é fundamental a manutenção dessa associação, alguns autores têm optado por equacionar o conceito de indissociabilidade em nível institucional, e não individual.<sup>55</sup> E, em nível institucional, a prática da pesquisa implica certa visão de mundo, um *ethos* “adquirido e cultivado ao longo de um aprendizado profissional, através, principalmente, de um processo de socialização científica” (Miranda, 1988, p. 36), estando, assim indissociavelmente, ligada à história, à estrutura e ao funcionamento da própria instituição. O reconhecimento do trabalho do cientista e de sua produção, o sentimento de pertencer a um grupo e a constituição da identidade social do pesquisador dependem diretamente de um “clima” institucional, construído em ocasiões muito próprias: seminários, reuniões, encontros científicos e publicações.

---

<sup>54</sup> Sobre as posições apresentadas por autores que consideram impossível a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, ver: Simon Schwartzman e Claudio de Moura e Castro (1986). Para uma análise geral das dificuldades que pairam sobre o conceito e as posições assumidas por diversos autores brasileiros, ver Peixoto (1992).

<sup>55</sup> Tal posição é bem fundamentada por Glaura Miranda (1988).

O que encontramos na UEG, no período estudado, foi exatamente o oposto do clima apontado acima. A opção política da instituição foi para a construção física do *campus* e, academicamente, para o ensino. Quando algum projeto de pesquisa era desenvolvido, isso ocorria por atos isolados, quase heroicos, de professores obstinados. Não raras vezes, esses “heróis” eram encarados pelos demais professores como extravagantes, gastadores de dinheiro sem retorno, quando não eram hostilizados. O depoimento do professor Jader Benuzzi é bastante elucidativo quanto a esse aspecto:

Havia uma saída em massa de professores, pelos baixos salários, atrasos de pagamento, mas muitos também não se fixavam na universidade porque não havia ambiente científico, uma certa felicidade para o homem de cultura, para o intelectual. Faziam da UEG um segundo emprego, somente para dar aulas, e aplicavam seu tempo de pesquisa em outras instituições. Na UEG, só se valorizava a formação de professores para o segundo grau. A questão central era dar aulas, sendo comuns expressões do tipo: “Este semestre você vai trabalhar ou pesquisar?”, passando claramente o entendimento de que pesquisar não era trabalho.<sup>56</sup>

Para a maioria absoluta das unidades, a carga horária de aulas, em relação ao número de horas contratuais, era excessiva, não existindo uma alocação de tempo destinada à preparação de aulas e orientação de alunos, correção de trabalhos e provas, muito menos para a pesquisa. A inexistência de bibliotecas bem-equipadas levava a maioria dos professores a subsidiarem seu trabalho, até mesmo trazendo livros para os

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Jader Benuzzi Martins para nossa pesquisa, em 1994. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

alunos consultarem, importando revistas e documentos à sua própria custa. Também o controle de produção da pesquisa era débil, quando não inexistente, conforme a área. Não havia um sistema de divulgação e muito menos ajuda editorial.

Muitos professores com maiores aspirações científicas centralizavam sua vida profissional fora da universidade, em outras instituições que oferecessem melhores condições de trabalho e propiciassem a realização de suas pesquisas.

Se a análise acima era a tônica na universidade, sabemos que nenhuma instituição pode ser pensada como uma categoria homogênea, pois suas faculdades e institutos tiveram histórias e tradições diferentes. Os estudos de Evair Marques levaram à constatação, confirmada por nossa pesquisa, de que havia uma verdadeira organização dual na universidade, se compararmos o *campus* biomédico com as demais unidades.

Interessante salientar, também, a preocupação, desde o início da organização do *campus* biomédico, com a qualidade do ensino, o aprimoramento didático; enfim, com a excelência acadêmica dos cursos oferecidos no âmbito da área de saúde. Não somente a questão da formação profissionalizante constitui preocupação central dos docentes da área biomédica, mas também o incremento da investigação científica e a prática cotidiana da pesquisa mobilizaram as lideranças deste *campus*, sobretudo a partir do final da década de 60. Dois fatos significativos elucidam esta afirmação: (1) a continuada publicação científica na área das ciências biológicas e da saúde; (2) a implantação dos primeiros cursos de pós-graduação da UERJ, em nível de mestrado, na área clínica da medicina (cardiologia, nefrologia e endocrinologia, em 1972), no setor de medicina social (1974) e na biologia (1977) (Marques, 1985, pp. 55-6).



Principalmente do Centro Biomédico, emanavam as críticas à ausência de incentivo à produção de conhecimentos, como na avaliação do professor Américo Piquet Carneiro, em janeiro de 1972, no conselho universitário, em que afirmava: “[...] temos que reconhecer que foram quatro anos de restrição ao crescimento técnico, científico e cultural da UEG, em virtude da destinação de verbas às obras do *campus*”.<sup>57</sup>

Por fim, um aspecto que nos chamou a atenção quanto às práticas de pesquisa na universidade refere-se à sempre presente figura de professores mais velhos e experientes tutorando essas práticas, iniciando os mais jovens na atividade de investigação. Estes, bem ao estilo do que João Batista Oliveira (1986, p. 69) denominou de pesquisador “padrinho”, ajudavam determinados indivíduos a se desenvolverem, por critérios acadêmicos ou não, prática que possibilitou a fixação de alguns grupos emergentes de pesquisadores, uma faceta positiva.

Assim, a figura do “padrinho” – “mentor” ou “tutor” –, nada incomum na UEG, introduzia o formando na universidade, uma vez que os concursos inexistiam, facilitava-lhe o acesso às agências de fomento e possibilitava sua vida na pesquisa. Mas também ocorria, não raramente, o pesquisador “padrasto”, que, por sua atuação e pela necessidade de perpetuar os espaços de poder alcançados, acabava perseguindo ou mesmo prejudicando aqueles que não faziam parte de seu ciclo de protegidos. São ricos os depoimentos na universidade nesse sentido. Os professores Nelson Rodrigues Filho e Maria Therezinha Valladares, por exemplo, assim se referem a esses esquemas de poder:

Assim como nos “feudos”, sua história [a da universidade] se faz através de grupos que, como as famílias de então, numa

<sup>57</sup> *Boletim UEG*, n. 69, p. 32.

falsa aristocracia, decidem sucessões, heranças, titulações, em articulações à sombra, invocando, à luz, um moralismo e uma noção de competência que servem mais como explicação de atos de nepotismo e de permanência no poder do que aos objetivos acadêmicos (Rodrigues Filho e Valladares, 1985, p. 546).

Ambos os estilos, no entanto, estavam calcados em práticas de relacionamento bastante parecidas: estimulavam as “relações de amizade”, um conjunto de laços pessoais regidos por valores como a consideração, o favor, o respeito e, sobretudo, a lealdade. Esse clientelismo fomentado entre os docentes se sobrepunha às relações de trabalho, gerando as “igrejinhas” e os “feudos” de pesquisa. Considerando-se esse aspecto da vida universitária, pode-se mesmo afirmar que as cátedras, regiões vitalícias, continuaram a se manter em seu poder, a despeito da Lei da Reforma, que as havia extinguido. Continuaram, sob um novo rótulo, o de professores titulares, que dominavam um feudo, no qual conservavam, sob sua tutela, determinada área de saber e as ações educativas dela decorrentes.

## **2.2 – O ensino utilitário e o Centro de Produção da Universidade**

A opção acadêmica que prevaleceu na Universidade do Estado da Guanabara, explicitamente formulada, desde a sua fundação, foi pelo ensino. Essa concepção hegemônica implicava atribuir como função básica da universidade a transmissão do saber já elaborado, visando à formação de profissionais de nível superior, que deveriam atuar nas diversas áreas de demanda social, dentro do quadro de pragmatismo já assinalado.

A apreciação do professor La-Fayette Pereira sobre o assunto, em 1963, mostra bem esse entendimento, que de modo algum estava circunscrito às autoridades universitárias, apresentando profundas raízes no ideário universitário:

Por enquanto, tem a nossa UEG de aprimorar o ensino nas suas diversas unidades, dotando-as dos recursos pedagógicos modernos, para, daí por diante, cuidar da pesquisa sob todos os seus aspectos, tanto mais quanto trabalhos de investigação são caríssimos e, portanto, apenas ao alcance das Universidades economicamente bem-dotadas. Contemos-nos, por agora, em desenvolver amplamente o ensino do currículo escolar, para que os nossos alunos se sintam capazes de enfrentar com denodo a concorrência profissional (Pereira, 1963, p. 71).

O projeto propriamente educacional para a universidade reduzia-se à reprodução do conhecimento, cujo direcionamento, aos poucos, foi-se definindo: um ensino que instrumentalizasse os futuros profissionais para uma aceitação direta no mercado de trabalho.

Essa perspectiva educacional não estava restrita à UEG. Havia, em verdade, um estreito paralelo entre essa visão do ensino e a formulada pelos principais atos legais do governo militar referentes ao ensino superior. O Decreto-Lei nº 53, de 8 de novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 252, de 23 de fevereiro de 1967, e a própria Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968) reforçavam esse vínculo mais direto da universidade com o mercado de trabalho. Os planos gerais do governo – o Programa de Ação Econômica de 1964/1965, o Plano Nacional de Educação, revisto em 1965, e o Plano Decenal de 1967/1976 –, quando se referiam à educação, colocavam claramente essa perspectiva

economicista, estipulando a necessidade de um entrosamento direto da universidade com a esfera produtiva. O Plano Decenal foi o mais “brilhante” nessa perspectiva, na análise de Bárbara Freitag:

No plano geral, depois de fixado o crescimento anual do PIB, passa-se a definir os setores que contribuirão com o maior crescimento, devido à sua alta produtividade. Daí se deduzem o número e o nível qualificacional dos profissionais a serem absorvidos nesses setores. Fixadas, assim, as quotas em cada ocupação, passa-se a prescrever ao sistema educacional quantos engenheiros, químicos, arquitetos etc. ele terá que produzir em cada ano, tendo em vista a produção existente (Freitag, 1980, p. 101).

Em 1968, premido pela ampla mobilização estudantil, que questionava amplamente, nas ruas, as universidades e o regime militar, o governo buscou medidas visando à “solução” dos problemas universitários que eram os focos da crise, em especial a questão dos “excedentes”. A principal medida foi a constituição do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), criado por decreto presidencial.<sup>58</sup> O GTRU, composto por 11 membros, dentre os quais o então reitor da UEG, João Lyra Filho,<sup>59</sup> tinha o prazo exíguo de um mês para apresentar

<sup>58</sup> Decreto nº 62.937 de 2/07/1968.

<sup>59</sup> Na reunião de instalação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, o reitor João Lyra Filho apresentou um documento seguido de um anteprojeto de lei, visando colaborar com os trabalhos. A análise desse texto, reproduzido no *Catálogo geral da UEG de 1971*, pp. 219-26, mostra a influência das concepções do então reitor da UEG no documento final do grupo, cabendo destaque aos seguintes aspectos: (1) a função da universidade deveria ser a de colaborar com a execução dos planos de desenvolvimento econômico da nação; (2) este objetivo maior deveria ser alcançado através da articulação do ensino ao mercado de trabalho e do redirecionamento do sistema de pesquisa, orientado “por exclusividade aos interesses nacionais”; (3) os prin-

um anteprojeto de lei com vistas à reforma do ensino superior brasileiro. O trabalho foi, então, realizado, resultando numa reestruturação que teve como uma de suas principais características manter a comunidade acadêmica afastada da discussão e dos rumos das instituições de ensino superior do país.

A composição do GTRU era heterogênea, abrangendo pessoas com formações filosóficas distintas. Isso levou a uma concepção dual de universidade, em que uma ênfase humanista, presente em algumas passagens, convivia com uma preocupação desenvolvimentista ou tecnicista. Porém, numa leitura mais acurada, o peso do tecnicismo foi mais significativo, ficando o humanismo como figura retórica. Assim, a preocupação em relacionar educação e mercado de trabalho perpassava a maior parte do texto, cabendo ao ensino superior preparar seus alunos para o sistema produtivo. Florestan Fernandes, comentando o reforma universitária proposta pelo Grupo de Trabalho, chama a atenção para a concepção empresarialista da educação, fortemente identificada com a denominada “teoria do capital humano”, ao observar que:

[...] o GT não se volta especificamente contra o tipo de Universidade que surgiu, anomalmente, da conglomerada

---

cípios centrais da reforma da universidade deveriam basear-se na busca da racionalidade e eficácia institucional, para o que propunha, dentre outros aspectos: a maior integração das unidades universitárias, a diminuição e a reorganização dos currículos e a reunião progressiva das faculdades isoladas em universidades; (4) a preocupação em resolver e conter os conflitos governamentais com os estudantes, para o que propunha a reformulação do sistema de vestibular e o incentivo aos esportes, dentre outros; (5) a intenção de melhorar os problemas financeiros das instituições de ensino superior, para o que propunha diversas medidas de contenção, com a presença fiscalizadora do conselho de curadores em todas as universidades e a criação de um fundo universitário com participação mais ativa da iniciativa privada e (6) a defesa da autonomia universitária, mas em “conciliação com a liderança do governo”, para o que admitia, inclusive, a possibilidade de a direção das unidades ser “exercida por pessoas de alto tirocínio estranhas ao magistério”.

ção de escolas superiores estanques. Ele se volta contra a incoerência de um ensino superior [...] que se organiza para atender aos interesses econômicos, às aspirações sociais e aos valores políticos daqueles estratos, mas não consagra, em seu sistema de “mores” e em seu código legal, a filosofia educacional privatista subjacente. É nesse plano que o GT realiza e esgota o “sentido revolucionário” de sua missão. Ele rompe com as inconsistências de um ensino superior que foi organizado para o “antigo regime” e que, em sua renovação, jamais conseguiu responder às exigências do espírito privatista, inspirado nas regras de uma sociedade competitiva (Fernandes, 1979, p. 90).

O Grupo de Trabalho, encarregado de elaborar a reforma da universidade brasileira, tentou reverter essa “anomalia” detectada por Florestan Fernandes, postulando que a universidade, em certo sentido, deveria ser considerada uma verdadeira empresa, cuja finalidade seria produzir ciência, técnica e cultura em geral. Como toda empresa moderna, deveria racionalizar seu processo de produção, a fim de atingir o mais alto grau de eficiência e produtividade. Newton Sucupira, um dos membros do Grupo de Trabalho, postula essa intenção claramente na seguinte passagem, ao fazer referência à universidade:

Certamente, se trata de empresa *sui generis*, cuja produção intelectual, em muitas de suas modalidades, não poderia ser aferida por critérios estritamente econômicos. De qualquer maneira, a universidade, como forma de organização do saber, que se define em termos de serviço e eficiência prática, promovendo sua comunidade de técnicos e cientistas, não pode fugir ao imperativo de racionalização, que é uma das características maiores das sociedades industriais. Em princípio, a Universidade, por ser o lugar onde se elabora e trans-

mite o saber racional, deveria ser a mais racionalizada das instituições (Sucupira, 1968, p. 18).

Nessa perspectiva, a regra da reforma era racionalizar, eliminar a duplicação de meios para fins idênticos e buscar maior eficiência e produtividade da universidade. Com esse propósito, são introduzidos o curso básico, a departamentalização, o sistema de crédito, a matrícula por disciplina, a carreira do magistério e os cursos de duração reduzida, entre outras modificações.

Essa ênfase, dada pela Lei nº 5.540/1968, teve ampla repercussão na Universidade do Estado da Guanabara. Foram vários os noticiários sobre a reforma universitária, reproduzidos nos boletins da UEG, e também vários os depoimentos dos administradores da universidade. A análise desses discursos demonstra que os dirigentes da UEG privilegiaram, na lei, dois sentidos básicos: primeiro, na preponderância do ensino em relação à pesquisa e à construção do conhecimento, havendo uma defesa explícita da universidade-escola, reprodutora de conhecimentos já estabelecidos. Segundo, a orientação a ser dada ao ensino deveria estar em consonância com as exigências do desenvolvimento nacional, seja no preparo de professores e especialistas para o primeiro e segundo graus, seja na formação de recursos humanos, diretamente utilizáveis no mercado. Em síntese, a universidade deveria ser concebida como um centro de mão de obra para a indústria.<sup>60</sup>

O reitor João Lyra Filho foi um dos principais defensores dessa visão. Para ele, certo ensino se constituía em des-

---

<sup>60</sup> Enquanto esses dois sentidos foram privilegiados pelos dirigentes da UEG no texto da lei, outros foram desconsiderados ou desprezados. Como exemplo, o artigo 2º, que afirmava a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, não teve eco nem espaço para a implementação na universidade até o final do período estudado.

pesa que se converte em riqueza, mas há muito ensino que se constitui em despesa de consumo. O ensino técnico era o que poderia abrir rumos para a profissionalização, “mas dando-lhe conteúdo utilitário, pragmático, e não literário e ornamental”. Para ele, “neste nosso país já seria tempo de se ensaiarem incentivos em benefício das universidades técnicas, exatamente para contrabalançar a sedução da juventude para aquela outra, onde não encontram soluções para os problemas da vida”.<sup>61</sup>

Na hierarquia das prioridades para o ensino universitário, os “ornamentos” da cultura, embora úteis, não deveriam ser superestimados e, por várias razões, o papel de destaque deveria ficar para o ensino utilitário.

Primeiro, pelos próprios jovens, que deveriam ser educados para a vida, para o trabalho, para uma ocupação. Não fazê-lo poderia gerar incertezas e sobressaltos perigosos aos educandos. Na opinião do ex-reitor, “a simples reforma educacional não esgota a impaciência adolescente. Os bons efeitos que possa atrair serão transitórios” (Lyra Filho, 1970, p. 175) se não houver uma possibilidade concreta de inserção do estudante no mercado, de um futuro seguro e bem-sucedido.

Segundo, porque os ornamentos da cultura têm uma serventia preponderantemente individual, enquanto os utilitários são menos úteis aos possuidores, mas necessários à comunidade. Assim, “o ludíbrico com que falseamos a mentalidade de tantas gerações, infiltrando no espírito dos jovens a presunção de ricos cabedais, deve ser varrido” (Lyra Filho, 1970, p. 179). No mercado de trabalho, o que estava fazendo falta não era uma demanda esotérica de uma economia educacional individualizada, mas o desenvolvimento global. Por fim, considerando nossa condição de “país imaturo”, a educa-

---

<sup>61</sup> *Boletim UEG*, n. 63, p. 73.



ção para o desenvolvimento é matéria prioritária, e para esta, os conhecimentos utilitários devem estar na linha de frente.

Essa concepção economicista da educação e o papel que a universidade deveria desempenhar em sua implementação foram consolidados no documento denominado “Plano Integrado de Desenvolvimento” (PID), publicado em julho de 1968 pela UEG, alguns meses antes da própria Lei nº 5.540/1968. Nele, encontramos definida a concepção da universidade como uma microempresa urbana, integrada ao desenvolvimento econômico e social do país, quer na diversificação dos ramos do ensino, quer na formação profissional que procurasse atender às pressões do mercado de trabalho. De acordo com esse plano, ficava evidente a preocupação com a inserção da instituição no sistema produtivo nacional, e a universidade era vista como agente e “peça estratégica do desenvolvimento econômico e social do nosso povo”.

A universidade deverá ser como um palco giratório capaz de apresentar ao jovem e ao grande público, a cada momento, sua compreensão a respeito dos problemas da ciência, da técnica e do conhecimento. Nós a vemos, ainda, como a uma concha acústica em que ressoam, intensamente, os problemas da ciência, do pensamento, da tecnologia e da empresa. A ação integradora da universidade precisa abrir novas perspectivas aos jovens, permitindo-lhes participação no processo de desenvolvimento.

A nação deve dispor de elementos básicos de segurança e um, sistema universitário atuante, capaz de criar e estimular a curto prazo: a) forte consciência nacional, esteada no conhecimento da realidade brasileira e dos objetivos nacionais; b) desenvolvimento econômico integrado; c) formulação de uma geopolítica brasileira norteadora da ocupação rápida

dos espaços geográficos vazios; d) tecnologia dentro de matrizes brasileiras e a serviço direto da comunidade nacional. A universidade é uma empresa cujos objetivos consistem em produzir ciência, tecnologia e cultura. Exige-se de uma empresa moderna racionalização no processo de produção com vista a elevado grau de eficiência e produtividade. Sabemos que essa empresa, cujo resultado principal é a produção intelectual, em todas as suas formas, não se enquadra numa aferição de juízos e critérios estritamente econômicos. Mas, de qualquer modo, a universidade não pode fugir aos imperativos do planejamento, da racionalidade e do controle de sua própria qualidade.<sup>62</sup>

As ideias de racionalização, de produtividade universitária dimensionada pelo grau de contribuição oferecida às indústrias e de ensino vinculado diretamente às prioridades do desenvolvimento nacional já eram fomentadas, na UEG, havia algum tempo. No Plano Decenal de Desenvolvimento, cuja confecção foi iniciada em 1962, essas preocupações já se encontravam presentes e, em 1965, foram profundamente debatidas no conselho universitário, por ocasião do retorno do reitor Haroldo Lisboa da Cunha de uma viagem feita aos Estados Unidos, e nortearam o Plano Integrado de Desenvolvimento, apresentado a esse mesmo colegiado em 1968.

Em 1965, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha foi convidado pelo Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com a United States Agency for International Development (USAID), para participar de seminários sobre administração universitária e jornada de visita cultural aos Estados Unidos.<sup>63</sup> Esse convite ao reitor da UEG e a outros educadores

---

<sup>62</sup> Plano Integrado de Desenvolvimento, pp. 18-19 e 28.

<sup>63</sup> Relatório da Universidade do Estado da Guanabara de 1965, p. 17. Conforme esse relatório, o primeiro convite foi feito em junho de 1964, vindo a

brasileiros fazia parte de um amplo projeto da USAID para a América Latina, que se processou de modo integrado, em diversas áreas, na década de 1960 e que, conforme pesquisa de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, apresentava três linhas de atuação:

[...] assistência técnica, assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos Estados Unidos; e assistência militar, concretizada através da vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (Fávero, 1963c, pp. 6-7).

Os acordos entre o MEC e a USAID para o ensino superior, em especial após 1964, entendiam a educação como um fator estratégico para a política de desenvolvimento e segurança do país, para o que pretendiam formar recursos humanos capazes de implementar, no país assistido, uma nova estrutura acadêmica e administrativa. Do que viu e ouviu nos seminários, realizados na Universidade de Houston, o reitor retirou o entusiasmo pela concepção de uma universidade direcionada às necessidades do desenvolvimento econômico nacional, para o que necessitaria ser administrativa e academicamente racionalizada. Ainda nos Estados Unidos, o reitor enviou ao conselho universitário um relatório com os resultados de suas observações e, assim que retornou, apresentou um plano de reestruturação da universidade, que, apesar de não ter sido implementado, “recebeu, a princípio, aplausos e incentivo”.<sup>64</sup>

---

confirmação no ano seguinte. Também compareceram aos seminários, iniciados em 12/07/1965, o diretor do ensino superior, professor Raymundo Moniz de Aragão, e os reitores Pedro Calmon e padre Laércio de Moura.

<sup>64</sup> Atas do Conselho Universitário, de 19/09/1965 e 10/12/1965.

No entanto, foi no Plano Integrado de Desenvolvimento (PID), de 1968, que essas concepções sobre a universidade tomaram ampla expressão. O plano visava à formulação de diretrizes através das quais o conjunto universitário seria disciplinado e definia um novo estilo administrativo, considerando, como parâmetros, “o tempo, a produtividade, a rentabilidade e os objetivos coincidentes com o planejamento global da nação”.<sup>65</sup> O coronel Otávio Costa,<sup>66</sup> em mensagem enviada ao então secretário-geral da UEG, professor Wilson Choeri, o considerou “um primor de trabalho, na substância e na forma”,<sup>67</sup> pois era um plano que refletia as principais preocupações que o governo federal tinha em relação ao ensino superior. Conforme avaliação do próprio órgão de divulgação da universidade:

As premissas, os objetivos e o sentido estratégico do plano colocam, na acepção dominante, a UEG na vanguarda, o PID está enquadrado plenamente nas recomendações contidas em um outro plano maior: o Plano Econômico de Desenvolvimento (o PED) do governo federal.<sup>68</sup>

Além disso, o PID pretendia o equacionamento, para a UEG, de certos princípios normativos da segurança nacional, através do “despojamento das transculturações que a deformam, que roubam vitalidade e que a desnacionalizam”.<sup>69</sup>

Alguns aspectos mais técnicos do PID tiveram de ser abandonados, em função da Lei da Reforma Universitária, promulgada apenas quatro meses após a publicação do plano na

<sup>65</sup> Plano Integrado de Desenvolvimento, p. 27.

<sup>66</sup> O coronel Otávio Costa, em 1968, comandava o Centro de Estudos de Pessoal do Exército, um dos órgãos militares com que os dirigentes da UEG trocavam frequentes informações.

<sup>67</sup> *Boletim UEG*, n. 29, p. 31.

<sup>68</sup> *Boletim UEG*, n. 34, p. 55.

<sup>69</sup> Plano Integrado de Desenvolvimento, p. 24.

universidade, mas seus princípios norteadores, a racionalização de recursos, a preocupação em estancar o movimento dos estudantes, “modernizando a universidade”, e a tentativa de vincular o ensino ao projeto de desenvolvimento nacional e, mais diretamente, ao mercado de trabalho ganhou raízes, por meio de algumas medidas concretas institucionalizadas na UEG.

De todas as mudanças estruturais introduzidas pela Lei nº 5.540/1968, uma das mais graves foi a divisão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>70</sup> Entre as justificativas para tal ato, tinha-se, conforme Newton Sucupira (1972, p. 54), a ideia de que a crescente especialização do saber científico moderno era incompatível com um tipo de organização universitária que reunia, numa mesma unidade, disciplinas tão diversas.

Luiz Antônio Cunha aponta outros motivos: o empenho dos pedagogos do Conselho Federal de Educação, “interessados na autonomização de sua atividade profissional no âmbito das universidades”, o intuito em separar as faculdades de filosofia, politicamente ativas, das demais unidades e também o interesse governamental em desmembrar as filosofias dos cursos prioritários para um investimento maciço (física, química) (Cunha, 1980, pp. 83-4).

Na UEG, a divisão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deu origem a vários institutos: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Filosofia e Letras, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Química, Instituto de Psicologia e Comunicação Social e Faculdade de Educação. Essa divisão representou um processo bastante desastroso para várias dessas unidades, que não reuniam condições físicas e de

---

<sup>70</sup> Para uma análise mais ampla das repercussões desse aspecto da lei, vide Luiz Antônio Cunha (1988, pp. 80-5) e Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro (1989b, pp. 37-52).

pessoal para caminhar separadamente, o que comprometia a já débil qualidade de ensino.

No entanto, o grande investimento feito pela universidade foi a criação do Centro de Produção do Estado da Guanabara (Cepueg, atualmente Cepuerj), em 1971.<sup>71</sup> A ideia norteadora do centro era a de que ele pudesse vir a modificar a mentalidade universitária, no sentido da perspectiva empresarial. “As faculdades e escolas devem existir como unidades de produção, transformando o professor teórico em professor empresário. Então seremos uma empresa, como temos necessidades de ser”.<sup>72</sup>

O que se preconizava para o Centro de Produção da Universidade do Estado da Guanabara era a possibilidade de se abrirem novas perspectivas de mercado de trabalho, por meio da prestação “de serviços relevantes ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e empresarial de nossa terra”.<sup>73</sup> A Universidade deveria servir às indústrias e ao Estado, com estudos, ensaios e projetos que estimulassem o desenvolvimento do país e da Guanabara, por meio da ativa participação de professores e alunos.

Não se esgotavam, nesse grande objetivo, as vantagens arguidas ao novo órgão universitário. Para os estudantes, havia a possibilidade de participação remunerada, em seu próprio treinamento, convertendo-os “em potencial de mão de obra valorizada”, além de servir como um dispositivo preventivo em relação às ideologias consideradas nocivas e ao próprio movimento estudantil. Aos jovens universitários frustrados

<sup>71</sup> O Cepueg foi aprovado no conselho universitário por meio da Resolução nº 390/1971 e regulamentado pelo Ato Executivo nº 473/1971.

<sup>72</sup> *Catálogo geral* de 1971, p. 37.

<sup>73</sup> Todos os trechos citados nessa passagem, referentes à criação do Cepueg, foram retirados da mensagem que o reitor João Lyra Filho encaminhou ao conselho universitário, em setembro de 1971, recomendando o projeto. In *Catálogo geral* de 1971, p. 35.

com os excessos de doutrinas e de ensinamentos teóricos, críticos em relação ao arcaísmo universitário, seria oferecida a oportunidade de um treinamento prático, diretamente vinculado às empresas.

Eis o estímulo necessário aos jovens; muitos entram em regime compulsório de frustração após a graduação sem destino. Às vezes, a frustração nutre nocivos fermentos ideológicos. O Cepueg que desejamos instalar [...] visa de modo simultâneo a abrir ao destino da juventude universitária perspectivas que alentem a confiança de quantos prendem o olhar no futuro alvissareiro do Brasil.<sup>74</sup>

Os professores também teriam seu trabalho valorizado, com a aplicação remunerada. Com a venda de seus conhecimentos tecnológicos e científicos, obteriam melhores condições de trabalho, inclusive remuneração extra, e seriam mais produtivos e competitivos, pois, de seu desempenho, dependeria o valor de seus estipêndios. O Cepueg contribuiria, do mesmo modo, para “ [...] situar dentro da UEG uma elite técnica, motivada pela audácia e pela agressividade intelectual, basicamente orientada por uma ativa mentalidade empresarial”.<sup>75</sup> Por fim, o Cepueg seria a chave inicial para a implantação do regime de tempo integral para os professores – estes estariam mais estimulados a permanecer na universidade, já que, desse modo, perceberiam salários superiores, com a vantagem de ter seu tempo totalmente ocupado de forma útil. O trabalho do professor seria valorizado conforme sua utilidade para servir às indústrias e, nessa perspectiva, a pesquisa básica, a produção de conhecimento inovador, o desen-

<sup>74</sup> *Catálogo geral*, 1971, p. 36.

<sup>75</sup> *Catálogo geral*, 1971, p. 38.

volvimento de teorias eram práticas “ornamentais” que não deveriam compor o tempo de trabalho de um mestre da UEG. Para o reitor João Lyra Filho, “encher-se de teoria o tempo é pior do que manter-lhe a redução [...] ao professor que não produz ou que não cria, de nada vale o tempo integral”.<sup>76</sup>

Na aceção de seus idealizadores, as faculdades e os institutos lucrariam caso se adaptassem ao novo órgão e passassem a funcionar como unidades de produção.

Presumimos que, se inaugurarmos no ciclo profissional do ensino a cargo da UEG a paralela atividade prática, por meio do treinamento em serviço, através da execução de projetos industriais, prestação de serviço e assessoria técnica, poderemos alcançar os seguintes objetivos: a) adequação das escolas ao mercado de trabalho; b) aproveitamento da mão de obra qualificada do aluno, na universidade, a serviço desta e dele; c) integração curricular; d) valorização do professor em dia com o avanço tecnológico e em permanente competição no mercado de trabalho.<sup>77</sup>

A pesquisa universitária, do mesmo modo, seria uma grande beneficiária, pois, com os lucros do Cepueg, seria criado um Fundo Rotativo da UEG (Frueg), destinado ao seu incentivo. A ideia era “ [...] vencer a rotina, para ir ao encontro de novas fontes abertas ao fomento de receitas, evoluir, buscar novos recursos, com a criação de padrões de trabalho em moldes modernos e destemidos”.<sup>78</sup> A administração do fundo complementaria a mentalidade empresarial necessária

---

<sup>76</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 40.

<sup>77</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 40.

<sup>78</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 38.



à universidade e “tenderia a transformar-se em um Banco de Investimento Universitário (BIU)”.<sup>79</sup>

Para o pleno desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Produção foi projetado com total autonomia em relação às unidades e aos departamentos, com plenos poderes de decisão e direção; assim, estaria vitalizado, pois liberto de toda a burocracia. Em seu regimento, competia à diretoria executiva: admitir, contratar, dispensar, transferir ou punir o pessoal necessário; gerir os interesses administrativos, financeiros e econômicos, autorizar despesas, determinar pagamentos, movimentar depósitos, assinar documentos e praticar, em geral, todos os atos necessários ao funcionamento regular e ao incremento do referido órgão.<sup>80</sup> Seus projetos, convênios e prestação de serviço, de forma geral, não precisariam ser aprovados pelas unidades, embora se recomendasse harmonia com estas. O trabalho desenvolvido no Cepueg não precisaria submeter-se aos interesses acadêmicos ou aos projetos das faculdades e dos institutos. A lógica era inversa: para as unidades, restariam os recursos que fossem auferidos, conforme as necessidades das empresas-clientes e, naturalmente, conforme a capacidade de produção/adaptação de cada unidade.<sup>81</sup>

Por fim, se o Cepueg foi criado e, até hoje, permanece como uma instituição intocável dentro da universidade, se permanece com uma autonomia bastante razoável, ocupando espaço amplo de poder, é porque não constituía uma ideia que pudesse ser localizada somente na cúpula administrativa.

---

<sup>79</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 36.

<sup>80</sup> O Regimento do Cepueg foi aprovado pelo Ato Executivo nº 583/1973. In *Boletim UEG*, n. 89, p. 776.

<sup>81</sup> Essa independência do centro, diante da universidade, foi mantida pelo menos até 1978, quando um novo ato executivo (Ato Executivo nº 924) articulou o órgão ao restante da instituição, tentando associá-lo aos projetos globais de ensino e pesquisa da universidade.

Contava com defensores e adeptos no seio das unidades e foi por sua vontade que alcançou o nível de projeto e execução.

A análise comparativa das atividades desempenhadas pelo Centro de Produção, até 1979, com os objetivos inicialmente postulados por seus idealizadores mostra que boa parte do que foi projetado não encontrou eco desejável.<sup>82</sup> Em relação à integração com as empresas, o serviço mais prestado foi o de treinamento, vindo, em escala bastante inferior, a prestação de serviços de natureza propriamente industrial e tecnológica, que, no caso, se restringiu aos ensaios de material feitos pelos laboratórios de cartografia e à microfilmagem.

Em relação aos órgãos públicos, a principal atividade desempenhada pelo Cepueg foi a organização de concursos, seguida pela fiscalização dos projetos em execução. No entanto, a esperada solicitação das empresas para a realização de pesquisas que pudessem lhe proporcionar melhoria tecnológica não se concretizou. Encontrou obstáculos na preferência das empresas nacionais, no sentido de utilizar estratégias imitativas ou tradicionais, optando por adquirir tecnologias alienígenas, sob a forma de licenças, patentes e marcas, mediante o pagamento de *royalties*.

Assim, o impulso a ser dado às pesquisas nas unidades não aconteceu. As atividades realizadas pelo centro e as diversas faculdades e institutos resumiram-se à organização de cursos e à prestação de serviços de caráter assistencial, como atendimento clínico-odontológico, logopédico, psicológico, atividades desportivas e culturais. Nessas situações, a mecânica empregada era a seguinte: determinada unidade programava um curso extracurricular, fornecia o professor, o espaço e a infraestrutura necessária; o Cepueg fazia a parte administrativa: cobrança ao

---

<sup>82</sup> Os dados apresentados foram extraídos do relatório de atividades do Cepueg (1971-1979).

usuário, confecção de cartazes para divulgação, retinha um percentual (em torno de 30%) para si e o restante do pagamento feito pelo usuário era repassado para a unidade e para o pagamento do pessoal envolvido diretamente no curso.

A principal “obra acadêmica” da universidade, que tinha como concepção central o adestramento de professores e alunos para o mercado, não alcançou os objetivos concretos a que se propunha inicialmente: a captação de recursos adicionais para a instituição foi insignificante, não houve demanda para a implementação de pesquisas que atendessem às necessidades das indústrias, o treinamento prático dos alunos ficou reduzido a um pequeníssimo número de atividades e a inserção dos professores “em tempo integral”, com remunerações aumentadas, foi uma mera ficção. No entanto, afirmar que os objetivos imediatos, colocados para o centro, não foram alcançados como as autoridades universitárias haviam projetado não significa, de modo algum, que, no nível da concepção maior que norteava o projeto, não tenha havido êxito. O Cepueg/Cepuerj funcionou como mais um dispositivo para a consolidação da ideia de que o espaço universitário tinha por função o exclusivo “treinamento” para um futuro exercício profissional, em que a produção e mesmo a transmissão da cultura não tinham espaço.

Um pragmatismo apressado norteou as iniciativas dos dirigentes universitários, cujos projetos eram avessos à produção de conhecimento e à tecnologia renovadora. A possibilidade de uma eficácia prática e imediata era o critério que pautava as ações das autoridades universitárias, cuja postura não procurava esconder o anti-intelectualismo e a oposição à reflexão teórica.

Sob essa égide, os projetos hegemônicos da UEG – tanto o patrimonial como o educacional – visavam à coesão do “corpo universitário”: acabar com os resíduos de poder dos

“feudos” das antigas faculdades e diluir a resistência estudantil à implantação das “novas ideias”.

Tratava-se de eliminar oposições no sentido de construir uma universidade moderna e disciplinada: com um espaço físico racionalmente organizado, pioneiro do ponto de vista arquitetônico e um alunado preso nas malhas de seu futuro profissional, utilitariamente treinado para servir às necessidades econômicas do país.

Os interesses imediatos do mercado “invadiram” a universidade, bloquearam o investimento político e financeiro na pesquisa científica e, conforme discutimos acerca dos resultados obtidos no Centro de Produção da UEG, configuraram uma meta de profissionalização que sequer atingiu os pretendidos fins.

Acenando para a formação profissional, para a mobilidade social dos estudantes, para o estabelecimento de um horizonte de continuidade da instituição com os “progressos” do país, o projeto universitário construído para a UEG não procurou dissimular, no discurso, nas práticas e nas instituições que consolidou, seu objetivo mais fundamental de (re) produção dos padrões dominantes.



## Capítulo IV

# A resistência estudantil e a colaboração com o Estado autoritário

Nem todos se conformaram com a política que se vinha impondo na Universidade do Estado da Guanabara, e foi no segmento estudantil – apesar de este não ter apresentado a mesma intensidade e o mesmo vigor de outras instituições do Estado – que a insatisfação teve seu principal foco de organização e resistência. Essa constatação transparece até mesmo nos documentos oficiais da universidade. No entanto, o acesso às fontes específicas sobre o movimento estudantil foi uma tarefa bastante difícil, considerando-se que os derrotados numa disputa política – ao contrário dos que dominam – não contam com os canais instituídos para o registro de suas práticas e concepções. Desse modo, muito de sua memória social se esvai. Mesmo o que foi registrado pelo próprio aparelho universitário era cercado de cautelas. Na UEG, o mecanismo usual, a partir do ano de 1968, era o uso de uma tarja com a inscrição “confidencial” para toda a correspondência existente entre a reitoria, os órgãos de segurança e as unidades. Os assuntos considerados sigilosos e as informações importantes sobre as práticas encaradas como subversivas recebiam uma numeração, como os demais, e eram arquivados em folhas em

branco, sugerindo que os textos de tais correspondências eram guardados à parte, nos “arquivos confidenciais”.

Em 1991, quando o conselho universitário aprovou uma resolução segundo a qual qualquer cidadão diretamente interessado poderia consultar esses arquivos, a maioria já estava destruída e somente duas unidades tinham parte desses materiais preservados: a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Odontologia. No primeiro semestre de 1993, quando fomos ao encalço desses dados, também esses documentos se haviam extraviado, juntamente com todos os ofícios referentes à gestão do reitor João Lyra Filho (de 1968 a 1972). Esses materiais deveriam estar guardados na reitoria, mas, na pratelaria em que se arquivam os ofícios, encadernados em livros, desde 1956, ficou o espaço vazio – resultado da ação daqueles que ainda querem esconder esse passado. Salvou-se, contudo, o “arquivo confidencial” da Faculdade de Ciências Econômicas, pois o diretório central dos estudantes, cautelosamente, havia tirado uma cópia dessa documentação, antes de o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas remetê-los à reitoria.

O material apresentado e analisado, neste capítulo, foi colhido em entrevistas feitas com ex-alunos, nas fontes oficiais e no “arquivo confidencial” da Faculdade de Ciências Econômicas.

## **1 – O movimento estudantil na universidade**

As lutas dos estudantes tiveram início antes mesmo da fundação da universidade. As quatro unidades que formaram a Universidade do Distrito Federal, em 1950, já trouxeram, por parte dos alunos, experiências de embates, formas de organização, alianças consolidadas, entidades construídas e eixos de reivindicações elaborados. O relato do ex-aluno Wilson Macedo é explícito:

Os estudantes da UDF, já na década de 1950, tinham presença na União Metropolitana dos Estudantes, apesar de discreta, pequena [...] e moderada politicamente.<sup>1</sup>

Houve, como já analisamos, envolvimento dos estudantes nas lutas pela criação da UDF. No segundo semestre de 1953, um novo movimento pelo barateamento das mensalidades culminou com a promulgação da Lei nº 783 e o afastamento do reitor. Em 1956, houve as greves da Faculdade de Direito, em apoio aos protestos pelo aumento das passagens dos bondes, e a da Faculdade de Ciências Médicas, pelo pagamento dos professores, apenas para citar os fatos de maior importância e intensidade.

Também já assinalamos que, nesses episódios, houve tolerância e, nos momentos de maior tensão, até mesmo apoio dos professores e de segmentos expressivos das autoridades universitárias. Alguns autores (Cunha, 1980, pp. 281-90, e Fétizon, 1986, Cap. 4) têm destacado que o movimento estudantil até os anos 1950, especialmente aquelas entidades organizadas em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), voltava-se mais sensivelmente, em seus protestos, aos movimentos referentes à política externa à universidade. Chamam a atenção principalmente para o envolvimento dos alunos na “luta anti-Vargas” e na campanha “O petróleo é nosso”, entre outras. Na UDF/URJ, no entanto, a dinâmica era distinta: os principais embates estudantis aconteceram por mudanças na própria instituição e não chegavam a afetar e questionar a organização e a estrutura universitárias, daí a já referida tolerância

---

<sup>1</sup> Entrevista com o professor Wilson Macedo, para nossa pesquisa, em 1993. Wilson Macedo foi aluno da Faculdade de Serviço Social, entre os anos de 1955 e 1958, período em que foi secretário da UME. Retornou à UEG em 1967, como professor, situação mantida até sua aposentadoria.



e, por vezes, até o apoio de autoridades universitárias às lutas estudantis, pelo menos até finais dos anos 1950.<sup>2</sup>

Por ocasião da “Campanha em Defesa da Escola Pública na Lei de Diretrizes e Bases”, levada a efeito em finais da década de 1950 e início da década de 1960, as principais entidades de representação estudantil passaram a se organizar mais em torno da problemática educacional. A Lei de Diretrizes e Bases, apresentada ao Congresso Nacional pelo então ministro da Educação, Clemente Mariani, em abril de 1948, tramitou por quase 14 anos, só vindo a ser aprovada em dezembro de 1961.<sup>3</sup>

Em uma primeira fase, as discussões desse projeto praticamente se limitaram ao próprio Congresso e a grupos diretamente envolvidos. Após os substitutivos apresentados por Carlos Lacerda em novembro de 1958 e janeiro de 1959, os ânimos se acirraram. Os substitutivos apresentados por esse deputado federal previam a igualdade de condições entre escolas públicas e particulares, garantida pela presença destas últimas nos aparelhos de direção do ensino e pela alocação proporcional das verbas públicas entre instituições educacionais públicas e privadas. As discussões mobilizaram efetivamente a opinião pública, polarizando-se em torno de dois grandes grupos: os integrantes da Campanha em Defesa da Escola Pública na LDB e os da Campanha em Defesa da Liberdade de Ensino, que reunia os defensores do ensino “privado”. Os estudantes tiveram intensa participação nesse processo em defesa da educação pública e, conforme análise de Beatriz Fétizon, “as entidades de representação estudantil não se limitaram a participar dos eventos patrocinados e organizados por outras

---

<sup>2</sup> Sobre as lutas dos estudantes da UDE, na década de 1950, vide capítulo II.

<sup>3</sup> Para maior detalhamento de todo o trâmite sofrido, no congresso e no senado, pelo projeto da Lei nº 4.024/1969 (Lei de Diretrizes e Bases), ver Saviani (1988, cap. II).

categorias. Promoveram, organizaram e coordenaram seus próprios congressos e convenções” (Fétizon, 1986, p. 256), cabendo destaque aos três seminários nacionais sobre a Reforma Universitária, realizados entre 1961 e 1963, em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte.

Não registramos a participação direta dos estudantes da então denominada Universidade do Rio de Janeiro (URJ) na Campanha em Defesa da Escola Pública. No entanto, o embate ideológico em torno da Lei de Diretrizes e Bases penetrou na universidade. O movimento estudantil começou a se radicalizar, explicitaram-se, mais claramente, suas divergências e clivagens, e o movimento, conseqüentemente, passou a ser reprimido. Em maio de 1959, como já analisado, houve a greve da Faculdade de Ciências Médicas em prol da “encampação” definitiva da universidade. O enfrentamento com as autoridades universitárias foi intensa, levando, inclusive, a direção da faculdade a suspender o funcionamento da unidade até o início do segundo semestre e aplicar punições variadas aos alunos.<sup>4</sup>

Em junho de 1962, uma nova greve, de âmbito nacional, merece destaque. A questão central reivindicada pelos estudantes era pelo direito de ter representação nos órgãos colegiados, na proporção de um terço do conjunto de seus membros. Tratava-se de regulamentar o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases, que dizia assegurada a representação dos estudantes nos órgãos de direção da universidade, mas que não definia o número e a forma de escolha. Era uma greve complicada em nível nacional, porque implicava que cada universidade revisse seu estatuto para ampliar a representação dos estudantes nos colegiados ou na reforma da própria LDB, promulgada havia menos de um ano.

---

<sup>4</sup> Sobre as lutas estudantis pela encampação, ver capítulo II.

A análise de Beatriz Fétizon sobre o movimento é a seguinte: “[...] aos interesses do Governo Goulart não convinham, naquele momento, nem uma greve estudantil nem muito menos reacender os debates sobre as Diretrizes e Bases da Educação, para a revogação dos dispositivos da Lei nº 4.024/1961. Mas convinha-lhe menos ainda um confronto com os estudantes em todo o país” (Fétizon, 1986, p. 282). O governo tentou uma solução por intermédio do conselho de ministros, procurando alterar esse dispositivo da lei, através de uma regulamentação específica sobre a participação estudantil nos órgãos colegiados. Entretanto, o Conselho Federal de Educação (CFE) e os reitores mostraram-se desfavoráveis a essa manobra, acusada de quebra da autonomia universitária. Para eles, cada instituição específica deveria regulamentar a representação estudantil, conforme indicava a Lei de Diretrizes e Bases. Após três meses de greve, o movimento já se enfraquecia e foi inevitável o retorno às aulas, sem avanço nesse ponto, mas com o compromisso dos reitores de tentarem o abono das faltas em suas respectivas instituições ou o prolongamento do ano letivo para repô-las.

Na UEG, as reivindicações estudantis estavam estruturadas em dois níveis, conforme relata Fábio Daflon:

[...] um era o poder na universidade, que era exercido pelo conselho universitário e congregações unicamente constituídos de catedráticos [...]. Neste terreno, os estudantes propunham abolir a cátedra vitalícia e estabelecer alguns esquemas de aferição periódica da capacidade dos professores; ao mesmo tempo, empenhavam-se na mudança da composição do conselho universitário, congregações e conselhos departamentais [...] (Daflon, 1980, p. 19).

Ameaçados em seu próprio campo, os dirigentes universitários reagiram duramente ao movimento grevista. O conselho universitário deliberou “não tomar conhecimento das greves, por julgar intempestiva a forma e inoportuna a ocasião [...] que, assim sendo, nenhuma alteração deveria ser introduzida no regime escolar, marcando-se normalmente provas parciais, exercícios práticos e tomada a frequência na forma regulamentar”.<sup>5</sup> Na realidade, essa reação do conselho universitário era uma forma de marcar a aliança dos dirigentes universitários em relação ao já agora governador Carlos Lacerda (e, portanto, chanceler da universidade), que se pronunciara contrariamente à manifestação estudantil e à forma amena e “demagógica”, segundo ele, com que o presidente da República vinha tratando a questão. O conselho assim se manifesta em relação ao assunto:

A Portaria nº 142, de 13 de junho de 1962, do ministro da Educação e Cultura, transfere as provas para o segundo semestre em função da greve estudantil. No entanto, o conselho universitário entende que este ato não abrange a universidade [...] Esta prefere seguir a orientação independente, honesta, correta e altamente moralizadora do chanceler, que condenou o injustificado movimento grevista. [...] Se se abre um dissídio no campo do ensino, entre o governo estadual e o federal [...] a universidade prefere ficar com o chanceler, devendo os estudantes que não se apresentarem às provas parciais de junho corrente perder as mesmas provas, sem direito à compensação em agosto. [...] Já que o governo federal não reage contra a turbulência da mocidade, rejaamos nós contra a falta de discernimento dos nossos homens de governo.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> *Boletim UEG*, n. 78, p. 57.

<sup>6</sup> Ata do Conselho Universitário de 15/06/1962.

Desse modo, as autoridades universitárias marcavam, explicitamente, sua aliança com o governador, imputando aos estudantes da UEG, em greve, repressões adicionais, inclusive com a prescrição de um conjunto de normas, no sentido de preservar “o decoro da vida universitária”. O texto que justificou essa resolução é claro quanto à necessidade do uso da censura, pelos dirigentes da universidade, visando calar o movimento estudantil:

A resolução visa simplesmente a reprimir, através de censura e de outras medidas, as referências depreciativas a quem exerça cargo ou função na Universidade do Estado da Guanabara ou em suas unidades. As medidas sugeridas abrangem os corpos docente, discente e administrativo. Não há discriminação, nem isenções [...]. A resolução não faz mais do que transformar em regra jurídica, com as adequadas sanções aos seus violadores, regra moral indispensável à conduta dos homens em vida colegiada.<sup>7</sup>

A participação estudantil na UEG foi intensa nesse “Movimento do 1/3” e, apesar de ter sido avaliada negativamente pelas lideranças da época, teve o saldo de inserir, mais profundamente, a organização dos alunos dessa universidade nas lutas e embates nacionais.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por intensas mobilizações em prol das reformas de base. Haviam-se ampliado a participação política e a organização dos trabalhadores urbanos e rurais, ativamente presentes nas mobilizações, juntamente com outros setores da sociedade, como os estudantes e até militares subalternos (sargentos, ma-

---

<sup>7</sup> A Resolução nº 138, que tratava do “decoro na vida universitária”, foi aprovada na sessão do conselho universitário de 18/09/1962.

rinheiros etc.), reivindicando mudanças em vários aspectos da vida nacional, inclusive em saúde e educação. José Willington Germano assim descreve a situação:

Tudo isso repercutia no campo da educação e da cultura. Campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. A matrícula no ensino fundamental aumentou no período (1960-64), enquanto uma parcela dos estudantes universitários, através da União Nacional dos Estudantes, engajou-se na luta pela organização da cultura com vistas a uma transformação estrutural da sociedade brasileira. Greves, mobilizações, assembleias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das ligas camponesas faziam parte do contexto político da época. Até mesmo a Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu “rebanho”, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o Partido Comunista Brasileiro e com as Ligas Camponesas (Germano, 1993, p. 50).

Os estudantes da UEG também se politizaram e os debates políticos que abalavam a nação começam a entrar mais efetivamente na universidade. Acirradas as discussões, despontaram divergências de análise no interior do movimento e, em decorrência, uma clivagem mais nítida da organização estudantil. Conforme Luís Roberto Tenório,<sup>8</sup> passou-se a ter,

<sup>8</sup> Depoimento de Luiz Roberto Tenório, concedido para nossa pesquisa em 1993. Luiz Roberto Tenório foi estudante da Faculdade de Ciências Médicas entre os anos de 1963 e 1968, período em que teve ativa participação política no movimento estudantil da universidade, sendo presidente do Centro Acadêmico Alexandre Fleming no ano de 1967. Em 1969, quando já fazia “residência médica”, foi cassado pelo AI-5 e afastado da UEG. Retornou à

mais claramente, um campo progressista do movimento estudantil, com forte influência do Partido Comunista, e outro campo que se autointitulava democrático, com fortes influências lacerdistas.

Essa abordagem, no entanto, não traduz inteiramente o conjunto do movimento da universidade, no nível estudantil. Havia imensas diferenças quanto ao grau de organização e de participação nas lutas mais gerais e específicas, conforme a unidade considerada. Apesar de as lideranças estudantis das diversas escolas manterem contato entre si, por meio de reuniões periódicas, e de os estudantes organizarem atos em comum, assembleias e protestos conjuntos, havia graus muito distintos de envolvimento dos estudantes, conforme a faculdade em questão.

Na medicina e no direito, havia maior concentração do chamado “campo progressista”. Também o corpo docente dessas unidades contava com um número maior de mestres que davam apoio às reivindicações estudantis. Em contrapartida, a Escola de Engenharia – conforme o depoimento de duas lideranças da época, Jones Raposo Freitas e Ricardo Campos – era alheia a toda essa movimentação, e seus alunos “preocupavam-se somente em estudar e com o bom funcionamento do curso”.<sup>9</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha um perfil estudantil bem próprio e, de acordo com a ex-

---

universidade em 1975, como médico, situação que manteve até sua aposentadoria.

<sup>9</sup> Depoimento dos ex-alunos Ricardo Campos e Jones Raposo Freitas, em entrevista conjunta concedida para nossa pesquisa, em 1993. Os dois entrevistados foram alunos da Faculdade de Engenharia em finais da década de 1960. Tiveram intensa participação política no movimento estudantil e tomaram parte do diretório da faculdade. Em 1969, Jones Raposo Freitas foi expulso por inquérito administrativo instalado internamente, motivado pelo Decreto-Lei nº 477.

-aluna Regina Toscano, também era uma unidade difícil para se mobilizar:

A entrada para a Faculdade de Filosofia sequer se constituía numa ruptura. Os cursos eram na Tijuca e abrigavam o público deste bairro, do Grajaú e de outros bairros conservadores. A faculdade era composta por cursos considerados femininos, daí a grande afluência de normalistas. Enfim, a própria clientela influía no fato de os cursos da faculdade não serem muito politizados e de não terem maiores interesses pela política. Além disso, o comportamento dos estudantes era conservador: as moças não fumavam em sala de aula; era proibido usar calças compridas, cultuava-se a virgindade etc.<sup>10</sup>

No caso da engenharia e da medicina, o abismo de concepções era tão grande que gerava um verdadeiro confronto aberto. Luiz Roberto Tenório exemplificou bem essa situação com a seguinte passagem: “[...] por ocasião do Golpe de 64, dá-se uma invasão do Centro Acadêmico da Medicina por parte de estudantes da engenharia, obrigando, inclusive, o pessoal do Centro Acadêmico a se esconder nas redondezas”.<sup>11</sup>

Em 1964, toda aquela mobilização pelas reformas de base configurava uma conjuntura que amedrontava as classes dominantes, setores das classes médias e da cúpula militar. No congresso, eram inúmeras as investidas para miná-las,

<sup>10</sup> Depoimento da ex-aluna Regina Toscano, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. Regina Toscano foi aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1967 e 1969, tendo participado da direção do Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes. Em 1969, foi expulsa da universidade, após inquérito administrativo, motivado pelo Decreto-Lei nº 477/1969.

<sup>11</sup> Depoimento do ex-aluno Luiz Roberto Tenório. Sobre sua inserção institucional, ver “Fontes Oraís”, no final deste livro.



principalmente por meio da UDN e do PSD. Instituições como IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) são criadas para aglutinar e fortalecer, política e ideologicamente, a vontade coletiva da classe dominante e de seus aliados, formando um núcleo de oposição ideológica, com ramificações bastante diversificadas em organismos empresariais, militares e políticos. A tática empregada por essas entidades consistia em apresentar a democracia como oposta às reformas reivindicadas, passando à opinião pública a ideia de que a democracia era indissociável da ordem e da estabilidade, além de aprofundar a campanha anticomunista.

Foram vários os componentes que viabilizaram a intervenção militar de março de 1964: a inflação desenfreada; a revolta dos sargentos no ano de 1963, considerada, em Brasília, quebra de hierarquia; a campanha anticomunista; o combate acirrado à reforma agrária; a incorporação, cada vez maior, da ideologia da segurança nacional... Efetivado o golpe de Estado, parcelas significativas da sociedade civil – como membros da Igreja, as classes médias, grandes proprietários rurais, amplos setores do empresariado e dos militares, que assumiram o governo – deram-lhe apoio e sustentação.

Em contraposição ao estado de direito anterior ao golpe, os militares, ao assumirem o poder, em 1964, implantaram um governo autoritário e policial, no qual o poder de mando de seus dirigentes foi escapando a qualquer limite de controle político. Configurou-se uma hipertrofia do Executivo, em que a existência dos demais poderes era simbólica. Legislativo e Judiciário foram sendo, progressivamente, conformados à vontade e à conveniência do Executivo.

A repressão às atividades e às pessoas, mesmo as vagamente suspeitas de subversão, começou junto com o novo regime. Só para citar algumas medidas, houve o incêndio da sede

da União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro; prisão e tortura de líderes camponeses e operários; vasculhamento das repartições públicas, inclusive das universidades, por comissões de investigação; intervenções em sindicatos; espionagem institucionalizada pelo Serviço Nacional de Informação; a ocupação de estatais, ministérios e repartições públicas pelos quadros militares; a caça aos membros do governo deposto e a parlamentares. Os direitos políticos foram suspensos pelo Ato Institucional nº 1, de março de 1964. Houve a perda das prerrogativas do Congresso Nacional e a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, e, através do Ato Institucional nº 3, de 1966, ficou estabelecida a eleição indireta para presidente e, posteriormente, para governadores e prefeitos das capitais. Esse conjunto de medidas de ordem repressiva e ideológica, cuja listagem poderia ocupar muitas páginas, calcava-se no princípio de que a segurança nacional dependia do controle das fronteiras ideológicas internas, o que foi legalmente consolidado pela Constituição de 1967.

O golpe militar teve o sentido político apontado acima, mas isso não deve encobrir as mudanças que, a partir de então, reorientaram a sociedade brasileira na direção de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico. Esse outro vetor motivante do golpe foi, conforme análise de Luiz Antônio Cunha, resultante “[...] da aliança dos militares com os capitalistas brasileiros e estrangeiros, bem como de setores da burocracia governamental empenhados em usar as Forças Armadas para implantar as reformas econômicas que propiciassem o desenvolvimento associado ao capitalismo internacional, ao contrário das pretensões autonomistas das forças políticas que apoiaram o governo deposto” (Cunha, 1988, pp. 26-7). Vale frisar que, em 1964, o capitalismo economicamente monopolista já era uma realidade. No entanto, após o golpe, foram introduzidas “inovações” – como o arrocho

salarial; a Lei Antigreve; a extinção da estabilidade no emprego e a mudança na lei de remessas de lucros para o exterior, além das ações efetuadas na esfera propriamente política – que contribuíram para amainar a oposição nacional-democrática e deflagrar a expansão acelerada da economia no país.

Na UEG, o Golpe de 64, com toda a violência e as práticas repressivas que desencadeou, gerou repercussão oposta entre os estudantes daquela esperada pelo novo regime. As lideranças estudantis, aos poucos, radicalizaram suas propostas, atingiram maior nível de organização e o fato de o discurso crítico se tornar mais facilmente digerível – em oposição à truculência do regime – permitiu o acesso de chapas mais à esquerda às direções dos centros acadêmicos.

Essa situação não foi exclusiva da UEG; a universidade brasileira ocupou lugar de destaque no cenário nacional das oposições ao regime militar. Os estudantes, particularmente, tiveram uma atuação bastante relevante, constituindo-se no principal “celeiro” a fornecer quadros às organizações políticas de esquerda para o enfrentamento da ditadura.

Já em 1965, ensaiaram os primeiros protestos, como as vaías proclamadas contra o presidente Castelo Branco, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No ano seguinte, o movimento voltou às ruas, cabendo destaque às manifestações que afetaram o país contra a repressão, em setembro. A polícia invadiu a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, prendeu e espancou centenas de estudantes, fato que teve repercussão nacional.

Foram diversos os fatores que motivaram essa reação estudantil ao governo militar. Uma das questões que mais mobilizaram os estudantes, na década de 1960, foi o problema dos excedentes. As mudanças promovidas pelos governos “revolucionários” não fizeram retroagir a busca pelo ensino superior. Ao contrário, conforme análise de Luiz Antônio Cunha, essa

demanda aumentou, juntamente com a insatisfação estudantil, na medida em que não houve uma expansão significativa na rede de ensino superior:

[...] o crescimento da população urbana, a industrialização e a monopolização; gerando aumento das camadas médias, em termos absolutos; a redefinição do papel da mulher como trabalhadora no âmbito extra doméstico, a elevação dos requisitos educacionais para o preenchimento dos cargos nas burocracias públicas e privadas foram processos que seguiram seu curso após o golpe. Ademais, eles se intensificaram pela política econômica adotada (Cunha, 1988, pp. 86-7).

Desse modo, para muitos cursos havia sempre o problema dos “excedentes”. Levas adicionais de alunos, por pressões do movimento estudantil, acabavam por ingressar nas universidades, ao mesmo tempo que as verbas governamentais minguavam cada vez mais. O resultado inevitável era a deterioração progressiva do ensino, com escolas absolutamente saturadas. Essa combinação de fatores gerava mais alimento para a contestação e a insatisfação dos alunos.

Vladimir Palmeira, liderança no período, cita um conjunto de outros fatores de ordem econômica, política e também educacional que, interligados, levavam à insatisfação da classe média e à decorrente ascensão do movimento estudantil, em especial no ano de 1968:

A classe média apoiou o golpe, mas, desde 1965, tem suas convicções abaladas por duas coisas: primeiro, a decadência econômica em função da crise. A classe média tem grande dificuldade, sobretudo seus setores autônomos e liberais, em enfrentar um aumento da inflação. E tem dificuldades maiores ainda em reagir [...] Em segundo lugar, as eleições não

eram para valer [...] Ora, a transformação de eleições diretas em indiretas, a extinção dos partidos, a lei de inelegibilidade indicavam um sentido, os canais se fechavam e a classe média estava descontente. Além disso, a universidade estava muito ruim: havia a questão das vagas colocadas pelos excedentes; o problema da democracia interna; as condições de trabalho e de formação profissional; tudo isto num nível muito aguçado. A deterioração do ensino era um fato, o governo dando cada vez menos verba. Por outro lado, pela primeira vez, em função da mobilização dos meios de comunicação, você tinha uma coisa nova: um movimento num estado agitava o outro. Funcionava em cadeia (Palmeira, 1988, p. 99-100).

Nenhuma escola estava imune a esse clima e também na UEG, progressivamente, as lideranças estudantis foram aderindo às questões colocadas pela União Metropolitana dos Estudantes e pela União Nacional dos Estudantes, lutando por melhoria do ensino e ampliação da rede universitária, e protestando contra a repressão e as tentativas de abafar o movimento. Assim foi quando participaram do plebiscito, em 1965, que teve como resultado o repúdio maciço à Lei Suplicy.<sup>12</sup> Através dessa lei, o governo federal, com o apoio do Fórum Universitário,<sup>13</sup> pretendia regulamentar os órgãos de representação estudantil, e a isso os estudantes de todo o país responderam prontamente, recorrendo, entre outras formas de luta, à realização de um plebiscito no qual 92,5% dos estudantes disseram “não” à Lei (Poerner, 1968, p. 273).

<sup>12</sup> Lei nº 4.464, de 9/11/1964.

<sup>13</sup> O Fórum Universitário, órgão de assessoria ao ministro da Educação, havia sido criado em 1962. Originalmente, dele faziam parte os reitores de todas as universidades, o diretor do ensino superior e um representante da União Nacional dos Estudantes. Na gestão do ministro Paulo de Tarso, em 1963, a participação dos estudantes foi ampliada e, após o golpe militar de 1964, foi retirada.

Os estatutos da UEG, conforme parecer exposto no conselho universitário, já comportava praticamente todas essas limitações à livre organização dos alunos. Mesmo assim, o conselho universitário reafirmou essa “nova” ordenação.<sup>14</sup> No entanto, pelo menos na Faculdade de Ciências Médicas, o plebiscito foi levado às últimas consequências, e os estudantes não adaptaram os regimentos do diretório à lei e à resolução do conselho universitário. Sem delongas, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha pronunciou-se pelo “uso de imediatas medidas repressivas por parte da própria reitoria e dos srs. diretores dos estabelecimentos”<sup>15</sup> e, como na Faculdade de Medicina a situação era “mais grave”, foi nomeado um interventor, o professor Francisco Alcântara Gomes Filho, a fim de garantir o cumprimento do dispositivo legal.

Lideranças estudantis nacionalmente reconhecidas passaram a frequentar as assembleias da UEG, a partir de 1966. O estado repressivo desencadeado pela ditadura e o cerceamento das liberdades implantado pelas autoridades universitárias passaram a fazer parte do cotidiano da universidade. Os alunos, cada vez mais, envolviam-se em combater e se defender desse clima.

A luta pela liberdade de organização e contra a repressão ocupava a maior parte da energia e da organização estudantil, mas as ditas “questões acadêmicas” efetivamente mobilizavam um conjunto maior de alunos. Apesar do crescimento do movimento estudantil, havia a dificuldade em articular as lutas contra o regime e a repressão e aquelas mais diretamente relacionadas à universidade e ao ensino. Essa contradição não era um problema específico dos estudantes da UEG. No interior do movimento, de acordo com a análise de Daniel

---

<sup>14</sup> Resolução nº 256, de 15/02/1965.

<sup>15</sup> Ata do Conselho Universitário de 5 de abril de 1964.

Aarão Reis, “todos desconfiavam do governo e se opunham à política educacional, mas havia dúvidas quanto às opções de luta: manter em primeiro plano as denúncias políticas [...] ou concentrar a atenção nos interesses imediatos da categoria estudantil, evitando os enfrentamentos de rua e priorizando a luta nas escolas” (Reis Filho, 1988, p. 13). A diferença estava nas ênfases e prioridades a serem concedidas a uma ou outra luta, dilema que percorreu todo esse período, particularmente no ano de 1968.

De todo modo, a despeito das divergências no interior do movimento, havia uma concepção de Universidade construída pelos estudantes. A universidade que todas as correntes de esquerda apregoavam deveria ser crítica, autônoma, democrática e, principalmente, inserida nas lutas das classes subalternas, em contraposição à universidade arcaica então existente e à proposta de uma universidade empresarial, defendida por setores ligados ao governo militar.

A universidade pela qual os estudantes se batiam deveria empreender a crítica da sociedade, através do conteúdo do ensino e no próprio aspecto organizacional e, dessa forma, os alunos contrapunham-se, a um só tempo, ao academicismo da universidade arcaica e tradicional e ao tecnicismo modernizante. Para eles, os currículos e as pesquisas deveriam ser organizados tendo em vista as necessidades e os interesses da maioria trabalhadora, e não da minoria que detinha o poder.

Luiz Antônio Cunha destacou dois princípios que bem sintetizam o que comportava o conceito de “universidade crítica”:

Primeiro, a autonomia universitária, entendida (i) como a gestão paritária, em todos os níveis de estudantes e professores, sem distinção de categoria, assegurando a participação de funcionários, em comissões formadas mediante eleições, e (ii) destinação de recursos estatais para as universidades,

provenientes de um percentual fixo do orçamento. Segundo, a democratização do ensino, significando isto que a universidade deveria adotar processos que permitissem a admissão de maior número de pessoas e a possibilidade efetiva de “elementos das classes mais pobres” entrarem e terem condições de concluir cursos superiores. Para isto, seria necessário: (i) gratuidade do ensino em todos os níveis; (ii) vestibulares de habilitação e não de seleção; (iii) expansão dos cursos noturnos; (iv) oferta, pela universidade, de restaurante, alojamento, condução, bibliotecas, serviços médicos etc., para manter a vida de estudantes, também fora do curso regular (Cunha, 1988, p. 112).

Para os alunos, era insuficiente a denúncia e a formulação de propostas; o movimento deveria, onde houvesse organização suficiente, passar à ação, promovendo mudanças em consonância com os princípios acima destacados, paralelamente à estrutura oficial das universidades. Na UEG, essa diretriz tinha passagem entre os setores estudantis, em especial na Faculdade de Ciências Médicas. No ano de 1968, os estudantes dessa faculdade elaboraram um detalhado diagnóstico sobre o ensino médico, cujos resultados foram amplamente divulgados e afixados em grandes murais, nos quais, entre outros, eram destacados os seguintes pontos:

a formação médica que recebemos está caracterizada pelo espírito competitivo, pela irresponsabilidade frente aos problemas da sociedade. Isto é, há uma supervalorização da medicina de “alta qualidade”, levando à desvalorização da medicina voltada para a realidade [...] nosso aprendizado tem como elemento-chave a memorização, e não o raciocínio e a crítica [...] Entendemos por educação médica o processo integrado de ensino e aprendizado que deve proporcionar os



instrumentos intelectuais, a disciplina científica e a estrutura criadora necessárias à formação dos recursos humanos no setor de saúde (Daflon, 1980, p. 34).

A síntese desse estudo foi exposta em grandes murais na universidade, formaram-se comissões e surgiram várias propostas de reforma curricular. Conforme Fábio Daflon, os resultados desse inquérito tiveram ampla repercussão na faculdade, tendo envolvido, inclusive, parte do corpo docente:

Quando os professores viram suas disciplinas serem criticadas em cartazes enormes, sentiram-se desnudados e reagiram para tentar conter os problemas em seus redutos. Mas, à medida que aumentava a participação, o trabalho sobre o currículo passava a ser, em circunferência cada vez maior e profunda, a pedra angular das discussões (Daflon, 1980, p. 36).

O movimento estudantil da Faculdade de Ciências Médicas era considerado o mais organizado da universidade e, somente lá, teve-se fôlego para aprofundar, no nível descrito, as discussões sobre as chamadas “questões acadêmicas”. Nas demais unidades, o tratamento dispensado ao ensino, à reforma curricular e à própria mudança da universidade por parte do movimento estudantil ficou restrito a palestras e pequenos seminários. Assim ocorreu, pelo menos, na Faculdade de Direito, na Faculdade de Ciências Econômicas e na Faculdade de Engenharia.<sup>16</sup> No entanto, progressivamente, os aspectos

---

<sup>16</sup> A ex-aluna e liderança estudantil Edna Bin Kaus relatou-nos essas atividades, na Faculdade de Direito, em entrevista concedida para esta pesquisa em 1993. Os seminários da Faculdade de Ciências Econômicas foram registrados na Ata do Conselho Universitário de 6/09/1968, uma vez que motivaram a paralisação das aulas. Os debates na Faculdade de Engenharia foram citados pelos ex-alunos Jones Raposo de Freitas e Ricardo Campos. Ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

mais diretamente ligados à UEG iam sendo deixados de lado, diante da necessidade de o movimento dar respostas imediatas à crescente repressão.

Conforme o depoimento de diversos entrevistados,<sup>17</sup> as “bandeiras de luta” das escolas eram exatamente as que mais interessavam e motivavam os estudantes a lutarem por mudanças. Regina Toscano, então aluna e liderança estudantil da Faculdade de Filosofia, assim se referiu a esse fato:

[...] o movimento da UEG era muito atrasado, os alunos não se interessavam pelas questões mais gerais, eram despolitizados, as bandeiras de luta tinham que ser as das escolas e até as críticas aos acordos MEC/USAID não eram facilmente deglutidas; ir para passeatas era uma dificuldade.<sup>18</sup>

Ao mesmo tempo, essas mesmas lideranças assumiram, nas entrevistas, seu despreparo, falta de tempo e até mesmo ausência de vontade política para desenvolver discussões e formular propostas para a reforma da UEG. Tinham ciência da defasagem dos currículos, da falta da “prática” em vários cursos, do autoritarismo dos catedráticos, que muitas vezes nem davam as aulas, mas se consideravam desprovidos de acúmulo político para discutir as mudanças curriculares, sem tempo para propor concretamente uma mudança na estrutura de poder da universidade e sem vontade de se voltar para aquele universo tão árido e atrasado.

<sup>17</sup> Os seguintes entrevistados posicionaram-se nesse sentido: Regina Toscano e Manoel Duarte, ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Ricardo Campos e Jones Raposo Freitas, ex-alunos da Faculdade de Engenharia, e Edna Bin Kaus, da Faculdade de Direito. Ver “Fontes Orais”, no final deste livro, sobre a inserção desses ex-alunos na universidade.

<sup>18</sup> Depoimento da ex-aluna Regina Toscano. Sobre sua inserção institucional, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

Havia duas exceções a essa regra: o movimento da Faculdade de Ciências Médicas, que, por contar com uma mobilização e uma organização muito mais intensas do que o das outras unidades, conseguia acompanhar as lutas mais gerais contra a ditadura, ao mesmo tempo que discutia as “questões acadêmicas”. Na Faculdade de Ciências Médicas, essa contradição do movimento parecia bem amena, e as lutas, sob várias bandeiras, deslanchavam com facilidade. Conforme João Lopes Salgado, ex-aluno da medicina, assinala:

A universidade em 68 era um lugar muito interessante [...] havia uma esperança, uma promessa de enriquecimento perto das pessoas [...] era um lugar em que o jovem devia estar naquela época [...] era um clima de felicidade grande que a universidade vivia [...] O movimento na UEG não era muito adiantado, e isso era, até certo, ponto bom, porque era mais simples se engajar [...] As pessoas entravam com facilidade no movimento [...] e isso obrigava a que as lutas estivessem ligadas ao cotidiano e à realidade das pessoas. E, no movimento, as pessoas cresciam rapidamente [...] Na Faculdade de Ciências Médicas, participava desde o militante político até o aluno alienado. E isso é que dava realidade às lutas.<sup>19</sup>

A outra exceção ficava por conta de um grupo reduzi-díssimo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que tinha uma proposta para a universidade, mas cuja construção não havia surgido em função das lutas e dos problemas da UEG e, sim, de uma organização (um partido) a que esse pequeno

---

<sup>19</sup> Depoimento do ex-aluno João Lopes Salgado, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. João Lopes Salgado foi aluno da Faculdade de Ciências Médicas, tendo presidido o Centro Acadêmico Alexandre Fleming em 1968. Vítima de intensa perseguição policial, abandonou o curso em 1969, viveu clandestinamente e refugiou-se na França até a anistia.

grupo pertencia. De todo modo, nesse segundo caso, as discussões também não eram desenvolvidas nas unidades e, conforme o depoimento do ex-aluno Manoel Duarte,<sup>20</sup> participante desse agrupamento, somente as lideranças tinham acesso às discussões, um tanto abstratamente, já que não contavam com a oportunidade de construir as necessárias mediações entre a proposta teórica e o concreto daquela universidade.

Essa defasagem entre aquilo que mais preocupava a “direção à esquerda” do movimento – a luta contra a ditadura, a repressão, o imperialismo etc. – e o interesse mais direto do conjunto dos estudantes da UEG era, em contrapartida, muito bem canalizada pelas “lideranças de centro”, como se autointitulava um grupo de alunos.<sup>21</sup>

O Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes (DALC), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por exemplo, até meados de 1968 tinha uma “direção de centro” e encaminhava suas lutas, conforme o depoimento do ex-presidente Chung Kae Cheong, sem extremismos de direita ou de esquerda:

[...] cuidávamos do restaurante, produção de apostilas, do cursinho pré-vestibular [...] funções da instituição, mas que, na época, precisavam ser feitas pelos diretórios [...]. Havia reuniões periódicas com os alunos de outras unidades, mas

---

<sup>20</sup> Depoimento do ex-aluno Manoel Duarte, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. Manoel Duarte foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1966 e 1969, período em que teve intensa participação política no movimento estudantil, inclusive presidindo o Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes.

<sup>21</sup> Depoimento do ex-aluno Arildo Matos Telles, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. Arildo Matos Telles foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1963 e 1968, período em que foi presidente do diretório acadêmico La-Fayette Côrtes e do Diretório Central dos Estudantes. Era amigo pessoal do ex-reitor João Lyra Filho, participante do “grupo de centro” do movimento estudantil, conforme sua própria expressão.

nós só participávamos dos movimentos de rua de 68 quando não eram extremistas; não seguíamos, portanto, tudo o que a UNE comandava.<sup>22</sup>

É importante frisar que o diretório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo grande número de escolas que representava, era um mini-DCE, e o próprio Diretório Central dos Estudantes da UEG, em meados de 1968, na expressão de seu presidente na época, Arildo Matos Telles, “[...] era o único que não estava sob a liderança da esquerda radical [...] fazíamos, sempre que possível, uma política de cooperação com as autoridades universitárias”.<sup>23</sup> Para Arildo Matos Telles,

[...] os alunos tinham razão quando pediam a modernização da universidade. Era necessário, entretanto, separar aqueles que queriam colaborar com o progresso do país daqueles que pretendiam aproveitar-se pessoal e politicamente da pouca produtividade do ensino superior.<sup>24</sup>

Essa característica do movimento estudantil da UEG, em que lideranças “moderadas” conseguiram manter-se à frente de entidades importantes, inclusive em 1968, deve ser destacada porque assinala uma profunda diferença entre o movimento estudantil nacional e o do próprio estado da Guanabara. O ano de 1968 foi marcado por mobilizações desde o início. Em 9 de janeiro, já houve uma passeata dos estudantes

<sup>22</sup> Depoimento de Chung Kai Cheong, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. Chung Kai Cheong foi aluno de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1967, presidiu o Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes, “alinhado aos estudantes de centro, sem extremismos”, conforme sua expressão. Após sua formatura, foi aproveitado como professor da UEG, situação que ainda mantinha na data da entrevista.

<sup>23</sup> Depoimento do ex-aluno Arildo Matos Telles. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

<sup>24</sup> Ata do Conselho Universitário de 4/10/1968.

do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Em fevereiro, foi a vez da luta pela entrada dos excedentes do vestibular, desencadeando passeatas em todo o país. Em março, morreu o estudante Edson Luiz, numa invasão do restaurante Calabouço por forças policiais. No seu sepultamento, em 28 de março de 1968, manifestaram-se sessenta mil pessoas no Rio de Janeiro. Greves e passeatas se sucediam em todo o país, praticamente toda semana. No “aniversário” do golpe de 64, novos protestos se alastraram. Em junho, a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi cercada pela polícia, e cerca de cem estudantes foram presos no estádio do Botafogo e submetidos a práticas humilhantes de repressão. A resposta dos estudantes veio logo no dia seguinte, com significativo apoio popular. Novas prisões ocorreram, em torno de mil, tendo-se notícia da morte de três pessoas. Em 26 de junho, realizou-se a “Passeata dos cem mil” no Rio de Janeiro e, em julho, uma nova passeata contava com cinquenta mil participantes. Em agosto, ocorreu a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, seguida de nova onda de protestos. Em setembro, a Universidade de Brasília foi invadida por policiais pela terceira vez, trazendo, como resultado, muitos feridos e o espancamento de parlamentares. Em 3 de outubro de 1968, a polícia protegeu uma invasão na Faculdade de Filosofia da USP pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e o estudante José Guimarães foi assassinado.

Os estudantes foram os personagens centrais no ano de 1968, mas não foram os únicos: profissionais liberais, jornalistas, religiosos e artistas também marcaram presença. É importante assinalar que o país vivia um período de fértil eferescência cultural. Na música, surgiam diversos compositores de protesto, com o início dos festivais de música. No teatro, também eram diversos os grupos que apresentavam trabalhos de forte teor político, críticos ao regime e aos costumes.

A estes últimos, foram muitos os ataques de terrorismo da direita: ataques aos teatros, espancamento de atores, destruição de cenários e até atentados à bomba eram frequentes.

As greves dos trabalhadores de Contagem, unidade industrial mineira, em abril, e a de Osasco, polo industrial paulista, em julho, com reivindicações e características distintas das anteriores a 1964 (organização por local de trabalho, autonomia em relação a Estado e partidos, novas lideranças etc.), também foram celebradas pelos estudantes, que lhes prestavam solidariedade e apoio.

Vínculos estreitos foram estabelecidos entre os partidos de esquerda e o movimento estudantil: “Os partidos adquiriram feição estudantil, dada a composição social da maioria dos militantes” (Reis Filho, 1988, p. 25) e tiveram, em contrapartida, papel central na condução das entidades estudantis, polarizando, por vezes, os próprios embates dentro do movimento. Conforme o trabalho de Daniel Aarão Reis:

Em 1968, dois blocos se defrontariam: de um lado, a Ação Popular (AP), parcialmente apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). De outro lado, as “dissidências” do PCB, oriundas dos comitês universitários do velho partido, aliadas à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP) e, em certo momento, ao próprio PCB [...] o bloco liderado pela AP enfatizava as denúncias políticas gerais e as lutas de rua, enquanto as “dissidências” e seus aliados preferiam concentrar a atenção nas lutas reivindicatórias e na articulação e organização nas escolas e nas universidades (Reis Filho, 1988, p. 27).

O clima da época, que norteava eticamente as lutas, era a dedicação, o envolvimento, a paixão e a profunda coerência

entre discurso e prática. Grandes projetos e utopias eram alardeados pela juventude, ao mesmo tempo que tentavam modificar os hábitos do cotidiano. Os estudantes, principalmente, lutavam por mudanças em todos os níveis, o que abalava o país e o mundo. Eram lutas apaixonadas, clamando por revolução nos costumes, nas artes, no cotidiano, no comportamento e nas relações entre as pessoas. Tratava-se de mudar a sociedade e a vida.

Irene Cardoso, criativamente, analisa o movimento de 1968 como uma brecha feita na sociedade, uma fenda da qual irrompeu todo um conjunto de aspectos marginais.

E isso porque a fenda, o vazio, a abertura significaram o dilaceramento de uma identidade imaginária da sociedade, da cultura, da política, da pessoa [...] 68, também no seu efeito desconcentração-condensação, foi cultura e política inextricavelmente ligadas: foi a bossa-nova e a tropicália; o cinema novo e o cinema marginal; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina. Foi ainda a erupção da questão da sexualidade, na relação homem-mulher e na homossexualidade. E a questão do corpo (Cardoso, 1993, p. 61).

O que irrompia, conforme essa autora, em 1968 era uma “instância desejante que, no processo de construção de suas diferenças em relação a seus vários outros, dilacerava as identidades [... isso] implicou o defrontar-se com um Outro absoluto e onipotente, o terror de Estado [...]”(Cardoso, 1993, p. 62).

A mão direita desse “Outro” era a repressão, que aumentava cada vez mais. O XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente, num sítio ao sul de São Paulo, em Ibiúna, foi invadido pelo Exército e centenas de estudantes foram presos. Aumentou o clima de revolta e foi organizado um Dia Es-



tadual de Protesto. A UEG aderiu e participaram, sobretudo, os estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, com atividades programadas para todo o dia, inclusive uma inauguração: um boneco vestido de Polícia Militar com a cabeça da Estátua da Liberdade.

Logo no início das manifestações, marcadas para o dia 22 de outubro de 1968, em frente ao Hospital Pedro Ernesto, surgiram viaturas do DOPS atirando. Os estudantes defendiam-se com pedras. Sete estudantes foram feridos, um deles, Luiz Paulo Cruz Nunes, acadêmico do segundo ano, levou um tiro na cabeça, vindo a falecer à noite.

O então diretor da faculdade, professor Américo Piquet Carneiro, tentou retirar o policiamento do local, mas não conseguiu. As forças policiais invadiram a faculdade e o hospital Pedro Ernesto. Na pediatria, foram lançadas bombas de gás lacrimogêneo, o que forçou a retirada das crianças. Os policiais argumentaram que só se afastariam quando suas armas, supostamente tomadas pelos estudantes, fossem devolvidas. Também o governador Negrão de Lima foi acionado, mas considerou-se impotente para agir, pois, em sua opinião, a resolução do conflito fugia de sua alçada para esferas superiores. Conforme depoimento do próprio reitor João Lyra Filho,<sup>25</sup> os alunos, então, tomaram uma espingarda e queriam ir às últimas consequências. Ele funcionou como intermediário e condicionou a devolução da arma à saída da polícia do hospital. A paz foi restituída, até que João Lyra Filho recebeu um telefonema do diretor da Faculdade de Ciências Médicas sobre a morte do estudante Luiz Paulo Cruz Nunes. Então, o clima foi novamente de insurreição. O reitor, em pessoa, levou o corpo numa ambulância, conversou com o pai do aluno,

---

<sup>25</sup> Depoimento do ex-reitor João Lyra Filho, em 1981, transcrito do vídeo nº 63, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

mas não hesitou em solicitar a demora na autópsia do cadáver para conter a rebelião. Também antecipou o enterro em uma hora e fez com que fosse realizado no cemitério do Caju, a fim de evitar uma passeata que pretendia ir para o cemitério São João Batista.

Nesse momento, algumas autoridades universitárias protestaram. O reitor João Lyra Filho, então, emitiu uma nota oficial em que deplorava o comportamento dos agentes policiais que conturbavam o clima de sinceridade da juventude universitária. O diretor da faculdade, professor Américo Piquet Carneiro, e o diretor do hospital, professor Jayme Landman, também publicaram uma nota de protesto com o seguinte teor:

A Faculdade de Ciências Médicas, em nome de seu corpo docente, e o corpo médico do Hospital de Clínicas associam-se ao protesto feito pelo reitor da UEG contra a brutal agressão policial desencadeada contra estudantes, em manifestações pacíficas, que culminou com a morte de um acadêmico de medicina e ferimentos graves em mais de sete estudantes. Expressa, também, o repúdio ao fato inédito do ataque ao hospital com bombas de gás lacrimogêneo e projéteis de armas de fogo sem levar em conta os doentes internados, inclusive crianças recém-nascidas. Professores, educadores e médicos, profundamente preocupados, esperam das autoridades medidas que protejam efetivamente o livre exercício das atividades universitárias, indispensáveis à construção de um destino melhor para o país.<sup>26</sup>

No entanto, a repressão policial continuou e se intensificou, do final de 1968 em diante. A oposição parlamentar en-

---

<sup>26</sup> *Boletim UEG*, n. 30, p. 25.

contrava-se amordaçada. Os espaços legais de luta e a própria legalidade estavam sob suspeição. Na universidade, diretórios estudantis eram fechados, alguns invadidos, alunos expulsos, inquéritos policiais instaurados.

Dois atos governamentais “legalizavam” boa parte dessas práticas repressivas: o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei nº 477. O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, previa o recesso do Congresso Nacional, passando o Poder Executivo a legislar sobre todas as matérias, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, a cassação de mandatos, a possibilidade de o governo federal intervir nos estados e municípios, a demissão ou aposentadoria de qualquer cidadão considerado daninho à segurança nacional e a suspensão do *habeas corpus* nos casos de crime político. O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, estabelecia sérias punições para professores, alunos ou empregados de instituições de ensino, públicas ou privadas, que participassem ou incitassem a greve, praticassem atos voltados à organização de movimentos subversivos – passeatas, desfiles, comícios não autorizados – e que dirigissem, confeccionassem ou distribuíssem material considerado “subversivo”.

Diante desse clima, a opção de luta armada contra a ditadura, à primeira vista, parecia ser a única alternativa possível de enfrentamento. Segmentos importantes das lideranças estudantis da UEG também optaram por clandestinidade e resistência armada ao regime. O episódio da morte de Luiz Paulo acelerou em muito essa difícil decisão na universidade. Passeatas, protestos e greves passaram a ser tidos, para os que optaram por esse caminho, como formas de luta insuficientes para fazer frente ao regime militar. Além disso, não era mais possível sequer falar em política na universidade e a perseguição era imensa.

Na expressão do ex-aluno de medicina João Lopes Salgado, “[...] em determinado momento, na nossa lógica, não

havia mais nada o que fazer a não ser partir para a luta armada. Apesar das dificuldades desta vida, era mais fácil e lógico aceitá-la do que tentar outras formas de resistência”.<sup>27</sup> No mesmo sentido, a emocionante declaração de Regina Toscano, ex-aluna da Faculdade de Filosofia, traduz bem o clima que alguns estudantes viveram:

Um lado, eu conhecia e não queria, o outro era o desconhecido, mas eu queria conhecer; eu sabia que entrar nele, em alguns momentos, mostrava a morte [...] muito de perto. O primeiro caminho não oferecia perigos, mas também representava uma morte, não por tiro e com sangue, mas era uma morte muito pior, era a estagnação e a ausência de criação. Esse [lado] eu não queria, de jeito nenhum; essa morte que não matava, mas que estava sempre fazendo morrer não era para mim.<sup>28</sup>

Apesar desse desfecho, os estudantes na Universidade do Estado da Guanabara, como, aliás, em quase todas as outras universidades do país, quebraram, na década de 1960, o ritmo que se vinha impondo à universidade. Não foi possível, nesses anos, às autoridades acadêmicas continuar tranquilamente com seus projetos de investimento em obras e novos patrimônios, à revelia do crescimento acadêmico da instituição. Todos tiveram de prestar atenção ao protesto estudantil. Mesmo com as dificuldades que o movimento teve na UEG, a proposta da “universidade crítica” foi trazida à tona em algumas unidades. O comportamento conservador dos mestres

<sup>27</sup> Entrevista concedida pelo ex-aluno João Lopes Salgado, em 1993, para nossa pesquisa. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

<sup>28</sup> Entrevista concedida pela ex-aluna Regina Toscano. Sobre sua inserção institucional, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

foi criticado. As relações autoritárias e centralizadas de poder foram questionadas. O desejo de mudar a universidade e a sociedade, mesmo que com a própria vida, teve de ser ouvido nesses “anos rebeldes”.

Por fim, os estudantes desviaram, destoaram e, por algum tempo, não permitiram que as políticas projetadas para a universidade se concretizassem sem a contestação. Marcaram presença, então, assinalando que outras alternativas de vida, de relação entre as pessoas, de país e também de universidade eram possíveis.

## 2 – A política para os estudantes

É preciso reconhecer que muitos dos inimigos da democratização da universidade estão dentro da própria universidade (Dallari, 1985, p. 13).

Para a manutenção da ordem universitária, para que as autoridades institucionais pudessem dar andamento ao seu projeto, era preciso eliminar as divergências, aparar os desvios, normalizar os comportamentos. Essa necessidade foi particularmente intensa em relação aos estudantes, aos quais medidas de ordem repressiva e disciplinar não faltaram, visando, conforme Michel Foucault analisa ao se referir às instituições disciplinares, à “produção de corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (Foucault, 1983, p. 127).

No nível nacional, as práticas que apontavam para a contenção dos estudantes eram fartas. Instalado o golpe militar de 1964, o novo ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, baixou uma portaria, em 20 de abril de 1964, determi-

nando que os dirigentes universitários instaurassem inquéritos para dar cumprimento ao Ato Institucional nº 1. A partir de então, começaram as comissões de inquérito, com um processo de “caça às bruxas” de professores e estudantes jamais visto em nossa história.

No caso dos docentes, a maioria dos expurgos realizados ocorreu exatamente sobre aqueles que tentavam uma renovação pedagógica. Conforme levantamento feito pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

o critério essencialmente político adotado para a indicação dos professores a serem expurgados esteve inequivocadamente associado às novas experiências que vinham sendo adotadas na orientação do ensino. A modernização do ensino, formulada em bases democráticas, com a ampla participação de professores e estudantes, a adoção de metodologias não burocratizadas, desenvolvidas num ambiente de ampla liberdade e espírito crítico, trazia à tona a permanente e crônica problemática entre uma noção mais ampla de ensino e a estrutura social; entre as exigências para uma formação adequada do estudante e o arcaísmo da estrutura universitária (Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979, pp. 57-8).

O caso mais dramático dessa depuração ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), tida como o símbolo da modernização do ensino superior brasileiro. Ocupada por tropas militares por três vezes, após 1964, foi submetida a revista de pessoas e das instalações universitárias, além da apreensão de livros. O reitor Anísio Teixeira, o vice-reitor Almir de Castro e todo o conselho diretor da fundação foram destituídos de seus cargos, as verbas foram cortadas e, diante da descarac-

terização de seu projeto acadêmico inicial, 210 professores, em sinal de protesto, pediram demissão coletiva.<sup>29 30</sup>

Outro caso grave de “depuração universitária” ocorreu na Universidade de São Paulo. A USP foi vítima de duas invasões, e o processo de “caça às bruxas”, patrocinado pelo reitor Luiz Antonio da Gama e Silva, acabou por enquadrar intelectuais dos mais importantes do país. A prática da delação disseminou-se e, diferentemente da Universidade de Brasília, houve a participação de grupos inteiros de intelectuais na incriminação de colegas. Conforme análise feita pela Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, os delatores, em muitas situações, agiam desse modo munidos pelo desejo de ascender a posições de mando (ADUSP, 1978, pp. 17-9).

Na Universidade do Estado da Guanabara, esse tipo de repressão mais direta sobre os professores ocorreu em escala reduzida e não há registros de repressão aos funcionários técnico-administrativos. Vários entrevistados<sup>31</sup> apontaram os funcionários técnico-administrativos como um segmento da universidade sem força política e organização classista até o final da década de 1970. Eram, em geral, bastante dóceis e presos aos vínculos, inclusive de amizade, que mantinham com os professores, coordenadores, além dos contratantes. Constituíam-se, portanto, num segmento acomodado, e até seus acor-

---

<sup>29</sup> Um quadro geral dessa crise da UnB é encontrado em Darcy Ribeiro (1978) e Arthur José Poerner (1968).

<sup>30</sup> Ainda em 1964, os reitores da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram destituídos de suas funções, situação que foi revertida, no segundo caso, em função da pronta reação da comunidade. O Conselho Federal de Educação também interveio em mais três instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal Fluminense.

<sup>31</sup> Deram depoimentos nesse sentido os seguintes entrevistados: Antonio Carlos Ferrão, Arildo Matos Telles, José Eustachio Bruno, Luiz Roberto Tenório e Wilson Macedo. Sobre a inserção institucional desses entrevistados, ver “Fontes Oraís”, no final deste livro.

dos coletivos eram feitos em gabinetes. O sindicato tinha uma direção pelega, e a maioria absoluta dos filiados nem tomava conhecimento de seus poucos direitos.

Quanto aos professores, tivemos notícia de três “aposentados” em 1969, por ato do governo federal: o professor Haroldo Porto Carreiro de Miranda, da Faculdade de Ciências Econômicas; o professor Hélio Marques da Silva, também da Faculdade de Ciências Econômicas; e o professor Dumerval Trigueiro, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>32</sup> Nos três casos, a iniciativa adveio diretamente de atos da presidência da República, a partir do que os dirigentes da UEG, por meio de seu colegiado superior e da administração central, “lamentaram, mas não entraram no mérito político”;<sup>33</sup> pelo contrário, trataram de cumprir a ordem, o que ficou evidenciado num depoimento do reitor João Lyra Filho, em 1971, em que afirma que os processos desses professores nunca vieram à universidade, mas, através do conhecimento dos atos do presidente da República, promoveu imediatamente o desligamento. Conforme depoimento do professor Hélio Marques,

nos dois episódios, a participação das reitorias (Haroldo Lisboa da Cunha e João Lyra Filho) e do conselho universitário foi fundamental para que os atos fossem aplicados, visto que pelo menos o AI-1 não atingia os celetistas. Foi, portanto, uma aplicação adicional da pena, feita pela própria universidade.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> O professor Hélio Marques e o professor Haroldo Porto Carreiro de Miranda foram aposentados de suas funções públicas por decreto presidencial de 29 de agosto de 1969. A aplicação do Ato Institucional nº 5 a esses três professores e os atos federais que lhe deram origem foram publicados, oficialmente, pela universidade no *Boletim UEG*, n. 36, p. 32; *Boletim UEG*, n. 39, pp. 11-2; *Boletim UEG*, n. 41, pp. 43-4; e *Boletim UEG*, n. 42, pp. 33-44.

<sup>33</sup> *Boletim UEG*, n. 36, p. 32.

<sup>34</sup> Depoimento do professor Hélio Marques, em entrevista concedida para nossa pesquisa em 1993. Hélio Marques ingressou como professor na então Universidade do Distrito Federal em 1956. Foi afastado entre os anos de



O professor Hélio Marques foi punido duas vezes. Na primeira, foi “licenciado” e “ficou em disponibilidade” entre 1964 e 1967, pelo Ato Institucional nº 1. O segundo afastamento deu-se pelo Ato Institucional nº 5, situação que durou de abril de 1969 a 1980. É importante ressaltar que o professor Hélio Marques não foi atingido por ter atuação ou militância política no âmbito da universidade. Naquela época, sua participação limitava-se ao sindicato de professores de primeiro e segundo graus.

O professor Porto Carreiro, um dos outros três professores atingidos pelos atos de exceção, recorreu da decisão ao conselho, argumentando que a UEG era uma fundação de direito privado, situando-se, portanto, fora da jurisdição do AI-5. No entanto, o conselho universitário aprovou o parecer do conselheiro Caio Tácito, confirmando o ato anterior do reitor.

Sobre os estudantes, são abundantes os depoimentos encontrados nos documentos oficiais da universidade e nas entrevistas que elucidam bem a “riqueza” de práticas com que os dirigentes tratavam os problemas que enfrentavam com os alunos.

Organizamos essas práticas dos dirigentes da UEG em relação aos estudantes em três grandes grupos: o discurso produzido sobre os estudantes, as práticas propriamente repressivas e as práticas preventivas.

## 2.1 – O discurso produzido sobre os estudantes

A análise do discurso dos documentos oficiais da UEG, particularmente nos textos do boletim da universidade, mos-

---

1964 e 1967, por sua atuação político-partidária e no Sindicato de Professores do Rio de Janeiro. Em 1969, foi “aposentado” pelo AI-5, posição mantida até 1980, quando foi anistiado e retornou à universidade.

tra claramente que sua produção era bastante cuidadosa e continha regras de construção muito próprias, marcadas pela preocupação dos dirigentes universitários em conter o movimento estudantil. Em primeiro lugar, o movimento, quando noticiado, era apresentado como um evento solto, descontextualizado de seu vigor e articulações. Cuidadosamente, não se citavam a causa do “distúrbio”, o móvel da luta ou a questão política que o alimentava.

O movimento no discurso oficial jamais era criticado, ou ameaçado em seu todo, mas somente em seus “excessos”. Não raramente, a análise desembocava em algo do tipo “não queremos a juventude amorfa, opilada e sem cor”,<sup>35</sup> é normal e desejável sua exuberância, mas “não é com gritos nem com o punhal que se elabora, é com o estudo”.<sup>36</sup> Com esse tipo de mensagem, os dirigentes tentavam isolar e marcar o movimento como uma questão de minoria, o que fica bem claro na seguinte passagem: “A maioria dos jovens universitários quer mesmo é estudar, assim como desejam servir a Deus o maior número de padres e se anima ao dever do trabalho a maior parte dos operários”;<sup>37</sup> ou então no depoimento do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha, no qual afirmava que “nunca houve um motivo para greve surgido dentro da UEG, não tinha problemas com alunos [...] se havia alguma manifestação, era articulada por membros estranhos à instituição”.<sup>38</sup>

Desse modo, os alunos com intensa participação política e que mais ativamente criticavam a política educacional hegemônica na universidade eram desqualificados como estudantes. Apareciam, na expressão de Michel Foucault, ao se referir à re-

<sup>35</sup> *Boletim UEG*, n. 5, p. 1.

<sup>36</sup> *Boletim UEG*, n. 4, p. 30.

<sup>37</sup> *Boletim UEG*, n. 23, p. 1.

<sup>38</sup> Depoimento do ex-reitor Haroldo Lisboa da Cunha, transcrito do vídeo nº 65 do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

apresentação do criminoso, como que “trazendo em si um fragmento selvagem de natureza; [...] o celerado, o monstro, o louco talvez, doente e logo, o anormal [...]” (Foucault, 1983, p. 92). Eram, conforme expressão bastante utilizada na universidade, os “carbonários”, em contraposição ao grande número de jovens portadores de uma rebeldia normal à sua idade.

Outra marca do discurso oficial era a clara “psicologização” dos embates, na tentativa de esvaziá-los de seu conteúdo político. Os estudantes eram tratados, de forma generalizada, como jovens; não constituíam, portanto, um segmento universitário com interesses próprios, com organização específica, cujas reivindicações colidiam com os interesses da administração universitária. Na condição de jovens, reuniam características marcadamente psicológicas que apontavam para certa insatisfação, certa rebeldia frente ao velho e certa impulsividade absolutamente normais, desde que positivamente canalizadas. Alguns, contudo, desviavam-se e mereciam tratamento diferenciado. Podiam ser realmente doentes mentais e, para estes, o conselho universitário aprovou uma medida<sup>39</sup> que previa a suspensão de matrícula até a finalização do tratamento psicológico, pena que podia ser aplicada, do mesmo modo, em caráter preventivo, caso houvesse alguma suspeita de distúrbio mental, até mesmo antes da ocorrência de qualquer falta disciplinar.

Existiam também os que se desviavam politicamente, os mais perigosos, pois esses poucos alunos se apropriavam das características psicológicas normais da rebeldia juvenil e também de sua imaturidade e ingenuidade para infiltrar ideias e práticas destrutivas, revolucionárias e radicais de mudança. Havia, portanto, no seio da universidade, conforme o discurso oficial, duas influências: “a dos moços que sobrepõem ao estu-

---

<sup>39</sup> Resolução nº 359/1969.

do intenções ideológicas e a da grande maioria de outros que são apenas moços normais”.<sup>40</sup>

Portanto, a questão dos jovens não era uma luta política estudantil, mas um desajuste psicológico, típico dessa faixa etária, no máximo aceito como um “choque de gerações”. Nenhuma notícia universitária deixava entrever divergências maiores entre o que era postulado pelos estudantes e pelos dirigentes universitários, contradições cujas raízes extrapolavam os muros da universidade e do próprio campo educacional.

## 2.2 – As práticas propriamente repressivas

A partir dessa dupla concepção dos estudantes, os normais e os “carbonários”, tratamentos diferenciados foram previstos e aplicados. Um primeiro cuidado que se deveria tomar era para que não se misturassem. Era preciso, conforme Michel Foucault, referindo-se às instituições disciplinares, “neutralizar os perigos, fixar as populações inúteis ou agitadas, evitar os inconvenientes de reuniões muito numerosas [...] fabricar indivíduos úteis” (Foucault, 1983, p. 185). Júlio Barata, professor da universidade e então ministro do Trabalho e da Previdência Social, dirigindo-se à juventude, bem exemplifica essa intenção:

Não se deixem envenenar pelo irracionalismo, pelas utopias, pelas promessas cintilantes de regimes, doutrinas e sistemas que aviltam o homem ou o degradam à condição de coisa, de número, de simples objeto. Raciocinem e vejam o que há de contradição e de crime na pregação subversiva, que tentam envolver a melhor, a mais bela e mais numerosa parcela de nossa pátria – a juventude das escolas.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> *Boletim UEG*, n. 51, p. 22.

<sup>41</sup> *Boletim UEG*, n. 43, p. 56.

O governo militar, praticamente desde o Golpe de 1964, usou de legislação específica, no intuito de conter o movimento estudantil. As principais medidas baixadas foram a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, o Decreto nº 56.241, de 4 de agosto de 1965, e o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Na análise de Luiz Antônio Cunha, o governo militar tinha por objetivo, com todas essas regras, produzir um movimento estudantil dócil e disciplinado:

[...] mais do que exclusão e repressão, o novo governo buscava montar um sistema de entidades paralelas às que congregavam os estudantes em todos os níveis. Esperava-se que o reconhecimento da representação desse sistema paralelo, mais a repressão ao sistema existente, pudessem quebrar o ímpeto do movimento estudantil (Cunha, 1988, p. 57).

A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida pelo nome do ministro da Educação na época – Flávio Suplicy de Lacerda –, determinava a existência de um diretório em cada escola, cuja diretoria seria eleita mediante voto obrigatório; para a composição dessa diretoria, havia restrições, ou seja, primeiranistas, repetentes, dependentes ou estudantes em regime parcelado não podiam ser eleitos; a lei ainda estabelecia, para cada unidade da federação, a existência de um “Diretório Estadual de Estudantes” (DEE), com representantes dos diretórios acadêmicos e, em nível mais geral, deveria existir o “Diretório Nacional dos Estudantes” (DNE), cuja função seria cuidar da aproximação entre os estudantes e o ministério. Todas essas entidades estavam proibidas de qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como de promover ausências coletivas. Por fim, os dirigentes universitários deveriam

cumprir esses preceitos legais e aplicar as penas devidas, sob pena de incorrer em falta grave.

A luta dos estudantes contra essa legislação foi intensa e generalizou-se por quase todo o país. Havia uma divisão de opiniões entre os estudantes: a maioria das lideranças defendia o boicote aos “Diretórios Suplicy” e a manutenção paralela, onde fosse possível, de suas entidades livres; outros defendiam a participação nessa representação instituída pelo governo como forma de ocupar espaço, a partir da avaliação de que os estudantes não tinham força para impedir esse enquadramento imposto. Apesar dessa divisão dentro do próprio movimento, a Lei Suplicy não foi implantada, por conta da resistência oferecida pelos alunos.

O Decreto nº 56.241, de 4 de maio de 1965, prescrevia datas nacionais unificadas para a redação de regimentos, marcava prazos para as eleições dos órgãos de representação, nos vários níveis, tudo sob a tutela de uma autoridade competente que, caso não cumprisse os prazos e procedimentos determinados, sofreria as punições cabíveis, inclusive a própria intervenção da universidade.

Em início de 1967, com a ascensão das lutas, a Lei Suplicy foi revogada e substituída pelo Decreto-Lei nº 228, também conhecido como “Decreto Aragão”, sobrenome do então ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão. Essa nova legislação, no entanto, só trouxe aumento das restrições e dos mecanismos de coação da lei anterior, como a extinção dos diretórios estaduais dos estudantes e do diretório nacional dos estudantes, além da proibição de qualquer órgão estudantil estadual.

Na UEG, a legislação emanada do governo militar foi seguida à risca. Na realidade, esse tipo de prática já existia anteriormente na universidade e os dirigentes tiveram simplesmente de fazer pequenas adaptações para se enquadrar

totalmente às diretrizes nacionais. Exemplo disso é a regulamentação quanto às reuniões e assembleias que, na UEG, já sofriam restrições legais mesmo antes do golpe de 1964. O Estatuto de 1963 era explícito:

[...] não será admissível reunião de assembleia ou colegiado universitário, mesmo de representação estudantil, para deliberar, sem o comparecimento do mínimo de um terço dos respectivos membros votantes.<sup>42</sup>

No arquivo geral da universidade,<sup>43</sup> conseguimos localizar alguns documentos que nos permitiram verificar que as práticas estudantis eram acompanhadas, de perto, pelas autoridades universitárias. As atas das eleições para os diretórios eram sistematicamente “aprovadas” pelos conselhos departamentais e remetidas à reitoria para análise. Nessas atas, constavam os nomes dos vencedores, a lista nominal dos faltosos (já que, conforme a legislação, o comparecimento ao voto era obrigatório), a verificação da elegibilidade dos candidatos (já que alunos da primeira série, repetentes ou em dependência não podiam ser eleitos), prazos etc. Em função de uma dessas verificações, o conselho departamental da Faculdade de Ciências Médicas, com o referendo do reitor Haroldo Lisboa da Cunha, determinou a intervenção no centro acadêmico, sendo interventor o professor Francisco Alcântara Gomes Filho,<sup>44</sup> pois os estudantes se negavam a se enquadrar na Lei Suplicy. Em outra situação,

<sup>42</sup> Decreto “N”, de 18/10/1963, artigo 31, parágrafo 2º.

<sup>43</sup> No Arquivo Geral da Universidade, estão guardados os processos que envolvem trâmites entre a reitoria e demais instâncias universitárias, inclusive o diretório central dos estudantes. Selecionei, através das fichas protocoladas, 195 processos cujos títulos sugeriam tratar-se de comunicações referentes ao movimento estudantil, entre os anos de 1956 e 1980. Das 195 fichas selecionadas, somente 41 processos foram localizados, tendo os demais extraviado.

<sup>44</sup> Processo nº 2.737/1966.

uma chapa que concorria ao diretório da Faculdade de Engenharia foi impugnada<sup>45</sup> e até alunos já eleitos para representação estudantil foram depositos na Enfermagem.<sup>46</sup>

Os dirigentes da UEG não se limitaram, contudo, a cumprir as leis nacionais e reafirmaram a legislação com a criação de regras próprias. Em 14 de julho de 1965, foi aprovada a Resolução nº 271/1965<sup>47</sup> pelo conselho universitário, referendando a Lei nº 4.464/1964, e, em 25 de abril de 1968, o Ato Executivo nº 82,<sup>48</sup> do reitor, referendava a Lei nº 228/1967. Por meio dessas decisões, as autoridades universitárias adicionavam medidas disciplinares aos órgãos de representação estudantil da universidade.

A análise da Resolução nº 271 e do Ato Executivo nº 82 em relação às legislações federais existentes demonstra a identidade de interesses, no sentido de institucionalizar compulsoriamente o movimento estudantil. Por elas, o movimento estudantil, através de suas entidades, deveria ter como objetivo a defesa dos interesses dos estudantes, entendido de forma puramente assistencialista. A intenção era de uma representação harmonicamente articulada e atrelada aos poderes constituídos, promovendo a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino com o Ministério da Educação e Cultura.

Por fim, cabe frisar que a farta legislação nacional era criteriosamente publicada nos boletins da UEG, sempre lembrada e, obviamente, usada em todas as ocasiões em que coubesse. A recomendação do presidente Geisel de que “ela tem que existir para sustar a onda de manifestações fora dos limites da normalidade” e para que “os estudantes fizessem política

---

<sup>45</sup> Processo nº 2.396/1968.

<sup>46</sup> Processo nº 3.811/1966.

<sup>47</sup> Mandamentos universitários, n. 1, pp. 242-45.

<sup>48</sup> *Boletim UEG*, n. 24, pp. 6-9.



nos partidos, e não nos diretórios acadêmicos” era seguida à risca na UEG, muito antes de ser pronunciada.

Aos “carbonários”, era preciso, ainda, dedicar uma ação mais direta, e as práticas que visavam a esse fim foram inúmeras e intensificadas, a partir do final do ano de 1968, com a publicação do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477. A escalada repressiva do governo, a partir de então, foi avassaladora, disseminada por toda a sociedade, aprofundada pela censura prévia à imprensa e pela ampliação do controle político-ideológico sobre as universidades e demais instituições educativas.

Na UEG, dezenas de alunos foram presos, e dois destes foram raptados dentro das próprias faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>49</sup> Salas dos diretórios e centros acadêmicos foram invadidas pelo DOPS. Material de impressão e arquivos foram apreendidos.

Em finais de 1968 e daí em diante, o clima na UEG era de terror, assim como ocorria em muitas universidades brasileiras. Conforme o depoimento do ex-aluno Luiz Roberto Tenório,<sup>50</sup> diversos professores e diretores eram responsáveis por passar informações diretas aos órgãos de segurança do governo, inclusive fotos e gravações de situações de conflito ocorridas na universidade; alunos “olheiros” cumpriam funções semelhantes e até altos dirigentes da universidade estavam comprometidos com essas práticas. “Nos porões do DOI-CODI, nas sessões de tortura, esses documentos eram apresentados às vítimas como provas de suas culpas.”<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Processo nº 735/1969.

<sup>50</sup> Dos documentos que analisamos, numa única ocasião um diretor de unidade negou-se a remeter as informações. Tratava-se do professor Américo Piquet Carneiro, diretor da Faculdade de Ciências Médicas no ano de 1968.

<sup>51</sup> Trechos da entrevista concedida por Luiz Roberto Tenório. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

O desenrolar dos acontecimentos da formatura da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1968, exemplifica bem esse clima. O professor Haroldo Porto Carreiro de Miranda, “aposentado” pelo Ato Institucional nº 5, no ano seguinte, foi o paraninfo dos formandos. As atividades de colação de grau estavam programadas para o Teatro Municipal, com pagamentos já efetuados e convites distribuídos. Por proposta do paraninfo, aceita pelos estudantes, a solenidade foi transferida, cinco dias antes de sua realização, para a própria faculdade, sem nenhum tipo de manifestação ou discurso, em função da gravidade da situação política que atravessava o país.<sup>52</sup>

Solenidades de formatura já estavam devidamente regulamentadas e censuradas desde 1965, por força da Resolução nº 276, que assim dispunha:

Será livre a manifestação do pensamento nos atos de colação de grau, vedado, no entanto, qualquer pronunciamento de caráter político-partidário ou que constitua propaganda de guerra, subversão da ordem, de preconceitos de raça ou de classe, ou ainda, desrespeito à dignidade universitária.<sup>53</sup>

No entanto, a partir de 1968, tornaram-se um problema para as autoridades universitárias. Foram inúmeros os episódios de discursos censurados, patronos e paraninfos vetados, mas também de “insubordinação” estudantil a essas medidas. A formatura mais comentada e temida pelos dirigentes da UEG foi a da turma da Faculdade de Ciências Médicas de 1971. Seria a turma em que Luiz Paulo Cruz Nunes, o aluno assassinado pela repressão, teria se formado. O professor Landman, então diretor da Faculdade de Ciências Médicas,

<sup>52</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, dez. 1968.

<sup>53</sup> Resolução nº 276, de 8/11/1965.

proibiu o discurso de formatura da turma, pois continha o necrológio escrito pelo reitor João Lyra Filho e porque o patrono escolhido pela turma era o próprio Luiz Paulo.

Quando a oradora Telma Ruth Cruz Pereira subiu ao púlpito, fez-se silêncio, era o que ela podia dizer então. Página por página do discurso foi virada nessa atitude. Mas, na chamada dos nomes, um formando gritou: “Luiz Paulo, presente!”. A solenidade foi encerrada imediatamente pelo diretor, ficando o “Juramento de Hipócrates” para mais tarde, em atos individuais.

Como nas formaturas, quaisquer ajuntamentos e misturas estudantis eram considerados perigosos e proibidos. O Ofício Circular nº 398/1968, do magnífico reitor, comunicava que nenhum curso de férias poderia funcionar nas dependências da UEG sem autorização formal, concluindo que “os diretórios acadêmicos não são órgãos legalmente habilitados para o exercício de atividades de ensino”.<sup>54</sup>

A aplicação das “leis de exceção” foi implacável sobre os estudantes da universidade. Houve duas cassações pelo Ato Institucional nº 5 a recém-formados da Faculdade de Ciências Médicas: Luiz Roberto Tenório e Gilberto Hauagen Soares, que haviam tido intensa participação no movimento, quando estudantes.

A aplicação do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, foi orquestrada. Todas as unidades abriram inquéritos imediatamente, constituindo comissões para o julgamento dos estudantes. Em abril, no curto espaço de sessenta dias, a maior parte dessas comissões já havia encerrado seus trabalhos, determinando a expulsão de estudantes de quase todas as unidades. As defesas tecidas pelos alunos, assessorados por

---

<sup>54</sup> Trecho retirado da Ata da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, de 23/12/1968.

seus advogados, eram formais, pois os membros que compunham essas comissões eram escolhidos “a dedo”: militares, professores conservadores e francamente favoráveis a esse tipo de punição.

Era prática corrente a solicitação de informações pelos serviços de segurança à Reitoria, que, por sua vez, exigia os dados das unidades. Pelo único arquivo que não foi “apagado”, o da Faculdade de Ciências Econômicas, verificamos que essas trocas de informações sobre alunos, ex-alunos, palestras, solenidades de formatura, homenageados, atividades culturais, encontros de estudantes e outros existiram, pelo menos, até setembro de 1974. Todos com a tarja de “confidencial” e, portanto, inacessíveis aos diretamente envolvidos.

Uma tentativa extremada de punir os desviantes políticos, mesmo após seu afastamento da universidade, ocorreu quando o conselho universitário negou guias de transferência aos alunos atingidos pelo Decreto-Lei nº 477, dificultando, assim, que continuassem seus estudos no exterior.<sup>55</sup> Esse decreto impedia a transferência dos alunos afastados para outras universidades brasileiras. Um grupo de estudantes da UEG atingido pelo decreto solicitou, então, guia de transferência para estudar no exterior, invocando a legislação vigente. O conselho universitário, por unanimidade, negou o pedido e encaminhou o processo ao Conselho Federal de Educação (CFE). O então ministro Jarbas Passarinho aproveitou a iniciativa da universidade e ampliou a proibição, de modo que nenhuma outra universidade do país pôde expedir guias de transferência para estabelecimentos de ensino estrangeiros a estudantes punidos pelo decreto.

Com estas e muitas outras práticas, evitou-se que a “infiltração ideológica” afetasse a impulsividade própria e normal

---

<sup>55</sup> *Boletim UEG*, n. 39, p. 20.

dos jovens, para o que não se poupou o uso de estratégias de exclusão e cerco aos contestadores.

### 2.3 – A prevenção como estratégia de controle

Atenção especial também foi dedicada aos “normais”. Suas relações precisavam ser disciplinadas, regulamentadas e canalizadas para objetivos e fins acordes com os da organização e também para evitar que “a imaturidade dos jovens [fosse] taticamente explorada pelos agenciadores da subversão social”.<sup>56</sup> Para a maioria dos alunos, a solução não era combater, mas dissuadir, educar, tarefa para a qual os mestres eram os mais indicados. Por meio do diálogo fraterno e esclarecedor, o transe agudo da impaciência, gerada pelo descontrole próprio dos moços, poderia amadurecer, eles poderiam rever as ideias aquecidas pelo coração, canalizar corretamente seus impulsos, ou seja, poderiam ser disciplinados. Michel Foucault assim analisa as possibilidades que o aparelho escolar tem para o exercício disciplinar:

[...] exercer sobre eles [os alunos] uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres [...]. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui, em uma palavra, ela normaliza (Foucault, 1983, p. 163).

Aos normais, os professores eram então o melhor remédio, desde que mantivessem um bom relacionamento com os

<sup>56</sup> *Boletim UEG*, n. 64, p. 35.

alunos, pois era das inadequações “psicológicas” que, com frequência, a rebeldia poderia advir. As autoridades universitárias, de modo exemplar, apresentavam-se como compreensivas e abertas ao diálogo. Em agosto de 1968, por exemplo, por ocasião de uma invasão à reitoria, a notícia estampada no *Boletim UEG* dizia que “os discursos intrépidos, as proclamações frenéticas, os arroubos calorosos foram ouvidos e sentidos [...] Mas houve respeito e dignidade [...] o reitor fez uma piadinha e todos riram, pois a mocidade não sabe trair a mocidade. O clima de guerra dissipou-se através do diálogo”.<sup>57</sup> Não se tratava de alguma questão política, porque ela sequer foi noticiada, não havia um questionamento às autoridades universitárias, pois, com o diálogo fraternal, tudo se dissipava. O movimento estudantil era apresentado como uma “crise da juventude”, superável com o diálogo compreensivo.

Os jovens poderiam, com compreensão, ser chamados para mais próximo. Em outras palavras, poderiam ser cooptados, e não foram poucos os procedimentos utilizados para esse fim. Elogios eram feitos aos estudantes eleitos para os órgãos de representação estudantil e ex-diretores de entidades que cooperavam. Essas estratégias de cooptação tiveram repercussão pelo menos entre alguns dos “representantes estudantis”. Evidência disso é um episódio pitoresco: o presidente do DCE, em 1968, ao inaugurar, em Cascadura, seu próprio educandário, deu-lhe o nome do reitor João Lyra Filho, que também proferiu a aula inaugural.<sup>58</sup>

A intenção de cooptação não era dirigida exclusivamente aos que se destacavam. A UEG preocupou-se, precocemente, em criar órgãos internos para tal fim: a AGUA – Assistência de Grau Universitário aos Alunos,<sup>59</sup> a ARCA – Assistência Rotati-

<sup>57</sup> *Boletim UEG*, n. 28, p. 2.

<sup>58</sup> *Boletim UEG*, n. 23, p. 28.

<sup>59</sup> *Boletim UEG*, n. 2, pp. 5-9.

va à Corporação dos Alunos<sup>60</sup> e a CETA – Comissão Estudantil das Tarefas Assistenciais. Não pudemos detectar o grau de penetração e aceitação que tiveram, nem se conseguiram atuar de forma a atingir seus objetivos. No entanto, ficou clara a intenção de atingir o conjunto do corpo discente, e não somente os casos exemplares.

Outro dispositivo preventivo construído no período foi o da produção de corpo/mente saudáveis, em que as práticas desportivas, pelo menos no nível do discurso, tiveram grande peso. O corpo dirigente da UEG, em inúmeras ocasiões, referiu-se ao desporto como uma valorização do preparo do corpo, mas também “das energias e lastros crescentemente armazenados no espírito da juventude”,<sup>61</sup> e os instrumentos de divulgação da universidade repetiam, incansavelmente, os efeitos produtivos que poderiam ser desdobrados a partir das práticas desportivas:

Quer atrair à juventude nas horas de lazer? Dar-lhe como pasto o alimento fermentado na tavalagem da politicalha com que os demagogos ambicionam neste país? [...] Os desportos pacificam a imaginação no grave período de vida em que a psicose da puberdade procura comprometer a formação sadia.<sup>62</sup>

Os dirigentes da UEG insistiam na necessidade de o poder público incentivar os esportes, reafirmando haver “necessidade de ampliar a participação dos universitários da UEG na prática desportiva, porque a luz dos desportos varre as sombras intranquilas”.<sup>63</sup> Entreter os alunos nas horas vadias,

<sup>60</sup> *Boletim UEG*, n. 12, pp. 32-4.

<sup>61</sup> *Boletim UEG*, n. 24, p. 32.

<sup>62</sup> *Boletim UEG*, n. 22, p. 1.

<sup>63</sup> *Boletim UEG*, n. 39, p. 32-33.

“varrer-lhes da imaginação o que não vale a pena – as ideias carbonárias”,<sup>64</sup> foi uma meta levada a sério.

Essa política de desenvolvimento dos desportos foi acelerada pelo clima nacional do ano de 1970, quando o Brasil consagrou-se tricampeão do mundo em futebol. O governo federal possuía, desde 1968, uma ofensiva propagandista organizada através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e o terceiro título mundial de futebol foi objeto de intensa divulgação ufanista e de exaltação da figura do presidente Médici. A UEG também tinha seu instrumento de propaganda interno – o *Boletim UEG* –, veiculador dos artigos esportivos, principalmente os do Reitor João Lyra Filho. O reitor era apontado como o responsável pela construção do Maracanã, ex-presidente do Conselho Nacional de Desportos, ex-presidente do Botafogo Futebol Clube, considerado o primeiro sociólogo de esportes do país e sabidamente enfronhado nos meios desportivos.

Para o reitor, e assim foi entendido pela UEG, “o desporto é uma atividade desinteressada que se cultiva em horas de lazer [...], visando ao adestramento do corpo e à educação dos instintos, às vezes também à harmonia dos sentimentos, à disciplina da imaginação, ao vigor e ao sincretismo das energias do espírito” (Lyra Filho, 1970, p. 185). Considerava-se, nessa acepção, que o desporto trazia rendimento para as atividades acadêmicas porque nele “subsiste o predomínio das energias físicas, apresentando-se como antídoto da fadiga intelectual” (Lyra Filho, 1970, p.188). Por fim, acreditava-se exercer um saudável efeito sobre aquele que não pratica, mas apenas assiste, na medida em que o espetáculo converte-se numa forma de evasão, permitindo à plateia fugir ao cerco dos apetrechos que lhe afligem no cotidiano e, assim, a imaginação pode ser

---

<sup>64</sup> *Boletim UEG*, n. 39, p. 32-33.



desferrada. Tal era a crença nesses princípios que rendeu, inclusive, a exagerada afirmação de que, “para a UEG, o mais importante é formar atletas”.<sup>65</sup>

João Lyra Filho tinha pretensões que não foram realizadas, como a de criar uma sub-reitoria para assuntos desportivos.<sup>66</sup> Requereu também ao governador Negrão de Lima a administração do estádio Mário Filho (Maracanã) para a UEG, com vistas a “dar à juventude uma motivação, abrindo-lhe alternativas válidas, para que não se incorpore [incorporasse] aos cochichos de baixa politicagem sem emulações”.<sup>67</sup> Pretendia, inclusive, construir um túnel ligando o Maracanã à universidade, a fim de facilitar os vínculos. No entanto, no que conseguiu realizar pelos esportes, a UEG foi “grande”. Escolheu como representante das classes produtoras no conselho universitário Giulite Coutinho e João Havelange,<sup>68</sup> e criou, em 1970, o Centro de Desportos Universitários,<sup>69</sup> com o objetivo de “adotar quaisquer iniciativas que visassem ao incremento das relações desportivas dos alunos tendo em mira a difusão do espírito universitário”.<sup>70</sup>

O Instituto de Educação Física e Desportos,<sup>71</sup> inaugurado em 1974, motivou grande alarde, sendo inúmeros os noticiários de exaltação ao feito, em que as concepções descritas anteriormente eram lembradas. A aula de abertura foi um momento de glória na UEG, tendo sido proferida pelo governador Chagas Freitas. Naquela oportunidade, o governador manifestou-se sobre o auxílio e a proteção que o poder público

<sup>65</sup> *Boletim UEG*, n. 96, p. 414.

<sup>66</sup> Depoimento do ex-reitor João Lyra Filho, em 1981, transcrito do vídeo 63, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

<sup>67</sup> *Boletim UEG*, n. 31, p. 20.

<sup>68</sup> *Boletim UEG*, n. 61, p. 32.

<sup>69</sup> Ato Executivo nº 324, de 19/11/1970.

<sup>70</sup> *Catálogo geral de 1971*, p. 45.

<sup>71</sup> Resolução nº 425/1974.

deve oferecer “às instituições que tenham por fim promover a disciplina moral e o adestramento físico da juventude, de maneira a prepará-la para o cumprimento dos seus deveres em face da economia e da defesa da nação”.<sup>72</sup>

No entanto, a principal obra projetada pela universidade para a contenção dos estudantes foi, indiscutivelmente, o Departamento de Alunos (DA), criado em 1971,<sup>73</sup> na medida em que centralizaria diversas práticas de disciplinamento já implantadas e abriria espaço para a proposição de outras. Como já analisado, o DA pretendia ser o “órgão de polarização estudantil”, ideia contemplada na própria arquitetura do prédio, desenhada para seu funcionamento pelos arquitetos do *campus*, Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho Rego, em 1968.

O DA nasceu destinado a “adestrar a capacidade de liderança autêntica” dos estudantes e a “incentivar o cultivo, cada vez mais íntimo, dos estudos brasileiros sem proselitismo político ou tendência ideológica”. O DA pretendia, ainda, “assistir os jovens universitários em suas necessidades e angústias do ser humano”, naturalmente como preventivo dos possíveis desajustes, e deveria, por fim, “propiciar aos membros da comunidade discente recursos que lhes permitissem uma progressiva participação no processo de desenvolvimento brasileiro”.<sup>74</sup>

Para a consecução de tais objetivos, o Departamento de Alunos deveria comportar três setores: um de assistência individual, com serviços de saúde, alimentação, transporte, ajuda financeira e “deveres militares” para os alunos; outro de complemento educacional, voltado ao desenvolvimento da educação moral e cívica; e um setor de educação física, desportos e recreação.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> *Boletim UEG*, n. 101, p. 1.

<sup>73</sup> Ato Executivo nº 458, de 22/11/1971.

<sup>74</sup> Ato Executivo nº 458, artigo 1º.

<sup>75</sup> Ato Executivo nº 458, artigo 2º.

No ato criador do DA, foram planejadas duas instâncias para a formação das “lideranças autênticas”. O fórum de debates – uma assembleia geral de alunos que deveria reunir-se semestralmente, absolutamente regulamentada, inclusive em sua pauta de discussões, em que eram proibidas as “matérias estranhas” à missão escolar, e o tribunal de alunos, regulamentado, de forma confusa, pelo ato executivo que o criou, e que tinha por objetivo “treinar os alunos para o exercício de atividades legislativas ou forenses”,<sup>76</sup> através do qual os próprios estudantes aplicariam penas aos colegas por atos de infração praticados.

Com os três setores do Departamento de Alunos em funcionamento, a UEG contemplaria diversas preocupações e recomendações do governo federal: pretendia disciplinar e conter os estudantes, por meio de sua própria adesão e participação, dirigiria a índole estudantil de forma sadia através da educação moral e cívica e das práticas esportivas e substituiria as entidades, que tantos problemas haviam causado anos antes, por formas de organização estudantil dóceis: o tribunal de alunos e o fórum de debates. Com essas duas instâncias, pretendia-se um rearranjo original das promoções dos diretórios. Na análise de José Ribamar Bessa Freire, com a qual compartilhamos, os “líderes estudantis não se formariam mais em discussões acadêmicas e nos debates políticos, mas em cursos promovidos pelo DA. As entidades estudantis ficavam destituídas de qualquer autonomia, elas não pertenciam mais aos estudantes, mas ao Departamento de Alunos” (Freire, 1988, p. 19).

Boa parte do projeto original arquitetônico (de 1968) e, posteriormente, do Departamento de Alunos, criado para a ocupação desse espaço, em 1971, não saiu do papel, servindo hoje muito mais para a análise das intenções

---

<sup>76</sup> Ato Executivo nº 458.

políticas de então. Mas essas intenções eram fortes e estrategicamente importantes para fazer face ao “furor estudantil”. O Departamento de Alunos foi, no início da década de 1970, a “menina dos olhos” do *campus* universitário, a “obra do século” propalada pela imprensa. Essa propaganda teve repercussão tão intensa que o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro remeteu ofício ao reitor da UEG, solicitando o envio das plantas e dos projetos do DA, com a intenção de nele se inspirar para a criação de um núcleo comunitário em sua própria universidade.<sup>77</sup>

### 3 – A universidade e a ditadura

Confiantes no porvir e de alma pura,  
Neste ninho da Pátria onde estudamos,  
Cantemos duplamente satisfeitos,  
Vivendo nossa Pátria em miniatura.<sup>78</sup>

A interferência dos militares na educação, nos dois primeiros anos após o golpe, foi quase exclusivamente de ordem repressiva. Demitiram, cassaram e prenderam professores e estudantes, ocuparam universidades e escolas, nomearam reitores. Quando o movimento estudantil ressurgiu, as Forças Armadas começaram a tomar outras iniciativas, além das de ordem repressiva, com vistas a superar o que se havia tornado o “problema político número um” do governo: os estudantes e a universidade. Para tal, os militares se enquistaram na organização escolar. No próprio Ministério de Educação e Cultura, estiveram à frente de diversos setores, ocupando,

<sup>77</sup> *Boletim UEG*, n. 50, p. 43.

<sup>78</sup> Letra do Hino do Coral Universitário da UEG, de autoria do reitor João Lyra Filho e música de Armando Prazeres. In *Catálogo geral de 1971*, p. 108.

inclusive, por três vezes, o cargo de ministro da Educação e Cultura<sup>79</sup> durante os cinco “governos revolucionários”. Organizaram e dirigiram comissões com o objetivo de avaliar e sanar os problemas da universidade brasileira, cabendo destaque à comissão dirigida pelo general Meira Mattos,<sup>80</sup> que traçou um diagnóstico e apresentou propostas visando à contenção das reivindicações estudantis. E penetraram nas próprias instituições de ensino superior.

Na Universidade do Estado da Guanabara, os militares não tiveram maiores dificuldades em estabelecer boas relações. A afinidade dos dirigentes da UEG com o regime militar, instalado por meio do Golpe de 64, remontava a período anterior. Na opinião de alguns entrevistados, a estrutura administrativa da universidade, em 1964, já estava toda preparada e planejada para caminhar lado a lado com os militares no poder. Conforme o depoimento do professor Hélio Marques,

a UERJ sempre se pautou por sua posição reacionária. A maioria do corpo docente era conservadora, e o Conselho Universitário compactuou com a ditadura todo o tempo [...] Não foi uma Universidade de vanguarda, que se notabilizasse pela defesa da legalidade democrática [...] pelo contrário, parece que ela ficou submetida a essa pressão e, lamentavelmente, ficou fora da história. Se ficou na história, foi numa história negativa.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> Ocuparam o cargo de ministro da Educação e Cultura os seguintes militares: coronel Jarbas Passarinho, coronel Ney Braga e general Rubem Ludwig.

<sup>80</sup> O Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, instituiu essa comissão sob a presidência do coronel Carlos de Meira Mattos, sendo os resultados e as propostas publicados em agosto de 1968.

<sup>81</sup> Depoimento concedido pelo professor Hélio Marques. Sobre sua inserção na universidade, ver “Fontes Orais”, no final deste livro.

Em diversas passagens anteriores deste trabalho, também mostramos que as autoridades da UEG, por ideologia ou omissão, colaboraram desde o início com o governo militar. É bem verdade que procuraram internamente desenvolver métodos mais disciplinares à truculência que a polícia vinha adotando nas ruas, mas os objetivos não diferiam. Esforçaram-se por manter uma atitude dócil em relação ao regime e não somaram esforços aos empreendimentos da contestação estudantil. Ao contrário, criticavam seus excessos e tentavam anulá-lo, mantendo, conforme expressão de Fátima Malheiro, “uma política de boa vizinhança e relações amistosas com a ditadura” (Malheiro, 1991, p. 56).

A harmonia UEG/governo federal era selada, explicitamente, nas várias trocas de elogios, assumindo os dirigentes universitários que o governo federal estava “realmente resolvido a uma solução prática e objetiva aos mais proeminentes problemas nacionais”.<sup>82</sup> A universidade também cedeu seus intelectuais para a consecução dos objetivos educacionais almejados pela ditadura. Assim, o professor Raul Jobim Bittencourt foi designado para participar da elaboração do Plano Nacional de Educação, em 1967,<sup>83</sup> e o reitor João Lyra Filho foi uma das personalidades escolhidas para fazer parte do grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto da Lei nº 5.540/1968 (Lei da Reforma Universitária).

Em praticamente todos os boletins da UEG, havia notícias que confirmavam a consonância de propósitos, e estes eram, regularmente, remetidos a ministros militares, comandantes da Escola Superior de Guerra e do 1º Exército, presidência da República, entre outras personalidades e órgãos. Nesse instrumento de divulgação, autoridades do governo federal e militares

---

<sup>82</sup> *Boletim UEG*, n. 15, p. 1.

<sup>83</sup> Portaria nº 104/1967.

tinham amplos espaços para publicar seus discursos e opiniões. Ao mesmo tempo, os dirigentes universitários apoiavam, em seus artigos, as iniciativas governamentais, mesmo quando isso significava quebra da autonomia universitária. João Lyra Filho,<sup>84</sup> por exemplo, apoiou Jarbas Passarinho na decisão de organizar as diligências policiais no interior das universidades, como imperativo da segurança nacional, no caso de não haver outro recurso acautelador. E, em 1965, o conselho universitário aprovou moção em que “ [...] se regozija com a indicação do eminente professor Raul Jobim Bittencourt para exercer o cargo de reitor *pro tempore* na intervenção decretada na Universidade Federal do Rio de Janeiro”.<sup>85</sup>

Títulos e *l*áureas universitárias foram concedidos e recebidos, cabendo destaque aos seguintes: em 1971, os professores Wilson Choeri e Omir Fontoura receberam a Medalha do Pacificador, do ministro Orlando Geisel, pelas contribuições dadas à integração nacional, na defesa do regime legalmente constituído, e por sua participação ativa no Projeto Rondon. Em 1972, a UEG deu o título de professor emérito a Júlio de Carvalho Barata, ministro do Trabalho e da Previdência Social, e o título de doutor “*honoris causa*” a João Paulo do Reis Velloso, ministro do Planejamento e ex-aluno da Faculdade de Ciências Econômicas. Nesse mesmo ano, o professor Wilson Choeri foi condecorado com a Ordem de Mérito Educativo pelo presidente Médici. Em 1974, o professor Arnaldo Niskier, diretor do Centro de Educação e Humanidades, foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico e com a Ordem Nacional do Mérito Educativo, pelo reconhecimento aos serviços prestados à “Revolução de 1964”, sendo ainda ou-

---

<sup>84</sup> *Boletim UEG*, n. 44, p. 47.

<sup>85</sup> Ata do Conselho Universitário de 12/02/1965.

torgado o título de doutor “*honoris causa*” ao general Emílio Garrastazu Médici.<sup>86</sup>

Ligações mais orgânicas também foram estabelecidas entre a UEG e as instituições militares, como o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aeronáutica e, principalmente, a Escola Superior de Guerra (ESG). Essas ligações implicaram trocas frequentes de correspondência, abertura de vagas na UEG para militares, com dispensa de vestibular,<sup>87</sup> participação de representantes da UEG em cursos militares, conferências e palestras proferidas, visitas recíprocas de grupos de estagiários e cursos e aulas práticas dados em conjunto.

Diversos autores têm discutido os vínculos mantidos entre os governos militares e os assessores norte-americanos e a afinidade do regime com as propostas educacionais que os Estados Unidos tinham para a América Latina e, especificamente, para o Brasil.<sup>88</sup> A influência do paradigma universitário norte-americano no Brasil começou bem antes do golpe militar de 1964. O próprio sucesso dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial foi interpretado, pelas elites intelectuais, políticas e militares brasileiras, como decorrência de seu potencial científico e tecnológico, e tomar o modelo norte-americano para o Brasil foi uma perspectiva que ganhou impulso particular no país. Com o desenvolvimento e a abertura ao capital externo, nos anos JK, as relações da ajuda norte-americana com o Brasil foram incrementadas, e os Estados Unidos abriram suas aca-

<sup>86</sup> Resolução nº 419/1974.

<sup>87</sup> Esse tipo de expediente era bastante utilizado no curso de cartografia, no qual, somente no ano de 1968, entraram 23 oficiais militares sem prestação de exame vestibular, a pedido do coronel Luiz Dantas de Mendonça. In *Boletim UEG*, n. 23, p. 33.

<sup>88</sup> Para maior detalhamento dos acordos MEC/USAID, ver: Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1992); Luiz Antônio Cunha (1988, cap. 4); José Nilo Tavares (1980) e Maria da Lourdes Fávero (1991).



demias e centros de pesquisa aos brasileiros, como também estimularam esse fluxo por meio de suporte técnico, financeiro, acordos e convênios, firmados desde o início dos anos 1950. No entanto, a relação educacional entre Brasil e Estados Unidos ganhou organicidade ímpar com o Golpe Militar de 1964, quando os acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development) tiveram grande impulso.

Em relação ao ensino superior, Maria de Lourdes Fávero chama a atenção para as principais questões e recomendações presentes nesses acordos:

[...] a) a educação é vista como fator estratégico, numa política de desenvolvimento, e deve ser entendida como eficiente instrumento para conter os conflitos sociais e eliminar os obstáculos que se antepunham ao desenvolvimento econômico; b) os convênios assinados entre o MEC e a USAID visavam ao máximo de eficiência na formação de profissionais ou de recursos humanos para a consolidação do capitalismo dependente, bem como a fixação de tipos de estrutura acadêmica e organização administrativa, objetivando maior eficiência e produtividade nas instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que procura compatibilizar expansão e contenção de despesas (Fávero, 1992, pp. 7-8).

Com essas propostas e concepções mais gerais, foram contratados técnicos norte-americanos para ajudar na organização de algumas universidades, sendo formadas equipes mistas para planejar o ensino superior do país, além de terem chegado levadas de consultores para assessorar a administração das universidades brasileiras.

Sobre as relações entre os assessores norte-americanos e as universidades brasileiras, compartilho da tese defendida por Luiz Antônio Cunha, assim resumida pelo próprio autor:

[...] a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas ideias (Cunha, 1988, p. 22).

Na UEG, foi exatamente assim que se desenvolveram as relações com os assessores norte-americanos. A ajuda estrangeira foi bem-vinda e procurada, marcando, mais uma vez, a afinidade de propósitos da universidade com o regime militar.

Em 1962, foi encaminhada ao conselho universitário a sugestão de contratação dos serviços do técnico em universidade Rudolf Atcon, para a elaboração do plano decenal de desenvolvimento e expansão da UEG.<sup>89</sup> Rudolf Atcon vinha cooperando, desde o início da década de 1950, em reformas de universidades latino-americanas, baseando-se em princípios como o da neutralidade política da educação; o da autonomia universitária, para a qual pregava a transformação das autarquias em fundações privadas; o da privatização do sistema de ensino superior, nos moldes do modelo empresarial, sugerindo a reforma administrativa da universidade mediante a centralização das decisões e sua rígida separação da execução acadêmica.<sup>90</sup> Nessa ocasião, o conselho universitário da UEG manteve-se indeciso. Apesar de considerar a afinidade de propósitos do consultor em relação ao que se vinha pla-

<sup>89</sup> Processo nº 599/1962, In Relatório da Reitoria de 1962 a 1967, pp. 12-4.

<sup>90</sup> Para uma análise mais completa da atuação do consultor Rudolf Atcon, ver Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1991, caps. 2 e 4).

nejando para a universidade, recomendou “a contratação em época mais distante, quando a comissão de planejamento da UEG [houvesse] colhido algum resultado dos estudos em que se empenha[va]”.<sup>91</sup>

Ainda em 1962, e nos anos seguintes, presidentes de diretórios foram convidados a passar seu mês de férias em universidades americanas, com vistas à discussão de problemas referentes à liderança estudantil,<sup>92</sup> estabelecendo-se, inclusive, um convênio entre a UEG e a Universidade Stanford, em 1968, para o cumprimento desse intercâmbio.

Da comissão permanente, encarregada de traçar um plano de reestruturação da universidade, que funcionou de 1963 a 1965, participou Frank Tiller, diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Universidade de Houston, como convidado. Por fim, em 1964, foi “a universidade honrada com um convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, transmitido em carta pelo embaixador Lincoln Gordon, para que o reitor visitasse aquele país”,<sup>93</sup> o que se efetivou no ano seguinte, com o comparecimento do reitor Haroldo Lisboa da Cunha à Universidade de Houston, para um seminário sobre administração universitária.

O comparecimento do reitor Haroldo Lisboa da Cunha aos Estados Unidos ocorreu como parte do “Acordo de 1965”, a partir do qual houve uma mudança na sistemática da ajuda norte-americana ao Brasil. Conforme Maria de Lourdes Fávero:

[...] já não se trata[va] de somente conhecer a estrutura do ensino superior brasileiro [...] mas de promover reformas estruturais e legais que viessem colocar a universidade nos trilhos do desenvolvimento dependente (Fávero, 1992, p. 29).

<sup>91</sup> Relatório da Reitoria de 1960 a 1967, p. 13.

<sup>92</sup> Relatório da Reitoria de 1960 a 1967, p. 11.

<sup>93</sup> Relatório da Reitoria de 1960 a 1967, p. 17.

No caso da UEG, a ajuda norte-americana, incentivada pelo regime militar, encontrou um campo bastante receptivo, e a ida de outros professores a Houston, para a realização de cursos sobre administração escolar, continuou, pelo menos, até 1972.<sup>94</sup> Como já discutimos, as ideias de modernização da administração universitária, compreendida como racionalização da organização, foram amplamente utilizadas de acordo com os objetivos que os dirigentes universitários tinham então: a construção do *campus*. Do ponto de vista do ensino, a lógica utilitarista, inscrita numa racionalidade meramente instrumental, ganhou adeptos, foi consolidada no Plano Integrado de Desenvolvimento de 1968 e materializada na criação do Centro de Produção da UEG.<sup>95</sup>

Por fim, duas questões merecem destaque quanto aos vínculos orgânicos da universidade com o regime militar: a institucionalização das disciplinas de “educação moral e cívica” e “estudos dos problemas brasileiros” e a organização conjunta do Projeto Rondon e do *campus* avançado de Parintins.

### 3.1 – A educação cívica

Ao lado das medidas repressivas, os governos militares instituíram, em todos os níveis escolares, um ensino que pudesse ser propalador da “ideologia da segurança nacional” e dos efeitos positivos da “Revolução”, como mais uma medida de construção do consenso e legitimação do regime. As disciplinas “educação moral e cívica”, nos primeiros níveis, e “estudos dos

---

<sup>94</sup> A última notícia publicada nos boletins da UEG, referente à ida de professores ou alunos da universidade para participar de seminários e encontros nos Estados Unidos, data de setembro de 1972. In *Boletim UEG*, n. 75, p. 29.

<sup>95</sup> Sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) e o Centro de Produção da UEG (Cepueg), ver capítulo III.

problemas brasileiros”, no nível superior e na pós-graduação, foram, assim, instituídas como obrigatórias.<sup>96</sup>

Conforme texto elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, em 1970, havia premência em levar os educandos a compreenderem que, ao lado dos valores transitórios e fugazes, “há valores eternos, perenes, permanentes, imutáveis, verticais [...]”, a saber: “família, escola, justiça, igrejas, Forças Armadas”.<sup>97</sup> A disciplina “moral e cívica” tinha como finalidades “a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; [...] o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade”.<sup>98</sup> Além disso, a introdução obrigatória do civismo nas escolas tinha como objetivo ideológico o combate à chamada subversão comunista e a divulgação do “regime forte”, necessário para combater os “inimigos” internos, promover o desenvolvimento e construir um “Brasil-progresso”.

Esse conjunto de intenções e práticas fez eco na Universidade do Estado da Guanabara. É surpreendente a ênfase dada pela universidade, em suas publicações, às disciplinas de “estudos de problemas brasileiros” e “moral e cívica”, bem como à temática do civismo. Ênfase superior, inclusive, àquela dada a cursos inteiros criados na instituição.

Tal relevância tinha, naturalmente, um respaldo externo que a universidade divulgava criteriosamente para todas as

<sup>96</sup> Decreto-Lei nº 869/1969.

<sup>97</sup> Relatório da Comissão Nacional de Moral e Civismo, pp. 154-6.

<sup>98</sup> Decreto-Lei nº 869, de 12/9/1969, título II, artigo 2º.

suas unidades, embora possuísse, também internamente, seus intelectuais e idealizadores. Estes entendiam que a verdadeira educação, visando à formação de cidadãos, passava pelo oferecimento à juventude de sentimentos de solidariedade social, de espírito de esforço e sacrifício na subordinação ao dever, à regularidade, à exatidão, à firmeza do porte em todos os atos da vida. Essas concepções se traduziam em práticas enraizadas na vida universitária havia alguns anos. Desde a sua fundação, em 1957, por exemplo, os dirigentes do Colégio de Aplicação orgulhavam-se da administração da disciplina “moral e cívica” a seus educandos. Também foram organizados vários concursos sobre temas cívicos, como: “Ninguém segura o Brasil”; “O exército e sua contribuição no campo da educação” ou “Como devo contribuir para o progresso da minha pátria?”. Em 1971, contudo, acabaram-se as iniciativas isoladas e foi estabelecido um esquema geral para o ensino de moral e cívica em toda a universidade, sendo instituído um corpo especial de mestres, no qual poderiam ser incluídos os alunos da universidade que se declarassem dispostos ao exercício dessa missão.<sup>99</sup>

No ano de 1973, a UEG aprovou, no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, o programa de “estudos dos problemas brasileiros”, em detalhes. A doutrina norteadora do curso era a de “desenvolvimento integral e segurança nacional”, particularmente no que se referia ao combate à “Guerra Revolucionária”.<sup>100</sup> Essa doutrina frutificou tanto que, em 1975, foi criada uma Coordenação de Estudos de Problemas Brasileiros, por ato do conselho universitário, sendo nomeado o general João Bina Machado – ex-comandante da Escola Superior de Guerra – para o exercício do cargo de coordena-

<sup>99</sup> Ato Executivo nº 341, de 8/02/1971.

<sup>100</sup> *Boletim UEG*, n. 87, p. 557.

dor.<sup>101</sup> Por fim, em 1979, foi criado um curso de especialização para professores de “estudos dos problemas brasileiros” e, dois anos depois, uma deliberação dispôs sobre o mestrado nessa mesma área.

### 3.2 – O Projeto Rondon

A UEG teve, por intermédio de alguns de seus professores e por parte de seus dirigentes, papel ativo e até mesmo pioneiro no principal projeto extensionista patrocinado pelo governo federal: o Projeto Rondon.

As primeiras experiências de extensão universitária advindas do governo federal surgiram logo em 1966, com a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Essa experiência, conforme assinala Luiz Antônio Cunha, “inspirou-se nos projetos RITA, de orientação e financiamento norte-americanos, que buscavam colocar recursos universitários a serviço das pequenas empresas manufatureiras [...]. Os benefícios seriam amplos: de um lado, suprir as populações interioranas carentes e desassistidas; de outro, para os estudantes, somar os estudos teóricos à experiência profissional concreta. Permeando tudo isso, a dimensão político-pedagógica” (Cunha, 1988, p. 67), que procurava mostrar aos universitários o interesse do governo pela população pobre, e mais, difundir a ideia de que a pobreza não era consequência da estrutura da sociedade, mas da carência de conhecimento do homem do campo.

---

<sup>101</sup>Por uma “coincidência natural”, recaiu sobre a mesma personalidade o exercício da mesma função na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No entanto, o projeto extensionista mais ousado surgiu em outubro/novembro de 1966, quando da realização do I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, na Universidade do Estado da Guanabara, contando com cerca de duzentas pessoas, entre reitores, professores, militares e um grupo de docentes, em harmonia plena com os instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas. Nessa ocasião, foi apresentado o primeiro esboço do que posteriormente veio a ser o Projeto Rondon, selando-se o compromisso de que “a política nacional deve[ria] ter como base a segurança e o desenvolvimento a ser apoiado pela universidade”.<sup>102</sup>

Outras temáticas foram discutidas durante esse seminário: as possibilidades de intercâmbio entre as faculdades e academias militares, as contribuições possíveis das Forças Armadas na “Educação para a Cidadania” e a proposta de criação de um organismo nacional para a coleta de dados e informes de natureza cultural.

Houve ampla cobertura da imprensa sobre o diagnóstico educacional consolidado no seminário e as novas linhas de ação. Conforme Luiz Antonio Cunha, “as propostas realizadas no âmbito das comissões – onde predominaram os civis – tinham dois tipos de orientação. Uma era a de buscar o apoio dos militares para que as universidades pudessem desempenhar suas funções próprias. [...] Outra orientação era de agradar os militares, chamando-os para dentro das universidades ou para a administração do aparelho escolar” (Cunha, 1988, p. 93).

Das inúmeras sugestões, contudo, só duas foram efetivamente implementadas: a que buscava aprofundar a formação do universitário no sentido da “consciência nacional”, constituindo-se no primeiro delineamento mais concreto dos

---

<sup>102</sup> *Boletim UEG*, n. 7, p. 20.



“estudos dos problemas brasileiros”, e a segunda, concretizada mais adiante, justamente o Projeto Rondon.

Na expressão de um dos professores da UEG, que se transformou em líder ideológico da empreitada, professor Wilson Choeri, a realização do I Seminário e seu desdobramento no Projeto Rondon foram uma resposta ao desafio que havia feito ao antigo comandante da Escola do Estado-Maior do Exército, general Bina Machado. As críticas do professor Choeri, então, referiam-se às novas orientações para o sistema de ensino superior que o Golpe de 64 começara a implementar. Em sua opinião, as metas governamentais omitiam conteúdos de cunho nacionalista, e o nacionalismo poderia ser uma contrarresposta eficaz às propostas ideológicas dos grupos universitários à esquerda. Para o professor Choeri, o governo militar e suas “diretrizes drásticas” arranharam as relações entre a mocidade e as Forças Armadas, e o I Seminário foi uma primeira iniciativa, aprofundada pela proposta do Projeto Rondon, de reverter a situação de “marginalização dos jovens no processo revolucionário desencadeado a partir de 31 de março de 1964” (Choeri, 1972, p. 8).

A ideia da “universidade integrada”, defendida pelo citado professor, era uma estratégia positiva na geopolítica do desenvolvimento: a um só tempo, poderia fornecer recursos humanos ociosos para a solução de inúmeros problemas nacionais e produzir novos comportamentos no tão problemático segmento estudantil. Em poucas palavras, incentivar atitudes de adesão, concordância e até mesmo ajuda ao desenvolvimento nacional, ao contrário da resistência política que à época os estudantes vinham fazendo à ditadura militar.

Dando prosseguimento às ideias debatidas nesse I Seminário, a UEG saiu na frente. Foi organizada a primeira operação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, em julho de 1967. Aproveitando a oportunidade da ida de um

grupo de militares à Rondônia, em viagem de estudos (parte da programação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), a reitoria da UEG solicitou apoio ao Exército para o envio de uma equipe de estudantes que, em conjunto com os militares, trabalharia na mesma região. Assim, trinta estudantes da universidade, liderados pelo próprio professor Wilson Choeri e sob a coordenação do professor Omir Fontoura, então diretor do Departamento de Administração da UEG, partiram para Porto Velho, deixando a “esterilidade” dos debates acadêmicos, em busca de uma atuação que fosse construtiva e eficaz para o país, que permitisse aos jovens uma compreensão mais real da nação e da importância das Forças Armadas para seu crescimento. O grupo lá permaneceu por um mês, realizando pesquisas, levantamentos, atividades de assistência e educação sanitária. Os estudantes eram dos cursos de engenharia, medicina, geociências e comunicação e, ao voltarem do campo, já traziam o lema do projeto – “Integrar para não entregar” – e seu próprio nome – “Rondon”. Conforme análise de Roberto Mauro Gurgel,

empolgaram-se tanto com as ações desenvolvidas que, em seu retorno, resolveram comprometer-se com a difusão da ideia, buscando sua institucionalização. Contavam com o apoio do Ministério do Interior, com o beneplácito dos Ministérios Militares, que haviam dado suporte aos trabalhadores da Operação Zero e procuraram sensibilizar outros níveis governamentais, a universidade e a opinião pública (Gurgel, 1986, p.116).

Diante de tanta vitalidade, o governo resolveu formalizar sua existência<sup>103</sup> mediante a criação, em caráter permanente, de um Grupo de Trabalho com sede no Rio e subordinado

<sup>103</sup>Decreto nº 62.927, de 28/06/1968.

ao Ministério do Interior. Nesse GT, além de representantes de nove ministérios, um representante do Conselho de Reitores e um do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), havia um representante da UEG, em virtude de sua participação ativa no projeto: o professor Wilson Choeri.

O pioneirismo da UEG era reconhecido e exaltado, a cada dia, em palestras, conferências e na imprensa.<sup>104</sup> A positividade da estratégia rondonista e, conseqüentemente, da UEG passou a ser proclamada em todo o país e era motivo de orgulho para os dirigentes da universidade. Conforme palavras do próprio reitor:

O general Geisel e o presidente da República fizeram elogiosas referências ao Projeto Rondon, fato que enche de júbilo a UEG, pioneira na execução do plano que visa integrar para não entregar.<sup>105</sup>

Em um estágio mais maduro do projeto, surgiu a ideia do *campus* avançado. Na concepção do professor Choeri, os *campi* seriam a materialização maior da “universidade integrada”. Funcionariam em áreas estratégicas para a atuação governamental, ao mesmo tempo que cederiam “ao organismo universitário elementos mínimos para o desenvolvimento de suas atividades curriculares, transferidas das salas de aulas, nos *campi* tradicionais, para as comunidades sofridas, amarguradas e aviltadas do interior brasileiro” (Choeri, 1973, p. 73).

<sup>104</sup>Curiosa é a citação do *Boletim UEG*, n. 71, p. 312, de que “a revista *Tio Patinhas*, que apresenta histórias de cunho moral e cívico para crianças, acaba de descobrir a UEG”. No *Boletim UEG*, n. 79, p. 497, a reportagem intitulada “A Caravana da Solidariedade Nacional” apresentava o Projeto Rondon às crianças.

<sup>105</sup>Ata do Conselho Universitário de 12/01/1968.

Com essa implementação, seriam lançados os alicerces de uma verdadeira reforma universitária.

Também nesse campo, a UEG assumiu a dianteira e o “*campus* avançado de Parintins” começou a ser implementado desde meados de 1969,<sup>106</sup> por meio de um convênio entre a Universidade do Estado da Guanabara, o Ministério do Interior e a Prefeitura de Parintins. O projeto visava “integrar os universitários e a própria atividade universitária na problemática brasileira e promover o aperfeiçoamento do ensino [...] através do contato dos diplomandos com a realidade brasileira”,<sup>107</sup> comportando atividades diversificadas, como núcleos de treinamento e estágio universitário, que abrangiam inúmeras áreas acadêmicas da universidade.

O desenvolvimento nacional do Projeto Rondon e a implementação dos *campi* avançados foram, sem dúvida, um dos pilares centrais do bom relacionamento mantido pelas autoridades da UEG com o governo militar. Foram práticas gestadas, inicialmente, no interior da universidade e que ganharam ampla adesão do governo, por comportarem, potencialmente, um antídoto às ideologias que povoavam as cabeças dos universitários na década de 1960. A tão discutida realidade brasileira, que ocupou grandes espaços nos seminários e congressos da União Nacional dos Estudantes, seria dada a conhecer, *in locus*, pela própria ação governamental, contribuindo para a formação saudável do universitário, que, disciplinadamente, em conjunto com os militares, poderia trazer benefícios aos destinatários dos serviços prestados.

---

<sup>106</sup>O Ato Executivo nº 229 instituiu, oficialmente, o *campus* avançado de Parintins em 8/12/1969, porém o primeiro grupo de alunos da medicina, sob a chefia do dr. Juarez Moraes de Avelar, embarcou para a Amazônia em setembro de 1969. In: UEG, *Catálogo geral de 1971*, p. 49.

<sup>107</sup>Mandamentos universitários, n. 1.

A própria Lei Básica da Reforma Universitária, de novembro de 1968, afirmava a ideia de preservar a relação universidade/sociedade por meio das atividades de extensão. Nessa legislação, a extensão aparece como uma das modalidades de cursos possíveis nas instituições de ensino superior. No entanto, na UEG, esse aspecto da lei ganhou novo vigor. É duvidoso que as intenções de controle ideológico sobre os estudantes tenha alcançado maiores dimensões, assim como é questionável a eficácia da assistência prestada em Parintins.<sup>108</sup> No entanto, a estrutura do Projeto Rondon cresceu, tornou-se mais complexa na década de 1970 e, concomitantemente, os vínculos da universidade com os militares no poder também se fortaleceram sob o tripé de segurança, integração e desenvolvimento. As atividades de extensão tomaram, portanto, na UEG, precocemente, por intermédio das práticas de seus dirigentes, uma dimensão de verdadeira função básica da universidade.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup>O livro da autora Nádia Dumara Ruiz Silveira (1987) é contundente quanto a essa linha de análise.

<sup>109</sup>A extensão na Lei nº 5.540 aparece nos artigos 17, 20 e 25. Nos três, é apresentada como uma das modalidades de cursos ministrados pelos estabelecimentos de ensino superior. Somente na Constituição de 1988, em seu artigo 207, afirma-se, explicitamente, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, transformando-se a extensão, por ato legal, numa das três funções básicas da universidade brasileira.

# Conclusões

O roteiro que norteou este trabalho, indicado em suas primeiras páginas, foi a construção da história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro da data de sua fundação, em 1950, até finais dos anos 1970. Nessa tentativa de dar historicidade à instituição, de construir sua memória, percorri o traçado das escolas que lhe deram origem, procurando detectar os motivos que levaram à sua fundação (capítulo 1), analisei o sentido de seu desenvolvimento de “conglomerado de escolas isoladas” para uma instituição burocraticamente centralizada (capítulo 2); discuti os projetos que se tornaram hegemônicos a partir da década de 1960 (capítulo 3), as resistências advindas do movimento estudantil à implantação desses projetos e a política construída pelas autoridades universitárias no sentido de eliminar as divergências (capítulo 4).

Nesse percurso, ficaram alguns registros mais pregnantes sobre a universidade, traços mais fortes que lhe conferiram certa identidade: os resultados desta investigação.

Uma confluência de fatores motivou sua fundação, em 1950. A conjuntura era favorável à estatização de instituições privadas de ensino superior: havia facilidades legais para tal empreendimento e vivia-se um clima nacional de expansão educacional. Motivações de ordens diversas se somaram, possibilitando, então, o “restabelecimento” da Universidade do

Distrito Federal: os estudantes anteviam na fundação a possibilidade de barateamento das mensalidades; os professores tinham interesse em alçar novas titulações, a de professores catedráticos universitários, e os donos das quatro faculdades-fundadoras alimentavam a esperança de captar recursos públicos para suas escolas.

No entanto, nesse nascedouro, para o qual tantos interesses convergiram, havia uma lacuna que, desde esse momento, marcaria a personalidade da nova instituição: a insuficiência de preocupações propriamente educacionais e acadêmicas. A universidade nasceu a partir de unidades isoladas, autônomas do ponto de vista patrimonial, administrativo e financeiro, voltadas exclusivamente a um ensino de qualidade duvidosa, salvo exceções. A segunda UDF, ao contrário de sua homônima, não foi forjada por um projeto de modernização governamental, pela necessidade de provocar um corte no arcaísmo e tradicionalismo universitários, nem pela aspiração acadêmica de intelectuais, motivados pela imposição de produzir conhecimentos originais. Os grandes temas de crítica à universidade brasileira, já presentes no ideário nacional, não estavam contemplados nessa nova escola de ensino superior, e sua fundação foi marcada por práticas que visavam à mera continuidade da situação anterior das escolas-fundadoras, sem cortes ou rupturas.

O agrupamento pragmático de interesses, visando a um fim útil e imediato para as partes envolvidas, não só presidiu o ato de fundação, como também reapareceu nas formas institucionalizadas que foram construídas para a universidade, em outras conjunturas. Os interesses particulares de professores em acumular empregos públicos foram determinantes para a mudança do regime jurídico da universidade, enquanto fundação, em 1961. A construção do complexo arquitetônico estava diretamente relacionada à eliminação dos feudos ainda existentes

nas escolas e à afirmação do grupo que detinha o poder institucional. A tentativa de implantação do ensino “utilitário”, de uma política de esportes e de civismo, a partir do ano de 1968, foi uma resposta às resistências do movimento estudantil. Nessas ocasiões e em outras passagens citadas no corpo deste livro, não houve uma reflexão, por parte dos dirigentes, quanto às implicações dessas mudanças introduzidas na universidade para seu funcionamento propriamente acadêmico.

Outra marca frequentemente perceptível na universidade, nas três décadas que percorremos, foi a recorrência de práticas que traduziam concepções anti-intelectualistas e antiteoristas, ademais afeitas ao “espírito” utilitário hegemônico. Nesse período estudado, nenhum planejamento institucional para a produção de novos conhecimentos e tecnologias renovadoras foi desenvolvido. As escolas-fundadoras já trouxeram essa tradição, e a oportunidade que a universidade teve, em início dos anos 1960, de reverter essa situação, já que passou a haver entrada regular de verbas por dispositivo da Constituição Estadual, não foi aproveitada para o implemento de atividades científicas, mas para a construção do *campus*. Em 1968, por ocasião da elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento da UEG (PID), somente o ensino foi contemplado, diretamente vinculado ao mercado de trabalho, o que acabou por aprofundar essa tendência anti-intelectualista. O ensino proposto no PID não se abalizava por preocupações acadêmicas, mas visava desestruturar a universidade como espaço de contestação e ciência potencialmente transformadora, tornando-a um celeiro de formação de mão de obra dócil e de atividades instrumentalizadas para o desenvolvimento do *status quo*.

A universidade, por certo, não desenvolveu meios para treinar mão de obra apta a uma entrada imediata e produtiva no mercado, ademais uma meta que nenhuma universidade ou escola consegue realizar inteiramente, pelo menos



com as mesmas eficiência e rapidez efetuadas pelas empresas. No entanto, quanto a alguns preceitos necessários à futura adaptação dos estudantes – como o treinamento genérico e prévio dos alunos, no sentido de se tornarem domesticados às leis do mercado –, houve requintado investimento por parte dos dirigentes universitários, inclusive com a edificação de formas institucionalizadas para o alcance dessa domesticação.

O grande projeto de crescimento da universidade foi a edificação do *campus*. Este constituía-se num conjunto arquitetônico racionalizado e monumental que, a um só tempo, deveria alocar mais confortavelmente o pessoal universitário, permitir um exercício administrativo mais centralizado e racional, consolidar o grupo que então exercia o poder universitário e, mediante tais condições, alcançar para a universidade posição de primeira linha no país. Sob a liderança dos dirigentes, dos arquitetos responsáveis pela obra e com o apoio de grande parte dos docentes, a construção do *campus* ocupou lugar de destaque no cenário institucional. Viabilizar o término das obras era o grande objetivo imediato a ser alcançado ao longo desses anos, e os poucos projetos acadêmicos em desenvolvimento, a qualificação profissional e a melhoria do ensino ficaram para o futuro.

A universidade passou imune, portanto, às críticas que já se faziam presentes no campo educacional, desde os anos 1950, quanto ao arcaísmo universitário, às propostas modernizadoras e ao próprio texto da Lei da Reforma Universitária, que indicava a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. A forma de recrutamento dos quadros, o subjugamento dos novos professores aos antigos catedráticos e depois à administração central, a ausência de carreira e condições de trabalho estimuladoras do crescimento intelectual, a absorção da maior parte dos recursos captados para a construção do *campus*, entre outros fatores, só reforçaram a característica reprodutora

da universidade, em detrimento da produção original de conhecimento e transmissão da cultura.

A dinâmica institucional que presidiu a consecução de seus projetos prioritários estava marcada por uma extrema centralização, implementada a partir dos anos 1960, ao mesmo tempo que o espaço das unidades se esvaziava em poder decisório e possibilidades de tomar iniciativas. A aprovação da Lei nº 5.540/1968, a Lei da Reforma Universitária, e demais legislações que lhe seguiram e antecederam favoreceram e, em alguns casos, até mesmo impuseram uma dinâmica centralizada às instituições universitárias. No caso da UEG, esse movimento não foi imposto, de fora, pelos militares e por seus tecnocratas. Muito antes de 1968, já era essa a opção dos dirigentes universitários, e a legislação nacional só veio a consolidar, justificar e fortalecer as convicções administrativas havia muito defendidas. Nesse sentido, a UEG antecipou-se à dinâmica de silenciamento imposta às universidades no pós-64 e, particularmente, no pós-68, marginalizando, bem antes, a comunidade acadêmica da discussão dos destinos de sua própria instituição.

Cabe destacar, no entanto, que essa centralização em torno da Reitoria e sua máquina administrativa não interligou a estrutura atomizada das Faculdades e dos Institutos. Nem mesmo a construção do *campus*, que agrupou geograficamente as diversas unidades, promoveu a quebra dessa estrutura fragmentada das escolas, do ponto de vista acadêmico. O “conglomerado” de escolas permaneceu, só que agora assentado numa radical separação entre quem decide e quem executa. A unificação proclamada e realizada deu-se por critérios extrínsecos às funções básicas da universidade – ensino, pesquisa e extensão – norteadas pela administração burocrática. A permanência da fragmentação universitária – agora aprofundada pela clara delimitação entre quem manda e quem obedece – não foi um

erro, um desvio casual e inesperado. Ao contrário, obedeceu a um princípio mais básico e caro aos dirigentes de então: separar para melhor controlar.

No entanto, a existência desse “comando único” não pode apagar a percepção de que o exercício de poder na universidade não se localizava exclusivamente no centro, organizando-se também por meio da intervenção sobre o corpo (e alma) de cada indivíduo e do uso das práticas preventivas e disciplinares, em especial sobre os estudantes. Para estes, foram criados programas cívicos, esportivos e um Departamento de Alunos, visando ao controle de suas atividades reivindicatórias. Procuraram-se o exercício de práticas e a criação de canais institucionalizados para o funcionamento universitário, que, além da lógica meramente repressiva e negativa, incitava ao sucesso, à adesão, ao bem-estar e ao prazer, daí a sua suposta aceitação. Tivemos, portanto, ao lado de toda uma legislação emanada da ditadura e das regras internas da universidade, um conjunto minucioso de coerções disciplinares que garantiram “a coesão desse corpo social” e a implantação de uma política educacional hegemônica na universidade.

A universidade, a despeito dessas marcas e regularidades apontadas, não se apresentava como uma estrutura monolítica, ao longo das três décadas estudadas. Ao contrário, para cada um desses aspectos destacados, sempre havia projetos que se contrapunham, subgrupos que disputavam, com a tendência hegemônica, outras concepções de universidade, de organização da vida acadêmica e de exercício de poder.

Do ponto de vista acadêmico, os setores da área biomédica sempre se opuseram à política de investimento patrimonial e à opção pelo ensino. Não só fizeram frente a essas tendências, como também conseguiram, apesar das extremas dificuldades, construir espaços, com práticas diferenciadas,

em que a pesquisa e a qualidade acadêmica eram as preocupações centrais.

O principal protagonista, contudo, nesse campo das práticas contra-hegemônicas, foi o movimento estudantil. A despeito de suas divergências internas, o movimento estudantil organizado insistiu, com paixão, coragem e ousadia, em pautar práticas distintas daquelas que predominavam na instituição. A proposta de “universidade crítica” postulava modelos participativos e descentralizados de exercício de poder, combatia a concepção de “universidade reprodutora” e a perspectiva educacional tecnicista, reivindicando um ensino que atendesse às “principais necessidades da população”.

Por fim, cabe destacar que os resultados obtidos neste trabalho, o alcance do que a universidade teve de particular e próprio, foram possíveis pelo cruzamento permanente entre as práticas e representações que permearam a universidade com as relações de poder que as cimentavam. Ao mesmo tempo, a atenção ao fato de que uma única instituição é sempre impotente para gerar sua própria interpretação foi fundamental para detectar a interseção da dinâmica da universidade com as concepções e práticas que marcaram o ensino superior no país.

Nesse aspecto, a análise das alianças firmadas com os governos estadual e federal foi elucidativa. Nesses vínculos estabelecidos, apareciam claramente o colaboracionismo, a adesão dos dirigentes aos projetos mais gerais, dispostos a alcançarem ganhos imediatos para a consecução de seus objetivos, mas, ao mesmo tempo, esse movimento era marcado por um modo próprio e singular de esse grupo se organizar, construir sua proposta e criar formas institucionalizadas para atingir suas metas.

Passadas três décadas da “gênese utilitária”, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro ordenava-se, no final da década de 1970, com uma dinâmica centralizada do poder e

sob os desígnios das alianças assumidas com o Estado autoritário. A “universidade integrada”, pelas mãos de seus dirigentes, assumiu os compromissos de se organizar como uma instituição de ensino, caracterizada pela baixa densidade acadêmica, de investir no ajuste dos alunos às injunções do mercado e de garantir a manutenção da ordem.

# Posfácio I

Rio de Janeiro, dezembro de 1995

Nas oportunidades em que tive de debater o conteúdo deste livro, anteriormente à sua publicação, vários interlocutores, de forma pontual ou global, questionaram-me quanto à situação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atualmente. Alguns procuravam justificativas para situações concretas atuais, nas passagens das quase três décadas percorridas neste livro. Outros insinuavam que a gênese pragmática da instituição, aliada a seu estilo centralizado de desenvolvimento, marcou indelevelmente suas características atuais. Por fim, surgiram sugestões concretas de que seria importante registrar e trazer à análise a UERJ de 1995.

Uma instituição pode ser estudada por vários prismas, e a complexidade de uma universidade só aumenta essas possibilidades. Se, por um lado, a UERJ de hoje esteve presente em todo o livro, na medida em que a autora permanece na instituição como professora e ativa participante dos anseios de mudança que ela ainda comporta, por outro o objetivo central da pesquisa foi histórico e, no entendimento que fazemos dessa empreitada, não caberia uma análise de seu passado a partir das práticas e representações atualmente cultuadas. Uma das grandes surpresas que este trabalho de investigação me trouxe foi exatamente

compreender como conceitos hoje bastante enraizados em nossa cultura institucional – autonomia, democracia, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por exemplo – comportaram, no passado, a despeito do mesmo rótulo, conteúdos bastante distintos, fundamentando, portanto, práticas e pautas de comportamento diversas das atuais.

No entanto, cabe um registro: a UERJ mudou. Se ainda está distante a realidade de uma instituição solidamente constituída em princípios acadêmicos, que prime por valorizar seu aspecto público, não encontramos mais aquela escola voltada exclusivamente ao ensino, desprovida de discussões sobre nossa realidade e com uma estrutura de poder absolutamente centralizada.

Em compasso com a reorganização da sociedade civil, a partir de finais dos anos 1970, o movimento organizado de professores, alunos e funcionários dessa universidade constituiu-se num dispositivo fundamental para as transformações ocorridas na instituição. Não foi o único polo irradiador das mudanças, mas foi o espaço inicial para a reaglutinação de grupos que, até então, se mantinham críticos mas isolados nas unidades. Possibilitou, desse modo, o resgate de ideias abafadas no passado, a construção de outras e a institucionalização de novas práticas, desencadeando certa permeabilidade da universidade às demandas sociais.

Explicitar o conjunto dessas mudanças significaria, por certo, redigir um novo livro. No entanto, alguns aspectos merecem ser assinalados. Os docentes da UERJ têm hoje uma carreira baseada em critérios acadêmicos, em que, pelo menos formalmente, está postulada a produção de conhecimentos. São remunerados de forma mais digna e dispõem de mecanismos claros de qualificação. Algumas unidades já incorporaram a pesquisa em seu cotidiano, e algumas práticas de extensão buscam um vínculo mais estreito da universidade com o estado que a abriga e com o público que, em última instân-

cia, a mantém. Eleições vêm sendo realizadas há quase uma década, ocasiões em que a estrutura de poder vai recebendo novas roupagens. Com certeza, elas não esgotam a questão da democracia universitária, mas pelo menos têm colocado periodicamente em risco os ocupantes das posições de poder. Tentativas de avaliação interna e externa também vêm sendo construídas e, por dispositivos constitucionais, a UERJ é declarada uma universidade autônoma.

Feito esse breve registro, chamo a atenção para dois aspectos que merecem ser contemplados em nossas análises atuais. Primeiro, é preciso, certamente, buscar explicações na história e no desenvolvimento da universidade, para o que este livro pretende contribuir, mas sem tomar esses acontecimentos passados como heranças intransponíveis, marcas “genéticas” deixadas na instituição. Nesse sentido, eu reafirmo: a UERJ mudou, a despeito de sua gênese, e é quase irreconhecível se comparada à UDF, à URJ e à UEG das três primeiras décadas. Mais importante, no entanto, a ser considerado nas análises atuais é não tomar o presente como a última e definitiva verdade. O fato de novas práticas permearem o cotidiano da universidade, em relação ao seu passado, não nos autoriza a afirmar que agora, sim, ela está muito bem ou que doravante nada a deterá em sua marcha de crescimento. Não há garantias dadas de antemão para seu desenvolvimento acadêmico e para o necessário diálogo com a sociedade. Nossas práticas e representações são construídas, e nada nos deve impedir de sonhar e lutar apaixonadamente por novas construções.





## Posfácio 2<sup>1</sup>

Rio de Janeiro, dezembro de 2015

Vinte anos nos separam da primeira publicação deste livro e da escrita do primeiro posfácio. Naquela época, como hoje, aderimos à afirmação de Florestan Fernandes, de que, acima de tudo, a universidade deve ser compreendida “como uma realidade humana, inextricavelmente uma realidade cultural, histórica e política” (1984, p. 8). Portanto, as transformações da sociedade brasileira e suas exigências sociais impuseram novas agendas acadêmicas, profissionais e políticas na configuração institucional das universidades e também da UERJ.

Preliminarmente, temos de admitir que a UERJ mudou muito nestes vinte anos, mas também se podem perceber continuidades. Hoje, não encontramos mais aquela escola voltada exclusivamente ao ensino, desprovida de discussões sobre nossa realidade e com uma estrutura de poder absolutamente centralizada. Correndo o risco de simplificar complexas questões, alguns aspectos merecem ser assinalados.

---

<sup>1</sup> Boa parte dos dados e análises deste Posfácio foi retirada de um capítulo de livro intitulado *UERJ: do pragmatismo às lutas pelo financiamento e autonomia*, escrito por mim e pela professora Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão. O capítulo ainda se encontra no prelo e será publicado pela editora Mercado das Letras, em 2016.

Os 2.270 docentes<sup>2</sup> e os 6.521 técnicos efetivos da UERJ, distribuídos em 32 unidades acadêmicas, institutos e núcleos especializados, na administração central e no Hospital Universitário Pedro Ernesto, têm carreiras baseadas em critérios explícitos. No caso dos docentes, desde 1991 esses critérios são acadêmicos, e a obrigatoriedade de desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimentos encontra-se claramente postulada. Com todos os problemas que essas carreiras possam apresentar, há grande avanço em relação à regra dos primeiros tempos da instituição: a prática fisiológica de indicação de funcionários e docentes. Sem dúvida, a Carta Constitucional de 1988 foi um marco essencial para as realizações de concursos públicos, e a reorganização sindical garantiu a luta por melhores condições profissionais.

Também se deve considerar positiva, é claro, a institucionalização da pesquisa como uma função docente. Na realidade, esse foi o aspecto que melhor traduziu o clima de mudança suscitado nos anos de 1990: a introdução mais agressiva, na UERJ, da pesquisa, da produção de conhecimento e, conseqüentemente, a implementação de programas de pós-graduação. Um movimento novo para a instituição, pelo menos naquele momento, a contestar o regime de trabalho horista, a hierarquia baseada na tradição e na “antiguidade”, bem como a ausência de produção de conhecimento.

Nesse clima, diversas unidades incorporaram a pesquisa a seu cotidiano, de modo que, hoje, a universidade apresenta uma produção acadêmica significativa e um conjunto respeitável e bem-conceituado de programas de pós-graduação. Em 2014, a universidade congregava 92 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (entre mestrados, doutorados e mestrados profissionais) e

---

<sup>2</sup> A UERJ tinha em 2014, data do último DATAUERJ, 2.848 docentes, assim distribuídos: 2.270 efetivos, 129 visitantes e 449 substitutos.

450 grupos de pesquisa cadastrados, constituindo-se num importante centro de produção de conhecimento do país.

Todavia, a consolidação do projeto neoliberal, no Brasil, a partir das décadas de 1980 e 1990, e sua doutrina de “enxugamento” do Estado no que tange aos gastos sociais, incluindo o financiamento à ciência e à produção do conhecimento, agravaram essa situação, dentre outros motivos, pela diminuição das verbas e pelo rebaixamento dos salários dos professores universitários. Nesse aspecto, hoje a UERJ apresenta um quadro dramático, que ameaça, inclusive, inclusive, a permanência de importantes pesquisadores na universidade ou a entrada, mediante concurso, de novos docentes, que têm preferido atuar em outras instituições do país ou do mundo.

Mesmo o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência),<sup>3</sup> que fixa uma parte do quadro de docentes pesquisadores na instituição, revela-se limitado quanto a esse objetivo, pois não impulsiona o enorme potencial de pesquisa existente, como o faria uma política contínua de recomposição do salário docente. Por sua vez, o financiamento reduzido tem sido um dos fatores por meio dos quais se processa o controle das atividades de pesquisa por organismos centrais do Estado (por meio de editais) e pelas empresas. Assim, o risco de se romper, na prática, com o presuposto constitucional da autonomia de produção do conhecimento e da própria universidade é bastante concreto.

---

<sup>3</sup> O Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência) oferece bolsas, atualmente, no valor de R\$ 4.000,00. A concessão dessa bolsa é condicionada diretamente à produtividade do professor. Trata-se, na prática, de um “concurso interno”, realizado a cada três anos, findos os quais ocorre uma minuciosa avaliação do desempenho acadêmico do docente naquele período. Em 2015, somente 453 professores foram admitidos no programa e, uma vez incluídos, devem manter um ritmo frenético de trabalho, sob pena de perderem a bolsa.

Essas questões afetam, particularmente, os programas de pós-graduação. Nos últimos oito anos (DATAUERJ, 2008; DATAUERJ, 2015), houve um crescimento de 47% no número de matrículas nesses cursos, mas, com os orçamentos cortados, as dificuldades ou os impedimentos – para que tenham um compromisso mais orgânico com as condições sociais e econômicas a que está submetida a maioria da população brasileira e do estado do Rio de Janeiro, mediante a produção e a socialização de conhecimento numa visão crítica e criativa – são imensos (Transformar, 2015, pp. 21-2).

No ensino, as mudanças também foram profundas. Em 2015, a UERJ compreendia 29.413 matrículas ativas (incluindo educação básica, graduação e pós-graduação). Os estudantes distribuem-se em 32 unidades acadêmicas, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação. Os cursos oferecidos têm significativa importância na vida do estado, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende, São Gonçalo, Angra dos Reis, Petrópolis e Teresópolis. A UERJ ainda apresenta o mérito de ter sido a primeira universidade pública brasileira a instituir uma política de ações afirmativas, em 2003.<sup>4</sup>

No entanto, deve-se destacar que, apesar da grandiosidade dos números e da razoável interiorização da universidade, apesar de o estado do Rio de Janeiro ter mais 24 instituições públicas de ensino superior, permanece a imperiosa necessidade de expansão do ensino, pois nesse estado somente 27% das matrículas encontram-se na rede pública de ensino superior (Brasil; INEP, 2014). Na realidade, este é um dos principais dramas da universidade: a urgência na ampliação e

---

<sup>4</sup> A legislação original foi modificada em 2007, valendo, no momento, a Lei Estadual nº 5.346/2008, que considera as condições de classe e étnico-raciais para a entrada na universidade.

na democratização do acesso, sem rebaixamento da qualidade do ensino, já que a instituição convive com os constantes cortes financeiros da educação, da ciência e da tecnologia, perpetrados por sucessivos governos.

Por fim, muitos programas de extensão também afloraram a partir dos anos de 1980 e 1990, alguns desenvolvendo ações que buscam um vínculo mais estreito da universidade com o estado que a abriga e com o público que, em última instância, a mantém. Na realidade, entre as três funções básicas da universidade, a extensão é a mais desprestigiada, de modo que, para manter (ou ampliar) o funcionamento de programas, não é raro que seus coordenadores sejam instados a captar recursos junto às agências de fomento.

Essa breve síntese permite afirmar que a UERJ de hoje encontra-se irreconhecível se comparada com o perfil que apresentava vinte anos atrás e, principalmente, com a dinâmica que a mobilizava em seus primeiros trinta anos de existência. Foram muitos os obstáculos que seus atores tiveram de transpor – em especial no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas e à consequente produção de conhecimento. Eles se dedicaram intensamente para que houvesse mudanças, mas antigos e novos problemas foram se impondo à instituição.

Nesta sinopse, sobressai como o maior problema, o mais antigo e mais recorrente: o subfinanciamento. Ele sempre existiu, mas a expansão da universidade e a ampliação de suas atividades, em especial com a incorporação de pesquisas e programas de extensão, trouxeram novas demandas financeiras, invariavelmente não cobertas por sucessivos governos. Essa realidade afeta sobremodo a autonomia universitária, pois, diretamente associada à aprovação de orçamentos insuficientes, aumenta a pressão para que a instituição e seus partícipes busquem no mercado a solução para suas dificuldades materiais básicas.

Fato é que o crescimento acentuado e desordenado da universidade, em especial nos últimos anos, vem impondo uma situação em que, ao aumento significativo de alunos e cursos de graduação e pós-graduação, corresponde a deterioração das estruturas e instalações, impactando negativamente as condições de trabalho e estudo (Transformar, 2015, p. 14).

São muitos os mecanismos utilizados pela universidade para fazer frente às reiteradas crises de financiamento: a busca dos chamados “recursos próprios”, o apelo ao mercado para a solução das dificuldades materiais básicas, a participação de docentes em editais, entre outros. Todavia, a grande “economia” é feita com os estudantes e com o conjunto dos trabalhadores. Assim, as condições de permanência dos estudantes na universidade estão longe de ser satisfatórias e, para os trabalhadores, a precarização e a intensificação do trabalho são a regra a afetar cada vez um maior número de pessoas na universidade.

Nesse campo, deve-se reafirmar, preliminarmente, que a UERJ tem seu funcionamento garantido (nem sempre!) por diferentes “contratos” de trabalho. Encontramos trabalhadores terceirizados e prestadores de serviços (principalmente nas áreas de limpeza, manutenção, segurança, no restaurante universitário e nas cantinas). Esses trabalhadores atuam em péssimas condições de trabalho, além de sofrerem atrasos salariais recorrentes, ao sabor dos repasses dos governos do estado.

Há também professores “substitutos” que têm sobrevivido anos e anos sem garantias contratuais ou trabalhistas, assim como vários profissionais técnico-administrativos que recebem bolsas, sob o pretexto de estarem complementando sua formação.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Esse é o caso do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (Pronatec), que fornece bolsas de nível médio e superior para o desempenho de atividades técnicas na universidade.

Por fim, os chamados trabalhadores “de carreira” e concursados, cujos contratos com o estado são estáveis, também vêm enfrentando condições de trabalho cada vez mais precarizadas e desestimuladoras. O último reajuste linear para professores e técnico-administrativos ocorreu em 2001 (Lei nº 3.649, de 20 de setembro de 2001). O índice conseguido, na ocasião, após um árduo processo de luta unificada das duas categorias foi de 26,82%, distribuído em quatro parcelas, com a última sendo paga em 2002. A partir dessa data, inúmeros movimentos organizados tiveram curso, incluindo quatro greves (2006, 2008, 2012 e 2016),<sup>6</sup> mas tudo o que esses movimentos conseguiram foram algumas mudanças nas carreiras dos dois segmentos, que acabaram conduzindo à quebra da isonomia, à fragmentação entre os trabalhadores, pondo dificuldades adicionais para a unificação de suas lutas.

Além das condições precárias, o que inclui os baixos salários, trabalha-se cada vez mais e a intensificação do trabalho tem sido motivo de grande insatisfação e de adoecimento, atingindo muitos trabalhadores da universidade, em diversas áreas. A situação dos professores ilustra bem esse aspecto. Nos últimos oito anos (2008 a 2015), houve um decréscimo de 5% no número de docentes; em contrapartida, o crescimento total das matrículas, no mesmo período, foi de aproximadamente 27%. Especificamente a pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento de 47%. Como se sabe, o ensino é apenas uma das atividades docentes. Além dele, é preciso fazer pesquisa, publicar cada vez mais, realizar um grande número de tarefas administrativas e, como se isso não bastasse, os pro-

---

<sup>6</sup> A partir dos anos 1990, os trabalhadores da UERJ, na maior parte das vezes com o apoio dos estudantes, fizeram greves nos seguintes anos: 1992, 1995, 1996, 1997, 2000, 2001, além de 2006, 2008, 2012 e 2016. Disponível em: <http://www.asduerj.org.br/index.php/memoria-asduerj>. Acesso em: 30 dez. 2015.



fessores são instados a captar recursos para suas investigações, laboratórios e até mesmo para o suprimento da infraestrutura básica da universidade, o que inclui elaborar um projeto, concorrer, administrar os recursos, responsabilizar-se por obras, prestação de contas etc. (Transformar, 2015).

Para finalizar, gostaria de registrar um sentimento que alentou a escrita deste texto. Para o bem e para o mal, a universidade mudou muito em suas quase sete décadas de existência. Isso demonstra, mais uma vez, que a história não acaba e, portanto, permite-nos pensar em alternativas para a universidade no futuro que possam manter seu encanto e sua magia a partir de novos nexos. Pode-se pensar, por exemplo, na expansão do ensino, dos programas de pesquisa, bem como dos projetos de extensão, em nome da democratização do sistema de educação superior. Nomeadamente, pode-se pensar que essa expansão venha a preservar, na universidade, seu espaço de processamento crítico, analítico e de sistematização e integração da ciência e da cultura, uma expansão que faça aflorar o potencial criativo e solidário que a universidade contém!

# Referências

## 1. Livros, artigos e teses

- AGUIAR, Hélio. “25 anos de nossa Faculdade”. *Delfos*, Rio de Janeiro, ago. 1964, v. 4, pp. 5-8.
- ALEGRIA, Lopo. *Pequena história da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Riex Editora, 1985.
- ALMEIDA, Ana Elisa Gerbasi Coelho. *A Faculdade Nacional de Filosofia e a criação de instituições científicas: o caso do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas* (dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas”. In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: sociedade e política*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, pp. 225-256.
- ALVAREZ, Maurício. *Arquitetura monumental e vontade de potência*. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade de São Paulo*. São Paulo: ADUSP, 1978.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM/ADUFRGS, 1979.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Cadernos da ANDES*. 2 ed., rev. amp. Juiz de Fora: Zas Gráfica e Editora, jan. 1988.
- BALEEIRO, Aliomar. “A projeção da UEG no futuro”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, n. 1, pp. 19-20.

- BARBIERI, Ivo Biasio (org.). *Dados, análises e proposições: diagnóstico acadêmico preliminar*. Rio de Janeiro: UERJ, 1987.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *As diretrizes e bases da educação*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- BERTERO, Carlos Osmar e RIBEIRO, Albimar. *Autarquias e fundações: dois experimentos organizacionais em universidades federais*. Brasília-São Paulo: INEP/MEC-IPE/USP, 1972.
- BRASIL. “Relatório da Comissão Nacional de Moral e Civismo”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, jan./maio 1970, v. 117, pp. 151-176.
- . INEP. *Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 2014*. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- CAMPOS, Francisco. “Reforma do ensino superior. Exposição de motivos”. *Diário Oficial*, de 14 de abril de 1931, pp. 5.830-5.839.
- CAPANEMA, Gustavo. “Discurso pronunciado em 12 de dezembro de 1937, na solenidade comemorativa do I Centenário da Fundação do Colégio Pedro II”. *Realizações. Panorama da Educação*, Rio de Janeiro, dez. 1937, v. 1, pp. 7-47.
- . “Exposição de motivos encaminhando originais do Decreto-Lei nº 1.190, de 27 de março de 1939”. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Organização da Faculdade Nacional de Filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: MES, 1946.
- CARDOSO, Irene. “História: a dimensão trágica de 68”. *Teoria & Debate*, São Paulo, set./nov. 1993, v. 22, pp. 59-64.
- CARVALHO, Janete Magalhães. *A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil: análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-1964)* (tese). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Notas para reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920-1930)”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, ago. 1988, v. 66, pp. 4-11.
- CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. “Resumo histórico da Faculdade de Ciências Econômicas”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, v. 1, pp. 73-75.
- CERTEAU, Michel de. “A história: uma paixão nova”. In LE GOFF, Jacques (org.). *A nova história*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, pp. 9-40.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1988.
- . “Le monde comme représentations”. *Annales*, Paris, nov./dec. 1989, v. 6, pp. 1.505-1.515.

- . *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. “Ventos do progresso: a universidade administrada”. In PRADO JÚNIOR, Caio (org.). *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo: Brasiliense, 1980, pp. 31-56.
- CHOERI, Wilson. *O campus avançado, o Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: UEG, 1972.
- . *O campus avançado, o Projeto Rondon*. In: CRUB. *Integração da universidade brasileira na comunidade*, 1973.
- COELHO, Edmundo Campos. *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- CUNHA, Haroldo Lisboa da. “A queda do veto”. *Boletim UEG*, Rio de Janeiro, ago. 1974, v. 100, pp. 1.056-1.058.
- . *Contribuição à memória histórica da UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, 1988.
- . *A Universidade do Distrito Federal: história*. Rio de Janeiro, s. d. (mimeo.)
- CUNHA, Luiz Antônio. “A expansão do ensino superior: causas e consequências”. *Debate & Crítica*, São Paulo, mar. 1975, v. 5, pp. 27-58.
- . *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- . *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- . *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DAFLON, Fábio. *Título provisório: o movimento estudantil nas Ciências Médicas*. São Paulo: Ed. Quilombo, 1980.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. “Universidade brasileira: organização e problemas”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, jul. 1985, v. 37, n. 7, pp. 7-13.
- DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe”. In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: sociedade e política*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, pp. 78-120.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- . “Faculdade Nacional de Filosofia: retomada de um projeto autoritário?”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, fev. 1989a, v. 41, n. 2, pp. 124-137.
- (org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989b.
- . *Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

- . “Implicações dos Acordos MEC-USAID na educação superior brasileira”. *Série de Estudos Proedes*, Rio de Janeiro, maio 1992, v. 4, pp. 1-73.
- . “Produção e apropriação do conhecimento na universidade”. *Série de Estudos Proedes*, Rio de Janeiro, jan. 1993a, v. 8, pp. 1- 11.
- . “A Faculdade Nacional de Filosofia: o projeto possível”. *Série de Estudos Proedes*, Rio de Janeiro, 1993b, v. 9, pp. 1-43.
- . “Vinte e cinco anos de Reforma Universitária: um balanço”. *Série de Estudos Proedes*, Rio de Janeiro, jun. 1993c, v. 12, pp. 1-46.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2 ed. rev. amp. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- . *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo* (tese). USP, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1970.
- . *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- . *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Departamento de alunos, a que será que se destina?* Rio de Janeiro, mar. 1988. (mimeo.)
- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.
- LACERDA, Carlos Frederico. “Discurso proferido ao receber as insígnias de chanceler da Universidade do Estado da Guanabara”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, v. 1, pp. 7-11.
- . *O poder das ideias*. 5 ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Editora, 1964.
- . *Discursos parlamentares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LUZ, Madel (org.). *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- LYRA FILHO, João. *Educação e vida*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro, 1970.
- MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do poder”. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, pp. 7-23.

- MALHEIRO, Fátima. “Política de boa vizinhança”. *Revista Imprensa*, São Paulo, nov. 1991, v. 56.
- MARQUES, Evair (org.). *A indissociabilidade do ensino e da pesquisa: uma questão de visão de mundo ou preceito legal?* Rio de Janeiro: UERJ/NEPES, 1985. (mimeo.)
- MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: sociedade e política*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, pp. 557-594.
- MIRANDA, Glaura. “A produção e a reapropriação do saber no ensino superior”. *Cadernos Cedes*, Campinas, 1988, v. 22, pp. 17-26.
- OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. “A organização da universidade para a pesquisa”. In SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Cláudio de Moura (orgs.). *Pesquisa universitária em questão*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Ícone Editora/CNPq, 1986, pp. 53-80.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed., rev. amp. Campinas: Pontes, 1987.
- PALMEIRA, Vladimir. “Entrevista”. In REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, pp. 99-116.
- PARDAL, Paulo. *UERJ: apontamentos sobre sua origem no 40º aniversário de criação e 60º de ensino*. Rio de Janeiro: UERJ, 1990.
- PARENTE, Agamémnon. *Rolando Monteiro: fundador da nova Escola Médica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Selecta, 1980.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. “Associação ensino-pesquisa na universidade: caminhos de um discurso”. *Série de Estudos Proedes*, Rio de Janeiro, abr. 1992, v. 3, pp. 1-25.
- PENNA, Antonio Gomes. “La-Fayette Côrtes e sua faculdade”. *Delfos*, Rio de Janeiro, ago. 1964, v. 4, pp. 22-24.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- PEREIRA, La-Fayette. “Breve notícia sobre a Faculdade de Ciências Médicas e o Hospital de Clínicas Pedro Ernesto”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, v. 1, pp. 71-72.
- PIQUET CARNEIRO, Américo. “Breve histórico do Hospital de Clínicas da Faculdade de Ciências Médicas”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, v. 1, pp. 27-31.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: uma utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- RIEDEL, Dirce Côrtes. “Discurso”. In UERJ. *UERJ 40 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1990.
- RODRIGUES FILHO, Nelson e VALLADARES, Maria Therezinha. “Rigidez burocrática e flexibilidade acadêmica”. In *Anais do I Congresso Interno da UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ, 1985, v. 2, pp. 545-554.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANT’ANNA, Álvaro Cumplido de. *A Faculdade de Ciências Médicas e a UEG*. Rio de Janeiro: CEIP-UEG, 1967, pp. 73.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*. 2 ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: EDUSP, 1984.
- . “América Latina: a busca de um espaço”. In SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Cláudio de Moura (orgs.). *Pesquisa universitária em questão*. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/Ícone Editora, 1986a, pp. 21-35.
- . “Universidade e pesquisa científica: um casamento indissolúvel?” In SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Cláudio de Moura (orgs.). *Pesquisa universitária em questão*. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Ícone Editora, 1986b, pp. 11-20.
- SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar*. São Paulo/São Carlos: Estação Liberdade/UFSCar, 1993.
- SILVEIRA, Nádía Dumara Ruiz. *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- SUCUPIRA, Newton. “A reestruturação das universidades federais”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, jul./set. 1968, v. 111, pp. 83-95.
- . “A condição atual da universidade e a reforma universitária no Brasil”. *Brasil Universitário*, Brasília, 1972, v. 27, n. 86-87, pp. 37-64.
- TAVARES, José Nilo. “Educação e imperialismo no Brasil”. *Educação e Sociedade*, São Paulo, set. 1980, v. 7, pp. 5-52.
- TEIXEIRA, Anísio. “Uma perspectiva da educação superior no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, jul./set. 1968, v. 50, n. 111, pp. 21-62.

- TENÓRIO, Oscar Accioly. “A autonomia universitária e a UEG”. *Revista da UEG*, Rio de Janeiro, mar. 1963, v. 1, pp. 95-98.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e educação* (tese). PUC-SP, 1984.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- ZEIN, Ruth Verde. “Arquitetura brasileira na década de los 80: algunas tendencias”. In TOCA, Antonio (org.). *Nueva arquitectura en América latina: presente y futuro*. México: Ediciones G. Gili, 1990, pp. 227-247.

## 2. Fontes orais

### 2.1. Entrevistas

**Américo Mateus Florentino** foi professor catedrático e, posteriormente, titular da Faculdade de Ciências Econômicas, de 1962 a 1990. Participou de uma comissão com o objetivo de construir a memória dessa faculdade, cujos trabalhos estão interrompidos.

**Antônio Carlos Ferrão** foi professor da universidade desde 1964 e uma das lideranças responsáveis pela criação da Associação de Docentes, em 1978.

**Antonio Gomes Penna** foi professor do Instituto La-Fayette desde 1942, sendo posteriormente convidado a dar aulas na Faculdade de Filosofia. Ingressou na universidade desde a sua fundação, em 1950, lá permanecendo como professor de psicologia até sua aposentadoria, em 1972.

**Arildo Matos Telles** foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1963 e 1968, período em que foi presidente do Diretório Acadêmico La-Fayette Cortes e do Diretório Central dos Estudantes. Era amigo pessoal do ex-reitor João Lyra Filho e participante do “grupo de centro” do movimento estudantil, conforme sua própria expressão.



**Chung Kae Cheong** foi aluno do curso de física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1967, presidiu o Diretório Acadêmico La-Fayette Cortes, “alinhado aos estudantes de centro, sem extremismos”, conforme seu próprio depoimento. Após sua formatura, foi convidado a trabalhar na Universidade, como professor, situação mantida até a data da entrevista, em 1993.

**Dirce Côrtes Riedel** iniciou sua carreira como professora de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na década de 1950. Foi professora catedrática concursada desde 1966, tendo participado da organização do curso de especialização, do mestrado (1988) e do doutorado (1992) do Instituto de Letras, além de diversas atividades culturais da universidade.

**Edna Bin Kaus** foi aluna da Faculdade de Direito entre os anos de 1965 e 1969, tendo participado ativamente do movimento estudantil da universidade.

**Flávio Marinho Rego**, arquiteto que, associado a Luiz Paulo Conde, projetou o *campus* universitário Francisco Negrão de Lima, em 1968. Na mesma época, também foram responsáveis pela idealização do Plano Diretor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Francisco Alcântara Gomes Filho** participou, juntamente com um grupo de professores do Colégio Pedro II, da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1939. Teve presença ativa no movimento de criação da Universidade do Distrito Federal, em 1950. Foi membro da congregação, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e participou do conselho universitário da universidade por mais de uma gestão.

**Hélio Marques** ingressou como professor na então Universidade do Distrito Federal, em 1956. Foi afastado da instituição entre os anos de 1964 e 1967, por sua atuação político-partidária e sindical, e “aposentado”, entre 1969 e 1980, pelo Ato Institucional nº 5.

**Ismael da Silva Neto** ingressou na universidade como estudante em 1961, época em que foi participante ativo do diretório da

Faculdade de Ciências Médicas. Logo após sua formatura, ingressou no quadro da universidade, no qual permaneceu, pelo menos até a data da entrevista, como professor. Teve participação ativa na luta pela incorporação do Hospital Pedro Ernesto à universidade, presidindo a “Comissão Pedro Ernesto”, que tinha como objetivo a “ocupação” do hospital, após a sua incorporação. Também foi presidente do Diretório Central dos Estudantes em 1966.

**Jader Benuzzi Martins** foi aluno do curso de matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, entre os anos de 1949 e 1953. Nesse período, foi membro do diretório acadêmico da faculdade e da União Nacional dos Estudantes. Retornou à universidade, como professor de física, nos seguintes períodos: de 1955 a 1959, de 1961 a 1968 e de 1980 até sua aposentadoria. Seus afastamentos ocorreram para se doutorar e desenvolver pesquisas no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Em finais de 1980, foi sub-reitor de pós-graduação e pesquisa da UERJ.

**João Lopes Salgado** foi aluno da Faculdade de Ciências Médicas, tendo presidido o Centro Acadêmico Alexandre Fleming em 1968. Vítima de intensa perseguição policial, abandonou o curso em 1969, viveu clandestinamente e refugiou-se na França até a anistia.

**Jones Raposo Freitas** foi aluno da Faculdade de Engenharia em finais da década de 1960. Teve intensa atuação política no movimento estudantil, participando do diretório da faculdade. Em 1969, foi expulso por inquérito administrativo instalado internamente, motivado pelo Decreto-Lei nº 477.

**José Eustachio Bruno** foi estudante da Faculdade de Ciências Médicas a partir de 1969. Participou ativamente da resistência ao regime militar, no interior da universidade, tendo sido um dos articuladores da criação da Associação de Docentes, em 1978, a qual presidiu por dois anos.

**La-Fayette Côrtes Filho** exerceu a função de secretário do Instituto La-Fayette desde 1942 até a sua extinção, na década de 1980. Como filho do professor La-Fayette Côrtes, pôde vivenciar,

conforme suas palavras, todos os planos e as crises administrativas do instituto, “a partir de uma posição privilegiada”.

**Luiz Roberto Tenório** ingressou como estudante na Faculdade de Ciências Médicas no ano de 1963. Formou-se em 1968, período em que teve ativa participação política no movimento estudantil da universidade, sendo presidente do Centro Acadêmico Alexandre Fleming, no ano de 1967. Em 1969, quando já fazia “residência médica”, foi cassado pelo AI-5 e afastado da UEG. Retornou à universidade em 1975, como médico, situação que manteve até a data da entrevista. Foi um dos fundadores da Associação de Docentes, em 1978.

**Manoel Duarte** foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1966 e 1969, período em que teve intensa participação política no movimento estudantil, inclusive presidindo o Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes.

**Paschoal Villaboim** ingressou como aluno na Faculdade de Ciências Econômicas em 1935. Em 1942, foi convidado a ministrar aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette e, posteriormente, na engenharia, que dirigiu em finais dos anos 1960. Foi membro do conselho universitário por mais de uma gestão.

**Paulo Pardal** ingressou como professor da Faculdade de Engenharia em 1962. É autor do livro *UERJ: apontamentos sobre sua origem, no 40º ano de criação e 60º de ensino*, citado em diversas passagens deste trabalho.

**Regina Toscano** foi aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1967 e 1969, tendo participado da direção do Diretório Acadêmico La-Fayette Cortes. Em 1969, foi expulsa da universidade, após inquérito administrativo, motivado pelo Decreto-Lei nº 477/69.

**Ricardo Campos** ingressou como aluno da Faculdade de Engenharia em finais dos anos 1960. Teve intensa atuação política no movimento estudantil e participou do diretório da faculdade.

**Ronaldo Coutinho** foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em finais dos anos 1950, ocasião em que teve participação ativa no Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes e no Diretório Central dos Estudantes. Ingressou na universidade como professor de sociologia em 1962, permanecendo até sua aposentadoria como professor adjunto do curso de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito, após dois afastamentos, entre os anos de 1968-1979 e 1986-1992.

**Sérgio Rezende Lopes**, aluno da Faculdade de Engenharia entre os anos de 1964 e 1968, foi o elemento do corpo discente eleito para tomar parte na comissão de implantação do *campus*.

**Wilson Paes Macedo** foi aluno da Faculdade de Serviço Social entre os anos de 1955 e 1958, período em que foi secretário da União Metropolitana de Estudantes. Retornou à universidade como professor, em 1967, situação que manteve até sua aposentadoria. Foi um dos fundadores da Associação de Docentes da UERJ, em 1978.

**Windsor Natal** foi aluno da Faculdade de Ciências Econômicas entre 1946 e 1950. Reingressou em 1957, época em que a faculdade já fazia parte da UDF, como professor, cargo que ocupou até sua aposentadoria.

## 2.2. Vídeos

Fonte: Centro de Tecnologia Educacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

### Série Telejornais

Vídeo nº 02/1990 – comentários do professor Wilson Chori sobre João Lyra Filho, reitor da UEG de junho de 1967 a janeiro de 1972.

Vídeo nº 03/1990 – comentários da professora Cylene Castelhã sobre Ney Cidade Palmeiro, reitor da UERJ de janeiro de 1980 a fevereiro de 1981.

Vídeo nº 05/1990 – comentários do professor Paulo Pimenta sobre Francisco Alcântara Gomes Filho, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por mais de uma gestão e membro do conselho universitário de 1952 a 1960.

Vídeo nº 06/1990 – comentários do professor Edson Scheatine Aguiar sobre o professor Arcy Tenório, membro do Conselho Universitário e presidente da Associação de Diplomados por mais de uma gestão.

Vídeo nº 11/1987 – entrevista com o professor Rolando Monteiro, primeiro reitor da universidade, de fevereiro de 1952 a outubro de 1953.

### **Série Memória UERJ**

Vídeo nº 63/1981 – entrevista com João Lyra Filho, reitor da UEG de junho de 1967 a janeiro de 1972.

Vídeo nº 65/1980 – entrevista com Haroldo Lisboa da Cunha, reitor da URJ, posteriormente UEG, de setembro de 1960 a junho de 1967.

Vídeo nº 66/1980 – entrevista com Francisco Alcântara Gomes Filho, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e membro do conselho universitário por mais de uma gestão.

Vídeo nº 70/1980 – entrevista com Ney Cidade Palmeiro, reitor da UERJ de janeiro de 1980 a fevereiro de 1981.

Vídeo nº 73/1980 – entrevista com Américo Piquet Carneiro, professor da Faculdade de Ciências Médicas, membro do conselho universitário entre 1965 e 1971 e diretor da Faculdade de Ciências Médicas por mais de uma gestão.

Vídeo nº 144/1982 – entrevista com João Salim Miguel, reitor da UERJ entre março de 1981 e janeiro de 1984.

Vídeo nº 162/1982 – entrevista com Rolando Monteiro, reitor da UDF entre fevereiro de 1952 e outubro de 1953, e com Haroldo Lisboa da Cunha, reitor da URJ, posteriormente UEG, entre setembro de 1960 e junho de 1967.

Vídeo nº 194/1982 – entrevista com João Lyra Filho, reitor da UEG entre junho de 1967 e janeiro de 1972.

Vídeo nº 301/1986 – entrevista com Arcy Tenório, presidente da Associação dos Diplomados e membro do Conselho Universitário por mais de uma gestão.

Vídeo nº 303/1986 – entrevista com Charley Fayal de Lyra, reitor da UERJ entre janeiro de 1984 e janeiro de 1988.

Vídeo nº 353/1986 – entrevista com La-Fayette Côrtes Filho, secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, de sua fundação até a incorporação à UDF.

### 3. Fontes escritas

#### 3.1. *Da universidade e das faculdades*

ANUÁRIO da Universidade do Distrito Federal de 1956.

ANUÁRIO da Faculdade de Engenharia de 1963.

ARQUIVO Geral da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – processos referentes ao movimento estudantil, de 1956 a 1980.

ARQUIVO “Confidencial” da Faculdade de Ciências Econômicas, de 1967 a 1975.

ATAS da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1930 a dezembro de 1968.

ATAS da Congregação da Faculdade de Ciências Jurídicas/ Faculdade de Direito, de 29 de janeiro de 1935 a 30 de dezembro de 1968.

ATAS da Sociedade Anônima Faculdade de Ciências Médicas, de dezembro de 1935 a dezembro de 1968.

ATAS do Conselho Universitário, de 1952 a 1980.

BOLETIM da UDF, do nº 1 ao nº 30, de janeiro de 1956 a junho de 1958.

BOLETIM da URJ, do nº 31 ao nº 68, de julho de 1958 a agosto de 1961.

BOLETIM da UEG, do nº 69 ao nº 84, de setembro de 1961 a dezembro de 1962.

BOLETIM da UEG, do nº 1 ao nº 108, de maio de 1966 a abril de 1975.

BOLETIM da UERJ, do nº 109 ao nº 159, de maio de 1975 a janeiro de 1980.

CATÁLOGO geral da Universidade do Estado da Guanabara de 1971.

DATAUERJ 2008: *anúário estatístico base de dados 2007* Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: [http://www2.datauerj.uerj.br/pdf/DATAUERJ\\_2008.pdf](http://www2.datauerj.uerj.br/pdf/DATAUERJ_2008.pdf). Acesso em: 29 dez. 2015.

DATAUERJ 2015: *anúário estatístico base de dados 2014* Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. Disponível em: [http://www2.datauerj.uerj.br/pdf/DATAUERJ\\_2015.pdf](http://www2.datauerj.uerj.br/pdf/DATAUERJ_2015.pdf). Acesso em: 29 dez. 2015.

DELFOS. *Revista da Associação de Diplomados da Universidade*, do nº 1 ao nº 20, de agosto de 1957 a 1980.

ESTATUTO da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Ata da Congregação de 19 de outubro de 1930.

ESTATUTO da Faculdade de Ciências Médicas, de 18 de junho de 1947.

ESTATUTO da Universidade do Distrito Federal, de 13 de agosto de 1952. Decreto nº 11.573.

ESTATUTO da Universidade do Distrito Federal, de 28 de maio de 1953. Decreto Federal nº 32.886.

ESTATUTO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de 21 de fevereiro de 1956.

ESTATUTO da Sociedade Civil Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ata de 19 de janeiro de 1959.

ESTATUTO da Universidade do Rio de Janeiro. Decreto nº 50.343, de 15 de março de 1961.

ESTATUTO da Universidade do Estado da Guanabara, de 18 de outubro de 1963. Decreto “N” nº 78.

ESTATUTO da Universidade do Estado da Guanabara, de 9 de dezembro de 1969. Decreto “E” nº 3.527.

ESTATUTO da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 29 de dezembro de 1982. Decreto nº 6.465.

LIVRO de Registro de Resoluções do Conselho de Curadores e Conselho Universitário de 1963 a 1965.

MANDAMENTOS Universitários I, de 1971.

PLANO Integrado de Desenvolvimento da Universidade do Estado da Guanabara (PID), de 10 de julho de 1968.

REGIMENTO da Universidade do Distrito Federal, de 28 de janeiro de 1955.

REGIMENTO da Universidade do Estado da Guanabara, de 10 de março de 1971.

RELATÓRIO da Universidade do Distrito Federal, de 1955.

RELATÓRIO da Reitoria, de 1960 a 1967.

RELATÓRIO da Comissão de Planejamento da Cidade Universitária, de junho de 1963.

RELATÓRIO da Comissão de Planejamento da Cidade Universitária, de 1965.

RELATÓRIO da Universidade do Estado da Guanabara, de 1965.

RELATÓRIO de atividades do Centro de Produção da UEG, de 1971 a 1979.

SOUZA BRASIL. *Relatórios de inspeção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, de 24 de abril de 1942.



TRANSFORMAR. *Transformar UERJ*. 2015. Disponível em: [www.transformaruerj.com](http://www.transformaruerj.com). Acesso em: 29 dez. 2015.

### 3.2. Periódicos

#### Imprensa

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/09/1951, 05/12/1964, 08/12/1964, 15/12/1964, 30/03/1969.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30/09/1951.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/10/1951.

*O Globo*, Rio de Janeiro, 04/06/1959.

*Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 01/08/1959.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/12/1964.

#### Oficiais

DIÁRIO Oficial da Câmara do Distrito Federal, 12/09/1938, 09/10/1949, 20/09/1950, 7/10/1950, 29/09/1951, 20/08/1952, 03/06/1953, 15/09/1953, 14/05/1955, 19/09/1955, 17/06/1958.

DIÁRIO Oficial do Senado Federal, 23/11/1950.

DIÁRIO Oficial da Assembleia Legislativa, 27/04/1961, 10/12/1969.

### 3.3. Legislação

ATO INSTITUCIONAL nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

CONSTITUIÇÃO do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio de Janeiro, de 23 de julho de 1975.

DECRETO nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras.

DECRETO nº 6.215, de 21 de maio de 1938. Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

DECRETO nº 10.976, de 2 de outubro de 1951. Dispõe sobre a execução da Lei nº 547/1950.

DECRETO nº 11.573, de 13 de agosto de 1952. Aprova os Estatutos da Universidade do Distrito Federal.

DECRETO nº 32.886, de 28 de maio de 1953. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade do Distrito Federal e aprova seu Estatuto.

DECRETO nº 50.343, de 15 de março de 1961. Aprova o Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro.

DECRETO nº 507, de 20 de julho de 1961. Autoriza o Secretário de Saúde e Assistência a estabelecer convênio com a Universidade do Estado da Guanabara para transferência do Hospital Pedro Ernesto a fim de nele instalar-se o Hospital de Clínicas da Faculdade de Ciências Médicas.

DECRETO Estadual nº 569, de 11 de setembro de 1961. Dispõe sobre a desapropriação das ações da Faculdade de Ciências Médicas Sociedade Anônima.

DECRETO “N” nº 78, de 18 de outubro de 1963. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado da Guanabara.

DECRETO nº 56.241, de 4 de maio de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, dispõe sobre os órgãos de representação estudantil e dá outras providências.

DECRETO nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Constitui comissão especial com a finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. (Comissão Meira Mattos.)

DECRETO nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Institui em caráter permanente o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon” e dá outras providências.

DECRETO nº 62.937, de 2 de julho de 1968. Institui o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

DECRETO “E” nº 3.527, de 9 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado da Guanabara, adaptando-o à Lei nº 5.540/1968.

DECRETO nº 6.465, de 9 de dezembro de 1982. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO-LEI nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a organização de novas Universidades.

DECRETO-LEI nº 228/1967. Revoga a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, dispõe sobre os órgãos de representação estudantil e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.

DECRETO-LEI nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53/1966 e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 900, de 29 de setembro de 1969. Dispõe sobre a Reforma Administrativa Federal.

DECRETO-LEI nº 67, de 11 de abril de 1975. Altera a denominação da Universidade do Estado da Guanabara e dá outras providências.

LEI Municipal nº 547, de 4 de dezembro de 1950. Restabelece a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Municipal nº 783, de 13 de outubro de 1953. Dispõe sobre a administração da Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Municipal nº 909, de 16 de junho de 1958. Modifica a legislação vigente da Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Municipal nº 930, de 29 de julho de 1959. Dispõe sobre a organização e a integração na Universidade do Rio de Janeiro, do patrimônio das Faculdades que a acompanham e dá outras providências.

LEI Estadual nº 93, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a organizar em Fundação a Universidade do Estado da Guanabara.

LEI Estadual nº 3.649, de 20 de setembro de 2001.

LEI Estadual nº 5.346, de 11 de dezembro 2008.

LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da educação nacional.

LEI nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. (Lei Suplicy.)

LEI nº 5.178, de 1º de dezembro de 1966. Autoriza a transferência para a Universidade do imóvel do atual *campus*.

LEI nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com a escola média e dá outras providências.



## Sobre a autora

Tem graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1976), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980), doutorado em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social dessa universidade (1998-2013), mas, atualmente, desenvolve suas principais atividades no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), do qual foi fundadora e membro da coordenação de 2006 a 2012. Foi coordenadora do GT Políticas de Educação Superior da Anped (2000 a 2004), bem como coordenadora do Conselho Científico da mesma entidade (2006-2008). Participa da rede Universitas/Br desde a sua criação e é membro da coordenação colegiada da Rede Aste. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq (Trabalho docente na educação superior) e coordena o Observatório da Educação (Capes) sobre a expansão da educação superior no Brasil. Tem experiência na área de Psicologia e Educação, pesquisando, principalmente, os seguintes temas: trabalho docente; políticas para a educação superior e produção de subjetividades.

---

Formato 14 x 21

Tipologia: Garamond (texto) Frutiger (títulos)

Papel: Offset 90 g/m<sup>2</sup> (miolo)

Supremo 250 g/m<sup>2</sup> (capa)

CTP, impressão e acabamento: ?

---